

ISSN- 1516-8182
e-ISSN: 2527-2594

V. 26, n. 2, 2023

Retratos de Assentamentos



Retratos de Assentamentos

Volume 26, Número 2, 2023



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro
Reitor

Prof. Flávio Módolo
Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro
Pró-Reitoria Administrativa

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento
Territorial e Meio Ambiente – UNIARA

Editores

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Henrique Carmona Duval

Conselho editorial

Delma Pessanha Neves, Helena Carvalho De Lorenzo, Leila Stein,
Leonilde Sérvolo de Medeiros, Luís Antônio Barone, Marcelo Alário
Ennes, Maria Aparecida Moraes Silva, Marilda Menezes, Oriowaldo
Queda, Sérgio Pereira Leite, Sérgio Sauer, Sonia Maria Pessoa
Pereira Bergamasco

Editoração eletrônica/Diagramação/Normalização
Thatiany Mariano

Arte de Capa: Arte em Aquarela: Regina Carmona/ Thatiany
Mariano

Diagramação: Thatiany Mariano

Retratos de Assentamentos – Revista do Núcleo de Pesquisa e
Documentação Rural (Nupedor) – Araraquara – SP – Brasil, 1994. v.26,
n.1, 2023. 223p.

ISSN 1516-8182
E-ISSN 2527- 2594

Apresentação



Esta edição de Retratos de Assentamentos tem muito a comemorar. Em primeiro lugar porque completamos 35 anos de história, repleta de lutas, esforço e dedicação a este periódico pioneiro no debate sobre os assentamentos rurais, a reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil.

Este aniversário de Retratos coincide também com outras datas importantes de serem mencionadas e lembradas. Este ano de 2024 marca momentos fundamentais da trajetória de luta de distintos segmentos das classes trabalhadoras do campo brasileiro que se

imbricam com a própria trajetória da democratização do país.

A fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, no município de Cascavel/PR, reuniu várias organizações de âmbito estadual em uma organização nacional para dar voz e vez àqueles que lutam pelo direito à terra. O MST, com origens que antecedem o ano de 1984, teve, em janeiro desse ano, o início da trajetória do movimento como uma frente de ativismo público orgânico, antecedendo aquele que seria o I Congresso Nacional do MST, ocorrido em 1985.

Os vários momentos da luta pela reforma agrária no país, com ascensos e descensos, sempre teve (e tem) no MST um interlocutor legítimo e potente. O recente período democrático brasileiro, sabidamente incompleto na prossecução dos direitos das classes populares, ganhou mais realidade com a atuação desse coletivo que se metamorfoseou e qualificou em diferentes etapas de sua história, sem abandonar seu perfil de luta anticapitalista. A sua inserção na Via Campesina, no início do Século XXI, ampliou seu alcance em termos de experiência e qualificação internacional, reafirmando uma aliança dos povos do campo sobretudo na América Latina.

Da mesma forma, o ano de 2024 marca os 40 anos da Greve de Guariba (ocorrida em 1984), que revelou para o país a superexploração, as péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais, os chamados boias-frias, do interior de São Paulo. Que teve da parte das autoridades uma forte reação de repressão e morte de trabalhadores. A greve e os protestos ocorridos no coração da região de agricultura mais modernizada do país repercutiu rapidamente, reverberando por praticamente todo o interior paulista (e outros estados) e marcando o surgimento de “um novo sindicalismo rural” em São Paulo, que veio desaguar na criação da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo).

A partir de então, mesmo com a claudicância da fiscalização trabalhista e o imenso poderio do agronegócio paulista, a luta dos assalariados rurais se estrutura com pautas discutidas pela base sindical. Além disso, é digna de nota a interface entre a luta dos assalariados rurais (a princípio, por direitos trabalhistas) e a luta pela reforma agrária. Na região Nordeste de São Paulo,

os primeiros assentamentos rurais se deram na esteira das mobilizações dos trabalhadores rurais do corte da cana, justamente como uma forma de atender esse segmento tão excluído de qualquer pacto de cidadania. A luta avançou, portanto, colocando no horizonte a terra e a reforma agrária como formas de enfrentar o desemprego estrutural.

Mencionamos também os 49 anos da organização da Comissão Pastoral da Terra, organizada pela Igreja Católica, mas que congregou outras denominações cristãs em apoio à organização e defesa da população sem-terra, posseiros e trabalhadores rurais em nosso país. Juntamente com o documento lançado em 1980, Igreja e Problemas da Terra, que neste ano completa 44 anos de seu lançamento.

Fruto desse conjunto de frentes de organização e luta por uma outra configuração de sociedade, especialmente para nosso desenvolvimento rural, os profissionais das ciências em nosso país, em seus diferentes campos de atuação, passaram a se dedicar a estudar e apoiar essas outras formas de organização social.

Da relação entre a ação da sociedade organizada e da ciência é que se avança na busca de novos modelos inclusivos de desenvolvimento e enfrentamento aos efeitos das mudanças do clima. A agricultura convencional, a expropriação dos territórios camponeses, a especulação e a grilagem fundiária que promovem a violência e o desmatamento, são colocadas em um campo antagônico à possibilidade de se produzir e conviver com o meio ambiente, a partir da aprendizagem e estudo de práticas desenvolvidas pelas populações tradicionais e dos agricultores familiares.

O período é de retomada das ações e esperança ante o arbítrio que ameaçou nossa frágil democracia. Que as sementes do autoritarismo sejam controladas e que prevaleça a defesa do Estado Democrático de Direito e a organização do país baseada nos princípios da Constituição Federal de 1988.

Desta forma, nesta edição, queremos lembrar esse conjunto de datas simbólicas, pois são marcos das lutas democráticas e do compromisso social da ciência em nosso país. Elas revelaram que a Questão Agrária e a Reforma Agrária são elementos que a todo instante se tenta invisibilizar, que sem atender e resolver as demandas sociais nosso país será sempre assombrado pela desigualdade, pela injustiça e não será um país onde todos os brasileiros são iguais perante a Lei. Agora com um novo elemento que será o agravamento e consequências das mudanças climáticas sobre os mais pobres.

Este número da revista está organizado em diferentes blocos temáticos que se referem a um conjunto amplo e interdisciplinar das questões agrárias e suas interfaces. Os aspectos estruturais que permanecem a desafiar a utopia de uma justa distribuição da terra e um projeto de desenvolvimento rural inclusivo é objeto do artigo que discute os mecanismos de apropriação da terra pelo mercado. Já os mecanismos do Estado, que podem fomentar ou não o abastecimento alimentar, por meio de políticas públicas de estabilização de preços à população urbana e pela inclusão da agricultura familiar nos mercados institucionais são discutidos na sequência.

Seguimos com uma série de estudos de caso, em diferentes realidades da agricultura familiar brasileira, que perpassam temas comuns do desenvolvimento rural, tais como: a (in)disponibilidade de acesso às ações de assistência técnica e extensão rural, o significativo aporte de crédito por parte de cooperativas para estruturação de estratégias produtivas, a importância (e os desafios) da previdência social para a reprodução social da agricultura familiar e a aplicação de biodigestores como uma tecnologia social capaz de mitigar problemas sociais e ambientais, ao passo que constroem conhecimentos na experiência prática.

Outros estudos estão focados em aspectos sociais e culturais da agricultura familiar, que valorizam a compreensão das dinâmicas produtivas nos assentamentos por meio das experiências e práticas de produção e gestão. A organização social contribui para a produção e distribuição de alimentos, bem como o aumento da renda, enfrenta desafios de toda a ordem – como na distribuição da produção, devido à precariedade das vias de acesso aos assentamentos e à indisponibilidade de maquinários para os serviços de manutenção, dentre outros vários fatores.

Em cenários de dificuldades, os estudos apresentam que a segurança alimentar, os aspectos culturais de produção de alimentos, a forma de trabalho entre os membros do núcleo familiar, a organização associativa e as políticas públicas para o meio rural resultam em melhoria da qualidade de vida das famílias. Nos quintais, acrescenta-se o protagonismo feminino, pois simbolizam liberdade, mas também são decisivos para a segurança e soberania alimentar, transição agroecológica, comercialização e renda. Destaca-se, ainda, o potencial para plantas medicinais nos quintais a partir do conhecimento popular.

Por fim, neste bloco de artigos que tratam dos aspectos organizativos e culturais, deixamos as perspectivas de futuro, com um estudo sobre a juventude em um assentamento rural do Piauí e, outro, sobre a relação campo-cidade a partir do recorte espacial. O primeiro deixa claro que nem todos os jovens desejam sair do assentamento, mas são obrigados pela necessidade de trabalhar, em busca de melhores condições de vida. No entanto, desejam retornar quando for possível. Corroborando com essa força dos aspectos da cultura rural, que permanecem não só na juventude rural que gostaria de voltar, mas que são observados em área urbana no último artigo deste número, fica claro que as práticas socioespaciais tipicamente rurais se perpetuam no espaço urbano. A pesquisa identificou, dentre outros aspectos, a produção de alimentos em pequenos espaços na cidade, denotando a permanência de costumes e tradições rurais no cotidiano da população urbana. Indica, portanto, uma linha de pesquisa pela qual se pode observar o quanto rural e urbano estão imbricados, sobretudo em municípios com forte influência da agropecuária.

Uma boa leitura a todas e todos, com o convite renovado à crítica e à participação nesta revista que além de análises multidimensionais dos assentamentos busca valorizar situações que mostram, em distintas regiões do Brasil, a importância vital de uma abordagem interdisciplinar da questão agrária e de suas interfaces. Em tempos de valorização e qualificação da democracia, Retratos se faz presente. E assim seguimos.



Terra fictícia: o desenvolvimento de um mercado financeiro de terras

Leandro Renato Monerato¹
Newton Narciso Gomes Junior²

Resumo: Este artigo procura investigar o surgimento de um mercado financeiro de terras mundial a partir de 2008, seus antecedentes e suas consequências. Para isso, remontamos à primeira Grande Depressão iniciada na Inglaterra, ao surgimento do imperialismo e, portanto, do mercado mundial, e como a agricultura e as terras foram subordinando-se à indústria na sua fase monopolista, logo ao capital bancário e financeiro. Procuramos argumentar que a corrida mundial por terras se caracteriza por uma etapa de acoplamento do monopólio das terras ao capital financeiro, e, o capital fictício super-acumulado, com isso, preparando o surgimento da terra fictícia, uma pirâmide especulativa a partir de algo sem valor dotando-o de uma capacidade sem precedentes de garantir um preço de monopólio.

Palavras-chave: Questão Agrária; Capital financeiro; Corrida mundial por terras.

Fictitious land: the development of a financial land market

Abstract: This article seeks to investigate the emergence of a global financial land market since 2008, its antecedents and its consequences. To do this, we go back to the first Great Depression that began in England, to the emergence of imperialism and therefore of the world market, and how agriculture and land were subordinated to industry in its monopolistic phase, and then to banking and financial capital. We seek to argue that the global race for land is characterized by a stage of coupling the monopoly of land to financial capital, and the over-accumulated fictitious capital, thereby preparing the emergence of fictitious land, a speculative pyramid from something worthless endowing it with an unprecedented ability to guarantee a monopoly price.

Keywords: Agrarian Question; Financial capital; Global land rush.

¹Doutorando no PPG em Geografia, IGCE-UNESP. Autor correspondente: leandro.monerato@unesp.br

²Professor Associado no Depto. de Serviço Social, no PPG em Política Social e no PPG-Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural-FUP na UnB

Introdução

A partir de 2010, com a publicação do documento *Is rising global interest in farmland* pelo Banco Mundial, a questão agrária voltou ao centro do debate mundial e nacional, afinal o Brasil é uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo, se não a maior. Corrida mundial por terras, estrangeirização ou internacionalização de terras, *land grabbing*, apropriação do controle da terra, financeirização da terra tornaram-se temas correntes de uma grande discussão. Do que se trata esse fenômeno? De onde veio e quais as suas consequências? Neste artigo, procuramos argumentar que ele remonta ao próprio surgimento do imperialismo na Inglaterra, Alemanha, etc. Tendo como ponto de viragem a primeira Grande Depressão (1873-1896), procuramos investigar a subordinação das terras aos bancos e ao capital financeiro por meio da industrialização da agricultura. Como este processo identificado por Engels na década de 1890 se retarda para se generalizar a partir da Revolução Verde, ser preparado pelo Banco Mundial e FMI na década de 1970 e surgir com toda a força na superfície a partir da crise de 2008. Segundo nossas conclusões estaria ocorrendo um processo de acoplamento da propriedade fundiária ao capital financeiro, que até então havia sido definido como a fusão dos monopólios do capital industrial e bancário. E a financeirização da terra estaria na base do surgimento de uma nova pirâmide especulativa a partir de algo sem valor, segundo a teoria da renda elaborada por Marx e Engels. O capital fictício, através da corrida mundial por terras estaria preparando o surgimento da "terra fictícia". Nesse sentido, o objetivo deste artigo é argumentar que a corrida mundial por terras não é um raio em céu azul, mas um fenômeno intrincado, desde o início, às políticas neoliberais de privatização, desregulamentação e criação de mercados mundiais. O texto busca evitar dois perigos metodológicos: a análise abstrata desconectada do real e o empirismo pouco explicativo. O caminho metodológico percorrido, entretanto, não corresponde à ordem de exposição aqui apresentada. Em oposição ao positivismo/empirismo, segundo o qual uma teoria científica seria uma coleção de dados empiricamente coletados e sistematizados - e que, portanto, assume como pressuposto uma identidade entre aparência e essência, entre forma e conteúdo -, nesta dissertação se assumem os pressupostos do método histórico dialético, seguindo a exposição de Caio Prado Júnior (1980) em *Dialética do Conhecimento*. Como diz Prado Jr. (1980, p. 533, grifado no original): "para se ter o conhecimento de algumas coisas, é preciso **organizar** a sucessão. É precisamente como procede o pensamento; e a observação, análise e compreensão desse processo constitui o primeiro passo para o método dialético". Contudo, a lógica dialética opera com categorias fluídas, já que a tese se transforma na sua antítese e vice-versa, e a busca do método dialético se dá por processos (PRADO JR., 1980, p. 535). O presente estudo, portanto, busca afastar-se da descrição, encontrar as interconexões e compreender o fenômeno enquanto unidade. Para captar os processos, os movimentos, as transformações do fenômeno, é preciso

deter-se em cada uma de suas fases, acompanhar conscientemente a marcha do desenvolvimento concreto.

Primeira Grande depressão, a profecia de Engels e o imperialismo

Karl Marx demonstrou, em *O Capital* (1984), que a livre concorrência gera concentração da produção e que esta, quando atinge determinado grau de desenvolvimento, se transforma em seu contrário, o monopólio. É exatamente quando a livre concorrência atinge seu apogeu que se inicia a história da formação dos monopólios, conforme uma das leis da dialética, qual seja, a transformação da quantidade em qualidade. Isso ocorre devido a um enorme crescimento do capital fixo em relação ao capital circulante, o que impõe somas vultosas para investimento inicial para um capitalista individual, dificulta a compensação da taxa de lucro e prolonga o período de rotação do capital (tempo de produção + tempo de circulação). Essa barreira é superada pela mobilização do capital, ou seja, pela transformação do capital fixo em capital monetário, por meio da centralização de capitais, da emissão de títulos sobre a propriedade, dando origem, assim, ao capital fictício (HILFERDING, 1985).

O imperialismo é a fase do capitalismo em que os expropriadores são expropriados por capitalistas monopolistas. Isso fica ainda mais evidenciado pela concentração, ou seja, pela formação dos monopólios no setor bancário. Conforme explica Lênin (1980, p. 35):

[...] a concentração de capitais e o aumento das operações bancárias modificam radicalmente o papel desempenhado pelos bancos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir apenas um único capitalista coletivo. Se atendermos à conta corrente de alguns capitalistas então parecerá que o banco se dedica apenas a operações puramente técnicas, unicamente subsidiárias. Porém, quando estas operações tomam uma extensão formidável, daí resulta que um punhado de monopolistas subordina a si as operações comerciais e industriais da sociedade capitalista em bloco; antes de mais, graças às ligações bancárias, graças às contas correntes e outras operações bancárias, eles podem conhecer exatamente a situação de tal ou tais capitalistas e, em seguida, controlá-los, agir sobre eles, alargando-lhes ou restringindo-lhes, facilitando-lhes ou entretendo-lhes o crédito e, finalmente, determinar inteiramente a sua sorte, determinar os rendimentos das suas empresas, privá-los de capitais, ou permitir-lhes aumentá-los rapidamente em proporções enormes, etc.

A concentração industrial conduz à concentração do crédito, ou seja, à concentração bancária. Esta, por sua vez, transforma-se numa alavanca para uma concentração industrial em escala muito maior, chegando a reunir todo um ramo industrial sob domínio de um único capital, isso porque é de seu interesse

a supressão da concorrência para obtenção de um superlucro.

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção (HILFERDING, 1985 p. 219).

Na época do apogeu da livre-concorrência, segundo Hilferding (1985), o fortalecimento da indústria implicou uma contradição. De um lado, fortaleceu os latifundiários, elevando os preços dos produtos agrícolas, aumentando assim a renda da terra. De outro lado, acentuou o poder da indústria de impor seu interesse por preços baixos. Nos primeiros capítulos de *A Crise Agrária*, Alberto Passos Guimarães (1982) mostra como o surgimento dos monopólios, aproximadamente na década de 1870 até meados do século XX, impactou sobre os destinos da agricultura mundial e sobre o acordo firmado entre latifundiários e capitalistas. Segundo Guimarães, o momento em que a aliança latifúndio-indústria que se estabeleceu na Europa pende, definitivamente, para a indústria é a revogação, em 1846, na Inglaterra, das *Corn Laws*, que até então regulavam as importações e as exportações de trigo.

Era a vitória do livre-cambismo (industrial) sobre o protecionismo (agrícola) [...]. A eliminação das barreiras erguidas pelas *Corn Laws* significou a abertura do país às importações de trigo e dos cereais secundários vindos dos países novos e em especial dos Estados Unidos. Tudo de acordo com os preceitos teóricos da economia clássica, em virtude dos quais seria indispensável, para a expansão da indústria, baixar os custos da alimentação da classe operária, a fim de com isso manter os salários nos níveis mais baixos possíveis (GUIMARÃES, 1982, p. 39-40).

Mas, segundo o autor afirma na sequência, os efeitos da competição estrangeira só afetariam as posições da agricultura europeia a partir de 1870. A primeira Grande Depressão (1873-1896) marcou a crise da

agricultura europeia devido à perda de lucratividade diante das novas condições criadas no mercado mundial, como a queda do preço do frete. O impasse estabelecido pela industrialização da agricultura e pelo aumento da renda fundiária foi resolvido em prol dos industriais *versus* agricultura, pelas importações agrícolas vindas dos países novos como Estados Unidos, Argentina e outros. A queda do preço do trigo levou à bancarrota milhares de proprietários de terras na Inglaterra, aumentando a venda em 20% em Dorset e 30% em Hunting (PERRY, 1973) o que fez Friedrich Engels (1984, v. VI, p. 1039), nas últimas linhas do seu *Aditamento ao Livro Terceiro de 'O Capital'*, escrito em meados da década de 1890, profetizar:

Os bancos que se espalharam tanto na Alemanha, sobretudo (com diversos nomes burocráticos), emprestam cada vez mais sobre hipoteca, e com seus títulos o verdadeiro domínio sobre as terras se transfere para a Bolsa, principalmente se os bens hipotecados caem nas mãos dos credores. Atua aí poderosa a revolução agrícola decorrente da cultura das planícies. A prosseguir assim, é de esperar o dia em que as terras inglesas e francesas ficarão subordinadas à Bolsa.

Ou seja, ao capital financeiro. Entretanto, essa subordinação às bolsas de valores viria a ocorrer apenas mais de cem anos depois. Isso porque, segundo Hilferding (1985, p. 319) estabeleceu-se um acordo entre industriais e latifundiários acerca do nível dos preços diante da ameaça dos operários; que, por sua vez, “[...] paralisou quase completamente a expansão do latifúndio, à custa do pequeno proprietário. Por outro lado, a luta comum pelas tarifas agrícolas uniu pequenos e grandes proprietários” (HILFERDING, 1985, p. 319). Essa paralisação da expansão do latifúndio se deu diante da resistência de uma forte propriedade pequena e média beneficiadas pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas. “Dessa forma, esse excedente de renda precisou buscar seu emprego sobretudo no investimento lucrativo da indústria” (HILFERDING, 1985, p. 320), o que foi beneficiado por uma alta taxa de lucro industrial a partir de 1895 e facilitado pelo sistema de ações, que criara a forma adequada para tais investimentos vindos de outras esferas.

Acresce o rápido desenvolvimento tanto das indústrias propriamente rurais e seu desenvolvimento em monopólio, fomentado pelo poder do Estado, como também o rápido desenvolvimento das indústrias localizadas na zona rural e, afinal, precisamente para os latifundiários maiores, a união entre propriedade agrícola e mineira que remonta a tempos antigos. Tudo isso transformou a classe latifundiária de uma classe cuja renda afluía dos bens de raízes numa classe cujos rendimentos afluem, além disso e em crescentes proporções, do lucro industrial e da participação no lucro do “capital móvel”. Por outro lado, **cresceu o interesse do capital financeiro**

pelo negócio hipotecário. Para sua expansão, contudo, é, *cateteres paribus*, decisivo o nível do preço da terra. **Quanto mais alto o preço da terra, tanto maior pode ser a dívida hipotecária.** Assim, o aumento dos impostos agrícolas tornou-se um importante interesse de uma parte não insignificante do negócio bancário. Ao mesmo tempo, **as rendas elevadas das grandes propriedades e arrendamentos incitavam a novo investimento de capital na agricultura, ao aumento da intensidade operacional da empresa e, com isso, ao maior emprego de equipamento e assim a nova expansão dessas esferas de investimento bancário** (HILFERDING, 1985, p. 321, grifos nossos).

Essa industrialização da agricultura, essa subordinação da agricultura à indústria tanto a jusante quanto a montante é que Alberto Passos Guimarães (1982) tem em vista quando define uma “crise agrária geral” diferente das crises agrícolas cíclicas de sub ou superprodução, pois a agricultura perde a capacidade de auto-sustentar-se, ou seja, deixa de ser uma atividade autônoma e passa a ser um ramo da indústria. Cada vez mais dependente dos insumos industriais comprados a preço de monopólio é incapaz de repassar esse aumento do custo de produção ao consumidor, pois o setor comprador também é controlado pelos monopólios e estes tem a necessidade de manter os salários dos operários no menor valor possível. Deste modo, a agricultura se vê presa numa espiral contraditória, pois o aumento do custo de produção e o aumento da renda fundiária torna necessário o aumento da industrialização da produção, o que recoloca a diminuição de sua lucratividade num patamar cada vez maior. Isto tornará a agricultura dependente de subsídios estatais indiretos e diretos. Estado este dominado pelo capital financeiro.

Contudo, esta comunidade de interesses entre capital financeiro mantém, ao mesmo tempo, uma contradição de interesses entre classes diferentes, qual seja, a tendência à queda da taxa de juros corresponde a uma elevação do preço da terra. Isso significa que, quanto maior o quinhão obtido pelos latifundiários sem nada ter produzido, menor é a fatia repartida entre lucro e juros, ou seja, entre capitalistas.

A década de 1870 marcou o início das exportações não apenas de mercadorias industrializadas, mas também de capitais em massa, ou seja, de máquinas e de indústrias de máquinas, que acabarão por penetrar no desenvolvimento capitalista da indústria e da agricultura dos países atrasados, tornando-os dependentes. A partir das exportações de capitais e importações de matérias-primas agrícolas, acaba por se firmar uma aliança entre capital e latifúndio em escala global. Mais especificamente, entre os monopólios dos países imperialistas e o latifúndio dos países coloniais e semicoloniais. Com maior razão, nesse caso, pode-se deduzir com isso ganhos de posições políticas dos monopólios nos Estados desses países, os quais têm uma maior presença dos

latifundiários em seu interior. Assim, pode-se dizer que o impasse entre o capital financeiro e os proprietários de terras não foi resolvido, mas retardado por meio de um processo de exportação do impasse e, portanto, da sua generalização.

Isso ficará evidente após as duas grandes guerras mundiais, principalmente, a partir da década de 1960 com a industrialização da agricultura nos países coloniais e semicoloniais; fenômeno que ficará conhecido como Revolução Verde. A “crise agrária”, ou seja, a subordinação da agricultura à indústria, iniciada no século XIX nos países desenvolvidos, se tornará um problema geral com a formação dos complexos agroindustriais em grande parte dos países do globo. Guilherme Delgado (2012, p. 13) mostra como o processo da formação dos complexos agroindustriais já se dá, desde o início, controlado por monopólios estrangeiros e nacionais em articulação com o monopólio da propriedade territorial. E veremos como, no estudo de caso brasileiro, esse processo recoloca a problemática discutida por Alberto Passos Guimarães e Rudolf Hilferding acerca dos países desenvolvidos.

Segundo Delgado (1985, p. 119), conforme a industrialização da agricultura brasileira se desenvolve, conforme a articulação dos complexos agroindustriais se estabelece,

[...] as necessidades de capital de giro tendem a crescer, quanto mais modernizada ou capitalista seja a agricultura, em razão do crescimento da mercantilização em todos os mercados e a paralela monetarização das relações de intercâmbio.

Nesse contexto, o papel dos bancos passa a ser crucial, uma vez que detendo virtualmente o monopólio de uma mercadoria bastante especial, o dinheiro, por eles passarão necessariamente as demandas crescentes de crédito de curto e de longo prazo. [...] o papel da política bancária com respeito a taxa de juros, prazos e resgates, carências, preços mínimos de garantia, “valores básicos de custeio”, por produto e nível de tecnologia, passa a ter importância fundamental para definição do nível e da composição da produção a curto prazo.

Desse modo, “[...] todo esse conjunto de ações bancárias-estatais configura um crescente domínio financeiro e estatal, regulando as condições de produção e formação da renda no setor agrícola” (DELGADO, 1985, p.123). Essa articulação do capital financeiro com a agricultura se deu por meio de um controle cada vez maior da dívida hipotecária pelos bancos.

A conexão do mercado de crédito com o que se poderia caracterizar embrionariamente como mercado de terras já começa por aqui, pela forma social específica com que se reconhece o título de propriedade territorial como hábil para respaldar o financiamento. Por seu turno, o preço que se

atribui a esses títulos será tão importante como fonte de antecipação do crédito à produção, como ainda terá influência sobre a demanda monetária para fins especulativos (DELGADO, 1985, p. 121).

E, *pari passu* à formação dos complexos agroindustriais, já se percebe a “partir de 1960, contudo, observa-se um crescente interesse do capital estrangeiro pela aquisição de imóveis rurais no Brasil.” (SAMPAIO, 1979, p. 42). Segundo Plínio de Arruda Sampaio, isso decorreu da expansão rodoviária a partir da construção de Brasília e dos programas de colonização do governo nacional, que disponibilizava favores fiscais e creditícios. Esse movimento do capital estrangeiro em direção a comprar terras brasileiras a partir da década de 1960 acabou dando origem a uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), criada em 1968, “[...] para apurar a extensão do fenômeno e suas repercussões econômicas, sociais e políticas” (SAMPAIO, 1979, p. 42). Essa CPI deu origem ao Relatório Veloso, que averiguou na época mais de 20 milhões de hectares brasileiros transacionados com grupos estrangeiros.

Desta forma, a formação dos complexos agroindustriais implicou em novas relações que apontam para uma outra forma de integração de capitais no

[...] âmbito da criação e negociação de títulos patrimoniais rurais. Essa atividade não gera o que se denomina “faturamento da produção rural”, sendo sua renda proveniente das transações de compra e venda de imóveis. Essas transações, típicas de criação e circulação dos títulos de propriedade, inscrevem-se com maior adequação no movimento da circulação financeira do mercado de terras, um campo peculiar de penetração do grande capital no negócio rural (DELGADO, 1985, p. 158).

Mas, segundo Delgado (1985), no período analisado por ele, as empresas organizadas sob a forma de sociedade por ações, que cresceram em área na agricultura brasileira, passando de 17,57% da propriedade total de terras em 1975 para 23,01% em 1980, em sua maioria, não operavam financeiramente nas bolsas de valores, mas se ligavam apenas a estratégias de diversificação do grande capital. O que mudará a partir de uma ação coordenada pelo Banco Mundial em dezenas de países pelo mundo.

Política agrária do Banco Mundial: preparando o mercado financeiro de terras

A expansão do agronegócio levou a um aumento do preço da renda fundiária, ou seja, maior a parte da mais-valia socialmente produzida coube aos proprietários de terra. A expansão da agroindústria financeira monopolista encontrou um limite, um outro monopólio que lhe poderia fazer frente com a transformação da terra em mera reserva de valor, os latifundiários. De modo coordenado, então, o imperialismo desenhou um conjunto de ações no sentido

de desbloquear esses limites, de maneira a criar um mercado financeiro de terras internacional. Em 1975, o Banco Mundial lançou um documento importante que passou a orientar sua política de investimentos no setor agrário mundial, o *Land Reform Policy Paper*. Na década de 1990, esse documento sofreu revisões em alguns aspectos, mas manteve o foco do Banco Mundial em patrocinar programas para a criação do mercado de terras internacional; esse conjunto de políticas a partir da década de 1990³ ficou conhecido internacionalmente como Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), com investimento de centenas de milhões de dólares em dezenas de países pelo mundo⁴.

A reforma agrária de mercado foi parte de uma política agrária mais ampla do Banco Mundial/FMI na difusão e na implementação do neoliberalismo em escala internacional; sendo a reforma agrária de mercado (MRAM) aplicada em países com grande concentração fundiária.

Em síntese, a política agrária do Banco Mundial consistiu em quatro grandes linhas de ação: “a) estímulo a relações de arrendamento como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) privatização de terras públicas ou comunais” (PEREIRA, 2009, p. 81). Para implementá-las, o Banco Mundial tem atuado no sentido de mudar as legislações agrárias, aumentando a liberação de empréstimos de modo a montar um aparato estatal para garantir a livre transação de terra e atração de capital para o campo. Maria Luisa Mendonça e Marcelo Resende (2004) enquadraram essas linhas de ação como percorrendo as seguintes etapas: a) cadastro e georreferenciamento dos imóveis rurais; b) privatização de terras públicas e comunitárias; c) titulação das posses; d) mercantilização da reforma agrária; e) mercado de terras; f) integração dos camponeses ao agronegócio.

O interesse do imperialismo na criação de um mercado financeiro de terras fica ainda mais evidente quando o Banco Mundial e alguns intelectuais citados por João Pereira revelaram os resultados esperados, os impactos que esse programa teria:

No crescimento e na eficiência econômica, porque facilitaria o acesso a crédito, uma vez que a terra poderia ser dada como garantia ao sistema financeiro. A oferta de crédito, por sua vez, incentivaria o investimento e elevaria o valor da terra, o que geraria efeitos na economia rural e na economia doméstica como um todo, dinamizando os mercados de

³ Os programas orientados pelo modelo de reforma agrária do mercado (MRAM) do Banco Mundial tiveram início na Colômbia, em 1994. No Brasil, funcionam desde 1997.

⁴ Sobre como a reforma agrária de mercado foi aplicada internacionalmente ver os seguintes estudos: Colômbia (MONDRAGÓN, 2004), Guatemala (TANAKA; WITTMAN, 2004), México (TANAKA, 2004), África do Sul (THWALA, 2004), Zimbábue (LEBERT, 2004), Índia (PIMPLE, 2004), Tailândia (LEONARD; AYUTTHAYA, 2004), Filipinas (BORRAS JR., 2006).

produtos e serviços e fornecendo as bases para o incremento do estoque de capital. **Importante: por sua imobilidade e indestrutibilidade, a terra poderia fomentar o desenvolvimento de mercados financeiros rurais.** A clareza legal e um sistema de administração de terras que garantissem a segurança dos direitos de propriedade favoreceriam, ainda, a redução de custos de transação praticados na economia rural e a assimetria de informações sobre os bens a serem transacionados, dinamizando os negócios imobiliários. Preconiza-se que tais direitos sejam privados e formais, para que a terra ganhe visibilidade econômica e se transforme em “capital” (PEREIRA, 2009, p. 44-45, grifo nosso).

Assim, fica evidente que o Banco Mundial adotara uma política informada por uma concepção monetarista da terra a qual busca [...] reduzir a terra rural a mero fator de produção. Pela lógica do MRAM, a terra rural é apenas mais uma *commodity* a ser transacionada no mercado [...] Trata-se de uma visão mercantil e monetarista, a qual foi estandardizada e exportada para várias sociedades como parte do pacote de contrarreformas liberais (PEREIRA, 2009, p. 308).

Mas, como aponta Peter Rosset (2004, p. 20):

É claro que conceder um título pode, em alguns casos, atender a uma demanda legítima e comum de pequenos agricultores para ter a posse segura de seu pedaço de terra. Contudo, um grave problema é que tudo isso está ocorrendo no contexto das políticas neoliberais – promovidas pelo Banco Mundial – que solapam a lucratividade e a viabilidade da agricultura familiar. A abertura do mercado nacional traz enormes prejuízos para os produtores locais, abaixando o preço de seus produtos e, basicamente, tornando a agricultura ou as pequenas fazendas economicamente inviáveis.

E, como demonstra Sérgio Sauer (2006), muitos proprietários acabam endividados e/ou cancelam o programa ou vendem/arrendam a propriedade. Ou seja, o Banco Mundial atinge com sucesso o aquecimento do mercado de terras e não consegue a diminuição da pobreza e da desigualdade social, pois o aquecimento do mercado de terras favorece a concentração e a centralização de terras em cada vez menos mãos. Como aponta Manuel Domingos Neto (2004), o índice de Gini no Brasil passou de 0,831 em 1992 para 0,843 em 1998.

Corrida mundial por terras e a Terra Fictícia

O biênio 2007-2008 foi marcado por uma crise mundial de grandes proporções. Bancos, seguradoras, empresas e Estados foram à bancarrota. Iniciada com o estouro de uma bolha financeira criada no mercado de hipotecas imobiliárias nos EUA, a crise chegou a fechar usinas de açúcar e etanol

no Brasil e resultou na queda dos preços das *commodities*, pois os capitais especulativos buscaram títulos de baixo risco e baixa rentabilidade como os títulos do governo norte-americano (DELGADO, 2012). Em seguida, os preços retomaram um processo inflacionário para, novamente, cair e de forma ainda mais aguda a partir da safra 2012/2013. Mesmo após a queda nos preços das *commodities*, pode-se perceber a continuidade da subida do preço da terra, verificando-se um “descolamento” entre a produção da mercadoria e a renda da terra (DELGADO, 2012; REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2015 e 2018). Ou seja, o aumento do preço da terra em plena queda dos preços das *commodities* desvelava a terra, propriamente dita, como um ativo financeiro, como alvo principal de investimento. Seria isso apenas conjuntural ou corresponderia a alguma tendência mais profunda do capitalismo? Dois movimentos realizados por grandes empresas monopolistas produtoras de *commodities* (soja, açúcar, milho, etc.), nesse período, apontam para uma realidade de maior fôlego do que uma resposta conjuntural à crise. Nos anos entre 2005-2007, essas empresas abrem seu capital nas bolsas de valores e entre 2008/2009, passam a atuar no mercado de terras comprando vastas extensões.

Neste período (2008/2009) verificamos que transnacionais produtoras de commodities como Cosan, SLC Agrícola, BrasilAgro, Sollus Capital, TibaAgro (por meio do Fundo VisionBrazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda.) **passaram a atuar no mercado de terras** no Brasil. Em alguns casos, como o da Cosan e da SLC Agrícola, **as empresas de capital aberto em bolsa de valores e constituídas no formato de holdings criaram imobiliárias agrícolas para negociar terras**: Radar Propriedades Agrícolas e SLC LandCo. em sociedade com fundos de pensão ou de investimentos internacionais (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2015, p. 32, grifo nosso).

Deste modo, o capital financeiro passa a adquirir terras por meio da participação societária em imobiliárias rurais em larga escala. Ou seja, o processo de preparação do mercado financeiro de terras longamente difundido pelo Banco Mundial finalmente mostraria sinais de realidade à superfície. Com o terreno sendo preparado desde a década de 1990, quando estourou a crise de 2008 rapidamente o capital migrou para o mercado de terras com intuito de obter o lucro de fundador da transformação de toda a terra em ativo financeiro. E isso ocorreu com uma velocidade extraordinária, que justificou o termo corrida mundial por terras:

[...] um estudo realizado pela HighQuest Partners, contratada pela OCDE, entrevistou 25 grupos financeiros que investiram em terras agrícolas em 2010.

Eles administravam um total de US\$ 7,44 bilhões em ativos agrícolas, e detinham cerca de US\$ 25 bilhões de capital investidos em terras e infraestrutura agrícola. [...] Segundo a Oxfam, entre 2008 e 2009, as transações de compra e venda de terras aumentou aproximadamente 200%. Um relatório do Oakland Institute mostra que, apenas em 2009, investidores estrangeiros adquiriram quase 60 milhões de hectares de terras na África (SASSEN, 2016, p. 114-115).

Mas o que, realmente, marca a diferença entre esse processo de apropriação de terras com as aquisições realizadas anteriormente, tais como as reveladas pelo Relatório Veloso na década de 1960 no Brasil, como mostrado a seguir, é que:

Um aspecto novo nos recentes processos de apropriação de terras e recursos está na entrada de atores (investidores), antes avessos a este tipo de transação, ou seja, empresas do setor financeiro (BANCO, 2010), fundos de pensão e fundos de investimentos (WILKINSON, REYDON e Di SABBATO, 2012), empresas do setor de petróleo (BORRAS et al., 2012; MCKAY et al., 2015), entre outros (SAUER; BORRAS JUNIOR., 2016, p. 19).

Ou seja, o que marca a diferença é o processo de financeirização da terra. Fairbairn (2014, p. 2), diante desse fenômeno, traz a seguinte questão: “[...] a virada para a terra, entre outros ativos, sinaliza uma mudança da financeirização? Ou simplesmente indica que a própria terra está sendo cada vez mais tratada como ativo financeiro?”

A securitização das transações do mercado de terras, seja de compra, de venda, ou arrendamentos (que se dependessem do Banco Mundial poderiam ser transferidos como se propriedade privada fossem), marca um salto de qualidade, uma mudança no processo de transformação da terra em ações e títulos negociados nas Bolsas de Valores. A securitização representa a fronteira da financeirização das terras agrícolas. Transformaria as terras agrícolas de um bem notoriamente ilíquido em um extremamente líquido. Securitização de imóveis residenciais é, naturalmente, generalizada e estava intimamente ligada à queda do mercado imobiliário dos EUA em 2008. A securitização de imóveis para terras agrícolas, no entanto, está apenas em seus estágios iniciais. Isso, provavelmente, significaria a agregação dos pagamentos de aluguel feitos por arrendatários em várias propriedades em um único fluxo de renda que os investidores poderiam então comprar, provavelmente na forma de ações em um fundo de terras agrícolas listado publicamente (FAIRBAIRN, 2014, p. 13).

A partir deste processo de substituição dos antigos proprietários de terras

pelo capital financeiro, a terra titulada transformar-se-á na base de uma nova pirâmide especulativa a partir de algo que não é capital, apenas terra. A valorização do capital financeiro terá como uma de suas bases o monopólio dos recursos naturais do mundo e, desse modo, deterá o poder de extrair o preço de monopólio a um nível como nunca antes teve oportunidade.

Os títulos dessa terra poderão ser multiplicados “n” vezes, criando assim uma *terra fictícia*⁵ nos mercados de futuros que renderão juros que nada mais são do que a capacidade de setores agrícolas com composição orgânica do capital superior em sugar o lucro de setores com composição orgânica inferior, favorecendo o processo de centralização das terras sob a forma de arrendamentos longevos. Uma vez que a terra mundial tenha sido apropriada/controlada pelo capital financeiro, a terra passará a corresponder à lógica do capital financeiro, que, como se viu nas últimas décadas, não tem o menor apego à produção. Pelo contrário, sua lógica, como bem disse Harvey (2013), é a acumulação por espoliação. O capital é uma força social poderosa, mas caótica. Águas, alimentos, minérios e ventos são apropriados não segundo um uso racional, mas segundo o interesse do lucro. E em tempos de terra fictícia, não há limite para a espoliação capitalista dos recursos finitos da natureza.

Considerações Finais

Segundo Lênin (1982, p. 212), Engels formulou a lei sobre a renda diferencial: “[...] quanto mais capital se investe na terra, quanto mais alto é o grau de desenvolvimento da agricultura e da civilização em geral num país, tanto mais elevada se torna a renda”. Isso porque a renda da terra é pressuposto para o preço da terra, e dada a renda fundiária ela varia na razão inversa da variação da taxa de juros (MARX, 1984, p. 928). Isso explica porque “o preço da terra tende a subir, independente mesmo do movimento da renda fundiária e do preço dos produtos agrícolas” (idem, p. 722), como aconteceu a partir de 2008, com o descolamento entre preço das *commodities* e o preço da terra.

As décadas de 1950 e 1960 operaram uma verdadeira revolução tecnológica no campo dos países atrasados levando ao surgimento de imensos complexos agroindustriais que unificavam ramos inteiros de produção. Este setor monopolista que se desenvolveu na agricultura estava desde seu início intrincado com os desígnios do capital financeiro. Tudo isso aumentou sobremaneira a tensão existente entre capitalistas de um lado e proprietários de terra de outro, pois a questão do aumento da renda fundiária e do preço da terra passaria a ser enfrentado em nível internacional pelo capital.

As crises de 1970 marcaram um salto de qualidade na crise estrutural do

⁵Guilherme Costa Delgado (1985, p. 197, grifo nosso) anteviu o surgimento da terra fictícia, quando escreveu que a solução da fixação do capital em terras tenderia a se dar pela “criação e circulação dos títulos de propriedade, à semelhança da potencialidade de emissão do capital fictício”.

capitalismo. Já em fins de 1970, o Banco Mundial expressava a necessidade do capital financeiro mundial em capturar o mercado de terras. Natural, diante da crescente quantia detida pelo proprietário de terra face ao amadurecimento do desenvolvimento capitalista na agricultura em larga escala nas décadas progressas. Esse movimento do capital financeiro em busca da renda da terra iria se acentuar na década de 1990, quando o receituário neoliberal havia se alastrado diante da crise da dívida externa da década de 1980 *vis a vis* com a implementação em grande parte do globo da reforma agrária de mercado. O intenso processo de financeirização que se assistiu em toda a economia a partir dos choques de petróleo encontrava uma estrutura agrária juridicamente instável que seria preciso atacar com dezenas de programas coordenados pelo Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e FMI, por mais de uma década, para que o mercado financeiro de terras pudesse funcionar. Internacionalizar e financeirizar a terra de todo o mundo demandava muito mais tempo de maturação da reforma agrária de mercado do que a internacionalização e financeirização de outros setores da economia demandou. Com o terreno sendo preparado desde a década de 1990, quando estourou a crise de 2008, rapidamente, o capital migrou para o mercado de terras com intuito de obter o lucro de fundador da transformação de toda a terra em ativo financeiro, correspondente aos ganhos objetivos da unificação, ou melhor, da integração das terras divididas em diversas propriedades.

O excesso de capital fictício acumulado nas esferas especulativas está custeando a maior “acumulação primitiva” de todos os tempos por parte do capital financeiro mundial; o capital financeiro enquanto classe transforma-se em proprietário de terras em detrimento de grandes latifundiários tradicionais e pequenos produtores. Ou seja, pode-se dizer que está ocorrendo a execução de uma contrarreforma agrária na etapa imperialista do capitalismo, pois se trata de um processo de concentração/centralização fundiária à nível mundial. A partir do momento em que este processo de substituição dos antigos proprietários de terras pelo capital financeiro se consumar, a terra titulada transformar-se-á na base de uma nova pirâmide especulativa a partir de algo que não é capital, apenas título de propriedade da terra.

A previsão de Engels apontava para o processo de subordinação das terras inglesas e alemãs ao capital financeiro, o desenvolvimento do imperialismo nesses países retardou esse processo ao colocar a centralidade da acumulação capitalista na exportação de capitais. Praticamente um século depois, a previsão de Engels mostra seu pleno acerto enquanto tendência, não podendo em sua época prever a escala que o fenômeno alcançaria no século XXI.

Referências

BORRAS JUNIOR, S. M. É possível implementar a reforma redistributiva através de esquemas de transferência voluntária de terra com base no mercado? Evidências e lições das Filipinas. In: SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. (Orgs) **Capturando a Terra.**

São Paulo: Expressão Popular, 2006.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.

DOMINGOS NETO, M. O "Novo Mundo Rural". *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

FAIRBAIRN, M. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. *The Journal of Peasant Studies*, Londres, jan. 2014.

GUIMARÃES, A. P. **A Crise Agrária**. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2013.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LEBERT, T. Reforma agrária e ocupação de terra no Zimbábue. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1980.

LEONARD, R.; AYUTTHAYA, K. N. Titulação da terra na Tailândia. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: DIFEL, 1984, (Vol. 1 a 6).

MENDONÇA, M. L.; RESENDE, M. Apresentação. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MONDRAGÓN, H. Colômbia: mercado de terras ou reforma agrária, eis a questão. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

PEREIRA, J.M.M. **A política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial: fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

PERRY, P.J. (org) **British Agriculture 1875-1914**. Bungay-Suffolk-London: Methuen & Co Ltd., 1973.

PIMPLE, M. Problemas e desafios da reforma agrária na Índia. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A Empresa Radar S/A e a Especulação com Terras no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAMPAIO, P. A. **Capital estrangeiro e Agricultura no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.

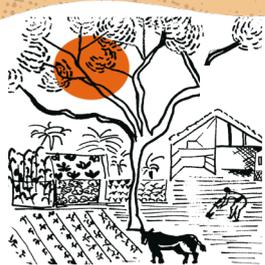
SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a 'reforma agrária de mercado'. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAUER, S. A. 'LAND GRABBING' E 'GREEN GRABBING': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, ed, esp., p. 6-42, jun. 2016.

TANAKA, L. S.; WITTMAN, H. Acordo de paz e fundo de terras na Guatemala. *In*: MARTINS, M. (Org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

TANAKA, L. S. A reforma agrária mexicana: do *ejido* à privatização. *In*: MARTINS, M. (org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

THWALA, W. D. A experiência sul-africana de reforma agrária. *In*: MARTINS, M. (org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.



A (in) ação estatal na promoção da segurança alimentar: análise da PGPM sobre produtos da cesta básica de 2019 a 2022

Raissa Santos¹
Leandro de Lima Santos²
Luiz Manoel Moraes de Camargo Almeida³
Henrique Carmona Duval⁴

Resumo: Iniciativas em políticas públicas de segurança alimentar se tornaram mais proeminentes no Brasil no final do século XX, especificamente envolvendo ações de amparo à produção e consumo como a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que busca a partir de diversos instrumentos equilibrar preços a partir de subsídios e estoques públicos, com vistas à estabilidade do abastecimento. No entanto, a discrepância entre os valores pagos aos produtores e os praticados no mercado pode afetar sua eficácia. A pandemia de COVID-19 acentuou os aumentos de preços, impactando consumo de alimentos fundamentais. Este estudo abordou as flutuações de mercado de produtos essenciais na cesta básica brasileira de 2019 a 2022, avaliando a ação estatal via PGPM na mitigação de impactos na renda dos produtores e no consumo familiar. Utilizando análises descritivas e exploratórias, revelou discrepâncias entre os preços recebidos pelos produtores e os praticados nos mercados, destacando a negligência governamental, evidenciada na diminuição das atividades da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ao longo do tempo. A ausência de investimento na reserva estratégica de alimentos expõe a fragilidade do Estado, indicando a necessidade de políticas mais abrangentes para assegurar estabilidade econômica e acesso adequado aos alimentos básicos, especialmente, em períodos de crise como durante a pandemia. O estudo sugere a urgência de reflexões e debates para desenvolver estratégias mais eficazes de abastecimento alimentar, como parte do compromisso estatal de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Palavras-chave: Segurança alimentar; Política de Garantia de Preços Mínimos; Estoques Públicos; Direito Humano à Alimentação Adequada; Pandemia da COVID-19.

Food supply of institutional markets by family agriculture in Mato Grosso do Sul seen by the cases of two collective organizations

Abstract: Initiatives in public food security policies became more prominent in Brazil at the end of the 20th century, specifically involving actions to support production and consumption such as the Minimum Price Guarantee Policy (PGPM), which seeks, using various instruments, to balance prices at from subsidies and public stocks, with a view to supply stability. However, the discrepancy between the amounts paid to producers and those practiced in the market may affect its effectiveness. The COVID-19 pandemic has accentuated price increases, impacting consumption of essential foods. This study addressed market fluctuations in essential products in the Brazilian basic food basket from 2019 to 2022, evaluating state action via PGPM in mitigating impacts on producers' income and family consumption. Using descriptive and exploratory analyses, it revealed discrepancies between the prices received by producers and those practiced in the markets, highlighting government negligence, evidenced in the decrease in the activities of the National Supply Company (Conab) over time. The lack of investment in the strategic food reserve exposes the fragility of the State, indicating the need for more comprehensive policies to ensure economic stability and adequate access to basic foods, especially in periods of crisis such as during the pandemic. The study suggests the urgency of reflection and debate to develop more effective food supply strategies, as part of the state's commitment to guaranteeing the Human Right to Adequate Food (DHAA).

Keywords: Food security; Minimum Price Guarantee Policy; Public Stocks; Human Right to Adequate Food; COVID-19 pandemic.

¹Graduada em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

²Graduado em Economia, doutor em Sociologia, professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor e pesquisador do PPGADR/UFSCar e PPGDTMA/Uniará. *Autor correspondente: leandrodelima@ufscar.br

³Graduado em Engenharia de Produção, doutor em Sociologia, professor associado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor e pesquisador do PPGGOSP/UFSCar e PPGDTMA/Uniará.

⁴Graduado em Ciências Sociais, doutor em Ciências Sociais, professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professor e pesquisador do PPGADR/UFSCar e PPGDTMA/Uniará.

Introdução

Os problemas relacionados à fome se tornaram tema de discussão mundial ainda no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, percebeu-se a necessidade de implementação de ações conjuntas entre os países, dando origem à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 1945. A FAO é uma agência da Nações Unidas que tem como principal objetivo garantir acessibilidade de alimentos seguros e em quantidade suficiente para se ter uma vida ativa e saudável. A organização conta com mais de 190 países membros, incluindo o Brasil (FAO, 2022).

Em 1948, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual se estabelece que todos os seres humanos possuem direitos pelo simples fato de terem nascido, sendo o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) considerado como tal. Anos depois, durante a Assembleia da ONU, assina-se o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que reafirma o DHAA e amplia sua definição, oferecendo instruções que iriam nortear as Cúpulas Mundiais da Alimentação realizadas em 1996 e 2002 (CONTI, 2009).

No Brasil, ainda na década de 1930, em resposta à crescente preocupação com a fome no mundo, o Governo Vargas implementou várias medidas para combater a subnutrição no país. Uma dessas medidas foi a instituição do salário mínimo e da cesta básica brasileira. A cesta básica consistia em treze alimentos essenciais, com quantidades especificadas para suprir as necessidades de um adulto durante um mês (SILVA, 1995). A partir de 1959, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) iniciou estudos para calcular o custo mensal de se adquirir todos os produtos da cesta básica nacional necessário a um trabalhador.

De outra feita, segundo Bel Filho e Bacha (2005), em 1943, adotou-se no Brasil um mecanismo peculiar de política de rendas com vistas limitar grandes oscilações de preços dos produtos agrícolas mais importantes, de modo a assegurar aos produtores uma renda mínima que garantisse o abastecimento interno de alimentos. Em suma, segundo Verde (2001), a PGPM é uma política através da qual o governo pode controlar preços de produtos agropecuários, pois consegue evitar a acentuada queda em períodos de safras excepcionais, com consequente alta da oferta, buscando manter de um nível mínimo de renda para o produtor rural, e, também, inibindo ainda o crescimento dos preços dos produtos para os consumidores em períodos de baixa oferta.

Em paralelo, alinhado à discussão voltada para o estabelecimento de uma cesta básica no Brasil, se encontra um país historicamente agrícola e que tem na agricultura grande respaldo para a geração de empregos, riqueza, fibras, bioenergia e alimentos. No fim das diversas cadeias produtivas, encontra-se o consumidor final, que nos últimos anos tem sido acometido com aumentos excessivos dos preços de produtos essenciais, condição que se agrava em

situações de vulnerabilidade social, como guerras ou problemas sanitários.

Em onze de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a pandemia da COVID-19. Alguns projetos no governo, como o auxílio emergencial, foram implantados com a finalidade de conter os impactos resultantes da pandemia. Os aumentos dos preços foram notáveis em grande parte dos setores econômicos e, principalmente, no setor alimentício. A título de comparação, a cesta básica na cidade de São Paulo, segundo a DIEESE, terminou o ano de 2019 custando R\$ 506,50. No ano seguinte, passou a custar R\$ 629,18, R\$ 654,60 em 2021 e terminou o ano de 2022 custando R\$ 762,23.

Sendo assim, este trabalho perfaz uma análise da dinâmica do mercado, com um enfoque primordial nas flutuações de preços e nas interações entre oferta e demanda de produtos essenciais da cesta básica amparados pela PGMP, são eles: arroz, feijão, açúcar e café. Buscou-se, simultaneamente a essa análise, avaliar os efeitos das políticas governamentais, especialmente da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), visando à estabilização dos preços e à proteção tanto dos produtores quanto dos consumidores. Compreendendo os impactos da pandemia de COVID-19 na economia, objetivou-se especificamente uma análise crítica das ações estatais em relação na promoção da segurança alimentar, destacando a relevância da intervenção governamental na regulação do mercado de alimentos no período de 2019 a 2022, que corresponde ao último quadriênio governamental federal. Partindo-se da hipótese que o Estado brasileiro foi omisso ou insuficiente em suas ações, a fim de garantir preços mínimos e justos aos produtores e preços adequados aos consumidores desses produtos no período em questão.

A presente formulação se valeu de dados descritivos e exploratórios, sendo realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. Pesquisou-se dados oficiais e informações que mantivessem interface com políticas de preços mínimos e as estratégias de estocagem adotadas pelo governo, valendo-se de indicadores sobre a produção, comercialização e preços praticados para as mercadorias selecionadas. Especificamente, foram organizados, analisados e discutidos dados de atuação da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), sob seus instrumentos de controle via instituição de preços mínimos e de estocagem pública de alimentos entre 2019 e 2022.

Tal análise de dados e constatações de pesquisa são precedidas de um referencial teórico, que se segue, com o propósito de orientar a discussão e proporcionar uma melhor compreensão dos resultados apresentados.

Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e segurança alimentar

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um termo que vem se constituindo ao longo dos anos, tendo origem na Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em

1948. Nessa declaração, é citado no artigo 25, parágrafo 1, que “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário...”. Além disso, em 1966, a ONU adotou o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – esse pacto está em vigência desde 1966 e foi ramificado pelo Brasil em 1992. Foi a partir desse pacto que o DHAA tomou relevância no âmbito dos Estados, uma vez que os direitos humanos são uma construção permanente (CONTI, 2009).

Esses tratados internacionais, intermediados pela ONU, reforçam a ideia de que o direito à alimentação deve ser assegurado pelo Estado, por meio de políticas públicas que garantam a segurança alimentar e nutricional e, conseqüentemente, o DHAA esteja garantido (TEO *et al*, 2017). Ou seja, a implementação de programas voltados à qualidade de vida da população não deve ser reconhecida como “favores” do governo para esta – ainda se apresenta muito essa visão devido a uma cultura paternalista e assistencialista presente no Brasil. Para isso, é importante ressaltar a importância de mecanismos de exigibilidade dos direitos a políticas e programas que garantam todos os fatores ditados no DHAA (CONSEA, 2010).

Como precedente, em 1943, nos Estados Unidos realizou-se a Conferência de Alimentação de Hot Springs, que teve como objetivo discutir estratégias para amenizar a destruição causada pela guerra. Foi assim que ficou definida a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), tendo início definitivo em 16 de outubro de 1945, sendo essa iniciativa considerada a principal articulação para definição de um plano estratégico contra a fome em nível mundial (SILVA, 2014).

Atualmente, a FAO é reconhecida como uma agência especializada, pertencente às Nações Unidas, no combate à fome ao redor do mundo. Ela tem como principal objetivo a garantia de acessibilidade a alimentos seguros e em quantidades suficientes para se obter uma vida saudável e ativa. Hoje, a organização conta com mais de 194 países membros, sendo o Brasil um desses (FAO, 2022).

Somente em 1986 que a segurança alimentar apareceu como um elemento para a política de abastecimento alimentar no Brasil, mesmo sendo este um membro da FAO desde sua fundação. Diferentemente do conhecido atualmente, o termo “segurança alimentar” limitava-se ao controle nutricional do indivíduo, por exemplo, a desnutrição infantil (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Em 1991 foi divulgada uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar brasileira que, mais tarde, em 1993, instituída durante o governo de Itamar Franco, dando surgimento ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), visando uma estratégia de unir as políticas agroalimentares, a comercialização, a distribuição e o consumo de alimentos e, ao mesmo tempo

que cria ações emergenciais para o combate à fome e ações de controle de qualidade alimentar (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Paralelamente às estratégias articuladas pelo governo brasileiro, em 1996, ocorreu a Cúpula Mundial da Alimentação, convocada pela FAO. Nesse momento, por influência de debates que vinham ocorrendo desde o primeiro momento que se falou em segurança alimentar, ficou definida a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo assim para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa, com preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos a longo prazo (FAO, 1996).

Sobre influência da definição adotada pela FAO, juntamente com as organizações nacionais e do CONSEA, o Brasil, durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, definiu SAN como:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis (II CNSAN, 2004).

Os efeitos dessa II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional repercutiram nas leis brasileiras. Após essa conferência, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal sancionaram a Lei nº 11.346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a qual incorpora todos os debates sobre a SAN nacional e internacional, sendo definida como:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Podemos ver que o conceito de segurança alimentar, apesar de ser discutido há anos, teve de fato a sua definição recentemente. Nessa definição cabem diversas interpretações, mas para Kepple (2010) o conceito da SAN implica

contemplar a renda, qualidade de vida, condições nutricionais e qualidade dos alimentos.

Dados apresentados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, no período de 2017-2018, 36,7% dos domicílios particulares apresentavam algum grau de insegurança alimentar, sendo 24% leve, 8,1% moderada e 4,6% grave⁵. Os dados para os domicílios rurais são ainda mais preocupantes. A mesma pesquisa analisada mostra que 7,1% desses domicílios apresentam insegurança alimentar grave.

Quando avaliados os dados por região, as regiões Norte e Nordeste apresentam os números mais preocupantes. 57% dos domicílios na região Norte apresentam IA, e 50,3% na região Nordeste, ou seja, mais da metade da população dessas regiões não teve acesso adequado a alimentos. Já as menores taxas de IA estão presentes da região Sul e Sudeste: 20,7% e 31,2%, respectivamente (IBGE, 2020). Com o intuito de caracterizar os domicílios na situação de insegurança alimentar, a pesquisa avaliou abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Desses domicílios, 19,4% não têm obtenção de água pela rede geral de abastecimento de água, 47,2% do esgoto não é coletado por rede geral, pluvial ou fossa, e 21,1% do lixo desses domicílios não são coletados diretamente por serviços de limpeza (IBGE, 2020).

Analisando os dados apresentados e vinculando-os com falas citadas por Hoffman (1995), a situação da insegurança alimentar no Brasil está, não apenas, mas muito ligada à renda das famílias brasileiras. As condições sociais e sanitárias em que a população pobre vive influencia em seus alimentos e na dificuldade para a obtenção desses alimentos, elevando os fatores da IA.

A quantidade de calorias a ser ingeridas por pessoa também é um fator relevante quando se fala sobre insegurança alimentar. Alguns fatores devem ser levados em consideração para ser estimulado esse cálculo, por exemplo, sexo, idade, nível de atividade física, o estado fisiológico e a saúde (presença ou não de doenças), mas, para efeitos gerais da população brasileira, se utiliza a quantidade de dois mil quilocalorias diárias em média (BRASIL, 2008). A falta recorrente da ingestão das calorias necessárias pode vir a agravar uma desnutrição energético-proteica. Além disso, há a desnutrição relacionada à falta de nutrientes no corpo humano, como falta de ferro, carência de iodo e carência de vitamina A. Essas deficiências nutricionais também são conhecidas como

⁵A pesquisa se vale de parâmetros da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), método de percepção e situação alimentar domiciliar, que serve para captar diferentes dimensões da Insegurança Alimentar (IA), que vão desde o receio de sofrer a privação alimentar no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, pela limitação da qualidade e quantidade de alimentos consumidos, IA Moderada, até chegar ao nível mais grave de fome já atingido, IA grave (SEGALL-CORRÊA *apud* SANTOS *et al.*, 2016). Atualmente, a aplicação da EBIA é um procedimento amplamente difundido ao se avaliar políticas públicas no Brasil, sendo utilizada pelo governo em pesquisas sobre situação alimentar como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (GRACIANO *et al.*, 2018).

“fome oculta” (BELIK, 2003).

Ainda, deve ser levada em consideração a qualidade dos alimentos presente da dieta alimentar. O conceito da SAN contempla a ideia de que todos os cidadãos têm o direito de consumir alimentos de qualidade, que satisfaçam as quantidades nutricionais necessárias e respeitem os costumes que esses cidadãos possuem (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

A ingestão de alimentos contaminados, deteriorados e com uma dieta desbalanceada atinge grande parte da parcela de baixa renda no Brasil. As condições sanitárias domiciliares, a falta de equipamentos para a conservação dos alimentos bem como energia elétrica e geladeira influenciam diretamente na qualidade dos alimentos que está sendo consumido (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

O Estado e o abastecimento alimentar: política agrícola, a garantia de preços mínimos e a cesta básica brasileira

No setor agrícola, políticas intervencionistas foram historicamente impulsionadas por situações de calamidade como guerras mundiais. Nessas situações, falhas de mercado geralmente desencadeiam desabastecimento alimentar, impondo penúrias às populações. Sendo a agricultura atividade sujeita a fatores econômicos, políticos, bem como a fatores não controlados pelo ser humano, como problemas climáticos e situações de produção descontinuada, o Estado deve criar políticas de estabilização de preços e subsídios, com vistas à proteger a agricultura local, seja da competitividade internacional desigual ou problemas internos de produção que proporcionem adversidades (DELGADO, 2008).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, existem normas e diretrizes que amparam a política públicas destinada exclusivamente à agricultura. O artigo 187 do texto constitucional traz em seus termos o conceito de política agrícolas:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei [...], levando em conta, especialmente: I - os instrumentos creditícios e fiscais; II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização; [...]

Além do texto presente na constituição, a Lei de Política Agrícola, nº 8.171/91, cita em seu artigo 3º que:

São objetivos da política agrícola:

I - [...] o Estado exercerá função de planejamento [...], visando assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícolas, a regularidade do abastecimento interno, especialmente alimentar, e a redução das disparidades regionais;
II - sistematizar a atuação do Estado [...], reduzindo as incertezas do setor;

[...]

X - prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família; [...]

Pode-se observar que a Lei de Política Agrícola tem a responsabilidade de assegurar o abastecimento alimentar interno e prestar apoio institucional ao produtor, em especial, ao pequeno produtor. Ainda sobre a lei de políticas públicas, o artigo 4º cita as ações e instrumentos que o Estado utilizará, a fim de garanti-la:

Art. 4º As ações e instrumentos de política agrícola referem-se a:

I - planejamento agrícola; [...]

VII - produção, comercialização, abastecimento e armazenagem; [...].

Para Ramos (2009), a política agrícola corresponde a uma série de ações do Estado voltadas para a agropecuária, realizadas por meio de planos, ações e programas do governo direcionados ao setor agropecuário. Ramos ainda cita que a política agrícola brasileira se ramifica em duas partes: uma voltada aos produtores, que envolve o custeio, a comercialização e o investimento produtivo (crédito), e a outra é voltada para apoiar os preços e a formação de estoques estratégicos, sendo uma das medidas asseguradas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Segundo Delgado e Conceição (2005, p. 98):

Tradicionalmente no Brasil, as políticas de preços agrícolas foram conectadas à formação de estoques físicos. Mas, o caráter tradicionalista de tais políticas não significa que as mesmas tiveram propósitos de segurança alimentar, em seus aspectos de provisão de auto-suficiência, pelo lado de oferta, ou acesso universal aos consumidores de uma cesta básica de produtos alimentares oriundos do setor agrícola, pelo lado da demanda.

Ainda segundo Delgado e Conceição (2005), as estruturas estatais de organização dos mercados agrícolas formuladas desde a década de 1930, foram mais eficazes na proteção do nível da renda do conjunto do setor agrícola, do que propriamente na estabilização dos preços dos produtos da cesta básica (que será apresentada adiante neste trabalho) com vistas à estruturação das taxas de salário, sendo esta última atribuição deslocada para a uma gestão específica da política de estoques públicos, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980.

À partir de 1991, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que surge da fusão da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e Companhia Brasileira de Armazenamento

(Cibrazem), torna-se responsável pelo planejamento e execução da PGPM, no Brasil (BEL FILHO; BACHA, 2005). Como parte integrante da política, cita-se o instrumento Aquisição do Governo Federal (AGF), que norteia a compra para garantia dos preços mínimos de produtos que fazem de um rol de mercadorias fundamentais, formando estoques públicos, com vistas sobretudo à recuperação dos preços aos produtores quando abaixo do mínimo previamente determinado (CONAB, 2021). Outro mecanismo de PGPM é o EGF (Empréstimo do Governo Federal), que é destinado a prover recursos aos produtores rurais para financiar a estocagem de produtos durante a safra, quando os preços tendem a ser menores devido à maior oferta. Esse armazenamento permite a venda dos produtos na entressafra, quando os preços normalmente eram mais altos devido à menor oferta (CONAB, 2023).

Segundo Coelho (2001), o EGF se apresentava em duas modalidades: EGF-SOV, sem opção de venda, funcionando como um empréstimo convencional no qual o produtor armazenava o produto em sua fazenda ou em outros armazéns; e EGF-COV, com opção de venda, permitindo-se a venda do produto ao governo caso, ao final do período, os preços não cobrissem os custos de armazenamento, transformando-o em AGF (Aquisição do Governo Federal). Em resumo, com essas ações, o governo consegue interferir para que não haja tanta oscilação dos preços recebidos pelos produtores, garantindo, assim, uma receita mínima para estes e, conseqüentemente, assegurando o abastecimento interno de alimentos (RAMOS, 2009).

Em perspectiva complementar de discussão, na década de 1930, o Brasil, que era governado por Getúlio Vargas, enfrentava problemas sociais e de saúde pública, entre eles, a subnutrição, sendo esta associada à pobreza extrema, às práticas alimentares inadequadas e à serviços de saúde precários. Diante desse reconhecimento, sabia-se que era necessário corrigir as causas por meio de ações de políticas públicas que ajudassem os grupos de maior vulnerabilidade. Assim, como parte de uma série de políticas públicas com o objetivo de diminuir os problemas enfrentados pelas classes sociais mais pobres, o governo instituiu o salário mínimo, que tinha como objetivo “satisfazer às necessidades normais do trabalhador e sua família”. Além disso, durante o Governo de Vargas, foi implantado o Serviço de Alimentação e Providência Social, que promovia a instalação de refeitórios em empresas maiores, além de diversas outras estratégias relacionadas à alimentação da população (SILVA, 1995).

Nesse contexto, o Decreto-Lei nº 399/1938 regulamentou o salário mínimo e determinou a consideração de treze alimentos que compõem a cesta básica, e que deveriam ser contemplados pelo poder de compra da remuneração do trabalhador. Esses alimentos foram estudados e definidos com base na indicação do que seria uma alimentação saudável para uma pessoa adulta (SILVA, 1995). Em um primeiro momento, a estipulação das quantidades de cada item da cesta

básica era feita por regiões. O quadro abaixo apresenta as quantidades mensais definidas por cada região do país.

Quadro 1 - Provisões mínimas de cesta básica brasileira.

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Tomate	9,0 kg	12 kg	9 kg	9 kg
Pão francês	6,0 kg	6 kg	6 kg	6 kg
Café em pó	600 gr.	300 gr.	600 gr.	600 gr.
Banana	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3,0 kg	3 kg	3 kg	3 kg
Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Decreto-Lei nº 399, de 1938.

A Região 1 era composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal. A Região 2 abrangia os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A Região 3 incluía o estado do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A categoria Nacional referia-se à cesta básica média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Cabe salientar que a cesta básica nacional é composta por treze itens, determinados a partir de dados socioeconômicos da década de 1930, quando o decreto-lei foi promulgado. À sua época, tais alimentos tinham como objetivo atender às necessidades de sustento dos trabalhadores, garantindo bem-estar e nutrição adequada, e até hoje, em grande parte, estão presentes na ração essencial mínima compõem a base da alimentação brasileira (PASSOS; BERNARDI; MENDES, 2014).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza um estudo mensal desde 1959, no qual acompanha o custo

da cesta básica nacional em treze estados brasileiros. Esse estudo também estabelece o gasto mensal que o trabalhador deve ter para conseguir acompanhar as variações de preços dos produtos presentes na cesta básica. Por fim, o DIEESE determina quantas horas uma pessoa assalariada deve trabalhar para adquirir os produtos definidos na cesta (FIOCRUZ, 2003).

Um estudo realizado por Santana e Sarti (2020) analisa a qualidade nutricional da cesta básica. Os resultados mostram a necessidade de uma revisão visando esse parâmetro, uma vez que essas necessidades ao longo do tempo sofreram mudanças. Levando em consideração as quantidades energéticas disponíveis nos itens da cesta, foi determinada uma quantidade elevada, considerando-se as necessidades para homens e mulheres adultos. Além disso, foi observada uma deficiência em cálcio, potássio e vitamina A. Durante esse estudo, também foi notada uma falta de produtos *in natura* ou minimamente processados, como frutas, legumes, verduras, leite e cereais.

Em relação à produção generalizada de alimentos em larga escala, dados apresentados pela EMBRAPA mostram que o Brasil teve um aumento do rendimento de 346% para o trigo, 317% para o arroz e de 270% para o milho no período de 1975 a 2017 (EMBRAPA, 2018). Em 2020, o Brasil ocupou a 4º lugar no ranking de produção de grãos no mundo. Ocupa o primeiro lugar em produção de carne bovina, de açúcar e de café. Quanto às frutas, o mesmo estudo aponta o país como o 3º maior produtor de frutas do mundo (GUARALDO, 2021).

Vale ressaltar que a segurança alimentar abrange em seu conceito, um ideal muito mais complexo do que apenas olhar para a produtividade de alimentos do país. O conceito de segurança alimentar deve se referir ao acesso a alimentos em quantidades suficientes, a um custo que não comprometa uma parcela substancial da renda familiar total, ou seja, esse custo não pode dificultar a obtenção de outros fatores necessários para uma vida digna e sustentável (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Sendo assim, é fundamental o reconhecimento do dever de o Estado garantir políticas públicas promotores de uma alimentação saudável e regular à sua população. Portanto, é indispensável que o sistema alimentar seja estável e autônomo e que a dependência de importações para atender à demanda nacional seja minimizada (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

Nesse contexto, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) desempenha um papel crucial, pois oferece suporte aos produtores durante a safra, facilitando-lhes a estocagem e fornecendo-lhes apoio financeiro. Isso não só contribui para manter uma oferta estável ao longo do ano, evitando flutuações nos preços, mas também influencia positivamente a disponibilidade de alimentos, especialmente, durante períodos de entressafra, quando a produção está reduzida. Assim, a PGPM ajuda a garantir a continuidade do abastecimento no mercado, estabilizando preços e fortalecendo as bases para uma alimentação

acessível e regular para toda a população.

Resultados e discussões

Este estudo propôs uma análise das flutuações de mercado referentes a quatro itens essenciais da cesta básica alimentar no contexto brasileiro, investigando as medidas adotadas pela PGPM entre 2019 e 2022 para mitigar impactos na renda dos produtores e na manutenção do consumo familiar. A pesquisa partiu da premissa de que as ações do Estado foram limitadas ou inadequadas para assegurar preços justos aos produtores e acessíveis aos consumidores durante o período em análise.

Para tal análise, foram tomados dados apresentados pela Conab referentes aos preços de venda dos produtores e aos preços de compra pelos consumidores finais para arroz, feijão, açúcar e café durante o período de 2019 a 2022. É importante notar que grande parte desse intervalo foi marcada por uma pandemia, o que intensificou a vulnerabilidade social da população brasileira mais pobre. Na sequência, são apresentadas informações registradas pelo governo via Conab, em relação à política de preços mínimos e à estocagem desses produtos no período em questão.

Análise de preço de venda dos produtos – consumidor

A pandemia de COVID-19, que se alastrou globalmente a partir do início de 2020, trouxe consigo uma série de desafios econômicos, sociais e de saúde pública. Um dos aspectos notáveis desse período foi o aumento dos preços dos produtos alimentícios em muitas partes do mundo. O preço médio da cesta básica brasileira passou de R\$ 443,20 em 2019 para R\$ 546,85 em 2020, R\$ 599,40 em 2021 e finalizou 2022 no valor de R\$ 675,10 (DIEESE, 2023).

O consumo nacional de arroz é majoritariamente sustentado por agricultores brasileiros, que são os responsáveis por abastecer as prateleiras dos supermercados. O arroz foi um dos produtos da cesta básica com maior aumento de preços no período pandêmico, chegando a custar mais de R\$ 24,00 o pacote de 5 kg. Além de ser um grande consumidor do grão, o Brasil produz cerca de 1,5% da produção mundial de arroz (SILVA; WANDER; FERREIRA, 2021).

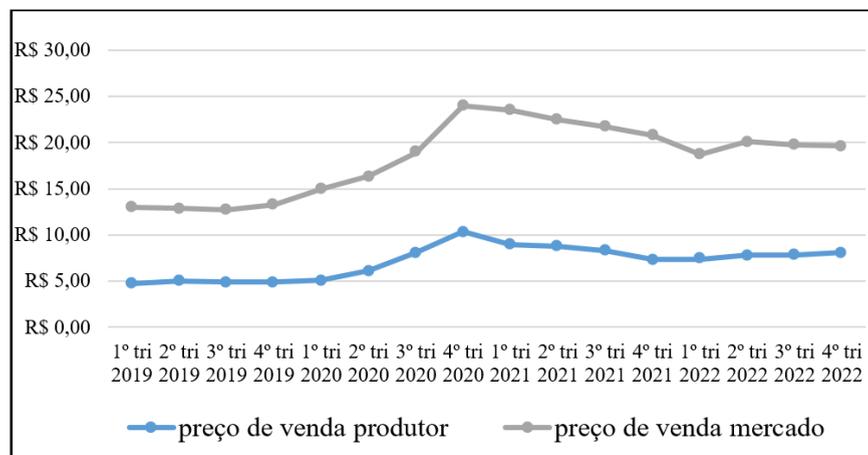
O Gráfico 1 apresenta uma comparação do preço de venda do arroz para o produtor e para o mercado. Pode-se observar que os percentuais de variação nos preços de venda do arroz para os produtores e no mercado foram marcados por diferentes trajetórias. No ano de 2019, os preços de venda do produtor aumentaram em 5%, enquanto os preços de mercado tiveram um crescimento mais moderado, com um aumento de 2%.

O ano de 2020 se destacou com um aumento expressivo nos preços de venda para os produtores, registrando uma significativa variação de 103%. Em contraste, os preços de mercado também aumentaram consideravelmente, mas

em uma medida um pouco menor, com um crescimento de 60% ao longo do ano.

Em 2021, ambos os indicadores apresentaram variações negativas. Os preços de venda do produtor tiveram uma queda de 17%, refletindo uma redução acentuada, enquanto os preços de mercado diminuíram em 11%, porém, em uma proporção um pouco menor em comparação ao produtor. Já no ano de 2022 ambas as categorias registraram aumentos, mas os percentuais foram mais modestos em comparação aos anos anteriores. Os preços de venda do produtor subiram 9%, enquanto os preços de mercado tiveram um aumento de 5%.

Gráfico 1 - Preço do arroz.



Fonte: CONAB, 2023.

O arroz apresentou uma característica diferente, quando comparado aos outros produtos analisados adiante neste trabalho, pois por diversas vezes, o percentual de aumento de preços do produtor ficou maior do que o mercado. Essa variação é justificada em um trabalho realizado por Oliveira *et al* (2023), em que mostra que a produção nacional de arroz apresentou variações, com uma tendência de queda a partir de 2018, seguida por um aumento após um pico nos preços em 2020. Apesar da diminuição na área plantada, a produtividade cresceu consideravelmente entre as safras de 2016/17 e 2019/2020, o que impulsionou as exportações, mesmo com a redução da área de plantio.

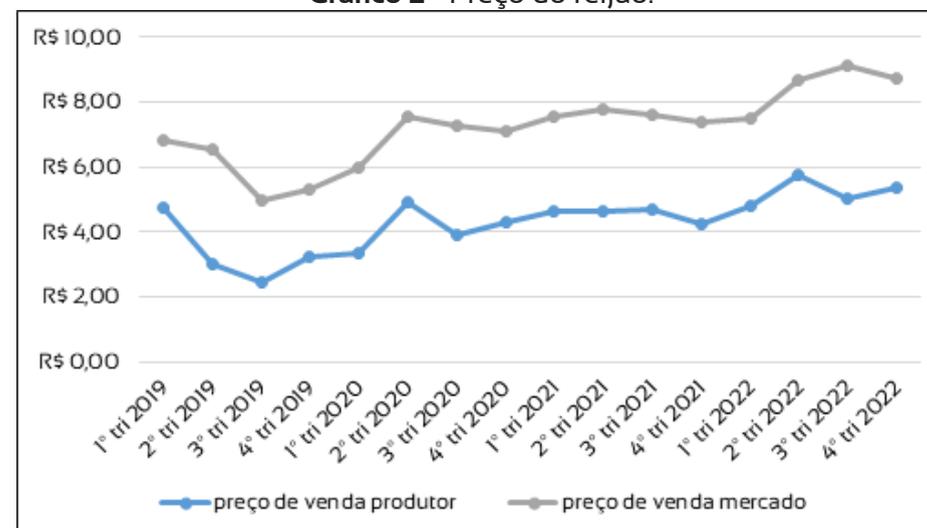
Além dos fatores internos que influenciaram os preços, falhas de mercado em países exportadores, como Índia, Tailândia, China e Vietnã, contribuíram para a alta nos preços internacionais antes mesmo da pandemia. Com o início da crise da COVID-19, a demanda por arroz aumentou abruptamente tanto no mercado interno quanto no externo, levando países importadores a estocar o produto para garantir a segurança alimentar. A escassez da oferta nos países exportadores

favoreceu a aquisição da produção brasileira, impulsionada pela desvalorização cambial, o que tornou o arroz do Brasil mais competitivo internacionalmente, resultando em uma diminuição da oferta (OLIVEIRA *et al*, 2023), justificando, assim, o aumento dos preços de venda dos produtores.

Tendo também uma grande força tradicional nas refeições brasileiras, o feijão é um alimento com ótimas propriedades nutritivas, sendo rico em fibras, proteínas, vitaminas e minerais. Mais uma vez, o país é referência de produtividade desse grão. Por exemplo, em 2020, o Brasil ficou responsável por 4,8% da produção mundial (ARAGÃO; CONTINI, 2021). Observando-se os dados da análise do feijão (Gráfico 2), há uma diferença de comportamento dos valores praticados do produto quando comparado ao arroz, pois sofreram mais variações ao longo do período e tiveram seu pico de preço no terceiro semestre de 2022, chegando a custar R\$ 9,00 o pacote de 1 kg.

Para o produtor, o maior preço de venda ficou no segundo trimestre de 2022, quando captou pouco mais de R\$ 5,00. A maior diferença encontrada foi em 2019, quando o produtor vendeu o feijão por menos da metade do valor encontrado no mercado. Uma análise percentual da diferença entre o aumento para o produtor e para o consumidor final resulta em 13% do início de 2019 ao fim de 2022 para o produtor, enquanto nos mercados teve um aumento de 28%. A maior diferença percentual ficou no ano de 2019, quando, ao longo do ano, o feijão foi vendido pelo produtor 71% mais barato, porém, chegou às prateleiras com um valor apenas 23% menor comparado ao mesmo período.

Gráfico 2 - Preço do feijão.



Fonte: CONAB, 2023.

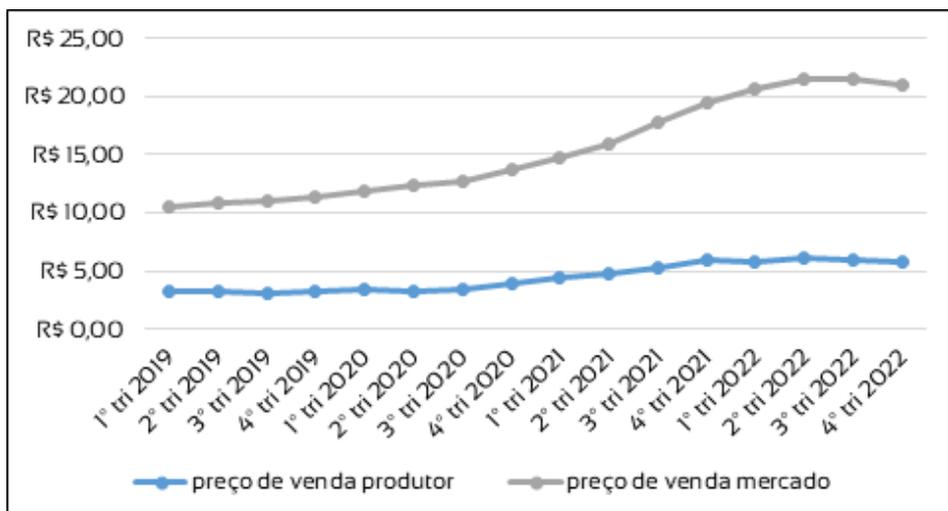
A seguir tem-se a análise do preço do açúcar. A EMBRAPA divulgou em 2021 que o país liderou a produção mundial desse produto, chegando a ser responsável por 30% da produção mundial (ARAGÃO; CONTINI, 2021).

Conforme apresentado no Gráfico 3, a maior alta nos preços de açúcar no Brasil aconteceu no segundo trimestre do ano de 2022, chegando às prateleiras em um valor de aproximadamente R\$ 20,00, mais que o dobro comparado em início do ano de 2019. No gráfico apresentado, fica clara a diferença dos aumentos dos preços representados pelas curvas “preço pago ao produtor” versus “preço encontrado no mercado”.

Durante esse período, houve um aumento significativo nos preços de venda para os produtores e nos preços de mercado. Os preços de venda para os produtores aumentaram aproximadamente 85,13% de 2019 ao fim de 2022. Por outro lado, os preços de mercado chegaram a um aumento de aproximadamente 101,15%, indicando uma variação ainda maior nos preços encontrados pelos consumidores no mercado. Esse aumento percentual mais alto nos preços de mercado sugere que os consumidores enfrentaram um aumento proporcionalmente maior do que os produtores no período avaliado.

Vale o destaque do percentual da diferença do aumento dos preços, que vai para o ano de 2019. Para o produtor, os preços atingiram R\$ 3,18 no último trimestre, o que representa um aumento percentual de cerca de 0,63% em relação ao primeiro trimestre. Já no mercado, os preços atingiram R\$ 11,36 no último trimestre, o que representa um aumento percentual de cerca de 8,80% em relação ao início do ano.

Gráfico 3 - Preço do açúcar.



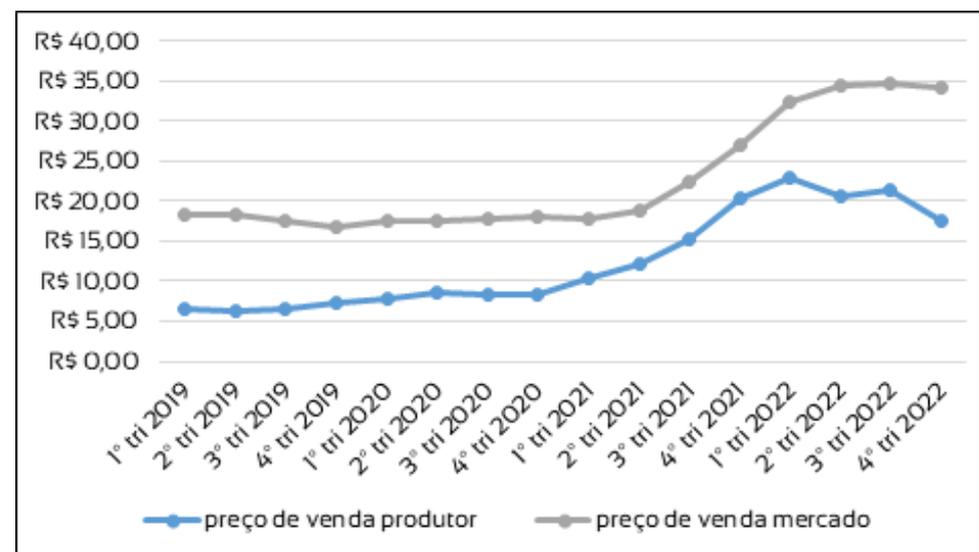
Fonte: CONAB, 2023.

No Brasil, que é o segundo maior consumidor de café do mundo, viu-se o quilograma chegar a mais de R\$ 30,00 reais em 2022. O Gráfico 4 apresenta o aumento desses preços, além de representar uma diminuição do valor do café pago ao produtor no mesmo período que o produto teve a sua maior alta nos mercados. Nesse período, produtores enfrentaram uma queda acentuada de 23% na produção, contrastando com um mercado que registrou um aumento de 6%, apresentando, assim, um comportamento diferente quando comparado aos outros anos analisados.

O café, assim como os dados apresentados do arroz, enfrenta um competidor forte na briga para segurar os preços do produto no mercado: a exportação. Um estudo apresentado pelo Datamar (2023) traz os valores de exportação do café ao longo dos anos de 2019 a 2022. Nesses dados, é possível observar um aumento da exportação no final do ano de 2020 e durante o ano de 2021. Justamente nesse período, o preço do produtor desse produto chegou ao aumento percentual de 98%.

Já no ano de 2022, o mesmo estudo realizado pelo Datamar (2023) apresenta uma redução de 6,14% nas exportações do café. No mesmo ano, o produtor teve uma redução de 23% no seu preço de venda, comprovando mais uma vez a dependência do mercado de café brasileiro pelas exportações.

Gráfico 4 - Preço do café.



Fonte: CONAB, 2023.

A análise dos preços de produtos fundamentais da cesta básica revela um panorama complexo do mercado brasileiro entre 2019 e 2022, notadamente,

durante o período marcado pela pandemia de COVID-19. O aumento significativo nos preços médios da cesta básica, conforme dados do DIEESE, reflete a pressão inflacionária sobre os itens essenciais, afetando diretamente a economia familiar.

O destaque recai sobre o arroz, feijão, açúcar e café, produtos emblemáticos na dieta brasileira. O arroz, apesar de sua importância cultural e da expressiva produção nacional, experimentou um aumento notável de preço, impactando tanto o produtor quanto o consumidor final. O feijão, rico em nutrientes e relevante na alimentação do país, mostrou variações mais acentuadas nos preços, resultando em discrepâncias significativas entre o valor pago ao produtor e o preço encontrado no mercado.

A liderança do Brasil na produção global de açúcar também não escapou das flutuações de preço. O aumento expressivo nas prateleiras contrasta com as variações menos acentuadas no preço pago ao produtor, evidenciando discrepâncias no repasse desses custos ao longo da cadeia produtiva.

Em síntese, essa análise destaca não apenas a volatilidade dos preços dos produtos básicos, mas também as discrepâncias entre os valores recebidos pelos produtores e os preços praticados nos mercados. Essas diferenças reforçam a complexidade dos desafios enfrentados pelos agricultores e consumidores, ressaltando a necessidade de políticas que promovam equidade ao longo da cadeia produtiva, visando não apenas à estabilidade econômica dos produtores, mas também à acessibilidade aos alimentos essenciais pela população.

Análise da PGPM em relação aos produtos selecionados

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) visa garantir para os produtores uma segurança para o cultivo desses produtos. Atualmente, os preços mínimos são definidos pelo custo variável de produção, e as ações voltadas para a PGPM são acionadas quando o preço de mercado chega a ser menor que o preço mínimo divulgado pela CONAB. A Tabela 1 apresenta o preço mínimo dos quatro produtos apresentados até então, nos anos de 2019 a 2022.

A política de preços mínimos é responsável pelo principal meio de obtenção de produtos para os estoques do governo, a AGF. É por meio dessa política que o governo compra a mercadoria dos produtores, garantindo um preço justo, e posteriormente abastece o mercado, diminuindo a possível elevação dos preços de produtos considerados essenciais.

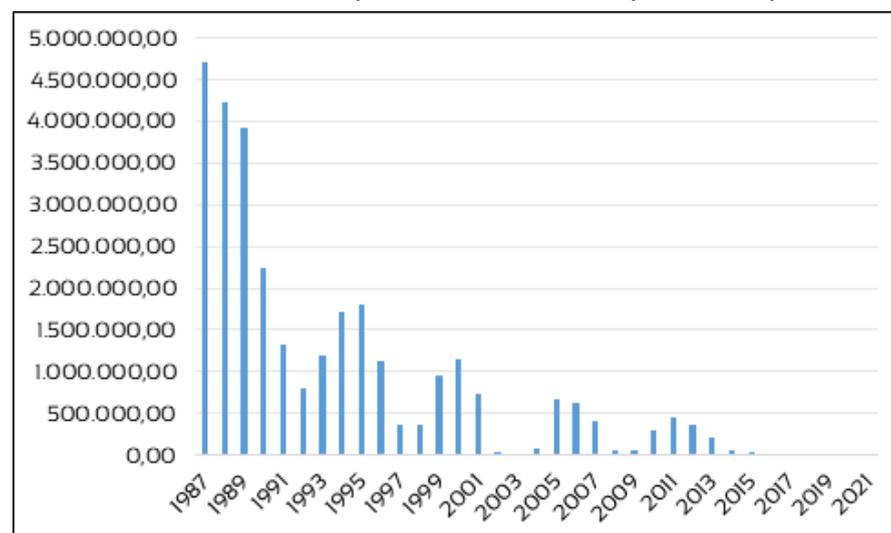
Os gráficos 5, 6 e 7 apresentam a variação do volume adquirido de arroz, feijão e café por meio da AGF, respectivamente. Vale ressaltar que os estoques públicos de açúcar não são abastecidos pela AGF.

Tabela 1 – Preço mínimo

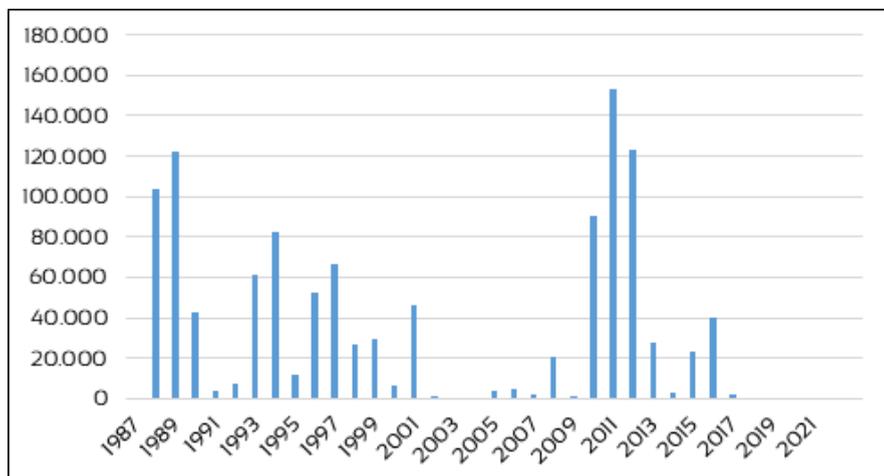
Produto	Ano	Preço mínimo médio
Arroz	2019	R\$ 3,51
	2020	R\$ 3,90
	2021	R\$ 4,12
	2022	R\$ 5,01
Feijão	2019	R\$ 1,43
	2020	R\$ 1,55
	2021	R\$ 1,58
	2022	R\$ 2,08
Açúcar	2019	*
	2020	*
	2021	*
	2022	*
Café	2019	R\$ 5,95
	2020	R\$ 6,06
	2021	R\$ 6,13
	2022	R\$ 9,12

Fonte: CONAB, 2023. *O açúcar não está presente na pauta de preços mínimos da Companhia.

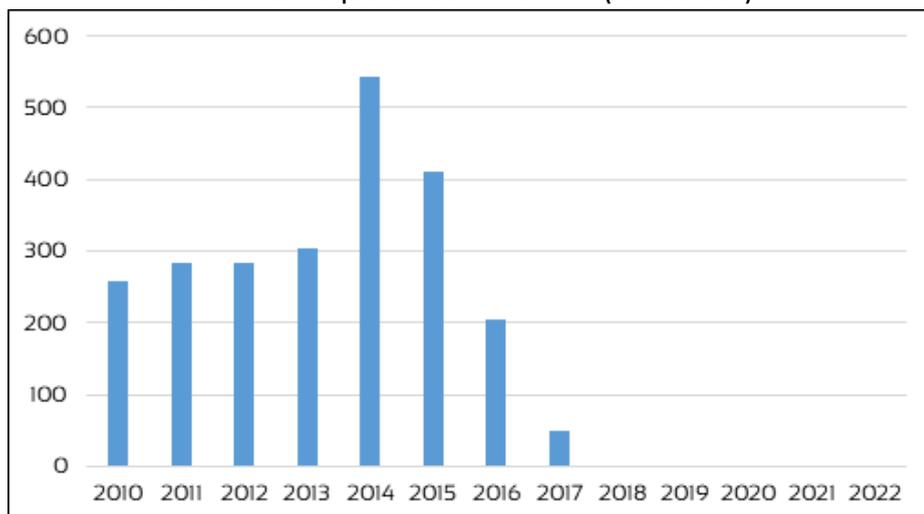
Gráfico 5 - Estoque de arroz via AGF (toneladas).



Fonte: CONAB, 2023.

Gráfico 6 - Estoque de feijão via AGF (toneladas).

Fonte: CONAB, 2023.

Gráfico 7 - Estoque de café via AGF (toneladas).

Fonte: CONAB, 2023.

Para o arroz e feijão, observa-se uma drástica diminuição da aquisição desses produtos por meio da AGF a partir do ano de 2010. No caso do feijão, ocorreu um pico em 2011, mas logo depois é possível observar certo abandono desse instrumento da PGPM. Para o café, essa aquisição se deu no início de 2020, chegando a zero no ano de 2018. De uma forma geral, esses dados evidenciam uma redução progressiva nas atividades da CONAB ao longo do tempo, apesar

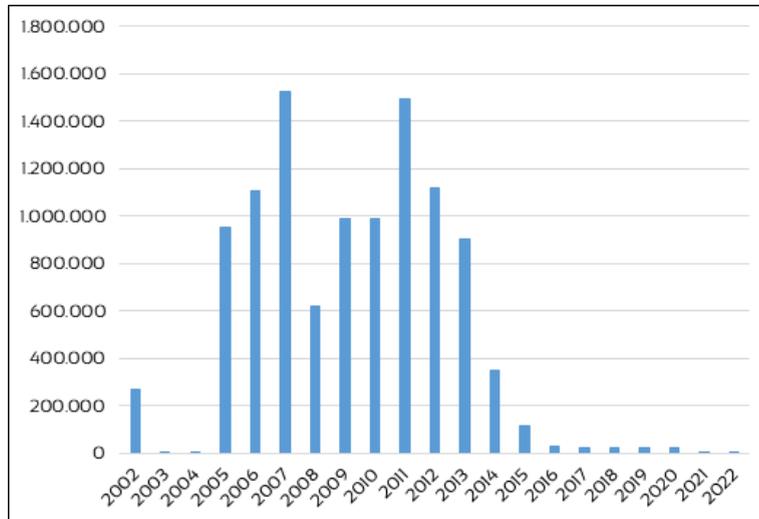
do seu papel fundamental na asseguuração da segurança alimentar.

Quando se procura políticas públicas, a fim de controlar o preço desse alimento tão importante na mesa da população, muito necessário em um período de crise sanitária mundial, se tem como uma ação para o controle dos preços a armazenagem. Alguns produtos, como o arroz, o feijão, o açúcar e o café, devido às suas propriedades, podem passar por períodos de armazenamento, sendo uma vantagem para o controle de preços desses produtos. Diversos países optaram por aumentar a estocagem de produtos para garantir a segurança alimentar da sua população, já no Brasil, os dados apresentados mostram que essa não foi uma ação do governo brasileiro nesse período. Além disso, muitos produtos têm estoque zerado há alguns anos.

Os objetivos principais dessa política de estocagem estão intrinsecamente ligados à segurança alimentar, à estabilização de preços para os consumidores e à garantia de renda para os produtores. Manter um estoque estratégico desses produtos alimentícios permite ao governo intervir nos momentos críticos, mantendo os preços acessíveis para a população e garantindo a viabilidade econômica para os agricultores. Ou seja, com um estoque robusto, umas das ações práticas que o governo pode realizar é a liberação desses produtos estocados, havendo, assim, uma garantia do fluxo de oferta, mesmo em períodos de baixa produção ou briga com o mercado externo. Isso evita picos de preços devido à escassez e garante que o alimento esteja disponível para a população, mesmo quando a produção estiver abaixo da média.

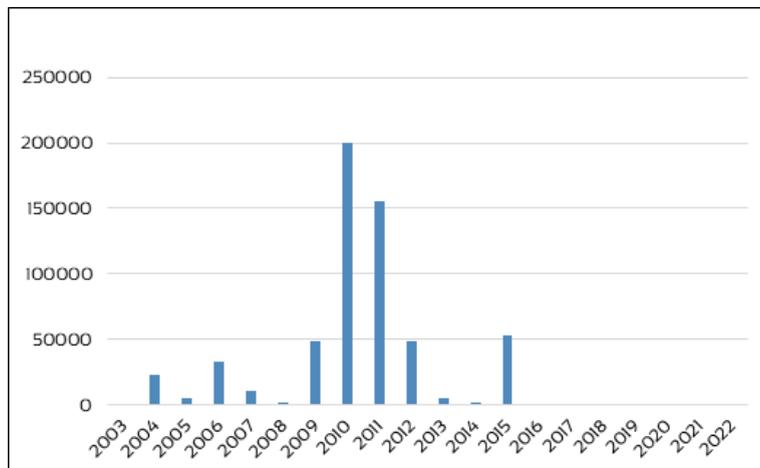
Com isso, olhando para a armazenagem como uma saída tomada por alguns países em busca de segurar os preços dos produtos essenciais, pode-se ver no Gráfico 8 que no Brasil, a partir de 2019, o estoque do produto é insignificante quando comparado a outros períodos apresentados no gráfico. Em março de 2020, mês em que foi decretada a pandemia da COVID-19, o estoque público de arroz era de apenas 21.592 toneladas. O país, em 2007, já chegou a ter mais de 1.300.000 de toneladas em seu estoque (CONAB, 2020).

Vale ressaltar que o montante de estocagem pública brasileira pode ser oriunda de diversos instrumentos que compõem a PGPM, para além da Aquisição do Governo Federal (AGF), tem-se por exemplo a compra de produtos para atendimento a programas sociais ou de abastecimento; venda e compra simultânea (troca) para atendimento aos programas sociais; compra para doação para atendimento emergencial e de ajuda humanitária, bem como operações promoção de segurança alimentar realizadas no aparato do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que envolvem instrumentos de compra direta (CONAB, 2023).

Gráfico 8 - Estoques públicos de arroz no Brasil (toneladas).

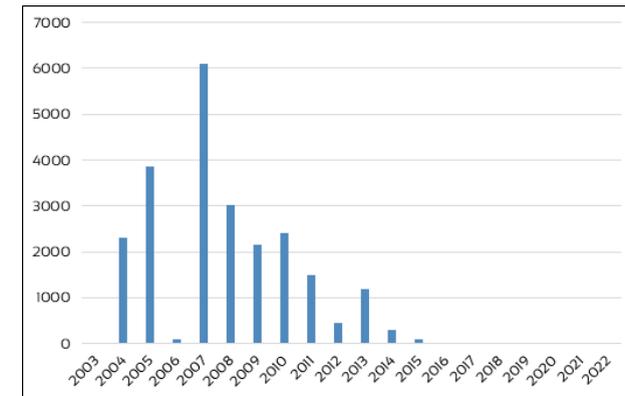
Fonte: CONAB, 2023.

Os estoques públicos referentes ao feijão (Gráfico 9) chegaram a zero a partir do ano de 2016. Ao decorrer dos anos analisados, pode-se observar que o maior estoque foi no ano de 2010, chegando a aproximadamente 200.000 toneladas do grão estocado.

Gráfico 9 - Estoques públicos de feijão no Brasil (toneladas).

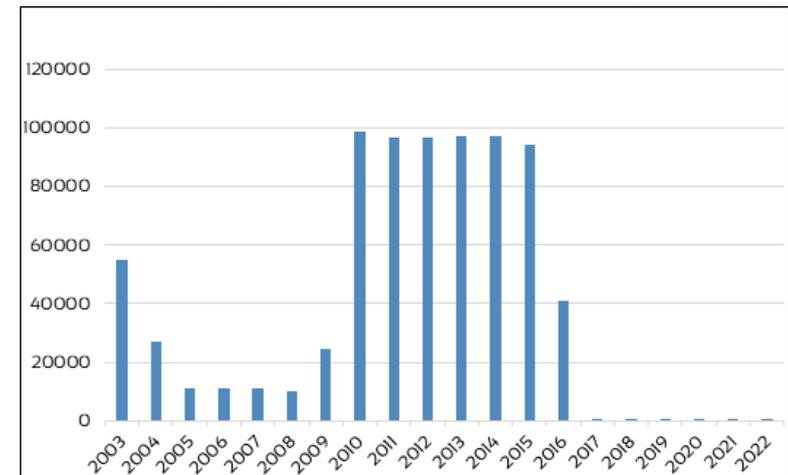
Fonte: CONAB, 2023.

O açúcar brasileiro tem o maior valor estocado no ano de 2007. Depois disso, os estoques foram caindo até chegar a zero, também no ano de 2016. O Gráfico 10 apresenta essa análise.

Gráfico 10 - Estoques públicos de açúcar no Brasil (toneladas).

Fonte: CONAB, 2023.

Para o café, tem-se que o grão apresentava certo nível de estoque no período de 2010-2015. Após esse período, como todos os gráficos apresentados anteriormente, o estoque chegou a quase ser zerado, se mantendo nesse patamar até o ano de 2022.

Gráfico 11 - Estoques públicos de café no Brasil (toneladas).

Fonte: CONAB, 2023.

Observa-se à partir da apresentação dos gráficos e demais informações de estudo que o Estado enfrentou a pandemia da COVID-19 com os estoques desses quatro produtos praticamente zerados. Pode-se observar, ainda, que os estoques começaram a apresentar quedas a partir de 2016, se mantendo assim até o ano de 2022. A intervenção adequada do Estado a partir das políticas públicas tem um papel crucial na mitigação das discrepâncias de preços entre venda dos produtos e venda nos mercados, principalmente, quando se está falando de produtos alimentícios essenciais como os itens da cesta básica.

A ausência de investimentos na reserva de alimentos revela a fragilidade do Estado nessa área, resultante das estratégias e políticas neoliberais adotadas em várias instâncias do governo brasileiro nos últimos anos. A dissolução do CONSEA é um exemplo marcante dessa negligência estatal, principalmente, em um período de declínio significativo nos indicadores sociais e aumento acentuado da extrema pobreza no Brasil, afetando, especialmente, grupos mais vulneráveis. A pandemia trouxe incertezas que abalaram o mercado internacional e a saúde pública, gerando preocupações no setor agropecuário, cujos ativos sensíveis às flutuações do mercado, envolvendo commodities agrícolas, foram afetados.

Historicamente exportador de commodities, o Brasil enfrentou o desafio da desvalorização do dólar, que estimulou a exportação, mas que poderia ter sido atenuado pelo Estado, caso este se antecipasse através da criação de reservas estratégicas de produtos necessários à alimentação no país (OLIVEIRA *et al.*, 2023). A inércia em adaptar valores mínimos subsidiados em relação aos valores pagos pelo mercado expõe a negligência do governo ao não contemplar a criação de estoques públicos como uma estratégia de abastecimento viável. Isso gerou incrementos significativos nos preços, notáveis pelo aumento substancial no mercado varejista durante os anos examinados neste estudo. As recentes atualizações nos valores mínimos, divulgadas pela CONAB, refletem ajustes consideravelmente menores do que o exigido para manter a estabilidade do mercado, indicando uma falha nas políticas governamentais para garantir preços estáveis e salvaguardar a segurança alimentar.

Mesmo com o amparo legal do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), respaldado pela constituição oriundo da subscrição do Brasil em tratados internacionais, o Estado brasileiro não implementou ações abrangentes para garantir esse direito durante a pandemia. Para que isso acontecesse, ações como o incentivo à estocagem de alimentos, realização de compras públicas de produtos essenciais durante a safra, pagamento de preços justos aos produtores e armazenamento, que por sua vez seriam liberados quando houvesse escassez, deveriam ter sido implementadas, o criaria obstáculos para a flutuação excessiva dos preços. Em um país em desenvolvimento como o Brasil, a intervenção estatal para corrigir falhas de mercado, sobretudo de alimentos, é crucial.

As ações realizadas pelo governo durante a pandemia, como o Auxílio Emergencial, beneficiaram segmentos necessitados da população, porém, careciam de um planejamento que considerasse a disponibilidade de produtos. Não houve um reforço institucional estratégico na cadeia produtiva de alimentos, nem a ampliação do papel do Estado nesse contexto. Diante de cenários de incerteza econômica, fortalecer iniciativas e estratégias governamentais de abastecimento são fundamentais, o que demanda uma administração estatal capaz de prever crises para garantir o direito à alimentação e consequentemente reduzir os patamares de insegurança alimentar no curto prazo e promover segurança alimentar plena no longo prazo.

Conclusão

O estudo investigou as flutuações de mercado de quatro produtos essenciais da cesta básica brasileira de 2019 a 2022: arroz, feijão, café e açúcar, abordando a eficácia das ações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para mitigar impactos na renda dos produtores e no consumo familiar. Esta pesquisa utilizou análises descritivas e exploratórias, recorrendo a fontes bibliográficas e documentais para compreender as oscilações de mercado e o papel da PGPM. Partindo da premissa de que Estado brasileiro foi omissivo ou insuficiente em suas ações para estabelecer preços mínimos adequados aos produtores e acessíveis aos consumidores durante o período em análise.

A análise revela discrepâncias significativas entre os valores recebidos pelos produtores e os preços praticados nos mercados, destacando a necessidade de medidas que garantam preços justos para os agricultores e manutenção de preços acessíveis aos alimentos essenciais para a população. A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi examinada quanto à sua eficácia na mitigação desses impactos, mostrando uma diminuição progressiva nas atividades da CONAB ao longo do tempo, apesar de seu papel crucial para a segurança alimentar.

A ausência de investimentos na reserva estratégica de alimentos expõe a fragilidade do Estado nessa área, reflexo das políticas neoliberais adotadas, sobretudo à partir de 2016, mas com consolidação evidente à partir de 2019, evidenciando a negligência governamental em períodos de declínio de renda de trabalhadores e aumento da pobreza extrema. A falta de ajustes nos preços mínimos em relação ao mercado revela a incapacidade do governo em antecipar crises e garantir estabilidade nos preços ao menos dos produtos estipulados na cesta básica.

Para promover a estabilidade econômica e garantir o direito à alimentação, são necessárias ações mais abrangentes, como o estímulo à estocagem de alimentos, compras públicas durante a safra, pagamento justo aos produtores e liberação estratégica desses produtos em momentos de escassez. A intervenção

estatal é fundamental em um país como o Brasil, exigindo políticas públicas robustas que antecipem crises e assegurem o acesso adequado aos alimentos básicos.

As medidas adotadas durante a pandemia, como o Auxílio Emergencial, embora tenham atendido parte da população carente, careciam de um planejamento mais amplo que considerasse a disponibilidade de produtos e o fortalecimento estrutural de cadeias produtivas. Em suma, diante de instabilidades econômicas, é crucial fortalecer ações e políticas públicas de abastecimento, exigindo uma gestão estatal capaz de antecipar crises e garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Com os dados apresentados neste trabalho, é possível concluir que o Estado foi omissivo em suas ações quando deveria garantir o DHAA e promover segurança alimentar. Estratégias ligadas a PGPM foram abandonadas, resultando em elevação do preço dos produtos analisados em situações de mercado. Por fim, espera-se que as análises oferecidas neste estudo inspirem reflexões contínuas e debates que resultem em estratégias mais eficazes para a estabilidade da alimentação, sobretudo das classes mais empobrecidas no Brasil.

Referências

APAS (Associação Paulista de Supermercados) (2020). **Índice de Preços dos Supermercados de agosto**. Recuperado de: <https://portalapas.org.br/confira-o-indice-de-precos-dos-supermercados-de-agosto/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

ARAGÃO, A; CONTINI, E. **O agro no Brasil e no mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf/41e20155-5cd9-f4ad-7119-945e147396cb>. Acesso em: 28 jun 2023.

BEL FILHO, E. D.; CAETANO BACHA, C. J. avaliação das mudanças na Política de Garantia de Preços Mínimos: período de 1997 a 2004. **Revista de Economia e Agronegócio**, [S. l.], v. 3, n. 1, 2015. DOI: 10.25070/rea.v3i1.50. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/7374>. Acesso em: 11 fev. 2024.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/y9DcgRjXh7V9YDPKqdrHCK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 399 de 30 de abril de 1938**. Institui sobre as Comissões de

Salário Mínimo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 76, 7 de maio de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. Senado. **Lei 8.171 de 17 de janeiro de 1991** – dispõe sobre política agrícola. Brasília, DF, Brasil. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18171.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20agr%C3%ADcola.&text=Art.,das%20atividades%20pesqueira%20e%20florestal. Acesso em: 03 mar. 22.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Brasília: Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 03 mar. 22.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE (ed.). **Guia alimentar para a população brasileira**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 210 p. ISBN 85-334-1154-5. Disponível em: https://bvsm.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2008.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAISA – Câmara Internacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015** - Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p. IBNS 978-85-60700-47-9. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n. 3, jul./ago./set. 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/revista-de-politica-agricola/2000-a-2016/revista-de-politica-agricola-n03-2001.pdf>. Acesso em: 10 dez 2023.

CONAB. (2020a). **Perspectivas para a agropecuária: Safra 2020/2021**, Edição Grãos. Brasília, DF, Brasil.

CONAB. **Gestão dos Estoques Públicos**, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/estoques/gestao-dos-estoques-publicos>. Acesso em 30 mai 2023.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio-consea.pdf>. Acesso em: 30 ago 2022.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas**. Passo Fundo: IFIBE, 2009. 62 p. ISBN: 978-85-99185-62-2. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/comsea/publicacoes/artigos/arquivos/dhaa.pdf>. Acesso em: 24 junho 2022.

DATAMAR. **Brasil é o maior exportador mundial de café, mas envios caíram 6,14% em 2022**. 2023. Disponível em: <https://datamar.com.br/brasil-e-o-maior-exportador-mundial-de-cafe-mas-envios-cairam-614-em-2022/>. Acesso em: 29 de dez. 2023.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. Política de preços agrícolas e de estoques de alimentos. **Revista de política agrícola**. Brasília, n. 03, p. 98 – 103, jul/ago/set. 2005.

DELGADO, N. G. **Política econômica, neoliberalismo e agricultura**. Em: COSTA, L. F. C.; FLEXOR, G. & SANTOS, R. (Org.). *Mundo Rural Brasileiro: Ensaios Interdisciplinares*, 199-213. Mauad. 2008.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Cesta Básica de Alimentos: Banco de Dados**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta>. Acesso em: 25 jun. 2023.

EMBRAPA. **VII Plano diretor da Embrapa: 2020 – 2030**. Embrapa: Brasília, DF, 2020. 31p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/217274/1/VII-PDE-2020.pdf>. Acesso em: 23 mai 2023.

EMBRAPA. **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. – Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FAO – Food and Agriculture Organization. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. c2022. Disponível em: <https://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. **Alimentação para todos**. Cimeira Mundial da Alimentação, Roma, 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 07 mar 2022.

FIOCRUZ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Cesta Básica e Salário Mínimo. **Revista Radis comunicação e saúde**. Rio de Janeiro, n.8, p.15-16, abr. 2003. Disponível: https://radis.ensp.fiocruz.br/phocadownload/revista/Radis08_web.pdf. Acesso em: 25 ago 2022.

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2020. **FAOSTAT**. Disponível em: <https://www.fao.org/home/es>. Acesso em: 26 mai. 2023.

GRACIANO, M. C.; ABDALA, K de O.; SANTOS, L. de L.; ALMEIDA, L. M. de M. C.. Efetividades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás: uma análise da segurança alimentar e da preservação ambiental. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 19, n. 1, p. 137-153, Jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/XpGgDhtCLxfhKkrWHj97dmx/> . Acesso em: 09 dez. 2023.

GUARALDO, M. C. **Brasil é quarto maior produtor mundial de grãos e maior exportador de carne bovina, mostra estudo**. 2021. *In*: Embrapa. Online. Portal Embrapa. Brasília, DF – Brasil. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em: 10 mar. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KEPPLE, A. W. K. Contribuições de Estudos De Avaliação Para a Gestão de Programas de Segurança Alimentar e Nutrição. *In*: *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS*. 13. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2010. p. 213-2020. ISBN 1808-0758. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/caderno%20-%2013.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2022.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F.L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, UNICAMP, Vol. IV / 1996, p. 66-88. Disponível em: [https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20\(1996\).pdf](https://sswm.info/sites/default/files/reference_attachments/MALUF%20et%20al%20(1996).pdf). Acesso em: 04 mar. 2022.

OLIVEIRA, J. G. S. de; SANTOS, L.de L.; GRIGOLETTO, F.; DUVAL, H. C. Estoques Públicos e Abastecimento de Arroz na Pandemia da COVID-19: Responsabilidades e Atuação do Estado Brasileiro na Garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). **Perspectivas Rurales Nueva Época**, v. 21, n. 42, p. 1-31, 11 out. 2023. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/19237>. Acesso em: 25 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal>

declaration/translations/portuguese?LangID=por. Acesso em: 22 ago 2022.

PASSOS, K. E. DOS; BERNARDI, J. R.; MENDES, K. G. Análise da composição nutricional da Cesta Básica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 19, núm. 5, pp. 1623-1630, maio, 2014. Disponível em: <https://www.bco.ufscar.br/arquivos/manual-bco-nbr-6023-2018.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

RAMOS, S. Y. **Panorama da política agrícola brasileira**: a política de garantia de preços mínimos. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77808/1/doc-262.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SANTANA, A. B. C.; SARTI, F. M. Avaliação dos indicadores de aquisição, disponibilidade e adequação nutricional da cesta básica de alimentos brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 4001-4012, out. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35192018>. Acesso em: 20 jan 2023.

SANTOS, L. de L.; FERREIRA, D. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Capital Social e Redes: uma análise dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios diferenciados no Estado de Goiás. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 253–272, 2016. DOI: 10.18764/2178-2865.v20n1p253-272. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5055>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, A. C. da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. 1995. **Estudos Avançados**, v. 9, p. 87-107, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QjM4tDxH67FXSf7dvJ5k5qN/#>. Acesso em: 13 nov 2022.

SILVA, O. F. da; WANDER, A. E.; FERREIRA, C. M. **Estatística de produção**. Brasília: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/cultivos/arroz/pre-producao/socioeconomia/estatistica-de-producao#:~:text=O%20Brasil%20situa%2Dse%20em,participa%20com%2043%25%20dessa%20produ%C3%A7%C3%A3>. Acesso em: 24 mai. 2023.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, discontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 76 p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf. Acesso em: 03 mar. 2022.

VERDE, C. M. V. Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos. In: GASQUES, J. G. e CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Orgs.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 315-336.

TEO, C. R. P. A.; GALLINA, L. S.; BUSATO, M. A.; CIBULSKI, T. P.; BECKER, T. Direito humano à alimentação adequada: percepções e práticas de nutricionistas a partir do ambiente escolar. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, RJ, 15 (1), p. 245 – 264. Jan 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00045>. Acesso em: 22 ago 2022.



Abastecimento alimentar dos mercados institucionais pela agricultura familiar em Mato Grosso do Sul visto pelos casos de duas organizações coletivas

Christiane Marques Pitaluga¹
Cleonice Alexandre le Bourlegat²
Ariel de Moraes Scaglia¹

Resumo: As políticas públicas de apoio à expansão da agricultura familiar vêm ao longo das décadas se fortalecendo e uma das consequências consiste na formação de ações coletivas em torno das cooperativas e associações. Diante deste contexto, surgiram diálogos que motivaram a investigação acerca dos mercados institucionais e do acesso a este por meio das cooperativas e associações. O trabalho objetiva investigar a produção e a distribuição de gêneros alimentícios em MS vinculadas a duas instituições: COPRAN e Associação Broto Frutos para o abastecimento dos mercados institucionais. A metodologia está apoiada em pesquisas bibliográficas, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas junto aos agentes envolvidos no processo, realizada "in loco". Os resultados apontaram que os desafios a serem transpostos são de grande envergadura, porém foram também constatadas potencialidades no que se refere à comercialização e abastecimento aos mercados institucionais e estas se configuram como elementos que fortalecem as dinâmicas de consumo. Concluiu-se que a prioridade das cooperativas e associações para o atendimento aos mercados institucionais, frente aos produtores isolados, constitui-se como das uma das grandes vantagens para a formação de ações coletivas, como a COPRAN e a Broto Frutos. Por fim, para os cooperados e associados a comercialização com tais mercados oportuniza a garantia de geração de renda complementar, fato este que contribui decisivamente com a expansão e dinamismo das economias locais e com a segurança alimentar.

Palavras-chave: Fortalecimento; Abastecimento; Ações coletivas; Mercados Institucionais.

Food supply of institutional markets by family agriculture in Mato Grosso do Sul seen by the cases of two collective organizations

Abstract: Public policies to support the expansion of family farming have been strengthened over the decades and one consequence is the formation of collective actions around cooperatives and associations. In this context, dialogues have emerged that motivated the investigation, about the institutional markets and access to it through cooperatives and associations. This work aims to investigate the production and distribution of foodstuffs in MS linked to two institutions: COPRAN and the Broto Frutos Association for the supply of institutional markets. The methodology is supported by bibliographical research, as far as the objectives are exploratory and descriptive and with a qualitative approach. The data collection took place through semi-structured interviews with the agents involved in the process, carried out "in loco". The results pointed out that the challenges to be overcome are of great importance, but potentialities were also observed regarding the commercialization and supply to the institutional markets, and these are configured as elements that strengthen the supply dynamics. It is concluded that the priority of cooperatives and associations to serve the institutional markets, as opposed to isolated producers, are one of the great advantages of forming collective actions, such as COPRAN and Broto Frutos. Finally, for the cooperative and associated with commercialization with such markets, the guarantee of complementary income generation, a fact that contributes decisively to the expansion of the local economies, with the dynamism and food security.

Keywords: Credit Union; Settlement; Discrimination; Credit Promotion.

¹ Docente da Escola de Administração e Negócios ESAN, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS. Autora Correspondente: christiane.pitaluga@ufms.br

² Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local PPGDL, Universidade Católica Dom Bosco UCDB.

Introdução

A agricultura familiar foi eleita como tema do ano em 2014, pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em função da importância de seu papel desempenhado na garantia da segurança alimentar, ao responder por mais de 70% dos alimentos consumidos no mundo. Segundo Allaire (2016), em todas as partes do mundo tem-se constatado uma expansão na demanda pela produção local de alimentos, sob as mais diversas formas. O mesmo autor complementa sobre os diversos esforços existentes, no sentido da construção de políticas para o desenvolvimento de sistemas de abastecimento de produtos alimentares locais, como para institucionalizar mercados para alimentos produzidos no local. Para essas ações, vêm sendo incentivada a formação de ações coletivas, na forma de grupos e redes que conectam produtores e consumidores. Entretanto, ainda existem diversos desafios a serem superados, especialmente no que se refere à segurança alimentar e nutricional. Entre outros, destaca-se a necessidade relevante do esforço para expandir e robustecer sistemas produtivos de alimentos em bases sustentáveis (PLANSAN 2016-2019, 2017).

No Brasil, o conjunto de agricultores familiares representa 84% dos estabelecimentos rurais e responde por 38% do valor bruto da produção agropecuária e por sete entre dez postos de trabalho (Plano Safra de Agricultura Familiar 2019/2020). De acordo com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe ao Governo Federal propor garantias no que se refere à segurança alimentar e nutricional, além de assegurar o direito humano à alimentação adequada estendida a toda população brasileira.

No entanto, foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar passou a ser reconhecida no Brasil e contemplada por política pública específica, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). Em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), passou a constituir uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero, articulada às ações do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (GRISA, 2012). O objetivo do programa foi promover o acesso à alimentação e incentivar agricultores, cooperativas e associações a vender seus produtos para órgãos públicos. Em 2009, por meio da Lei nº 11.947, o governo federal passou a exigir ainda que, no mínimo 30% do valor destinado às compras de gêneros alimentícios vindos da agricultura familiar, fosse repassado aos Estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (SED/MS 2016).

Desde a implementação do PAA, este foi ao longo do tempo sofrendo adequações e ampliações, visando sempre atender às necessidades e particularidades dos agricultores familiares. Assim, corroborado esta visão, foi criada a modalidade PAA-Compra Institucional, cuja modalidade permite que órgãos federais, Estados e municípios possam comprar alimentos produzidos

pela agricultura familiar, através do mecanismo das chamadas públicas (PAA-COMPRA INSTITUCIONAL, ORIENTAÇÕES GERAIS 2019).

Em Mato Grosso do Sul, a agricultura familiar chegou a movimentar, com o crédito rural obtido por meio do Plano Safra (2015/2016), um montante de R\$ 224.191.834,66 nas modalidades Custeio e Investimento do (FAO 2016). No Plano Safra 2019/2020, diante do aumento de verbas de subvenção do crédito destinadas para os beneficiários do (PRONAF), estes passaram a contar com R\$ 31,22 bilhões a seu dispor, voltados para o custeio, comercialização e investimento. Foram garantidas verbas de custeio para a produção dos seguintes alimentos: arroz, feijão, mandioca, leite, trigo, hortaliças e frutas (PLANO SAFRA 2019/2020).

Essa modalidade de atendimento a mercados institucionais, visando garantir a segurança alimentar e nutricional, além de favorecer o acesso a alimentos mais saudáveis e de qualidade, tem propiciado a alternativa do estabelecimento da cadeia curta de produção e comercialização agroalimentar, por possibilitar o estreitamento da relação entre produtores e consumidores (FNDE, 2017). Além disso, observa-se que em Mato Grosso do Sul, a maior segurança em relação aos mercados para a comercialização dos produtos e o acesso a linhas de crédito vêm possibilitando iniciativas de empreendimentos associativos por parte dos agricultores.

A questão que conduziu essa pesquisa, diz respeito a como se apresentam no Mato Grosso do Sul as condições específicas de manifestação das cadeias curtas agroalimentares estabelecidas no abastecimento a mercados institucionais pelos agricultores familiares que já tiveram a iniciativa de se associar para esse fim e, quais têm sido os principais desafios enfrentados por eles? Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa foi identificar no Mato Grosso do Sul as condições particulares vivenciadas por agricultores familiares em suas formas associativas em relação à produção e distribuição de gêneros alimentícios no abastecimento de mercados institucionais, assim como os principais desafios por eles enfrentados.

Para esse fim, serviram de objeto de pesquisa duas instituições associativas de destaque na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. Por meio de mecanismos como o PAA e o PNAE, os quais destinam alimentos para pessoas que se encontram em contexto de insegurança alimentar e nutricional, como também àquelas atendidas pela rede pública de ensino. São elas: (1) a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio (COPRAN) e a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado.

A razão dessa escolha residiu no fato de ambas atenderem às duas questões elucidadas na presente investigação - o abastecimento e distribuição dos seus produtos aos mercados institucionais- e ainda por entregarem seus produtos diretamente a estes mercados, sem a figura de outro agente para intermediar este

processo (cadeia curta de abastecimento). Destaca-se aqui o papel diferenciador e agregador desempenhado pelas mulheres associadas à Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado, que além de fazerem a coleta dos frutos, também adicionam valor e beneficiam os alimentos antes de serem comercializados.

Entende-se que esses formatos associativos possam atuar como mecanismos que contribuem com a redução de custos e também como uma estrutura de valorização de produtos que podem contribuir para o acesso e expansão da renda dos agricultores familiares e de sua inserção em mercados diversos. Tal posicionamento, conforme Schneider e Ferrari (2014), tem se tornando essencial para o fortalecimento da agricultura familiar. Os autores ainda defendem que este mecanismo de se diversificar e melhorar o acesso dos agricultores aos mercados tem sido reconhecido pela expressão *quality turn*, que se constitui em uma articulação que visa valorizar produtos alimentares, apresentando uma qualidade diferenciada para consumidores que estão cada vez mais dotados de informações.

A Broto Frutos é um empreendimento solidário que surgiu em 2013 e, até o momento da entrevista, reunia cerca de 20 associados. Parte do grupo é composto por pequenos agricultores familiares dos assentamentos rurais: Nova Aliança, no município de Terenos e Assentamento Melodia, localizado no município de Ribas do Rio Pardo, ambos em Mato Grosso do Sul. Eles são responsáveis pela produção nas hortas orgânicas e coletam os frutos do cerrado, como bocaiuva, baru (também conhecido como cumbaru), pequi, jatobá, entre outros... Outra parte dos membros da Associação trabalha diretamente na fabricação dos bolos, pães, farinhas, doces e biscoitos, esta que iniciou suas atividades na Incubadora Municipal de alimentos Norman Edward Hanson de Campo Grande, MS.

Já a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio/MS (COPRAN), fundada em 2005, é uma cooperativa de economia solidária, que recebe alimentos produzidos pelas famílias dos pequenos agricultores que residem na zona rural do município de Anastácio/MS associando as famílias de todas as Colônias, Assentamentos e Aldeias dos Municípios de Anastácio e Aquidauana. Seu principal objetivo consiste em organizar a produção e comercializar nos mercados formais e institucionais. Os produtos produzidos pelos agricultores e entregues à COPRAN para serem distribuídos e comercializados juntos aos mercados institucionais são: farinha de mandioca torrada do pulador, cheiro verde, alface, couve, rúcula, melancia, uva, banana, entre outros.

Agricultura Familiar e os Empreendimentos

Padilha *et al.* (2005), já explicavam que uma das estratégias da agricultura familiar no âmbito da produção de alimentos, relacionadas com a cultura

alimentar e a essência da pequena produção é a agroindústria familiar, artesanal ou de pequeno porte, que no Sul do Brasil é uma realidade antiga. Nos últimos anos, a agroindustrialização presente na agricultura familiar vem envolvendo muitos técnicos e empresas de renome nacional, como por exemplo, a Embrapa, a Fepagro, a Emater, entre outras, na pesquisa e no treinamento de agricultores (PADILHA *et al.*, 2005).

Em complemento a este entendimento, para Batalha (2012), faz-se necessário que a agricultura familiar seja amplamente diversificada, abrangendo famílias que vivem e exploram minifúndios, em circunstâncias de extrema carência, assim como os produtores introduzidos no desenvolvido agronegócio que logram gerar renda muitas vezes superior àquela que define a linha da pobreza.

Assim, a agricultura familiar pode ser considerada como um importante *player* no cenário nacional de produção de alimentos e abastecimento interno, não obstante os processos histórico-político de não priorização por parte do Estado brasileiro no que se refere a estas comunidades. As características culturais, produtivas, organizativas e políticas da agricultura familiar e a sua importância na produção agrícola nacional, foram determinantes da luta por reconhecimento dessa categoria (PICOLLOTTI, 2015) tanto nos fóruns acadêmico-científico, como políticos em nível nacional nas últimas décadas, fato este comprovado pelas diferentes políticas agrícolas voltadas para esse público que têm sido implementadas recentemente (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

A Agricultura familiar faz-se especialmente importante para o Brasil, que durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e, nos seis primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2008), os critérios de distribuição do crédito rural foram reformulados, visando “[...] adequar a estrutura normativa do programa à diversidade da agricultura familiar e ampliar a sua capilaridade nacional” (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Assim, como consequência, e ao contrário do que se propagam recentemente novos elementos também passaram a impulsionar a problemática sociológica dos alimentos, tais como questões relacionadas a saúde pública, entre eles a desnutrição e obesidade, e os problemas ambientais decorrentes da produção de alimentos como a poluição e contaminação com agentes agroquímicos, a fatura de alimentos e como sua própria implicação: o desperdício de alimentos lang, Barling e Caraher (2009); Morgan e Sonnino (2010); Popkin (2011).

No Brasil, pode-se acrescentar uma nova dimensão à crescente problematização sociológica das questões alimentares, que se refere, de um lado, às ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) e, de outro, às políticas e ações dirigidas para os agricultores familiares Portilho, Castaneda e Castro (2011); Guivant, Spaargaren e Rial (2010). Já para Guimarães (2011), a agroindustrialização de alimentos de caráter artesanal, como parte da identidade cultural herdada, tem constituído importante alternativa de renda às famílias em complementaridade

às suas atividades agrícolas. Guimarães (2011, p. 30) afirma que:

A valorização das atividades de processamento de alimentos de caráter colonial ocorre de forma dinâmica, onde se combinam a expansão e a diversificação da produção artesanal de alimentos, característica do território, com a “recriação de agroindústrias artesanais”. Ao mesmo tempo em que se valorizam saberes tradicionais, passados de geração a geração, há espaço para criação de novas oportunidades, não necessariamente existentes do ponto de vista intergeracional, mas recriadas em função da existência de um mercado favorável à produção artesanal de alimentos.

Desta forma, a importância da Agricultura Familiar, dentro do cenário econômico produtivo, exerce um papel fundamental no abastecimento alimentar brasileiro, contribui para a geração de renda, para o controle da inflação e para a melhoria no nível de sustentabilidade das atividades agrícolas do país (CODAF, 2017). Assim, objetivando o fortalecimento dos pequenos agricultores familiares, durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020, o presidente Michel Temer assinou o decreto que regulamenta a Lei 11.326, de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar. A regulamentação define, de forma objetiva, o público beneficiário da política nacional da agricultura familiar e qualifica os empreendimentos familiares rurais.

Conforme o Decreto 9.064, de 31 de maio de 2017:

Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006: As características gerais necessárias para o reconhecimento do agricultor familiar e empreendedor familiar rural são definidas da seguinte forma: (I) “Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (II) “Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; (III) “Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento”; e (IV) “Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

Abramovay, Magalhães e Schroder (2010), defendem que além de organizações reivindicativas, os movimentos sociais da agricultura familiar também cederam espaço para outros arranjos econômicos: as cooperativas. E que no entendimento de Serra (2013), tem a função de orientar e fornecer assistência técnica aos agricultores associados, dispor de sementes e demais insumos agrícolas, receber a produção colhida e desenvolver propostas em defesa de políticas agrícolas.

Neste entendimento, Pires *et al.*, (2010), já observavam que:

Pode-se dizer que os negócios relacionados a agricultura familiar são mais facilmente viabilizados quando os agricultores estão associados em cooperativas. O cooperativismo, nesse sentido, representa a institucionalização de um espaço social, político, econômico, através do qual os agricultores podem potencializar o seu potencial produtivo e implementar as ações de interesse do grupo, especialmente aquelas relacionadas a uma inserção mais competitiva nos mercados locais, regionais, nacionais e globais.

Corroborando este entendimento, Schneider e Ferrari (2015) defendem que os agricultores familiares, dada às circunstâncias inerentes a sua própria condição, reagiram ou arquitetaram iniciativas pessoais e em coletividade. Ainda no entendimento destes autores, configuram-se como estratégias empreendedoras que se explica como mecanismos de tentar conquistar uma parte maior do valor gerado nas principais cadeias de alimentos. Em verdade, “[...] criaram-se novos empreendimentos e novas formas de inserção em mercados, assim como a organização coletiva em associações e cooperativas, nas quais agricultores são protagonistas e contam com a parceria de diversos agentes” (SCHNEIDER; FERRARI, p. 57, 2015).

Para Estevam e Mior (2014), visando à melhoria dos critérios de condições de inclusão socioeconômica e de competitividade dos agricultores familiares no mercado, eis que surgiram diversos arranjos de agricultores ou de grupos de empreendimentos - os circuitos de cooperação em suas mais diferentes modalidades. Não obstante, esses circuitos compreendam outras formas (associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se configuram como uma organização inovadora, revestida de poder e proveniente da agricultura familiar.

Circuitos Curtos de Abastecimento e o Mercado Institucional

Refere-se aos circuitos que conectam produtos ou serviços desde o produtor até o consumidor através da redução de barreiras e das distâncias físicas e sociais. Mas alguns autores às vezes desconsideram o fato de que esses circuitos curtos são partes integrantes de novos mercados e construídos socialmente, justamente porque a redução de distâncias e o encurtamento desses ciclos é um processo de luta (GOODMAN; DUPUIS, 2002).

Ballou (2006), ao falar de cadeias curtas, caracterizou a logística delas, como o método responsável por colocar produtos e serviços, no lugar certo, no momento certo e com as condições desejadas, trazendo o maior lucro possível à empresa. Segundo Van Der Vorst, Silva e Trienekens (2007), um dos principais objetivos da logística é o de eliminar o máximo possível de processos de uma cadeia, minimizando custos e aumentando a qualidade e o nível de serviço fornecido.

Porém, de maneira mais abrangente, as cadeias de alimentos são definidas

em cadeias curtas ou longas, cada qual com um conjunto específico de características. (Migliore, Schifani, Cembalo, 2015). Em sua maioria, as cadeias curtas se caracterizam por serem independentes e abarcam as cooperativas agrícolas de pequena e média produção e demais comunidades. Outros elementos têm sido apresentados para apontar as diferenças entre as cadeias longas e curtas de abastecimento alimentar, como por exemplo, a distância física entre consumidores e produtores; quantidade de intermediários, os agentes presentes ao longo da cadeia e a forma dos relacionamentos (redes e compartilhamento de informações entre os atores) (ILBERY; MAYE, 2005; HOLLOWAY *et al.*, 2006).

Recentemente, Hebinck, Schneider e Ploeg (2014), apresentaram a noção de mercados imersos (nested markets) que esses descrevem como segmentos específicos de mercados mais amplos e formam recursos comuns que se embasam em um rol compartilhado de regras que unem produtores a consumidores vinculados a confiança, reputação, compartilhamento de expectativas e de significado de qualidade e infraestrutura específica.

Segundo Portilho *et al.*, (2011), a partir das mudanças do mundo contemporâneo, é preciso considerar a questão alimentar observando-se as conexões existentes entre produção, distribuição e consumo de alimentos. Com isso, Niederle (2011) explica que a economia convencional se identifica com a leitura cultural indicada por Appadurai (2008), “para quem é a trajetória social das coisas que determina e transforma suas qualidades”. A qualidade associada à origem de um alimento não está apenas vinculada às suas características físicas, mas também aos aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos, estes que remetem a uma identificação social garantindo assim o reconhecimento do produto (NIEDERLE, 2011).

No entanto, ainda se necessita de entendimento a respeito das cadeias agroalimentares curtas e uma nova compreensão e ressignificação da noção da qualidade atribuída, que segundo Niederle (2011) teve seu significado alterado ao passar dos anos. O Autor reconhece que o crescimento acelerado de novos mercados revela uma demanda por produtos manufaturados, artesanais, tradicionais, orgânicos e agroecológicos para os quais as noções usuais de qualidade não fizeram mais sentido, reivindicando um novo conjunto de valores sociais como origem, saúde, forma de produção, igualdade social e costumes.

Todas essas mudanças a qual o autor explica, exigiram um reposicionamento de diversas teorias com relação à qualidade percebida, que passa a ser concebida como o resultado de uma construção entre diferentes atores sociais: produtores, técnicos, intermediários e consumidores. A partir de então, a qualidade passa a agregar, além do aspecto territorial, todos atributos que se referem a construções imateriais e subjetivas e, principalmente, o entendimento de que a qualidade não é estática, podendo sofrer alterações a partir das dinâmicas sociais e também com o passar dos anos, ela é construída diferentemente através de cada geração

(NIEDERLE, 2011).

Já o benefício dessas cadeias curtas é visível. Por meio da produção e venda local, um crescente valor é agregado e retido pelos agricultores, podendo contribuir também para o emprego local e crescimento econômico de uma determinada região a qual está inserido o produtor (KIRWAN, 2004). E o benefício para o produtor, é o incentivo a relações próximas entre produtores e consumidores de alimentos, além de promover um modo mais sustentável de produção e consumo. Os local foods dependem de uma organização coletiva e de relações sociais próximas entre produtores e consumidores (Holloway et al., 2006).

Entretanto, Silva e Silva (2011), alertam para um fato relevante ao acesso e para a construção dos mercados institucionais:

Em contrapartida, o acesso aos mercados institucionais para a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares provocou uma necessidade de reestruturação interna desses empreendimentos rurais. Trata-se de uma adequação técnico-gerencial às exigências de relações comerciais formais. Os processos de regularização tributária, sanitária e jurídica precisam ser estabelecidos à medida que o acesso ao mercado institucional exigir. Nesse sentido, têm-se necessidade de ações de assessoria diretamente relacionada a essa mudança de contexto, estabelecendo apoio aos diferentes “elos” das cadeias e sistemas produtivos, ordenados economicamente pelos empreendimentos de agricultura familiar.

Ainda no entendimento dos autores acima, suas reflexões apontam que faz-se relevante não se distanciar das preocupações que, não obstante os mercados institucionais configurem-se como opções essenciais para a negociação dos alimentos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária, proporcionando um aporte na renda dos agricultores, faz-se necessário que as cooperativas, associações e demais empreendimentos procurem outros mecanismos de comercialização, considerando não ficarem “presos” às políticas nas quais eles não detêm soberania no sentido da sua permanência. Isto significa refletir que, os empreendimentos de economia solidária provenientes do campo necessitam elaborar diferentes táticas de inclusão aos mercados e políticas de parcerias e de redes, objetivando atingir sua sustentabilidade e desenvolvimento de capacidades próprias.

Metodologia de Estudo

Dados os esclarecimentos de Gil (2016), o estudo foi norteado pelo método de pesquisa dedutiva, ou seja, parte de um questionamento geral, para buscar respostas baseadas em evidências, nesse caso, por meio de duas situações

particulares: a da Cooperativa dos Produtores Rurais da Região da Colônia Pulador de Anastácio, MS, (COPRAN) e a da Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado.

A pesquisa partiu inicialmente de um levantamento bibliográfico, que conforme Gil (2016), permite extrair as teorias mais ajustadas para explicar como ocorrem os processos que se pretende desvendar. Os referenciais teóricos foram construídos, nesse caso, com base em literatura nacional e internacional. Foram realizados diversos levantamentos bibliográficos para que se pudesse conhecer e compreender outros estudos que descreviam e analisavam o processo de produção, comercialização e distribuição dos diversos gêneros alimentícios associados aos agricultores familiares, bem como às cooperativas e demais empreendimentos ligados à economia solidária. Para maior esclarecimento dos programas e seus procedimentos buscou-se o suporte da legislação vigente brasileira. Também foi importante associar a essas informações, aqueles que constam de publicações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), além de outras fontes oficiais vinculadas à temática abordada pela pesquisa.

Num segundo momento, recorreu-se aos trabalhos de coleta direta em campo, num tipo de configurada, por Markoni e Lakatos (2011), como exploratória e descritiva, requerendo a presença direta e a aplicação de entrevistas aos presidentes das duas organizações selecionadas, a Cooperativa de Produtores Rurais da Região do Pulador (COPRAN) em Anastácio/MS e a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado em Campo Grande, MS. Buscou-se identificar por meio desses procedimentos, tanto os processos inerentes à produção dos alimentos e demais bens produzidos pelos agricultores familiares, como as formas de abastecimento realizadas junto aos mercados institucionais.

Como coleta de campo foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e formais junto aos responsáveis pela presidência das duas organizações selecionadas. Ribeiro (2008), aponta como vantagens da utilização da técnica da entrevista a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo, viabilizar a comprovação e esclarecimento de respostas, a taxa de resposta elevada e o fato de poder ser aplicada a pessoas não aptas à leitura. Já para Gressler (2007), pesquisa qualitativa visa à compreensão de uma realidade específica ideográfica, cujos significados são vinculados a um dado contexto. Desta forma, As entrevistas foram aplicadas, nos dois casos, aos responsáveis por sua presidência, considerados informantes-chaves. Cabe destacar que as entrevistas e visitas foram realizadas *in loco*, fatos estes entendidos como determinantes para o atendimento e alcance dos objetivos propostos na investigação e o ano de observação e do processo investigativo é o de iniciou-se em 2017 estendendo-se até o ano de 2019.

Por fim, os conteúdos das duas entrevistas foram transcritos, o que permitiu

verificar maiores detalhamentos sobre as evidências buscadas para se dar respostas à questão e objetivos iniciais da pesquisa. Rosa e Arnoldi (2006), explicam a pesquisa como “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou de um fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe”.

Resultados e Análises

Em consonância ao delineamento da investigação proposta e das informações levantadas, os resultados e discussões aqui apresentados foram alicerçados, portanto, não só pela literatura e documentos pesquisados, como por visitas e entrevistas realizadas “*in loco*” nos dois empreendimentos selecionados como objeto dessa pesquisa.

A primeira instituição pesquisada, a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região do Pulador de Anastácio/MS (COPRAN), foi fundada em 2005, com sede no município de Anastácio/MS. Constituída com base nos princípios da economia solidária, a COPRAN emergiu da união dos esforços de alguns agricultores familiares da Colônia do Pulador, área rural desse município, situada a cerca de 15 km da sede, que têm na farinha de mandioca torrada o seu produto principal.

Pelos relatos resultantes da entrevista, desde sua fase inicial de criação, a COPRAN passou a realizar um trabalho de conscientização e diálogo com os produtores, no sentido de apontar as vantagens do abastecimento de mercados, via cooperativa. Dada a dificuldade de instrução de parte dos agricultores para acompanhar processos licitatórios, os mercados atingidos eram apenas os de algumas feiras e estabelecimentos comerciais locais. Diante da abertura para a entrada de agricultores que produziam outros tipos de bens alimentícios, ao longo do tempo, a cooperativa foi ganhando adeptos, fato que gerou o fortalecimento e maior sinergia entre os cooperados.

Em 2017, momento inicial da pesquisa, a COPRAN já contava com 77 cooperados, que produziam além da farinha de mandioca, hortaliças (tais como alface, tomate, salsa, couve, rúcula, cebolinha, cebola), frutas (a exemplo de mamão, uva e banana), mel, além de alguns outros produtos processados (Ex. pão de castanha de cumbaru). Desse modo, a cooperativa estava recebendo alimentos produzidos pelas famílias dos pequenos agricultores, não só da Colônia de Pulador, como também de outros assentamentos e aldeias indígenas da zona rural dos Municípios de Anastácio e Aquidauana. Ainda cabe esclarecer que se no início das suas atividades, os cooperados comercializavam apenas para abastecer o mercado informal (feiras livres) e alguns pequenos estabelecimentos comerciais do município. Porém, após estudos de mercado levados a efeito por parte da presidência da COPRAN essa situação mudou. Foi possível identificar oportunidades para vincular os cooperados também

na comercialização e abastecimento do mercado formal, considerados como “mercados mais exigentes”.

Desta forma, o principal objetivo da COPRAN, segundo se obteve na entrevista, consistiu em organizar a produção e comercializá-la junto aos mercados formais e institucionais e fazer parte da União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que atua em no Estado. Outro aspecto relevante obtido pela entrevista junto ao presidente apontou que os agricultores familiares dessa colônia muitos desses cooperados, também agem de maneira individual, ou seja, participam isoladamente das licitações públicas, mas que a seu ver não prejudicam a cooperativa, já que a mesma tem preferência nas licitações públicas. Essa condição não só dá vantagem à cooperativa como ajuda a fortalecer sua relação com seus cooperados. Estes passam a compreender que ser um filiado proporciona novas e maiores oportunidades de comercialização.

Assim, o papel principal da cooperativa tem sido o de estabelecer “uma ponte”, por meio do mecanismo das licitações públicas, entre os cooperados e os mercados institucionais contemplados nos programas governamentais. O estabelecimento da Lei 11.947/2009 significou abertura de novas oportunidades tanto para a agricultura familiar como para o empreendedor familiar rural ou demais organizações no sentido do abastecimento aos mercados institucionais e formais. A COPRAN iniciou esse processo apenas com as escolas municipais de Anastácio, tendo como motor propulsor o PNAE. Porém, com acúmulo da experiência e dos anos, ela conseguiu avançar para os municípios de Aquidauana, Miranda, estendendo-se até o município de Nioaque, que fica distante aproximadamente 100km de Anastácio. Faz-se importante destacar a distância entre os municípios haja vista que o suporte logístico se configura ainda como um limitador de acesso e gargalo para a conquista de novos mercados.

No ano de 2017 a Cooperativa deu início ao atendimento a outros órgãos públicos Federais, quando na mesma Lei direcionada aos órgãos públicos municipais e estaduais ficou instituído que, no mínimo 30% dos recursos destinados a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, seriam direcionados para o abastecimento de outros órgãos da esfera federal. Os órgãos contemplados foram o 9º Batalhão de Engenharia e Combate - Carlos Camisão e o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), todos situados no município de Aquidauana.

Mas, apesar dos fortes avanços, a COPRAN e seus associados ainda se veem diante de desafios a serem superados no que tange ao abastecimento dos mercados institucionais de órgãos federais. O presidente destacou que a oferta inicial não foi tão ampla como a esperada. De modo geral, os produtos ofertados não chegaram a atender à demanda, em termos de quantidade e diversidade, como também em relação à qualidade exigida dos produtos e ainda em relação

ao cumprimento de prazos considerados exíguos.

No entendimento do Presidente, alguns desses atributos têm sido mais facilmente atendidos pelos grandes produtores, uma vez que estes fazem uso intensivo de agrotóxicos. Por outro lado, na visão da presidência da COPRAN, os produtores ainda não conseguem entender o que significa este “padrão de qualidade”, bem como as “novas exigências” feitas pelo mercado institucional. O Presidente evidenciou que “produzir e comercializar frutas é um processo complexo e exige rapidez nos mecanismos de comercialização, tendo em vista que os alimentos são dotados de um alto grau de perecibilidade”.

Cabe destacar, que nesta comercialização em específica, o órgão vinculado às Forças Armadas não dispunha de um profissional habilitado na área de nutrição, o que impactou fortemente na elaboração dos cardápios e na construção de um cronograma de entrega dos produtos. As consequências da ausência de um profissional especializado traduziram-se na falta de planejamento relativo às quantidades demandadas bem como na solicitação de produtos que não são produzidos pelos produtores locais, além do elevado rigor no quesito qualidade dos produtos. Logo, considerando a característica natural de perecibilidade dos gêneros alimentícios associada à ausência do uso de produtos que promovem o aumento do tempo de conservação dos alimentos, o abastecimento foi severamente comprometido.

Outro caso exemplar foi com relação ao contrato estabelecido com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), situado em Aquidauana, que solicitava entre seus itens, produtos processados, a exemplo do suco de laranja. Nesse quesito, identificou-se um gargalo da produção, uma vez que tanto os cooperados quanto a COPRAN não oferecem essa natureza de produtos, considerando a escassez de recursos e de estrutura que dispõem. Ficou evidente para o Presidente da COPRAN que um dos desafios a serem superados é a disponibilidade de novas máquinas de processamento dos gêneros alimentícios comercializados, com o objetivo de agregar valor ao produto e abastecer novos mercados institucionais.

Uma outra situação limitante diz respeito aos atrasos e uma certa morosidade na efetivação dos pagamentos para os seus cooperados. Determinados contratos públicos demoram meses para adquirirem o “status” de regularizados, diante de uma forte burocracia ainda presente na esfera do governo federal.

Já sob a ótica dos recursos e demais aspectos financeiros, a COPRAN recebe incentivos da Prefeitura de Anastácio no que se refere ao pagamento de suas despesas, como por exemplo o pagamento do aluguel do prédio da Cooperativa é realizado pela Prefeitura Municipal. Esta por sua vez, recebe em troca alimentos que são destinados ao atendimento da Secretaria de Assistência Social do Município. Quanto ao Governo Estadual, este forneceu um veículo utilitário para facilitar o transporte e distribuição dos produtos.

Portanto, entende-se que a Cooperativa é uma importante parceira da Prefeitura, no sentido de propiciar a inclusão social de muitos agricultores. Já à luz dos circuitos curtos agroalimentares, a COPRAN desempenha um papel relevante para o abastecimento dos mercados institucionais, além de auxiliar os pequenos produtores a comercializarem seus produtos em quantidades superiores, também oportuniza a garantia de venda, conforme as chamadas públicas são lançadas.

Em relação à segunda instituição, objeto desse estudo, a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado, as informações foram obtidas junto à sua Presidente em exercício. Trata-se de um empreendimento solidário, constituído em 2013, com a finalidade de operar apenas com os mercados institucionais. Em 2017, período em que se iniciaram as investigações, a referida associação contava com dezoito associados. Como instituição regida pelos princípios da economia solidária, o papel dessa associação tem sido o de oferecer suporte às famílias de agricultores, que antes não detinham conhecimento suficiente acerca dos programas nos quais podem se inserir e comercializar. Cabe esclarecer que grande parte dos agricultores familiares assentados, origina-se de movimentos do campo, condição pouco favorável ao acesso à escolarização, fragilidade essa ainda um pouco difícil de ser transposta. Portanto, nem sempre se sentem preparados para acompanhar e gerenciar os editais disponibilizados para sua participação nos programas governamentais a eles dirigidos.

Os agricultores familiares procuram no acesso aos mercados institucionais um canal alternativo no incremento de suas rendas. Isso ajuda a explicar, em grande parte, a natureza da Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado, que consiste em trabalhar apenas com os mercados institucionais. Segundo a Presidente, “esses mercados apresentam diferenças significativas no que se refere aos seus objetivos, bem como à prestação de contas no que tange os processos de compra”. São constituídos basicamente por Instituições como escolas, hospitais, creches, instituições superior de ensino, dentre outros... E também frequentemente apresentam limitações de recursos; não visam o lucro com suas compras e especialmente também por atenderem dois fatores: apresentam melhores condições de pagamentos e oferecem garantia de compra (PORTAL EDUCAÇÃO, 2013).

Em 2017, momento da pesquisa, seus parceiros associados eram agricultores de assentamentos agrários, envolvendo: (1) Assentamento Nova Aliança onde se constituem como a Cooperativa dos Produtos Rurais do Assentamento (COPERANA), localizada no município de Terenos; (2) Assentamento Melodia no município de Ribas do Rio Pardo; (3) outros Assentamentos localizados ao entorno da cidade de Campo Grande/MS ligados à Cooperativa de Produtores Orgânicos da Agricultura Familiar de Campo Grande (ORGANOCOOP).

Os agricultores dos dois assentamentos situados fora de Campo Grande

atuavam na produção de hortaliças orgânicas, assim como na coleta dos frutos do cerrado (bocaiuva, pequi, jatobá, entre outros. Já entre os agricultores familiares instalados em Campo Grande, parte deles haviam se tornado responsáveis pelo processamento desses produtos *in natura* vindos dos assentamentos. Produziam, por exemplo, pães de castanha de cumbaru, farinhas das sementes, salgadinhos “tipo Buffet”, compotas de frutas, biscoitos, doces, entre estes o brigadeiro com cumbaru, pequi, bocaiuva e jatobá. Foram atividades que emergiram, graças ao suporte da Incubadora Municipal de alimentos Norman Edward Hanson de Campo Grande, MS (SEBRAE/MS 2017). O processamento dos produtos, segundo a presidente, vinha contribuindo para agregar valor aos produtos desses agricultores na expansão da renda familiar, prática essa que envolvia especialmente mulheres.

Após cumprido os 30 meses de permanência na incubadora municipal, a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado foi transferida para uma sede própria, considerada apropriada aos planos de ampliação e diversificação previstos por seus parceiros associados. Enquanto os associados continuaram se ocupando das atividades de produção e processamentos dos gêneros alimentícios, as funções administrativas e burocráticas eram exercidas por uma presidência. Esta se encarrega, sobretudo, do acompanhamento e gerenciamento da participação da associação nos certames provenientes das instâncias federais. Entre outros, acompanha os prazos, reúne e verifica os documentos necessários para o devido credenciamento. Logo, a presidente da associação, como pessoa responsável por gerenciar atividades administrativas, é quem acumula maior *expertise* no atendimento às demandas dos editais. Segundo ela, isso ainda era possível, pelo fato da associação ainda ser considerada de pequeno porte. A presidente ocupa-se ainda da busca de contatos para atrair parceiros e novos mercados.

Mas a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado encarrega-se ainda da busca das hortaliças e frutos junto aos produtores, da armazenagem adequada desses produtos, como também das entregas dos produtos comercializados. Cabe à presidente a distribuição dos valores recebidos pelos contratos aos associados. Logo após o processamento e comercialização dos produtos aos mercados, a Associação recebe sua comissão, procedimento que confere, na opinião da entrevistada, maior confiança e liberdade para os agricultores familiares fornecerem um alimento local com mais qualidade para os consumidores. Uma das consequências dessa natureza de funcionamento, no entanto, tem sido a frequente limitação de recursos por parte da associação.

Os mercados de destino dessa associação, segundo a entrevistada, são constituídos basicamente pela rede de escolas públicas (estadual e federal), cujo abastecimento ocorre especialmente por meio do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Outros contratos institucionais foram realizados

por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Mesa Brasil. Graças a essa abertura, a associação conseguiu comercializar uma grande quantidade de pães enriquecidos com cumbaru, no abastecimento de diversas entidades assistenciais, como hospitais e creches, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Mais tarde, firmou ainda parceria com o Colégio Militar de Campo Grande – Escola pública Federal, para quem foram produzidos pães no atendimento dos estudantes. Ainda existe uma pequena parcela destinada a outros pontos de varejo, como as feiras locais. Esses mercados atingem diversos municípios de Mato Grosso do Sul.

Ainda que a Associação Broto Frutos Culinária do Cerrado tenha sofrido avanços importantes para atender a seus propósitos, ela também vem enfrentando alguns desafios, que tenta superar. Um deles relaciona-se com o fato da maioria das frutas serem sazonais, portanto sujeitas a apenas períodos específicos do ano. Muitos alimentos processados têm essas frutas como base de suas receitas, fato que induz a associação a se utilizar de diversas técnicas de manipulação, tais como a de congelamento, visando a manutenção e regulação de seus estoques.

Por outro lado, não se faz uso de ingredientes químicos nos produtos processados, o que limita o tempo de sua durabilidade, não podendo esses produtos serem armazenados por muito tempo. De um lado, isso é visto “com bons olhos” pelo mercado, que busca produtos naturais isentos de conservantes. De outro, essa característica particular configura-se também como um limitador, uma vez que inviabiliza a venda do produto para ser colocado nas gôndolas do mercado a varejo. Um exemplo dado pela presidente nesse sentido foi a grande procura pelos produtos “panificados”, com potencial para atender até mesmo demandas vindas do estado de São Paulo. Porém, a falta de acidulantes na produção dos “panificados” impediu a concretização desse aumento no volume das vendas. O aumento do tempo de validade para até 20 dias dependeria da aquisição de uma máquina de embalagem a vácuo. No caso das compotas, haveria necessidade de máquina para a esterilização e selagem das embalagens, logo após a produção. Como o processo produtivo é artesanal, os produtores também sujeitos a avarias nos recipientes.

Em função dessas limitações enfrentadas na “panificação”, o grande desafio para os anos de 2018 e 2019 fora estabelecido por meio de um novo projeto já desenhado, para se criar a “Primeira Padaria Orgânica do Estado”, já com certificação garantida para a denominação de origem para seus produtos orgânicos, por uma certificadora de renome nacional. O projeto foi elaborado com o apoio e parceria do Sebrae/MS. No entanto, até o término desse trabalho esse projeto ainda não tinha sido concretizado, haja vista a ocorrência de um imprevisto de ordem estrutural.

A outra limitação que vinha afetando a Associação Broto Frutos Culinária do

Cerrado dizia respeito ao meio de transporte de que dispunham para realizar a coleta dos produtos nos assentamentos e sua distribuição nos mercados de destino. Até então, contavam como um único veículo, adquirido com os recursos próprios da presidente. Não se contara até aquele momento ainda com políticas públicas de suporte do Governo do Estado para vencer essa dificuldade.

Considerações Finais

Como se pôde apreciar pelos dois casos estudados em Mato Grosso do Sul, tanto a cooperativa como a associação de agricultores familiares, ainda que de portes diferenciados, ambas contribuíram para constituir cadeias curtas de produção e comercialização agroalimentar a mercados institucionais. Faz-se oportuno ratificar que estes negócios agroalimentares são fortemente responsáveis por alavancar e dinamizar as pequenas economias locais no Estado de Mato Grosso do Sul.

Também se pôde verificar que a iniciativa de coletivização, regida por princípios de economia solidária, tem trazido uma série de vantagens. Entre elas está a de se ganhar maior prioridade junto às regras dos editais, como também a de se delegar a administração e a burocracia a pessoas mais habilitadas para realizar os procedimentos necessários para esse fim. Por outro lado, a mesma organização pode contribuir com estudos e ampliação da destinação dos produtos dos cooperados para mercados formais, mesmo os mais exigentes, de modo que os agricultores não fiquem dependentes dos mercados institucionais. Elas ainda podem contribuir para agregar valor e ampliar a renda dos agricultores, via processamento dos gêneros alimentícios produzidos. A relação de confiança estabelecida entre a organização - seja cooperativa ou associativa - e os agricultores familiares também podem contribuir para reduzir os custos de produção, armazenamento, processamento e transporte.

Num outro viés, os mercados institucionais ampliam a segurança dos agricultores em relação ao mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os induzem a se preocuparem mais com a qualidade de seus produtos e a se estruturarem melhor para poder atender a esses mercados, como também a outros mercados formais que se abrem.

Diante dessas constatações, verificou-se que ainda existem muito desafios a serem vencidos por tais organizações, no sentido da superação de fragilidades e dificuldades vivenciadas pelas mesmas. Tais desafios estão ligados em especial, à melhor adequação dos meios de transporte e à estrutura mais apropriada ao processamento de seus produtos, seja material como de pessoal especializado, sem comprometer a qualidade dos produtos de origem orgânica.

Para a melhor viabilização dessas superações, os estudos também ajudaram a deduzir sobre o importante papel que as políticas públicas na instância estadual e municipal poderiam exercer, de modo complementar às políticas de

âmbito federal. Somado a isso, verificou-se as oportunidades que organizações coletivas dessa natureza poderiam criar mediante estabelecimento de diversas parcerias, na busca de soluções criativas mais ajustadas às suas necessidades, constituindo ecossistemas de inovação, na construção de territórios inteligentes.

É justamente a partir desta “arquitetura” que se entende como essencial fomentar novas discussões, criar agendas de pesquisas, estimular o crescimento dos negócios através dos circuitos curtos de abastecimento, que são ferramentas que propiciam o desenvolvimento econômico e social de uma localidade. Deste modo, a literatura tanto nacional quanto internacional já sedimentou como pauta emergencial para novos e mais aprofundados estudos, uma vez que estes circuitos tem o poder de impactar empreendimentos e pequenos agricultores familiares, uma vez que estes enxergam no firmamento dos vínculos organizacionais uma alternativa de ampliação de renda, garantia de compra e fortalecimento das ações coletivas.

Assim, sugere-se que para as próximas pesquisas, sejam feitos estudos alicerçados em como as cooperativas, associações e outros grupos formais estão atuando para vencer os desafios impostos por um mercado cada vez mais exigente no que se refere aos prazos, qualidade e atributos dos alimentos. Entende-se também como oportunas investigações que avaliem os impactos socioeconômicos provenientes das parcerias com órgãos públicos e que se aprofunde a análise sobre as responsabilidades do Estado no que tange a produção de alimentos no país, não se furtando de referenciar a qualidade nutricional dos alimentos, os mecanismos de segurança alimentar, a soberania, o papel dos agricultores familiares como agentes propulsores de transformações no campo e por fim a atuação das cooperativas e associações na promoção da expansão da renda e dos dinamismos locais.

Referências

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M., **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares. Sociologias [en linea] 2010, 12 (Maio-Agosto)**: Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819546010> Acesso em: 10 abr. 2023.

AGRICULTURA FAMILIAR se fortalece no Mato Grosso do Sul. Agência de desenvolvimento agrário e extensão rural, 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-se-fortalece-no-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ALLAIRE, G. A crítica social dos mercados: o caso do valor dos alimentos locais. In: Org. MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de**

mercados e agricultura Familiar. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. Secretaria-Executiva de Transformação Digital. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/alimentacao-escolar/> . Acesso em: 10 abr. 2023.

APPADURAY, A. (Org.). **A vida social das coisas:** as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Ed. UFF, 2008.

AQUINO, J.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996- 2008): uma reflexão crítica. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 8, 2010, Porto de Galinhas, **Anais...** Porto de Galinhas (PE): ALASRU, 2010.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos:** Planejamento organização e logística empresarial. Tradução Elias Pereira. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial:** GEPAL: Grupo de estudos e pesquisas agroindustriais. 3. Ed. 6. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, **Diário Oficial.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil-03/constituicao/constituicao..>

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial,** 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL DEVERÁ ter produção recorde de grãos na safra 2019/2020. Agência Brasil, Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/primeiro-levantamento-de-safra-20192020-indica-producao-recorde>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BROTO FRUTOS: dos assentamentos do MS para Milão e Nova Iorque. Disponível em: <https://sebrae.ms/casos-de-sucesso/broto-frutos-do-ms-para-o-mundo/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento. Monitoramento agrícola – Safra 2016/17.** Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_08_10_11_27_12_boletim_graos_agosto_2017.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

CODAF. **A importância da Agricultura Familiar.** Disponível em: <http://codaf.tupa.unesp.br/agricultura-familiar/a-importancia-da-agricultura-familiar>. Acesso em:

10 abr. 2023.

ESTEVAM, D. O.; MIOR, L. C. (Org.). **Inovações na agricultura familiar:** as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2014. p. 73-100.

FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar – PNAE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
GOODMAN, D.; DUPUIS, M. Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. **Sociologia Ruralis,** Oxford, v. 42, n. 1, p. 5-22. 2002.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2007.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GUIMARÃES, M. G.; **Racionalidades identitárias na produção e comercialização de alimentos coloniais na quarta colônia – RS.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural – UFRGS), 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54522/000856397.pdf?sequence=1>

GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. **Novas práticas alimentares no mercado global.** Florianópolis: Ed. UFSC. 2010.

HEBINCK, P.; SCHNEIDER, S.; PLOEG, J. D. (Org.). **Rural Development and the Construction of New Markets.** Londres: Routledge, 2014.

HOLLOWAY L., C. R.; VENN, L.; KNEAFSEY, M.; DOWLER, E.; TUOMAINEN, H. Managing sustainable farmed landscape through ‘alternative’ food networks: A case study from Italy. **Geographical Journal,** v. 172, n. 3, p. 219-229, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-4959.2006.00205.x> doi: 10.1111/j.1475 4959.2006.00205.x. Acesso em: 10 abr. 2023.

ILBERY, B.; MAYE, D. Food supply chains and sustainability: evidence from specialist food producers in the Scottish/English borders. **Land Use Policy,** v. 22, n. 4, p.331–344, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2004.06.002> . Acesso em:

10 abr. 2023.

KIRWAN, J. Alternative strategies in the UK agro-foodsystem: Interrogating the alterity of farmers' markets. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 44, n. 4, p. 395–415, 2004.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. **The supply chain**. In: Food policy: integrating health, environment and society. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**: ciência e conhecimento, métodos científicos, teorias, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MIGLIORE, G.; SCHIFANI, G.; CEMBALO, L. **Opening the black box of food quality in the short supply chain**: Effects of conventions of quality on consumer choice. *Food Quality and Preference*, v. 39, p. 141-146, 2015.

MORGAN, K.; SONNINO, R. **The urban foodscape: world cities and the new food equation**. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, n. 3, pp. 209-24, 2010.

NIEDERLE, P. A. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PAA – Compra Institucional – Orientações Gerais, 2019.

PADILHA, P. R. P *et al.*, Viabilidade da Agroindústria Familiar Orgânica /RS. In: **Anais...** Artigos Completos do XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/260050736/Viabilidade-da-agroindustria-familiar>.

PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2011.

PIRES, M. L. L. e S. *et al.*. **Extensão rural e cooperativismo: o que há de novo nessa relação?** Jornadas Nacionales de Extensión Rural, v. 15, p. 6-8, out. 2010. ARG, Disponível em: http://www.aader.org.ar/XV_Jornada/trabajos/portugues/Aportesteoricos/Comunicaciones/TrabajoCompleto.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

DE SEGURANÇA ALIMENTAR, Brasil Câmara Interministerial. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PLANSAN 2016-2019**. 2017. Brasília, DF:

MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

PLANO SAFRA 2019/2020: Uma só agricultura alimentando o Brasil e o mundo. Pequeno e Médio Produtor. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/plano-safra>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PLANO SAFRA da Agricultura familiar 2017-2020: Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil. Secretaria Especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário. Casa Civil. Governo Federal. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf. Acesso em: 10 abr. 2023.

POPKIN, B. M. Agricultural policies, food and public health. **EMBO Review**, n. 12, pp. 11-18, 2011.

PORTILHO, F; CASTANEDA, M; CASTRO, I. R. R. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n. 1, p. 99-106, 2011.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L., **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar – o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina**. Organizações Rurais & Agroindustriais, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87838281006>. ISSN 1517-3879. Acesso em: 10 abr. 2023.

VAN DER VORST, J.G.A.J.; DA SILVA, C.A.; TRIENEKENS, J.H. **Agro-industrial Supply Chain Management: Concepts and Applications**. Series Agricultural management, marketing and finance occasional paper. FAO. 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QIGbXwAACAAJ> ISBN 9789251058312. Acesso em: 10 abr. 2023.



A (in)disponibilidade de assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá, Marcelândia, Amazônia mato-grossense

Daniel Aparecido da Silva¹
Wagner Gervazio²
Ricardo Felito³
Mahal Massavi Evangelista⁴

Resumo: Os programas de extensão rural são vistos como um elo entre agricultores, pescadores e outros atores em ações e estratégias para o desenvolvimento rural. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo realizar um levantamento para verificar a situação atual do serviço de assistência técnica e extensão rural (ATER) no Assentamento Bonjaguá, Marcelândia, MT. Foi utilizado questionário estruturado com 37 perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistados 30 agricultores familiares. Somente 33% dos agricultores familiares do Assentamento Bonjaguá recebem algum tipo de serviço de ATER e a grande maioria, 67%, não têm acesso à serviços essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar. Para os agricultores familiares, o maior problema relacionado à assistência técnica e extensão rural se dá pela falta de investimento, resultando na ausência de serviços e ações técnicas especializadas. Novos estudos devem ser realizados para propor soluções que contribuam com a resolução dessa problemática, que permitam que os agricultores participem da identificação de soluções aos seus problemas.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Mato Grosso; política pública.

The technical assistance and rural extension in the Bonjaguá Settlement, Marcelândia - MT

Abstract: Rural extension programs are seen as a link between farmers, fishermen and other actors in actions and strategies for rural development. In this context, this study aimed to carry out a survey to verify the current situation of the technical assistance and rural extension service (TARES) in the Bonjaguá Settlement, Marcelândia, MT. A structured questionnaire with 37 open and closed questions was used. 30 family farmers were interviewed. Only 33% of family farmers in the "Bonjaguá" Settlement receive some type of TARES service and the vast majority, 67%, do not have access to essential services for the development of family farming. For family farmers, the biggest problem related to technical assistance and rural extension is the lack of investment, resulting in the absence of specialized technical services and actions. New studies must be carried out to propose solutions that contribute to the resolution of this problem, which allow farmers to participate in the identification of solutions to their problems.

Keywords: Family farming; Mato Grosso; Public policy.

¹Engenheiro agrônomo, Universidade do Estado de Mato Grosso (Campus Alto Araguaia) - UNEMAT.

²Pós-doutorando no Departamento de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Autor correspondente: wagnergervazioengagro@gmail.com

³Professor substituto no Instituto Federal de Mato Grosso - Campus de Alta Floresta - IFMT.

⁴Atualmente atua como professor no curso de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências Agrárias e Biológicas da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT.

Introdução

Estima-se que 50 a 80% dos alimentos básicos consumidos nos países do terceiro mundo são produzidos por agricultores familiares, pescadores e criadores de gado (PYE-SMITH *et al.*, 2012). No Brasil, a agricultura familiar é praticada em 77% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil e por 3,9 milhões de estabelecimentos, com área de 80,9 milhões de ha, o que corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2017). Este contexto evidencia a importância da agricultura familiar no abastecimento do mercado interno de alimentos.

Para contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar, no Brasil, agências públicas, privadas e organizações não-governamentais oferecem serviços de assistência técnica e extensão rural. Os programas de extensão rural são vistos como um elo entre agricultores, pescadores e outros atores dos programas de desenvolvimento rural (MAULU *et al.*, 2021). Em seu sentido amplo, extensão refere-se a "[...] um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais" (BRASIL, 2010).

Após um período de inexistência de políticas públicas consistentes para a Assistência Técnica e Extensão Rural, surgiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) em 2003 (SANDES; TENÓRIO, 2020). O objetivo da extensão rural é difundir e transferir técnicas de trabalho, produção e comercialização úteis e sustentáveis aos produtores rurais por meio de métodos educativos, sendo o extensionista elemento-chave do serviço de extensão rural (ARAÚJO, 2007). A PNATER de 2003, tendo como suporte os princípios do desenvolvimento sustentável, propôs mudanças na Assistência Técnica e Extensão Rural brasileira, buscando romper com o difusionismo e com as práticas tecnicistas (SANDES; TENÓRIO, 2020).

Apesar da importância da agricultura familiar no mundo e no Brasil, os serviços de assistência técnica, de extensão rural e de pesquisa ainda são insuficientes para atender a todos os agricultores familiares. O suporte técnico para a agricultura familiar é, muitas vezes, negligenciado (LABARTHE; LAURENT, 2013). Nesse aspecto, os agricultores familiares e outros atores do desenvolvimento rural precisam de melhor acesso a informações técnicas, conhecimento e assistência para melhorar seus meios de subsistência (SIKHWENI; HASSAN, 2013; MAULU *et al.*, 2021).

Considerando a importância da agricultura familiar, da assistência técnica e da extensão rural, faz-se necessário diagnósticos e processos investigativos que contemplem os diferentes contextos das práticas de assistência técnica aos agricultores familiares. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo realizar

levantamento para verificar a situação atual do serviço de assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá, Marcelândia, MT.

Para atender a esse objetivo, foi realizada uma revisão de artigos publicados anteriormente em revistas científicas e uma pesquisa de campo. Este artigo está organizado em três seções, além da introdução. A primeira delas diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados para realizar a pesquisa. A segunda seção apresenta os resultados e a discussão à luz da literatura científica atualizada. E por fim, as considerações finais, com destaque para os principais resultados.

Materiais e métodos

Área de estudo

O estudo foi realizado no Projeto de Assentamento (P. A.) Bonjaguá, município de Marcelândia, localizado no norte do estado de Mato Grosso ("latitude 11°05'22" sul e longitude 54°27'02" oeste), distante 713 km da capital Cuiabá. No dia 7 de dezembro de 1980 foi oficialmente fundado o patrimônio de Marcelândia onde somente em 13 de maio de 1986 pela Lei n.º. 4992, posteriormente alterada pela Lei n.º. 6692, Marcelândia tornou-se município.

O município está a uma altitude média de 290 metros, clima do tipo Equatorial quente e úmido, com estações definidas de até cinco meses de seca, de junho a setembro, e nas épocas de chuvas obtendo uma precipitação anual de 2500 mm, com temperatura média anual em torno de 24°C (IBGE, 2010). Marcelândia possui sete tipos de solos, segundo dados do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso, tendo uma predominância de 64,29% da área total do município do tipo de solo classificado como Latossolo Vermelho-Escuro, localizado em toda a porção Leste e sul do município.

Pertencem à Marcelândia as localidades: Vila Analândia, Comunidade Santa Rita do Norte e o P. A. Bonjaguá que está a 35 km do centro do município. O processo de ocupação da área do P. A. Bonjaguá, teve início no ano de 1984, com apoio do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para a conquista da terra, os agricultores familiares fizeram dois acampamentos, sendo o segundo na área onde seria o P. A. Em 1985 houve aumento no número de famílias na ocupação da área e conflitos com o proprietário (Spanholi *et al*, 2015). Em 1993 se deu negociação para a compra da área e em 1994, a área foi desapropriada. O P. A. Bonjaguá foi criado em 1995, com capacidade de assentar 375 famílias.

Os lotes do Bonjaguá possuem em média 30 hectares. Uma área do Assentamento foi destinada para a construção de casas, área está conhecida como vila. Na vila foi estabelecido um posto de saúde, escola, igrejas, supermercados e centro de tratamento de água (ETA). No Bonjaguá, há também, uma área verde destinada a Escola Curumim, a qual é uma das poucas áreas registradas e documentadas do município como reserva legal onde pode ser

aproveitada para visitas e pesquisas.

Procedimentos metodológicos

Foi empregado o método de pesquisa quantitativa, utilizando questionário estruturado (GIL, 1999) com 37 perguntas abertas e fechadas para orientar e obter os dados necessários para aprofundamento nas questões relacionadas à assistência técnica e extensão rural. O questionário é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999).

A princípio, o questionário foi aplicado como teste de acordo com Richardson *et al.* (2012), que citam que é essencial realizá-lo e recomendam que o questionário seja testado na forma de pré-teste, visando ajustar as perguntas formuladas.

A aplicação do questionário foi feita visitando os agricultores familiares em suas residências. Foi abordado e explicado o motivo da pesquisa, apresentado o questionário e perguntado se o agricultor teria interesse e disponibilidade para responder. Foram entrevistados 30 agricultores familiares do assentamento que aceitaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Socioeconomia do Assentamento Bonjaguá

O Assentamento teve início a cerca de 27 anos, porém, só foi definitivamente regularizado para apropriação de uso pelo INCRA em 1997. O Bonjaguá foi criado com 375 lotes, porém, devido a vários fatores e dificuldades enfrentadas pelos agricultores, atualmente não há moradores em todos os lotes. Muitos deixaram as áreas e venderam o direito de posse para outros agricultores, que compraram uma ou mais propriedades.

A maioria dos agricultores familiares (60%) residia em diferentes estados na região centro-oeste antes de se mudarem para o Assentamento Bonjaguá. A criação do assentamento foi o que levou os agricultores familiares à região, para trabalharem com a pecuária de corte.

Os agricultores familiares relataram que quando chegaram no assentamento havia grande dificuldade de se manterem devido à falta de políticas públicas que ajudassem no investimento nas propriedades. Muitos deixaram, abandonaram suas propriedades e foram atrás de outras atividades, fora do assentamento para garantir renda. Assim, novas pessoas compraram os direitos de posse da terra dos assentados.

Com a falta de ATER, de pesquisas e acompanhamento, os agricultores familiares estão arrendando suas propriedades para o plantio de culturas como

arroz, soja e milho. Outros estão deixando as propriedades à deriva com baixa capacidade de produção e trabalhando em outras atividades para poderem se sustentar.

Dos 30 agricultores familiares que foram entrevistados, 44% possuem entre 16 e 24 anos que estão na propriedade; 40% entre 6 e 15 anos e 16% entre 1 e 5 anos morando no Assentamento. Observa-se, nesse caso, que a maioria dos agricultores está no Assentamento, desde o início.

Com relação à idade dos agricultores familiares entrevistados, a maioria está entre 40 e 50 anos de idade (24%) e acima de 50 anos de idade, foram 21%. A idade média das pessoas entrevistadas foi de 45,9 anos (47,9 anos para homens e 43,9 anos para mulheres). A composição familiar é de 3 a 4 pessoas, para 53% dos entrevistados; 1 a 2 integrantes para 34% das famílias; e 5 e 6 integrantes por família, 13%.

Cerca de 57% dos agricultores familiares não chegaram a finalizar o ensino fundamental. No assentamento há uma escola que oferece a educação básica no nível fundamental e médio no período diurno, o que não possibilita aos adultos estudarem devido ao trabalho na propriedade. Os agricultores familiares (93%) participam de alguma atividade na comunidade, seja ela, na igreja, na associação e nas diretorias administrativas do Bonjaguá.

A área das propriedades está dividida em pastagem, área de preservação permanente (APP), reserva legal e quintal com pomar. A média de cada lote se encontra com uma área de 30,66 hectares, dividida na maior parte (94,13%) com 28,86 hectares de pastagens, que em sua maior parte, se encontram degradadas. Porém, os agricultores estão realizando a reforma das pastagens de forma gradativa. Das 30 propriedades visitadas, 20 têm reservas protegidas, com média de 1,1 hectare de APP e reserva legal (0,7 ha). Nesse caso, a principal atividade econômica é a pecuária que está presente em todas as propriedades do Assentamento, sendo 83% pecuária de cria e recria e 17% pecuária leiteira.

De acordo com os agricultores familiares, os mesmos estão passando por dificuldades devido ao alto custo de produção e a desvalorização do preço do gado. Apesar das dificuldades enfrentadas, 80% dos agricultores familiares não tem interesse em mudar de atividade, pois estão obtendo estabilidade na propriedade. Além disso, 20% dos agricultores teriam interesse em trabalhar com outra atividade para obter outra forma de renda ou até mesmo agregar valor em sua atividade dentro da propriedade. A maioria dos que têm interesse em mudar de atividade é quem trabalha com a pecuária leiteira.

Os agricultores familiares que não trabalham com a pecuária de leite, citaram a possibilidade de trabalhar com outra atividade ou o arrendamento de sua propriedade. Vale ressaltar que nos dias atuais há um crescente aumento de sítios que estão sendo destinados a lavouras onde os agricultores estão arrendando suas propriedades para o plantio de soja, milho devido a dificuldades

em manter a pecuária.

A renda dos agricultores em sua maioria não provém somente da propriedade, 67% possuem outra fonte de renda. Dos 67% que obtêm renda extra, 45% são de prestação de serviço, como diaristas em fazendas vizinhas; 40% são de aposentadorias; e 15% são servidores públicos que realizam atividades no próprio Assentamento, sendo professor, motorista, zelador, cozinheira, agente de saúde dentre outras funções.

Foi constatado que boa parte dos agricultores familiares (66,6%) já conseguiram acessar alguma linha de crédito e 53% já receberam alguma informação técnica e especializada sobre linha de crédito e financiamento. Dentre os agricultores, 66,67% dos que obtiveram alguma linha de crédito e financiamento foram através do Banco do Brasil e da Cooperativa Sicredi Norte, nos anos de 2014 e 2021. Observou-se que a porcentagem de adesão aos períodos é algo atípico, pois no ano de 2018 nenhum dos agricultores realizaram algum tipo de financiamento.

Por outro lado, há agricultores que não realizaram nenhum tipo de linha de crédito por não terem documentação da propriedade. Outros relataram que não realizaram a busca por crédito por terem já uma estabilidade financeira e que não tem novos projetos para investimentos.

Assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá

O serviço de ATER não chega a todo o público no Assentamento Bonjaguá, somente 33% dos agricultores familiares recebem algum tipo de serviço técnico e a grande maioria, 67%, não tem acesso aos serviços de ATER. As instituições que realizam o acompanhamento dos 33% dos agricultores familiares no Bonjaguá são a Secretaria Municipal de Agricultura de Marcelândia, a Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Dos agricultores familiares que recebem ATER, 90% estão satisfeitos com o serviço prestado e 10% estão insatisfeitos. Os entrevistados relatam a insatisfação devido não haver projetos "sólidos" que garantem uma continuidade de assistência e que não há projetos contínuos para que possam aderir aos programas de ATER. As visitas não tem uma periodicidade, nem um pré-agendamento para o acompanhamento da propriedade. Os agricultores que recebem ATER destacam que o serviço recebido é muito importante na tomada de decisões e planejamento da propriedade.

Os agricultores familiares que não recebem ATER foram questionados se gostariam de receber os serviços. Um total de 95% dos agricultores teria interesse em receber os serviços de ATER.

Para os agricultores familiares entrevistados, o maior problema relacionado à assistência técnica e extensão rural no município de Marcelândia se dá pela

falta de investimento na agricultura familiar, como a contratação de técnicos para a realização do trabalho em campo.

Discussão

Historicamente no Brasil, os agricultores familiares sempre foram marginalizados no acesso à ATER (CASTRO, 2015). Geralmente os assentamentos rurais em Mato Grosso são criados distantes dos centros urbanos, como o Bonjaguá, em Marcelândia. O município de Marcelândia possui uma área territorial de grande extensão, essa realidade dificulta o atendimento dos agricultores desta localidade. Além disso, o número de técnicos e de infraestrutura em Marcelândia é insuficiente para atender a todos os agricultores familiares do município e do Assentamento Bonjaguá. O município conta com um técnico da EMPAER que é lotado no polo do município vizinho de Cláudia - MT, com um técnico agrícola e um veterinário da secretaria de agricultura do município.

Em uma pesquisa realizada no nordeste paraense, Gomes, Guimarães e Porro (2017), revelaram que 70,8% dos agricultores não recebem ATER, contexto semelhante ao Assentamento Bonjaguá. A insuficiência de assistência técnica não é exclusiva do Brasil. Na África do Sul, um estudo realizado por Sikhweni e Hassan (2013), demonstrou que a falta de serviços de extensão é um problema enfrentado por pecuaristas que criam gado em pequena escala. Apesar da importância histórica, os agricultores familiares receberam, ao longo do tempo, pouca atenção do poder público, sendo por várias vezes negligenciados (CASTRO, 2015).

Para a resolução dessa problemática, faz-se necessário fortalecer as instituições públicas de ATER e a união entre a Secretaria de Agricultura, a EMPAER, o Sebrae, a Universidade ou Escola e os técnicos. Compartilhar conhecimento e realizar pesquisas para suprir as demandas dos agricultores familiares do município é de suma importância. Além disso, outra alternativa seria viabilizar a contratação de mais técnicos que possam de fato ir ao campo e buscar, de forma gradativa e coletiva, o atendimento dos agricultores familiares até que consiga atender o maior número possível. Também, se faz necessária a promoção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, educação do campo com cursos profissionalizantes que, de modo geral, possam viabilizar a pesquisa e incentivar novos pesquisadores e promotores do conhecimento.

Apesar dessa problemática, os agricultores familiares que recebem os serviços de ATER no Bonjaguá destacam a sua importância, em especial para a tomada de decisão referente às atividades produtivas. O agricultor familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho, o que viabiliza a atividade (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). O apoio e a obtenção de conhecimento adquirido pelos agricultores familiares através dos técnicos

fazem com que eles tenham a certeza de estarem produzindo de forma correta.

Os programas de assistência técnica extensão rural são cruciais para a redução da pobreza, pois são o impulso para o aumento da produtividade nas atividades agrícolas em muitos países (MAULU *et al.*, 2021). No Brasil, as ações de ATER evidenciam a efetividade enquanto instrumento de geração de renda (ROCHA JUNIOR *et al.*, 2020). No estudo realizado por Rocha Junior *et al.* (2020), os resultados obtidos evidenciaram acréscimo estatisticamente significativo de R\$ 490,54 sobre a renda mensal dos agricultores familiares devido à utilização de ATER.

Além da melhora na renda das famílias agricultoras, a ATER mantém os agricultores familiares atualizados com novos conhecimentos e habilidades para enfrentarem os desafios emergentes em suas atividades agrícolas (MAULU *et al.*, 2021).

Considerações finais

Com a pesquisa realizada, foi possível verificar a situação atual dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Assentamento Bonjaguá, em Marcelândia - MT, buscando preencher a lacuna de estudos referentes à ATER, no município.

Em suma, se pode afirmar que os agricultores familiares do Bonjaguá, 67% não recebem frequentemente serviços de ATER, pois há indisponibilidade desses serviços por parte dos órgãos competentes. No município de Marcelândia há poucos técnicos e responsáveis pelo desenvolvimento dos serviços de ATER, faltando investimento público para suprir a necessidade dos agricultores familiares do assentamento Bonjaguá. Ademais, não existem projetos sólidos que garantem uma continuidade dos serviços de assistência técnica e extensão rural no Assentamento.

Novos estudos devem ser realizados para avaliarem as causas da falta de ATER frequente no Assentamento, com o objetivo de propor soluções que contribuam para a resolução dessa problemática, que permitam que os agricultores participem da identificação de soluções aos seus problemas.

Referências

- BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, p.312-347, 2003.
- CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília: IPEA, n. 12, p.49-59. 2015.
- DAWANNE, G.; JAMILLY, G.; ROBERTO, P. Acesso à ater e os principais problemas técnicos enfrentados pela agricultura familiar no nordeste paraense. In:

II CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS AGRARIAS, 2., 2017, Natal, RN. **Anais[...]** Natal: COINTER-PDVAgro, 2017. p. 1-8.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE, Instituto de Geografia e Estatística. **Agricultura Familiar**. Censo agropecuário 2017. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf Acesso: 10 nov. 2022.

IBGE, Instituto de Geografia e Estatística. **Cidades 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/marcelandia/panorama> Acesso: 14 nov. 2022.

LABARTHE, P; LAURENT, C. Privatization of agricultural extension services extension program in the EU: Towards a lack of adequate knowledge for small-scale farms? **Food Policy**, v. 38 n. 1, p.240–252. 2013.

MAULU, S; HASIMUNA, O. J; MUTALE, B; MPHANDE, J; SIANKWILIMBA, E. Enhancing the role of rural agricultural extension programs in poverty alleviation: A review. **Cogent Food & Agriculture**, v.7 n. 1, p.1-13. 2021.

PYE-SMITH, C; RÖLINGS, N; HOFFMANN, V; DAVIS, K; FRANCIS, J; MAATMAN, A; WOPEREIS-PURA, M; DOUDET, J; GAMBIER, S; DEGRAVE, A; LEROY, S; BODICHON, J; DUNN, D. **Agricultural extension, a time for change, linking knowledge to policy and action for food and livelihoods, policy pointers**, S. Beccio/IFA D, CTA. 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10568/75389> Acesso: 14 nov. 2022.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA JUNIO, A. B.; SILVA, R. O.; PETERLE NETO, W.; RODRIGUES, C. T. Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, p.1-16. 2020.

SANDES, L. C. M; TENÓRIO, P. P. A Pnater: reflexões sobre os seus princípios e objetivos a partir da percepção de extensionistas rurais do município de Paulo Afonso, Bahia. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p.915-925. 2020.

SPANHOLI, M. L.; DALFOVO, W. C. T.; SILVA, M. J. O Desenvolvimento Socioeconômico e Produtivo em Assentamentos Rurais de Dois Municípios da Região Norte de Mato Grosso à Luz das Políticas Públicas. UNEMAT, 2015. Disponí-

vel em: <http://www.augm-cadr.org.ar/archivos/9nabienal/mesas/MESA%203/06%20b.%20Mariane%20Junges%20da%20Silva.pdf> Acesso: 19 fev. 2024.

SIKHWENI, N. P.; HASSAN, R. Opportunities and challenges facing small-scale cattle farmers living adjacent to Kruger National Park, Limpopo Province NP Sikhweni and R Hassan Corresponding Author: NP Sikhweni. **Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences**, v. 5, n.1, p.38–43. 2013.

SILVA, O. D. **O que é extensão universitária?** 1997. Disponível em: <https://www.economicocultural.com/ECC3/oberdan9.htm> Acesso: 14 nov. 2022.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. 1. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2000.



Transformando a Realidade Rural: o papel do cooperativismo de crédito na inclusão social e financeira e de assentamentos de reforma agrária

Ricardo Alberti¹
Janaína Balk Brandão²
Vitor Kochhann Reisdorfer²

Resumo: Os assentamentos de reforma agrária são compostos por famílias que buscam obter seu sustento através da agricultura. No entanto, muitas dessas famílias enfrentam dificuldades sociais e financeiras. É nesse contexto que este estudo busca compreender o papel das cooperativas de crédito na redução da discriminação e no acesso ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa exploratória descritiva, utilizando uma abordagem qualitativa para compreender a perspectiva das famílias assentadas em relação ao seu relacionamento com as cooperativas de crédito e os bancos. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados utilizando a análise de conteúdo com a análise temática. Os resultados foram divididos em duas categorias: o cooperativismo como agente social na redução da discriminação e no acesso ao crédito. Na categoria "o cooperativismo como agente social na redução da discriminação", são apresentadas discussões sobre o acesso igualitário ao crédito agrícola, a participação e governança democrática, a educação e capacitação financeira, bem como o apoio e acompanhamento técnico. Já na categoria "o cooperativismo como agente social no acesso ao crédito", são discutidas a redução da burocracia nas atividades financeiras, a existência de juros e prazos personalizados, e o entendimento dos associados em relação ao compartilhamento de riscos. O estudo é composto por relatos e discussões, e as principais conclusões apontam para uma forte presença das cooperativas de crédito como uma plataforma para a promoção da justiça social e como agente de fomento ao desenvolvimento das famílias assentadas.

Palavras-chave: Cooperativa de crédito; Assentamento; Discriminação; Fomento ao Crédito.

Transforming Rural Reality: the role of credit cooperatives in social and financial inclusion and agrarian reform settlements

Abstract: The agrarian reform settlements consist of families seeking to earn their livelihood from agriculture. However, many of these families face social and financial difficulties. It is within this context that this study aims to understand the role of credit unions in reducing discrimination and improving access to credit for families settled in the municipality of Júlio de Castilhos, in Rio Grande do Sul. To achieve this objective, a descriptive exploratory research was conducted, employing a qualitative approach to grasp the perspective of settled families regarding their relationship with credit unions and banks. Data were collected through semi-structured interviews and analyzed using content analysis with thematic analysis. The results were divided into two categories: cooperativism as a social agent in reducing discrimination and facilitating access to credit. In the category "cooperativism as a social agent in reducing discrimination," discussions revolve around equal access to agricultural credit, democratic participation and governance, financial education and training, as well as technical support and monitoring. The category "cooperativism as a social agent in accessing credit" addresses the reduction of bureaucracy in financial activities, the provision of personalized interest rates and terms, and the members' understanding of risk sharing. The study comprises accounts and discussions, and the main conclusions highlight the significant presence of credit unions as a platform for promoting social justice and fostering the development of settled families.

Keywords: Credit Union; Settlement; Discrimination; Credit Promotion.

¹ Doutorando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Autor Correspondente: r-alberti@live.com

² Professores do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM.

Introdução

Os assentamentos de reforma agrária no Brasil são, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2023), conjuntos de unidades agrícolas que se dividem em parcelas ou lotes e destinadas para uma família de agricultor ou trabalhador rural que não tem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família produtora ou o produtor rural que for beneficiado com um lote de terra deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas.

Muitas dúvidas surgem sobre como são formados os assentamentos de reforma agrária. Com base nos estudos de Silva (2017) entende-se que a formação de um assentamento de reforma agrária segue um processo envolvendo seis etapas, a primeira (pode ser conturbada em alguns casos) que é a identificação de áreas que podem ser destinadas à reforma agrária, essa identificação pode ocorrer por diferentes formatos, o primeiro é a desapropriação que ocorre quando as terras não estão cumprindo com seu papel de utilidade pública, necessidade pública ou interesse social (FIALHO, 2021), neste caso o poder público toma posse das terras mediante o pagamento de uma indenização justa e prévia em dinheiro ao proprietário do bem (SILVA, 2017). A desapropriação, mesmo sendo uma de promover a redistribuição da terra para quem realmente precisa é também polêmica e pode envolver disputas judiciais e conflitos com os proprietários.

Outras formas do poder público adquirir terras são: por meio da compra e venda ou por meio de acordos com proprietários rurais que desejam ceder parte de suas terras para a reforma agrária. Após a seleção de uma área de terras para o assentamento inicia-se a segunda etapa, que é a seleção das famílias que serão beneficiadas com os lotes, essa seleção ocorre com base em critérios definidos pelo Incra que levam em conta aspectos socioeconômicos como a condição de sem-terra, a vulnerabilidade social, a disponibilidade de mão de obra e outras características.

A terceira etapa é a visita do Incra para a demarcação dos lotes de terra para avaliar a viabilidade de instalação das famílias, é nesse momento que é realizada a verificação dos dados geodésicos dos lotes para o seu cadastramento no Sistema Nacional de Supervisão Ocupacional (SNSO) (INCRA, 2023). Para a demarcação dos lotes o Incra (2023) observa os seguintes critérios: grau de utilização da terra; existência de benfeitorias; aptidão agrícola; localização; dimensão do imóvel; preservação dos recursos naturais. Cabe ressaltar que, de acordo com a Lei nº 8.629/93, o tamanho dos lotes pode diferir entre municípios, pois é definido de acordo com o módulo fiscal do município onde se localiza o imóvel rural, desta forma varia entre 5 a 110 hectares.

A quarta etapa é a disponibilização de infraestrutura das áreas, essa etapa compreende a abertura de estradas, construção de pontes, instalação de energia elétrica, disposição de água potável e esgoto, assim como a organização de

serviços vinculados à saúde e educação para os agricultores que pertencem ao assentamento.

A quinta etapa é a distribuição dos lotes, que ocorre através de um sorteio para distribuição entre as famílias beneficiárias. E a sexta e última etapa é a instalação das famílias em seus respectivos lotes, nessa etapa o Inbra disponibiliza orientação e o suporte técnico para que possam iniciar a produção agrícola e gerar renda para suas famílias.

É após a instalação das famílias que se inicia o processo de ambientalização das famílias à comunidade onde o assentamento será inserido, que pode ou não ser bem recebido no município. Alguns trabalhos apresentam esse cenário, como o de Zenaratti (2021, p. 565), o autor identifica que no Brasil existe os movimentos sociais que propiciam a democratização do acesso aos recursos naturais adquirem um estigma de “invasores de terras” e “improdutivos”, por essa razão acabam enfrentando dificuldades para obter “crédito, assistência técnica e infraestrutura”. No estudo de Andrade e Moraes (2017, p. 379), as autoras perceberam que as famílias assentadas são estigmatizadas como serem pobres e assentadas, tendo em vista que esse estigma causa “sentimentos de vergonha, culpa e desvalorização por parte das famílias”.

Tais resultados não são recentes, pois em 1997, Waniez e Brustlein (1997, p. 51), em seu artigo “Atlas dos beneficiários da reforma agrária”, indicaram que os assentados enfrentavam desafios vinculados ao acesso à crédito, educação e saúde, mas a mais grave era o preconceito e discriminação recebidos da sociedade local e reforçada pelos meios de comunicação, que retrata os assentados “como violentos, ignorantes e dependentes do Estado”. Tendo em vista o resultado dos trabalhos percebe-se que existe ainda hoje um estigma ligada a pobreza e a marginalização com relação às famílias de assentados de reforma agrária. Desta forma, esse estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Frente a um cenário de preconceito e discriminação social com os assentados e suas famílias, como as cooperativas de crédito se apresentam?

De acordo com Silva e Nunes (2022), o Censo Agropecuário de 2017 indica que as cooperativas de crédito rural podem contribuir para reduzir a discriminação social e econômica dos agricultores familiares, oferecendo-lhes condições mais favoráveis de financiamento e inclusão financeira. Já Melo e Scopinho (2018), descobriram que algumas cooperativas de crédito desestimulam a estruturação cooperativa e por consequência apresentam problemas vinculados à falta de infraestrutura, inoperância e a burocratização da política, diferentemente da proposta cooperativa para produtores rurais que é o estímulo das redes de solidariedade e o desenvolvimento rural.

Sabe-se que o cooperativismo é fundamentado na ajuda recíproca, solidariedade, igualdade e democracia (Maffini *et al.*, 2020), além disso, assumem a responsabilidade social nas comunidades em que estão inseridas através

da promoção de valores éticos (Fernandez *et al.*, 2022). Com o fortalecimento da identidade cooperativa que se baseia nos princípios do cooperativismo, as cooperativas tornam-se atores sociais capazes de combater possíveis injustiças sociais (Nunes *et al.*, 2019). Tendo em vista a estiga que os assentados vêm recebendo, esse estudo tem como objetivo entender o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e fomento ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS.

Os objetivos específicos deste estudo são: analisar as percepções das famílias assentadas sobre o seu relacionamento com cooperativas de crédito e outros bancos; verificar se o cooperativismo de crédito propicia a diminuição da discriminação e como o fomenta o crédito entre as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS.

Esse trabalho se justifica devido a importância do tema, pois estudar o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e no fomento ao crédito para as famílias assentadas é importante para promover a inclusão financeira, combater a discriminação, impulsionar o desenvolvimento econômico sustentável e buscar a transformação social nas áreas rurais. Além disso, são raros os estudos que verificam a relação entre cooperativas de crédito e aspectos sociais dos produtores assentados da reforma agrária, alguns estudos que analisam esses aspectos são Melo e Scopinho (2018) e Petry (2014), mostrando que ainda é necessária uma atualização dos estudos analisando aspectos referentes à atuação, podendo englobar aspectos pós-pandêmicos que podem ter influenciado essa relação.

Alguns benefícios potenciais para a realização deste estudo são: aprofundar a compreensão sobre o estigma das famílias assentadas e de como as cooperativas de crédito contribuem para reduzir a discriminação e oferecer serviços financeiros acessíveis; Serve para a identificação e adoção de melhores práticas que servem para criação de normativas adequadas para atender e apoiar as famílias assentadas; Fortalecimento das políticas públicas que englobam a reforma agrária no Brasil; Além de empoderar as famílias assentadas através do acesso a serviços financeiros adequados, elas podem investir em suas atividades produtivas, melhorar sua produtividade, renda e qualidade de vida, além de exercer maior controle sobre seu próprio desenvolvimento.

Existem ainda justificativas regionais, pois no Rio Grande do Sul existem diversas localidades com famílias assentadas e uma relevante presença de cooperativas de crédito, dessa forma, o estudo pode compreender as realidades sociais, econômicas e culturais, apresentando soluções contextualizadas. Cabe salientar que no Rio Grande do Sul as desigualdades socioeconômicas são desafios diários enfrentados pelas famílias assentadas e reduzir a discriminação é fundamental para combater essas desigualdades e garantir que as famílias assentadas tenham acesso igualitário a recursos, oportunidades e serviços

financeiros. Tendo em vista que os resultados desse estudo podem ser aplicados empiricamente por outras cooperativas e organizações que se relacionam com as famílias assentadas.

Referencial Teórico

O cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação

O cooperativismo de crédito possui características que funcionam como catalisadores para promover mudanças sociais. Uma dessas formas é o acesso igualitário ao crédito, que é especialmente relevante no contexto dos assentamentos. Em alguns casos, os assentados enfrentam dificuldades para obter crédito rural devido a barreiras como a falta de documentação de posse da terra e, conseqüentemente, a falta de garantia; ausência de histórico de crédito; desconfiança relacionada ao estigma de ser assentado; e excesso de burocracia (MELO; SCOPINHO, 2018). Essas dificuldades podem afetar negativamente os agricultores familiares que não possuem a documentação formal de suas propriedades e, conseqüentemente, limitam seu acesso aos serviços financeiros necessários para investir e desenvolver suas atividades produtivas (ZENARATTI, 2021).

Outro aspecto relevante é a participação e governança democráticas. Esse sistema permite que as famílias assentadas se tornem membros da cooperativa, podendo participar das decisões. Segundo Silva e Nunes (2022), essa premissa promove a inclusão social e a participação igualitária, garantindo que as necessidades dos associados sejam consideradas e evitando práticas discriminatórias.

A educação financeira e capacitação são aspectos relevantes, uma vez que a oferta de programas de educação financeira e capacitação para as famílias assentadas permite que compreendam os mecanismos de crédito e tomem decisões financeiras, além de acessar os recursos disponíveis de forma eficiente (NUNES *et al.*, 2019).

De acordo com Silva e Nunes (2022), o apoio técnico e o acompanhamento, alinhados à educação financeira, podem ser oferecidos pelas cooperativas de crédito, fornecendo serviços especializados às famílias, como elaboração de planos de negócios, orientações para acesso a programas governamentais, treinamentos sobre técnicas agrícolas sustentáveis e outros tipos de suporte. Isso possibilita novas oportunidades e aumento de renda entre as famílias.

Além disso, as cooperativas de crédito podem facilitar o acesso a redes de colaboração, para que as famílias consigam comercializar seus produtos a preços justos (ANDRADE; MORAES, 2017; PETRY, 2014). Elas também podem compartilhar recursos com as famílias, como equipamentos, infraestrutura e conhecimento, visando melhorar a eficiência e reduzir custos.

De maneira geral, a literatura aponta que o cooperativismo de crédito pode

reduzir a discriminação enfrentada pelas famílias assentadas, ao proporcionar acesso igualitário ao crédito, promover a participação e governança democráticas, oferecer programas de educação financeira e capacitação, e fornecer apoio técnico e acompanhamento (MAFFINI *et al.*, 2020). Essas ações ajudam a garantir que as famílias assentadas tenham as mesmas oportunidades de acesso a recursos financeiros e apoio para desenvolver suas atividades laborais, diminuindo o estigma social associado aos assentamentos.

O cooperativismo como ator social no fomento ao crédito

Com relação ao fomento de crédito, as cooperativas de crédito, como o próprio nome sugere, podem oferecer acesso facilitado ao crédito para as famílias assentadas, de acordo com suas necessidades. Ao contrário das instituições financeiras tradicionais, que impõem requisitos rigorosos e burocráticos para a concessão de financiamento, as cooperativas podem adotar critérios mais flexíveis e personalizados, facilitando o acesso ao crédito rural para que as famílias assentadas possam financiar suas atividades agrícolas, investimentos, compra de equipamentos e outras necessidades relacionadas à produção (SILVA; FONSECA; SILVA, 2018; ALEXANDRE; OLIVEIRA, 2022).

De acordo com Gosch (2020), as cooperativas podem oferecer juros mais baixos e prazos de pagamento flexíveis, levando em consideração a sazonalidade das culturas agrícolas praticadas na região sul do Brasil, em comparação com as instituições financeiras. Isso ocorre porque as cooperativas são criadas sem fins lucrativos, onde os membros são os proprietários e beneficiários diretos dos serviços.

Um aspecto relevante é o compartilhamento de riscos, pois no modelo cooperativista, as famílias assentadas compartilham riscos e benefícios entre si. Nas cooperativas de crédito, as famílias assentadas se unem em uma organização que coletivamente assume riscos financeiros (MELO; SCOPINHO, 2018). Esse compartilhamento de riscos cria um ambiente de confiança mútua e solidariedade.

As cooperativas de crédito podem fomentar o crédito rural entre as famílias assentadas por meio do acesso facilitado ao crédito, flexibilidade nas condições de crédito e do compartilhamento de riscos. Segundo Fernandes *et al.* (2022), esse é um aspecto relevante que proporciona segurança e possibilita o desenvolvimento da agricultura familiar dentro dos assentamentos.

Método

Para cumprir com o objetivo proposto que é entender o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e fomento ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS, foi realizada uma pesquisa exploratória, descritiva e utilizou-se a abordagem qualitativa para compreender

a perspectiva das famílias assentadas sobre seu relacionamento com as cooperativas e bancos, o que permitiu conhecer suas experiências, opiniões, pontos de vista, posições e significados subjetivos a sua realidade (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Esse estudo é componente da pesquisa Cooperativismo e Agricultura Familiar, a qual foi submetida ao comitê de ética da Universidade Federal de Santa Maria e aprovada de acordo com o parecer número: 5.533.516. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas entre o período de fevereiro e abril de 2023 e seguiram as indicações do comitê de ética, desta forma só participaram da pesquisa pessoas que concordaram e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. Participaram da pesquisa membros de 24 famílias assentadas, tendo em vista que o município de Julio de Castilhos conta com três assentamentos: Assentamento da Ramada, Assentamento Alvorada e Assentamento Santa Júlia.

O Assentamento da Ramada é constituído por famílias que ocuparam a Fazenda Anoni (Sarandi – RS), que foram realocadas pelo INCRA e em 1989 foi fundado o Assentamento da Ramada com aproximadamente 102 famílias, e lotes de aproximadamente 25 hectares (maiores devido a quantidade de mata nativa que deveria ser preservada) (PETRY, 2014). Do assentamento da Ramada, 11 famílias participaram da pesquisa (Respondentes de 1 à 11). O Assentamento Alvorada foi fundado em 1996, com a desapropriação da Fazenda Alvorada, que foi dividida em 72 lotes de aproximadamente 21,7 hectares, neste assentamento, das 72 famílias assentadas 7 participaram da pesquisa (Respondentes de 12 à 19) (PETRY, 2014).

O Assentamento Santa Julia se deu através da venda da Fazenda Santa Júlia para o governo através do INCRA e o Assentamento Santa Julia foi fundado em 1999, esse assentamento conta com 60 lotes com aproximadamente 19 hectares, deste assentamento das 60 famílias assentadas 8 participaram da pesquisa (Respondentes de 20 à 26). Totalizando às 26 famílias assentadas, tendo em vista que as escolhas das famílias se deram por meio de uma amostragem aleatória (PETRY, 2014).

Os entrevistados foram convidados a discorrer sobre seu relacionamento com as cooperativas de crédito e relacionamentos com outros bancos sobre temas que impactam na discriminação social como: dignidade, bem estar, civilidade, justiça, respeito, gênero, comunicação, moralidade e estima social. Da mesma forma foram realizados questionamentos sobre as formas de fomento de crédito envolvendo: gestão, liderança, marketing e comunicação. A análise ocorreu por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011), por meio da análise temática.

Após a análise das entrevistas pode-se condensar os depoimentos em duas categorias temáticas que é o cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação e no fomento de ao crédito rural. Os resultados encontrados

são apresentados na sequência.

Discussão e Resultados

Os resultados do estudo serão discutidos de acordo com as categorias de análise. No entanto, para uma melhor compreensão dos achados, as categorias foram divididas em subcategorias. No caso da categoria “O cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação”, ela foi subdividida em: acesso igualitário ao crédito agrícola, participação e governança democrática, educação e capacitação financeira, e apoio e acompanhamento técnico. Já a categoria “O cooperativismo como ator social no fomento de crédito” foi subdividida em: diminuição da burocracia, juros e prazos personalizados, e compartilhamento de riscos.

O cooperativismo como ator social na diminuição da discriminação

Nesta categoria, foram discutidos elementos que permeiam as relações sociais entre as cooperativas e os produtores assentados em Júlio de Castilhos-RS. Além disso, foram apresentadas comparações com o relacionamento que os assentados têm (ou tiveram) em outros bancos ou instituições financeiras.

Acesso igualitário ao crédito agrícola

O acesso igualitário ao crédito foi uma conquista adquirida pelos produtores agrícolas que foram assentados no município. Isso ocorre devido às dificuldades de acessar o crédito em função da ausência do documento de propriedade da terra e/ou da inexistência de imóveis ou outra forma de garantia para vincular nos financiamentos rurais (ZENARATTI, 2021). Para atender a esse perfil de cliente, um dos bancos estatais criou uma estratégia de proporcionar uma linha de crédito para os assentados por grupo de risco. Esse tipo de financiamento reunia 5 famílias e/ou produtores, e todos eram avalistas uns dos outros. Assim, se alguém não conseguisse cumprir com suas obrigações, todos acabariam negativados e impedidos de adquirir crédito rural novamente.

Tendo em vista que se tratam de famílias humildes que tinham acabado de adquirir seus terrenos e não tinham garantias, esse método de financiamento tornava-se abusivo. Como um agricultor que busca financiamento para sua produção agrícola conseguiria assumir a dívida de um ou dois outros produtores que poderiam ter passado por algum infortúnio? A maioria das famílias entrevistadas relata que essa forma de crédito era abusiva e acabou prejudicando grande parte das famílias assentadas, como relatam os Respondentes 1 e 24.

No banco estatal se o cara tá bem eles conseguem (ajudar) e não depende só deles... na questão financeira eu peguei financiamento ano passado porque antes tava de avalista de uns caras aí, daí não conseguia pegar dinheiro e toda hora tavam me ligando pra ajudar limpar o nome pra

financiar. Aí a questão do nome... se está limpo tem como eles brigarem pra te dar um recurso. Mas na cooperativa eu financiei esse robô... quando limpei o nome eles deram um jeito de financiar, mas antes, mesmo quando não tava com o nome limpo nunca me cortaram nada (Respondente 1).

No banco estatal a gente tinha uma negociação até um certo limite, no começo quando a gente foi assentado aqui, a gente adquiriu um recurso que tinha que ser um grupo de 5. Aconteceu, tenho prova disso, no banco estatal, que to pagando dívida de 3 caras lá pra eu poder limpar meu CPF e negociar com a cooperativa de crédito. Na cooperativa de crédito eu sempre que fui lá me atendeu de portas abertas, os funcionários são excelentes, são grandes amigos do cara, ajudam o cara de uma forma... praticamente um pai... tudo que consegui hoje, casa... carro... trator... a gente pegou recurso da cooperativa de crédito pra pagar. A cooperativa de crédito foi o melhor banco que trabalhei até hoje (Respondente 24).

Não somente a dificuldade de acesso ao crédito, mas mesmo o atendimento é percebido pelos assentados como diferenciado, tendo em vista que nos bancos estatais eles se percebem sem relevância para o banco, já na cooperativa são tratados como dignidade e igualdade como relata o Respondente 7.

Eles nos tratam de maneira educada na cooperativa, eles primam muito pelo bom atendimento né, então assim se tu pegar os funcionários da cooperativa, todos eles são tem uma cordialidade assim são bem, mas vai em certo os bancos estatais não é todos é uma das regras que eles têm né dos funcionários atender bem saber se cordial então isso não é problema dentro do supremo quando tu vai ser atendida na cooperativa tu se percebe alguém de igual valor como qualquer outro cooperado lá dentro no atendimento (Respondente 7).

Os relatos dos Respondente 1, 24 e 7 resumem muitas das experiências das famílias entrevistadas, que em função do formato de financiamento do banco estatal os agricultores assentados foram impedidos de conseguir financiamento rural. E foi nas cooperativas de crédito que esses agricultores e suas famílias encontraram uma oportunidade de melhorarem de vida e diminuírem as barreiras impostas pelos bancos estatais para conseguir um custeio agrícola. A seguir estão alguns relatos que reforçam essas indicações.

Olha dos bancos assim que eu trabalhei, eu acho que o melhor banco voltado para agricultura né, para quem quer desenvolver né, pelo menos o gerente ali, liberou o financiamento para esse galpão aqui ó, se ele não acredita-se em mim e no meu irmão não tinha financiado não tinha isso aqui né, então assim ó, a cooperativa é um banco que é voltado para agricultura é familiar né, e até os grandes também né que produzem, o

que importa é que produz né, então assim ó melhor dos bancos que eu trabalhei né, porque assim ó, tem os bancos estatais que os cara ficam parado, atende um, dois cliente por manhã e deu, fica lá e eles nem preferem que tu vai lá para pedir financiamento. Então tem coisas assim né, na cooperativa talvez eles dão mais atenção, atende bem então assim eu nunca fui mal atendido, sempre fui bem atendido na cooperativa (Respondente 5).

A cooperativa de crédito que ajudou os produtores familiares (autorreferência) e depois foram se expandindo uma das pioneiras né que começou e começou com os pequenos que os grandes ficaram tudo no banco estatal (Respondente 19).

No banco que a gente tinha esse problema era a peste, a sorte que na cooperativa de crédito para pegar crédito rural como a gente sempre foi bem né, lá nos receberam super bem tanto que agora esse que a gente teve o problema do desse avalista que quando nós encerramos nós temos um financiamentos que nós já fomos produtores de leite há uns anos atrás aí a gente tinha aqueles investimentos que é para 10 anos que tu faz aí esse ano de 2022 a gente terminou a última parcela encerramos a conta lá naquele banco né não queremos mais nem entra lá dentro que não vale a pena (Respondente 12).

Vamos dizer que sim, acho que sim... acho que tem uns funcionários que se esforçam pra vender pra gente, porque tinha uma época que a gente não tinha crédito "nós sabemos que vocês são trabalhadores..." se não fossem as cooperativas e as firmas... logo no início principalmente nós não conseguíamos plantar nada (Respondente 22).

Com base nos relatos apresentados, fica evidente que as cooperativas de crédito da região desempenham um papel fundamental para viabilizar as atividades agrícolas dos assentados. O acesso ao financiamento por meio dos bancos estatais era restrito para aqueles que estavam iniciando suas atividades agrícolas por meio da reforma agrária. Nesse sentido, as cooperativas de crédito se mostraram essenciais ao oferecerem possibilidades de financiamento mais acessíveis e adequadas às necessidades dos assentados.

Além disso, o atendimento recebido pelos assentados nas cooperativas de crédito foi relatado como positivo, em contraste com a indiferença e tratamento impessoal experimentado nos bancos estatais. Nas cooperativas, os assentados se sentiram ouvidos e tiveram suas dificuldades documentais e restrições levadas em consideração. Essa abordagem mais inclusiva e atenciosa por parte das cooperativas contribuiu para o sucesso das famílias assentadas na agricultura.

Esses resultados contradizem as sugestões apresentadas no estudo de Melo

e Scopinho (2018), que apontam para dificuldades no acesso a diversas linhas de crédito. Pelo contrário, foi constatado que as cooperativas oferecem acesso a uma variedade de linhas de crédito e têm fortalecido seu relacionamento com os agricultores assentados, demonstrando atenção às suas necessidades individuais e coletivas.

Conforme mencionado por Silva (2017), os agricultores assentados da reforma agrária merecem respeito e compreensão de que suas características são diferentes daqueles que estão estabelecidos nos municípios há gerações. Portanto, é essencial que o atendimento prestado a eles seja realizado com uma compreensão social, auxiliando as famílias assentadas a obter um bom desempenho na agricultura e nos negócios. Essas considerações destacam a importância das cooperativas de crédito como uma alternativa viável e benéfica para os assentados, proporcionando acesso igualitário ao crédito agrícola e um atendimento mais adequado às suas necessidades e realidades.

Participação e governança democrática

A participação e governança democrática são pontos relevantes para os assentados e suas famílias, pois proporcionam a eles voz para dialogar com a cooperativa sobre suas demandas e particularidades (SILVA; NUNES, 2022). É importante fazer um paralelo entre as percepções obtidas em relação à participação em bancos estatais e cooperativas de crédito, com as quais os assentados têm relacionamento.

Os assentados que possuem contas em bancos estatais relataram que se sentem como clientes comuns e percebem que aqueles que possuem mais dinheiro recebem um atendimento personalizado e outras vantagens. Isso é evidenciado nos relatos dos Respondentes 16, 20 e 21, respectivamente “No banco sou uma cliente, mas nada que eu tenha abertura”, “Aqui em Julio não, aqui principalmente quem tem mais dinheiro é tratado de modo diferenciado, até na fila de atendimento” e “O banco é uma empresa qualquer, onde não existe uma troca onde falamos o que queremos, lá é o que eles querem oferecer”. Nesse contexto, entende-se que as famílias assentadas não se sentem acolhidas nos bancos estatais.

Por outro lado, no sistema cooperativista, é difundido que os associados têm voz ativa e podem participar das discussões e demandas. Nas cooperativas de crédito, as famílias assentadas encontram espaços para discutir suas demandas, seja nos atendimentos, assembleias ou encontros promovidos pela cooperativa. Isso possibilita uma compreensão mais abrangente da situação das famílias e a criação de estratégias de atuação. Os respondentes 6 e 25 resumem em suas falas o que muitas famílias acreditam que acontece em relação à participação e governança democrática na cooperativa.

Eles levam em consideração o que a gente fala pq eles conhecem aqui,

sabem mais ou menos como funciona, já vieram aqui, e acho que ainda é um dos melhores atendimento que tem (Respondente 6).

O tratamento de todos é parelho, sempre vi tratamento igual, mesmo quando a gente faz um pedido eles discutem para tentar resolver nosso problema de algum jeito (Respondente 25).

Os relatos dos respondentes 6 e 25 deixam claro que a cooperativa, por meio de diferentes espaços, ouve os associados. No relato do respondente 25, percebe-se que a cooperativa é ativa na comunidade, pois já realizou visitas aos assentamentos. Isso se deve também ao fato de proporcionar aos jovens filhos dos assentados oportunidades de trabalho na cooperativa, o que aproxima ainda mais os assentados da cooperativa.

A diferença na percepção da participação e governança entre bancos estatais e cooperativas de crédito reforça a importância das cooperativas como uma alternativa mais inclusiva e democrática para os assentados e suas famílias, proporcionando um ambiente onde eles podem se expressar e ter suas demandas atendidas.

Nesta subcategoria, entende-se que os assentados compreendem a diferença entre se relacionar com uma cooperativa de crédito e um banco estatal, no sentido de que um banco não consegue estabelecer um diálogo, enquanto na cooperativa são levadas em conta as características dos assentados nas decisões e modelos de crédito oferecidos. Isso diverge dos resultados de Silva e Nunes (2022), que indicam que no censo agropecuário de 2017 houve uma baixa participação de agricultores familiares em cooperativas, sugerindo que a região estudada pode apresentar um panorama diferente do encontrado no restante do Brasil.

Educação e capacitação financeira

Um aspecto relevante para os assentados é a educação e capacitação financeira, devido às diferenças nas transações financeiras decorrentes da atividade agrícola (MAFFINI *et al.*, 2019). Por isso, muitos assentados precisam de orientação financeira, especialmente nos primeiros anos de gestão da propriedade, para evitar contratemplos. Portanto, os respondentes foram incentivados a relatar se existe algum tipo de palestra, encontro ou atividade semelhante para capacitá-los em aspectos financeiros.

É importante ressaltar que entre os assentados que possuem contas em bancos, não há esse tipo de capacitação, como relata a Respondente 22 sobre tirar dúvidas: «Se você for lá e correr atrás... às vezes tem que esperar um mês pela resposta deles...». Esse relato deixa claro que esse não é o objetivo dos bancos estatais. Já em relação às cooperativas de crédito, vários relatos indicam que há uma tentativa de realizar encontros e palestras para os associados, mas muitos

afirmam que não participam, sendo os principais motivos o horário em que as palestras e eventos ocorrem, geralmente durante o dia, no horário de trabalho.

Outro motivo é que o assunto não é tão atrativo, como indicam os relatos dos Respondentes 11, 12, 24 e 23, respectivamente: “Eles têm encontros, eles buscam os associados para divulgar, por exemplo, produtos financeiros”, “Há algum tempo atrás até faziam, agora, por causa da pandemia, faz tempo que não tem tido muito, essa parte eu achava bem interessante e importante”, “Tem encontros sim, sobre as melhores linhas de crédito...”.

Eu acho que sim, quando tem eventos, a gente participa pouco pela falta de tempo, as vezes não dá certo os horários... a gente que lida com leite é mais difícil, mas eles sempre falam, convidam, a gente quase não vai, mas eu gostava de ir, palestra, coisa..., mas como fica só nós dois durante a semana fica difícil de ir (Respondente 23).

Em comparação com os bancos estatais, as cooperativas de crédito são muito mais atuantes na educação financeira de seus associados que fazem parte de assentamentos, mas ainda é necessário mostrar a validade dos ensinamentos transmitidos. Percebe-se que durante a pandemia esses encontros ficaram mais escassos, mas espera-se que as cooperativas retomem as atividades educacionais em breve, pois a maioria dos entrevistados mostrou interesse nessa retomada.

Segundo Silva e Nunes (2022), é importante que os agricultores familiares que compõem os assentamentos possam compreender melhor suas transações financeiras e obter melhores resultados na agricultura. Nunes *et al.* (2019) reforçam que as cooperativas de crédito devem contar com uma equipe qualificada para que os associados recebam um atendimento de qualidade e aprendam sobre aspectos desconhecidos das transações financeiras.

Apoio e acompanhamento técnico

O apoio e acompanhamento técnico se diferencia da educação na medida em que é a aplicação dos ensinamentos na realidade das famílias assentadas. O apoio e acompanhamento técnico verificado aqui podem até mesmo ser fornecidos nas visitas dos agricultores às agências, seja de algum banco ou cooperativa, com o objetivo de instruir o assentado a atingir seus objetivos financeiros de investimento ou financiamento.

Com relação ao apoio e acompanhamento técnico recebido de bancos estatais, são levantadas algumas questões. A fala da Respondente 21 indica que existem mais barreiras nessa questão, como “quando a gente vê negócio de financiamento, eles tratam melhor os homens do que as mulheres, eles fazem esse meio de campo deles aí... e eu sou uma que se tiver que chegar lá e brigar pelos meus direitos eu brigo, eu não quero saber...”. Dessa forma, fica evidente

que existe um relacionamento conturbado, que também reflete o que as demais famílias relatam, que é a dificuldade em obter um acompanhamento adequado.

Com relação à cooperativa de crédito, as respostas foram diferentes. O Respondente 25 relata: “sempre que acontece alguma coisa, eles me dão um suporte, não importa o assunto... eu cheguei no meu direito e eles resolveram facinho, até tomei um café pra resolver o assunto”. Percebe-se, assim, que existe um esforço para que o associado fique satisfeito com o apoio e acompanhamento técnico da cooperativa. O Respondente 23 reforça que “parece que estão mais participativos um pouco. Tem dias que eles vêm ver a lavoura, tem dias que a gente não pede pra eles e aparece gente pra ver a lavoura, acho que estão mais prestativos”. Nesse caso, até ocorrem visitas para reforçar os laços entre o cooperado e a cooperativa.

No entanto, em uma situação, uma associada relatou uma situação delicada devido à contratação de um consórcio juntamente com um financiamento, o que desagradou a associada. De acordo com a Respondente 11, “fiz uma negociação que colocaram um consórcio, me fizeram comprar junto com o custeio, só que isso me gerou uma dor de cabeça, isso falta eles explicarem melhor”. Percebe-se que produtos financeiros precisam ser melhor compreendidos pelos assentados, para evitar que ocorram situações incômodas, especialmente em relação a seguros, consórcios, seguros prestamistas, taxas de manutenção de contas e outras cobranças que ocorram durante a contratação de financiamento ou na conta do associado.

Para Maffini *et al.* (2020), o apoio e acompanhamento técnico são relevantes para que os agricultores familiares atinjam resultados significativos na agricultura. No estudo de Silva (2017), o autor reforça que as famílias recebem apoio de movimentos sociais como o MST, porém, é necessário que atores sociais como as cooperativas assumam sua função como influenciadores e promovam a igualdade dentro da agricultura, diminuindo o estigma social que paira sobre os assentamentos.

O cooperativismo como ator social no fomento ao crédito

Nesta categoria foram agrupados aspectos mais organizacionais do relacionamento entre as cooperativas de crédito e as famílias assentadas, como a diminuição da burocracia nas atividades financeiras, a existência de juros e prazos personalizados e o quanto os associados compreendem o compartilhamento de riscos.

Diminuição da burocracia

A burocracia é um dos aspectos que mais atrapalha os assentados na hora de adquirir algum crédito rural devido aos documentos da posse da terra, por isso esse ponto torna-se extremamente relevante para a discussão, mas não

só isso, como outras funcionalidades financeiras também estão atreladas à burocracia. Nesta análise, inicialmente são apresentadas as experiências em bancos estatais e, em seguida, as experiências com cooperativas de crédito.

As experiências dos assentados com bancos estatais mostram como o estigma de fazer parte de um assentamento reflete até mesmo nas relações institucionais, como relatam os Respondentes 1, 7 e 21 a seguir.

Um lugar que a gente ia e os caras não queriam ajudar e complicavam era no banco estatal[...] tinha um vivente lá que pelo amor de Deus... aquele era uma nuvem negra, como diz o outro. Podendo estragar... ele não gostava dos assentados. Eu sentia que ele implicava com tudo. Não tentava ajudar (Respondente 1).

Meu atendimento no banco estatal, os caras te enrolam, tu larga um documento lá e eles botam lá na gaveta, lá no fundo. Uma vez aqui no banco, eu precisava renovar um cadastro da mulher e levou um mês e pouco para fazer, até que um dia eu fui lá eu falei "escuta eu preciso resolver isso", aí ele me chamou o gerente e eu disse "escuta, vocês acham que o cara tá sem fazer nada, eu precisando do financiamento e só precisava renovar o coisa e já faz um mês e meio que tá aí um documento e eu não consigo isso aí para mim poder encaminhar o financiamento lá eu preciso e aí como é que eu vou fazer um financiamento aqui!", daí o gerente chamou o cara e pediu agilidade pra liberar o projeto, tem que tá em cima, fazer e cobrar também, eles são desleixado com o cara (Respondente 7).

No Banco, a primeira coisa que querem te empurrar é seguro de vida, mas eles nunca explicam na realidade que a gente não é obrigado a contratar seguro, eles que são obrigados a vender. Eu já briguei muito por isso, já briguei no banco, já fiz me devolver dinheiro, fiz o maior barraco... fiz o financiamento e tavam cobrando 3 seguros de vida "mas como que tá sumindo dinheiro da minha conta?" fui lá dentro ver não mas você tem 3 seguros de vida ativos" "mas pode cancelar tudo isso aí e eu quero todo um dinheiro de volta" briguei e tiveram que devolver meu dinheiro de volta, e tiveram que me devolver (Respondente 21).

Com base nas experiências e tendo em vista que são assentados de diferentes assentamentos, é possível perceber que existe uma falta de diálogo e um descaso com os produtores que fazem parte dos assentamentos, na medida em que suas demandas são deixadas em segundo plano pelos bancos estatais, e muitas vezes produtos financeiros são "empurrados" junto com financiamentos agrícolas, sem nem mesmo eles estarem cientes. O que é percebido também no estudo de Alexandre e Oliveira (2022), refletindo o atendimento recebido em outros estados brasileiros.

No caso das cooperativas de crédito, foi possível perceber algumas diferenças,

como mostram os relatos dos Respondentes 12, 13 e 17, que resumem muitas das respostas a esse respeito.

Sim, eles mudaram o sistema de atendimento para os agricultores agora tem um setor separado lá na cooperativa e antes a gente ficava muito tempo ali esperando nas mesas para ser atendido né tinha os atendentes específicos para o agricultor só que era muito muita gente que ia lá e no fim tinha outros que queriam ser atendidos por eles aí agora tem um setores isolado lá no fundo que tu nem pega a ficha tu chega e vai direto lá sabe ficou bem bom esse sistema às vezes tu tem que esperar um pouquinho né porque tem alguém na tua frente mas ficou bem melhor e mais rápido (Respondente 12).

A gente chega lá e pega a senha, mas quando chama..., eu normalmente quando tem alguma coisa é no whats mesmo, nem vou lá, é rapidinho, a gente já tem relacionamento com eles então é tudo fácil (Respondente 13).

Quando eu percebo que não vou alcançar minhas contas, eu vou lá sentar com os cara lá e contar na história quanto, quando tu precisa entrar na tua conta, isso é uma preocupação né, da cooperativa comigo é uma atenção, os caras organizam tudo e conseguem resolver sem muita papelada (Respondente 17).

Os relatos dos Respondentes 12, 13 e 17 representam grande parte das famílias que participaram desta pesquisa, mostrando que a cooperativa tenta facilitar o acesso e desburocratizar os atendimentos, seja através de atendentes específicos para os produtores, atendimento online ou agilidade em solucionar os problemas que os produtores possam vir a ter de forma ágil e prática.

Para Silva, Fonseca e Silva (2018), as particularidades dos assentamentos rurais devem ser observadas para que as demandas desses agricultores sejam atendidas e recebam um atendimento digno. Tendo em vista que a burocracia atrasa o desenvolvimento da agricultura dentro dos assentamentos, é perceptível que as cooperativas de crédito, neste caso, são responsáveis por organizar os encaminhamentos de documentação de forma a agilizar o processo, onde bancos estatais estão muito aquém em relação à agilidade e atendimento aos agricultores assentados.

Juros e prazos personalizados

Juros e prazos personalizados em financiamentos agrícolas no Rio Grande do Sul possuem uma estrutura devido ao clima temperado que possui as quatro estações definidas, porém no estudo buscou-se explorar se existe mais alguma possibilidade que a cooperativa disponibiliza aos cooperados. Mais da metade dos entrevistados afirmaram que os financiamentos agrícolas na cooperativa

possuem juros mais elevados do que nos bancos estatais, porém, devido ao atendimento e agilidade, optam por continuar realizando seus custeios na cooperativa, como relatam os assentados a seguir.

Se eu ir lá pedir assim um produto para mim pagar na safra, ó hoje não tenho dinheiro assim, ó tem como prolongar para lá, então assim eu tenho confiança né, e aí você acredita em mim porque assim, eu já tenho aquela ficha né, eles olha aquela ficha também né, então bom esse cara aqui é bem conhecido sempre né tá tranquilo né (Respondente 5).

Talvez eles cobrem algumas coisas a mais, muito seguro prestame lá, que eles colocam junto nos financiamentos né, que às vezes tu assina sem nem saber o que que é que tu tá assinando, essa parte eles pecam um pouco né, mas de restante a gente tá satisfeito (Respondente 12).

Olha, taxa cara eles sempre oferecem, mas se oferecem para mim, a mesma vai ser oferecida para outro oferecido para o outro né, daí não tem diferença, daí eu escolho pelo atendimento (Respondente 19).

Na questão do trator, que na verdade financiei pela Valtra, e faltou dinheiro, fui mal de safra, daí pedi um dinheiro lá, um socorro que se diz né e agilizaram pra mim (Respondente 24).

O atendimento sim... questão de juro por exemplo é mais caro em juro do que o do banco estatal, mas como falei.. questão de juro as vezes é um pouco mais alto, prazo mais curto... mas precisei eu só ligo á pros piás e é tranquilo (Respondente 26).

Diversos elementos são apresentados nas falas, como já foi apresentado anteriormente, os juros parecem ser mais caros na cooperativa, mas em decorrência da agilidade e bom atendimento, a cooperativa torna-se responsável por realizar o financiamento agrícola de grande parte dos assentados. Com relação a prazo, a cooperativa também mostra-se disponível a diálogo com os assentados, pois quando existe a necessidade de reorganizar algum prazo, os agricultores que entraram em contato com a cooperativa conseguiram reorganizar seus prazos.

Outra questão que foi pontuada durante este estudo e que permeia as atividades de financiamento são os seguros, e essa discussão reaparece novamente quando é abordada alguma flexibilização de juros e prazos. Cabe aqui uma indicação para estudos futuros, para que possam explorar esse tema com profundidade e verificar a necessidade de tais seguros para os produtores rurais. Para Gosch (2020), é relevante proporcionar aos assentados possibilidades de modificação de prazos e juros mais atrativos, tendo em vista que, em especial nos

primeiros anos, eles detêm poucos recursos próprios para iniciar suas atividades.

Compartilhamento de riscos

O compartilhamento de riscos refere-se ao princípio fundamental do modelo cooperativista, onde os seus membros reúnem-se para minimizar o impacto das incertezas e dos eventos adversos que podem afetar suas atividades financeiras, no caso da cooperativa de crédito. Desta forma, buscou-se compreender como os produtores percebem esse compartilhamento de riscos, por comporem o corpo de associados das cooperativas de crédito.

Para o Respondente 7, na cooperativa “eles reconhecem as tuas habilidades profissionais e o teu trabalho, eles reconhecem porque eles dependem disso né, eles dependem do agricultor ela nasceu para juntar os produtores”, e assim como muitos outros produtores que vivem no assentamento, existe uma clareza da sinergia da cooperativa com a agricultura. Outro relato que fortalece a consciência é do Respondente 4, “[...] o associado também tem que andar bem aqui, porque senão quebra né, tem que andar os dois juntos”, mostrando interesse genuíno de que tanto a agricultura quanto a cooperativa obtenham bons resultados.

O Respondente 5 aponta uma situação que ocorreu durante o período de seca, que impossibilitou o encaminhamento do Proagro³.

A cooperativa é séria né, o que dá para fazer eles fazem né, nos últimos anos se não é uma ajuda assim também é para lascar né, eu até ano passado que é por causa que é que eu não eu nunca tinha pedido Proagro né, e daí eu botei uma data lá e eles botaram lá e por causa de quatro dias eu não pude financiar o Proagro né, mas é que foi errado ali, porque não é eles que julgam, é lá em cima né, ele só encaminha lá daí é depois os caras, só que a seca por causa de três quatro dias não ia mudar nada também né, só que ela é as leis deles é aquela lá (Respondente 5).

O Respondente 5 aponta uma situação que ocorreu durante o período de seca, que impossibilitou o encaminhamento do Proagro. Percebe-se que, mesmo em dificuldades, a cooperativa buscou atender o Respondente 5. Mesmo quando não foi possível encaminhar sua demanda, o cooperado percebeu que não foi por má vontade da cooperativa, e sim em função de uma legislação própria. De forma similar, no caso do Respondente 12, percebe-se que a cooperativa buscou minimizar o impacto da seca na agricultura de diversas formas: “Que nem o ano passado que eles nos deram descontos né, que o governo proporcionou, nos

³O nome “Proagro” é uma abreviação de Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Ele foi estabelecido pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e é operacionalizado pelo Banco Central do Brasil. O Proagro é um programa criado pelo governo brasileiro com o objetivo de oferecer proteção aos agricultores contra eventos adversos que possam prejudicar a produção agrícola, tais como fenômenos climáticos, pragas, doenças e outros riscos que estejam fora do controle do produtor rural.

ajudaram a encaminhar mais uns papéis”, mostrando a atenção da cooperativa aos associados.

Para Melo e Scopinho (2018), é relevante que as cooperativas consigam dar suporte para as famílias assentadas, de forma a promover a agricultura e, por consequência, fortalecer as relações financeiras com a cooperativa. Silva (2017) reforça que os assentamentos já são criados com um espírito de união, então seria natural que a integração ao cooperativismo fosse um processo tranquilo, como mostra-se ser através dos relatos.

Considerações Finais

Esse estudo teve como objetivo entender o papel das cooperativas de crédito na diminuição da discriminação e no fomento ao crédito para as famílias assentadas no município de Júlio de Castilhos – RS. Tendo em vista a discussão apresentada neste estudo, é possível compreender preliminarmente que as cooperativas de crédito às quais os assentados e suas famílias são associados são uma das principais causas do assentamento ter obtido bons resultados na agricultura, pois proporcionaram aos agricultores um acesso ao crédito igualitário, levando em consideração algumas barreiras burocráticas impostas sistematicamente aos assentados.

Percebe-se que os assentados possuem voz ativa dentro das cooperativas de crédito, o que reforça a ideia de que existe participação e governança democráticas. Além disso, a educação e a capacitação financeira propostas pelas cooperativas fornecem aos associados novas perspectivas e conhecimentos, seja por meio de atendimentos, palestras ou eventos. No entanto, é necessário reavaliar os temas para torná-los mais atrativos e motivar uma maior participação dos associados, levando em consideração os melhores horários e dias da semana.

Alinhado à educação, mesmo que o apoio e o acompanhamento técnico tenham sido elogiados, ainda existe espaço para melhoria, especialmente no que se refere à transmissão de informações sobre produtos financeiros para os associados. Assim como as famílias assentadas reclamaram dos bancos estatais, esse foi um ponto levantado também em relação à cooperativa. Dessa forma, cabe à gestão reavaliar como essas informações são transmitidas e compreendidas, e repensar se esses produtos não afastam mais do que agregam benefícios para a cooperativa e para seus associados. Já se indica aqui que esse é um tema relevante para pesquisas futuras.

Voltando-se aos aspectos mais organizacionais da relação entre cooperativas e agricultores assentados, é possível perceber que a burocracia empregada, especialmente nos financiamentos rurais, é muito menor do que a presente nos bancos estatais. Isso faz com que os agricultores assentados, mesmo pagando juros maiores, acabem optando por financiar suas atividades agrícolas nas cooperativas, em vez de nos bancos. Alinhado a essa escolha, percebe-se que

as cooperativas conseguem personalizar, em caso de necessidade, os prazos dos financiamentos.

Entende-se que os entrevistados se mostram conscientes sobre o compartilhamento de riscos, e esse entendimento permite que eles estejam dispostos a trabalhar com a cooperativa para que todos os associados tenham um desempenho melhor conjuntamente e de forma genuína. Ao analisar as entrevistas, percebe-se que o cooperativismo de crédito na região de Júlio de Castilhos – RS consegue diminuir a discriminação em relação aos assentados e suas famílias, na medida em que abre espaço para diálogo com esses produtores, ouve suas demandas, oferece um atendimento digno que eles merecem, promovendo assim a justiça social.

É necessário constatar que, mesmo que este estudo tenha apresentado resultados positivos nesta relação, outros estudos devem investigar as relações com outras organizações, como o Incra, MST, governos locais e outras entidades, para entender como cada uma dessas organizações influencia e pode colaborar com o progresso dos assentamentos de reforma agrária. Outra questão relevante é o estudo de como os produtos financeiros, como seguros e consórcios, podem fortalecer ou destruir os relacionamentos dentro das cooperativas de crédito.

Referências

ALEXANDRE, M. C. L. G.; DE OLIVEIRA, L. G. dos S. O racismo ambiental enquanto conflito socioambiental e territorial: um estudo do assentamento Juazeiro no sertão paraibano. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 407-421, 2022.

ANDRADE, A. G. de S.; MORAIS, N. A. de. Avaliação do atendimento recebido no CRAS por famílias usuárias. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 378-392, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro, 1ª edição, 3ª reimpressão, São Paulo: edições 70, 2011.

DAVID, M. B. de A.; WANIEZ, P.; BRUSTLEIN, V. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 51-68, 1997.

FERNANDES, T. M. *et al.* Análise da satisfação dos funcionários, cooperados de uma cooperativa de Santa Maria-RS. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, 2022.

FIALHO, L. **Desapropriação: o que é e como funciona?**. Jusbrasil, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/desapropriacao-o-que-e-e-como-funciona/1308093924>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Alberti et al.

GOSCH, M. S. A Criação dos Assentamentos Rurais no Brasil e seus Desafios: algumas Considerações sobre Cerrado Goiano. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Módulo Fiscal**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MAFFINI, M.; WAKULICZ, G. J.; ALBERTI, R. Análise da fidelidade dos associados em uma cooperativa central do Rio Grande do Sul através do modelo sueco. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e2439129200-e2439129200, 2020.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 61-84, 2018.

NUNES, A. de F. P. *et al.* Influência da identidade organizacional dos colaboradores de uma cooperativa de crédito da região central do rio grande do sul em relação aos princípios do cooperativismo. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, p. 1-16, 2019.

PETRY, D. G. **Análise dos assentamentos de Júlio de Castlhos/RS: implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados**. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª Edição, editora penso, 2013.

SILVA, M. A. R. B. da. **Questão agrária e luta pela terra: a consolidação dos assentamentos de reforma agrária do MST no Distrito Federal e entorno**. 2017, 266 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Política Social), Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, A. C. S.; FONSECA, A. A.; SILVA, C. A. Geografia dos assentamentos rurais e a reforma agrária no município de Francisco Sá-Norte de Minas. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v. 16, n. 2, p. 174-188, 2018.

SILVA, R. M. A. da; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

ZENERATTI, F. L. O acesso à terra no Brasil: reforma agrária e regularização fundiária. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 564-575, 2021.



Assentamento Piraputanga (Diamantino-MT): perspectivas, desafios e a relevância da Previdência Social Rural (PSR)

Wellington da Silva Andrade¹
José Roberto Rambo²
Flaviana Cavalcanti da Silva³
Ana Heloisa Maia²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender como as práticas socioespaciais tipicamente rurais perpetuam - se no espaço urbano de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, dando enfoque, para a produção agrícola e para outras ruralidades encontradas no cotidiano da população citadina, que refletem na produção do espaço na referida cidade. A partir de metodologias como a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante, notou-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, seja por meio da produção de alimentos em pequenos espaços dispostos no interior da cidade, seja pela manutenção de costumes e tradições rurais no cotidiano da população urbana. Diante dessa constatação, destaca-se o papel do processo de formação desse município na permanência dessas ruralidades, uma vez que ele se encontra intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

Palavras-chave: Ruralidades; Agricultura urbana; Rural; Espaço Urbano; Martinópolis.

Ruralities in urban space: the rural way of life in urban spatial practices in Martinópolis (SP)

Abstract: This article aims to understand how typically rural socio-spatial practices are perpetuated in the urban space of Martinópolis, located in the extreme west of the State of São Paulo, focusing on agricultural production and other ruralities found in the daily life of the city population, that reflect on the production of space in that city. From methodologies such as the application of questionnaires, semi-structured interviews and participant observation, it was noted that the city of Martinópolis carries strong identity remnants of the rural way of life in its urban socio-spatial conformation, whether through the production of food in small spaces arranged in the interior of the city, or by maintaining rural customs and traditions in the daily life of the urban population. In view of this finding, the role of the formation process of this municipality in the permanence of these ruralities is highlighted, since it is intrinsically linked to the development of agriculture, where the implementation of these activities took place in the local rural neighborhoods.

Keywords: Ruralities; Urban Agriculture; Rural; Urban space; Martinópolis.

¹Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat.

²Docentes no Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat (Câmpus de Tangará da Serra).

³Professora Assistente na Unesp (Câmpus de Ilha Solteira). Autora correspondente: flaviana.cavalcanti@unesp.br

Introdução

A agricultura familiar configura segmento social, cujas características principais relacionam-se com a pequena propriedade rural, onde as decisões, a gerência, o trabalho e o capital estão alicerçados na família; aspectos esses que, inclusive, estão previstos na Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006). No Brasil, a agricultura familiar representa 76,8% dos estabelecimentos agropecuários, são mais de **3,8 milhões de estabelecimentos, abrangendo 23%** do total de terras ocupada com a atividade agropecuária. A importância do segmento também fica evidente, quando se analisa o seu potencial em absorver mão de obra, uma vez que é responsável por ocupar aproximadamente 10,1 milhões de pessoas, o que perfaz 67% da mão-de-obra disponível nos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2021)

Uma das vias de ocupação de territórios que se sobressai, a partir da ótica do desenvolvimento rural sustentável, converge para a agricultura familiar, que busca, em suas lutas, concentrar esforços em suas estratégias de reprodução socioeconômica, dentro de um contexto que seja possível viver e trabalhar dignamente, mantendo a memória da família e transmitindo sua essência para as gerações futuras (SACHS, 2001; WANDERLEY, 2001).

A diversidade, característica da agricultura familiar, remete a diferentes sistemas de produção, ocupações, formas de obtenção de renda, entre outras condições, fazendo com que grupos sociais heterogêneos se organizem em prol da elaboração de mecanismos para distribuição dos recursos, o que exige cooperação, instrumentos eficientes e controle (SCHNEIDER, 2010).

Além de todo o potencial que a caracteriza, é importante que as análises pautadas na agricultura familiar se voltem também para os desafios com os quais essa (ainda) se depara, como aqueles comumente observados nos assentamentos rurais, tendo-se em vista a relevância dos espaços de reforma agrária como palcos (também) de resistência desse segmento social.

Os assentamentos rurais, em muitas situações, seguem permeados de dificuldades, que geram entraves às famílias agricultoras, as quais vivem e trabalham em tais espaços. Dentre outras, essas dificuldades incluem a falta de serviços de assistência e extensão rural, infraestrutura precária, entraves ligados à produção, comercialização e logística dos bens produzidos nesses locais, bem como, as expressivas limitações concernentes ao acesso a serviços básicos (como saúde, educação, saneamento e fornecimento de água e energia elétrica) (CASTRO *et al.*, 2013, ANTUNES JUNIOR *et al.*, 2020). O processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas, que visem responder às necessidades da agricultura familiar e viabilizar a superação dessas limitações, deve ser orientado (também) por estudos que permitam o re(conhecimento) das realidades vivenciadas pelas famílias assentadas.

Entre os desafios que permeiam o campo, um deles refere-se à tendência de que os jovens não permaneçam no meio rural, contribuindo para o

envelhecimento social do segmento da agricultura familiar (PUNTEL *et al.* 2011; CASTRO *et al.*, 2013; BREITENBACH; CORAZZA, 2019), de modo a repercutir nas estratégias de (re)produção dos assentamentos rurais. A incerteza da continuidade das atividades e das unidades rurais familiares, mediante a tendência dos sucessores não se manterem no campo (GALIZA; VALADARES, 2016; BREITENBACH; CORAZZA, 2019), realça a importância da aposentadoria rural para que a população do campo possa ter uma vida digna, contribuindo para a viabilidade de sua permanência no espaço rural (GODOY *et al.*, 2010).

A Previdência Social Rural (PSR) se destaca como uma das mais importantes políticas públicas de seguridade social do Brasil promovida pelo Estado, por ser indiferente à renda ou ao estrato social, gerando resultados socioeconômicos positivos principalmente no meio rural (BITENCOURT; DALTO, 2016). A PSR é uma política fundamental para o bem-estar das famílias/idosos que vivem no campo, tende a proporcionar estabilização dos rendimentos familiares, assim como, a diminuição do número de famílias que são consideradas pobres, favorece a reprodução econômica e social como estratégia em prol de uma vida digna, viabilizando a manutenção do estabelecimento e da família rural (DELGADO, 2015). Em muitos casos, é justamente a renda oriunda de atividades não-agrícolas e/ou de transferências públicas (aposentadorias, pensões, etc.), que proporciona a manutenção das atividades na pequena propriedade rural familiar, assim como, a permanência no campo (DELGADO; CARDOSO, 1999).

Em face de tais aspectos, a relevância de estudos pautados em análises que busquem avaliar a repercussão de uma das principais políticas públicas concebidas para a população rural, a Previdência Social Rural, ganha especial relevo, considerando-se, ainda, a escassez de trabalhos focados em tal política.

Diante das questões colocadas, este trabalho se volta para a análise dos perfis socioeconômicos-produtivos e das condições de vida das famílias pertencentes ao Assentamento Piraputanga em Diamantino – MT, com vistas à ampliação da compreensão acerca das potencialidades e dos desafios que permeiam esse espaço, dando-se especial ênfase às questões que envolvem a repercussão da Previdência Social Rural, no contexto das famílias do assentamento em questão. Este trabalho respalda-se na visão sustentada por Antunes Junior *et al.* (2020), a qual traduz a necessidade das pesquisas acadêmicas buscarem respostas acerca das realidades dos assentamentos rurais, com esforços para elucidar seus entraves, desafios, suas produções e potencialidades.

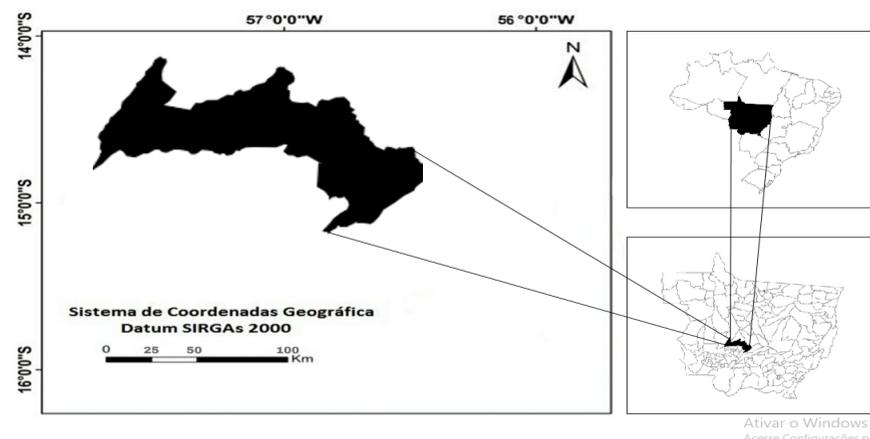
Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida no Assentamento Piraputanga, localizado no Município de Diamantino (MT). Esse está situado a cerca de 200 km da capital do estado (Cuiabá) e pertence à mesorregião do Norte Mato-grossense e à Microrregião de Parecis (esta inclui, também, os seguintes municípios: Campo

Novo do Parecis; Campos de Júlio; Comodoro e Sapezal).

De acordo com dados do último Censo Demográfico, o município de Diamantino compreende 21.941 habitantes (IBGE, 2023), o salário médio, observado para os seus trabalhadores formais, corresponde a 2,6 salários-mínimos e seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é considerado *alto* (0,718), entretanto, inferior à média do estado (0,725) (IBGE 2018; 2020; 2023). O município mantém a agropecuária como a sua principal atividade econômica, sendo a agricultura familiar o principal segmento, em termos de frequência; esse abrange, aproximadamente, 66% dos estabelecimentos agropecuários de Diamantino, segundo dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021).

Figura 1 - Mapa de localização do município de Diamantino, estado de Mato Grosso, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

De acordo com dados do INCRA (2019), o Assentamento Piraputanga, criado em 1995, é distante 30 quilômetros da sede do município de Diamantino, abrange uma área de 900 hectares e compreende nove famílias. A princípio, a presente pesquisa pretendia abarcar essa totalidade, entretanto, diante da impossibilidade de contatar duas famílias, este estudo está focado em 07 (sete) famílias, que juntas totalizam 15 (quinze) moradores.

Em face dos objetivos aqui propostos, lançou-se mão de uma abordagem predominantemente qualitativa, que dialoga com noções defendidas por Richardson (1999). Segundo tal autor, o objetivo da pesquisa qualitativa fundamenta-se “no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno” (RICHARDSON, 1999, p. 02).

Para garantir uma interação mais ampla e dinâmica, bem como um intercâmbio de experiências mais efetivo entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, foram adotados métodos que convergem para ferramentas de DRP - Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2010), tendo-se na entrevista semiestruturada a principal técnica empregada no processo coleta de dados.

A pesquisa de campo contemplou três visitas *in loco*, realizadas durante o primeiro semestre de 2019. Foi empregado, também, durante o levantamento, um formulário semiestruturado, direcionado aos moradores do Assentamento Piraputanga. Esse compreendia perguntas abertas e fechadas, a fim de se traçar um perfil geral do público pesquisado, com a abordagem dos pontos específicos de interesse da pesquisa. Como instrumento auxiliar, utilizou-se, também, um caderno de campo para coletar informações secundárias, obtidas por meio das observações (PÁDUA, 2004).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados durante a pesquisa de campo permitiram obter informações sobre sexo, idade, escolaridade, tempo de exercício em atividades agropecuárias, tempo de residência no assentamento, ocupação, condições de infraestrutura da propriedade e da moradia, atividades agropecuárias exploradas, aspectos da comercialização, acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural e a crédito rural, incluindo, ainda, a obtenção de renda agrícola e não agrícola, com especial ênfase na aposentadoria rural. Os elementos pertinentes a tais aspectos foram contextualizados e sistematizados e procedeu-se à análise e à discussão dos mesmos, a partir de conexões com a literatura focada nas temáticas aqui priorizadas, com vistas (também) à composição deste artigo.

Resultados e discussão

Breve contextualização sobre a conjuntura do assentamento e sua população

Ao adentrar a estrada de terra que dá acesso ao assentamento, pode-se observar, em ambos os lados, grandes propriedades próximas ao espaço de reforma agrária, evidenciando a disparidade de situações no contexto local. Um contraste que não é mera peculiaridade do município de Diamantino-MT, mas um paradoxo característico de muitas regiões que compõem o espaço rural brasileiro.

Gualda (2008) aborda os conflitos que permeiam a relação entre os segmentos contrastantes, que caracterizam tal realidade e pontua elementos do debate acerca da manutenção de ambos:

Cresce a cada dia a discussão sobre a incompatibilidade de coexistência na agricultura brasileira de dois modelos antagônicos: o familiar e o agro-exportador. O ponto central do dilema está na concepção de que a política agrícola necessária ao desenvolvimento de um segmento cria obstáculos ao crescimento do outro. Na visão dos representantes dos dois setores seria paradoxal a coexistências simultâneas dos mesmos, já que o incentivo a um dos segmentos comprometeria a sobrevivência ou

a competitividade e inserção internacional do outro (GUALDA, 2008, p.1).

No aspecto que tange à moradia, as casas do Assentamento Piraputanga são de alvenaria, dispõem de energia elétrica e de fontes de água e apresentam um certo padrão de conforto. O assentamento possui, também, uma área comum, dotada de um campo de futebol e uma igreja, além de um barracão. Esse possui um espaço amplo, onde são realizadas as confraternizações entre os moradores e pessoas advindas de outras localidades, que vão ao assentamento em datas comemorativas e em determinados eventos.

Apesar de dispor de tais estruturas, quando analisamos a infraestrutura do assentamento como um todo, nota-se a ausência de importantes equipamentos públicos, com ênfase em escola e posto de saúde. A ausência de tais estruturas configura em aspecto limitante para a comunidade local. O acesso a serviços essenciais torna-se ainda mais difícil, em decorrência da limitação de transporte, em face da necessidade de deslocamentos consideráveis, tendo-se em mente, ainda, que muitos dependem de terceiros para isso.

O Assentamento Piraputanga é constituído por uma população pequena (nove famílias), com predominância de pessoas idosas. Seus moradores sempre estiveram ligados à agricultura e os produtores residentes, há mais de 16 anos, produzem *de tudo um pouco*. Atualmente, 71,43% das famílias, que permanecem no assentamento fazem parte do projeto desde o seu momento inicial.

Por meio da Tabela 1, observa-se que o público idoso, formado por indivíduos com mais de 60 anos, corresponde a 86,7% da população estudada; nota-se, ainda, que há um relativo equilíbrio entre os gêneros. Verifica-se, também, o predomínio de um baixo nível de escolaridade entre os assentados, com preponderância daqueles que não chegaram a concluir o Ensino Fundamental. Essa característica está associada, principalmente, à dificuldade dos moradores de estudarem, quando crianças, mediante à necessidade de trabalhar para ajudar os pais.

Tabela 1 - Faixa etária dos moradores do Assentamento Piraputanga, Diamantino-MT, 2019.

Faixa etária da população (%)	Gênero (%)
<30 anos= 0%	53,3 Feminino
31 a 40 anos= 13,3%	46,7% Masculino
41 a 50 anos= 0%	
51 a 60 anos= 0%	
>61 anos= 86,7%	

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)..

A partir dos dados mencionados, considerando-se a faixa etária predominante dos moradores e a escassez de jovens, nota-se a questão do *envelhecimento*, como uma das características que sobressai no projeto de reforma agrária estudado.

Com base nas situações observadas no assentamento, é possível inferir que não se trata de idosos em situação de abandono, pois os filhos sempre que podem, realizam visitas. Uma preocupação importante, concernente à questão do *envelhecimento*, relaciona-se com a redução da força de trabalho, em decorrência do avanço da idade do público pesquisado, somada à incerteza, por parte dos produtores/moradores, no que tange ao processo de sucessão familiar dentro do assentamento.

Essa breve descrição sobre a infraestrutura e a população do Assentamento Piraputanga evidencia questões importantes, que precisam ser colocadas em pauta, dentre as preocupações relativas à reprodução social neste espaço de reforma agrária. Nessa direção, a questão da evasão do público jovem se torna um ponto crucial, configurando-se como elemento importante, também, para o entendimento das transformações que vem ocorrendo no local.

Produção e comercialização no assentamento piraputanga

As principais culturas e criações exploradas pelas famílias do Assentamento Piraputanga estão elencadas na Tabela 2. Foi possível notar que as famílias possuem uma produção bastante diversificada. Esse é um traço marcante da agricultura familiar, que, muitas vezes, busca produzir um “pouco de tudo”, atendendo também (ou prioritariamente) às necessidades de consumo da família.

Schneider e Cassol (2014) sublinham o reconhecimento da marcante heterogeneidade social do segmento da agricultura familiar, nos últimos anos, bem como da sua diversidade econômica. Os autores citados chamam a atenção para as principais características desse grupo social: o trabalho realizado pelos membros da família, a produção destinada para o autoconsumo e para a comercialização e a vida em comunidades pequenas ou povoados.

Em momentos, nos quais há excedente de produção, é comum os produtores realizarem a comercialização dos produtos relacionados acima (mesmo que sazonalmente). As relações de troca e compartilhamento com os vizinhos, nestas situações, são comuns. A troca de gêneros alimentícios obtidos nos lotes, entre os moradores, é frequente e contribui para dinamizar as relações sociais no âmbito do assentamento e revelam estratégias que perpassam a lógica mercantil, no que tange ao acesso a bens de consumo, cuja importância se relaciona com a própria questão da segurança alimentar.

Tabela 2 - Principais cultivos e criações explorados no Assentamento Piraputanga, Diamantino-MT.

Cultivos	Nº de famílias
Hortaliças	03
Café	01
Cana	01
Arroz	01
Mandioca	01
Milho	02
Banana	02
Criações	Nº de famílias:
Bovinos (leite)	02
Porcos	01
Galinhas	06

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

São comuns, também, algumas espécies frutíferas; o que inclui pés de acerola, jabuticaba, manga, caju e tamarindo, entre outros. São poucos pés distribuídos pelos lotes, mas que geram frutos, os quais são consumidos pelos moradores *in natura* e/ou são processados para a obtenção de polpas, a fim de viabilizar o consumo posteriormente, na forma de sucos e doces. Segundo Vieira e Lee (2009), as frutas dos quintais rurais contribuem efetivamente na alimentação das famílias, estabelecendo uma relação direta com a saúde e o bem-estar dessas pessoas; os autores narram, ainda, aspectos de cunho sociocultural, perceptíveis na esfera do assentamento, foco desse estudo:

Tão importante quanto as questões econômicas e práticas relacionadas aos quintais, é a sua representação como símbolo de identidade cultural. Esse espaço está engendrado na memória das famílias como local de acolhimento, de alegria, de prosa entre vizinhos, de reunião da família, de contato com a natureza e de descanso. É ali que se senta debaixo de uma sombra e se come uma fruta fresquinha, onde se tira um cochilo depois do almoço escutando os cantos dos passarinhos (VIEIRA e LEE, 2009, p. 14).

A limitação concernente à produção voltada para a comercialização se relaciona com as dificuldades referentes à escassez de mão-de-obra nos lotes, com a idade avançada dos produtores e com a precariedade em termos de respaldo, no que diz respeito a aspectos produtivos, financeiros e logístico. Concorde-se,

aqui, com Antunes Júnior *et al.* (2020), em relação à compreensão acerca do acesso a políticas públicas (como aquelas ligadas à assistência técnica e extensão rural, ao âmbito da produção e à comercialização), como elemento-chave, na luta pela permanência das famílias assentadas. O cenário observado durante a pesquisa de campo expressa (também) dificuldades do público assentando em acessar tais políticas públicas. Outro empecilho descrito pelos produtores do assentamento estudado refere-se à distância desse dos centros comerciais. Salienta-se que o local está a aproximadamente 30 Km do centro da cidade de Diamantino – MT (município onde está localizado o assentamento).

Os produtores do Assentamento Piraputanga sempre apresentaram baixa adesão a técnicas da agricultura empresarial, assim como demonstraram baixa inserção nas redes de comércio em Mato Grosso. Os principais canais de comercialização observados convergem para o mercado institucional (alguns produtores comercializam produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos–PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE), atravessadores e a comercialização direta ao consumidor e/ou ao mercado varejista. Porém, no momento em que se deu a pesquisa de campo, apenas 03 (três) famílias estavam destinando parte da produção à comercialização; nestes casos, tratavam-se de vendas diretas ao consumidor e/ou ao mercado varejista e, ainda assim, de forma sazonal e incerta.

No assentamento, há uma pequena agroindústria para a produção de farinha de mandioca; salienta-se que essa é utilizada, também, para moer milho destinado à alimentação animal. Tal infraestrutura dispõe, ainda, de um pequeno barracão para o depósito de insumos e armazenamento, principalmente, da produção da farinha de mandioca e dos grãos de milho.

No espaço reservado à associação dos produtores, quase não há mais reuniões, pois os assuntos costumam ser tratados diretamente entre os vizinhos. Quando ocorre reunião, a pauta costuma contemplar assuntos sobre as condições das estradas, agroindústria, igreja, limpeza dos canais fluviais, dentre outros. Poucos narraram sobre aspectos técnicos produtivos, o que está ligado à escassez de mão de obra e à redução da força de trabalho, aspectos limitantes no que tange à produção dentro assentamento (como já abordado), cuja superação ainda não é vislumbrada pela grande maioria das famílias.

A evasão de jovens no assentamento piraputanga

No momento da pesquisa de campo, observou-se que apenas duas famílias eram compostas, também, por membros não idosos, com idade entre 31 e 40 anos. Em um dos casos, a filha retornou à propriedade para cuidar dos pais e, no outro, o filho, técnico agrícola, atualmente, dedica-se ao tio, cuja condição requer cuidados. Puntel *et al.* (2011) observam a crescente repercussão da abordagem de aspectos tangentes ao êxodo e ao envelhecimento no campo; os autores

mencionam o aumento da expectativa de vida e a saída dos jovens do campo para o meio urbano, como fatores que têm contribuído para o envelhecimento da população rural.

Em estudo, realizado por Silva (2013), no Assentamento Piraputanga, verificou-se a presença de apenas um jovem; de acordo com o autor em questão,

Os mais jovens, embora partilhem aspectos das preocupações e ideias das gerações mais velhas, são parte de outro mundo, abrindo fissuras na coletividade. Há somente um jovem, Mailson, morando na comunidade, os outros passam temporadas. Os padrões de consumo, os anseios e o estilo de vida que adotam os fazem diferentes da geração anterior (SILVA, 2013, p. 90).

A evasão de jovens, que são descendentes dos produtores e que poderiam dar continuidade às atividades desenvolvidas nos lotes, apresenta relação com a ausência de uma escola no assentamento ou próxima a esse; situação enfatizada pelo público participante da pesquisa. Na análise proposta por Castro *et al.* (2013), são pontuadas evidências acerca da dificuldade dos jovens rurais em ter acesso à educação e à qualificação profissional, colaborando para que esses indivíduos apresentem nível de escolaridade inferior aos jovens do meio urbano. Outro ponto que se entrelaça com as dificuldades relativas ao acesso à educação, também frisada pelos produtores do Assentamento Piraputanga, diz respeito à falta de transporte escolar. Tal limitação exige/exigia dos jovens expressivos deslocamentos em busca, principalmente, de oportunidades de estudo.

Isso corrobora para o êxodo dos jovens do assentamento, contribuindo para que esses se estabeleçam em outras localidades, em busca de estudo, destacando-se a formação superior, sobretudo, em áreas não-agrícolas. Situação que se revelou recorrente e justificada pela maioria dos produtores, em virtude (também) das dificuldades encontradas para se produzir e sobreviver no assentamento. Em face da escassez de oportunidades no campo, os jovens acabam se lançando em outras buscas “porteira para fora”.

Godoy *et al.* (2010) elencam fatores que limitam a permanência dos jovens no campo; entre esses, observam-se aspectos que ganham relevo no contexto do assentamento Piraputanga, tais como: empecilhos no acesso à educação formal; a falta de lazer e a dificuldade no que tange a condições para a obtenção de uma renda atrativa.

Os aspectos mencionados pelos autores supracitados contribuem para a quebra do vínculo dos jovens com o meio rural e representam desafio à continuidade das atividades desenvolvidas na propriedade dos pais, tradicionalmente repassadas ao sucessor.

De acordo com Carneiro (2001) e Spanevello e Lago (2007), a transição da propriedade, vinculada à reprodução no âmbito da propriedade rural familiar, ocorre de forma endógena, ou seja, um dos membros da família acaba sendo o sucessor da unidade produtiva. Brumer *et al.* (2005) relacionam a continuidade da agricultura familiar com a disposição dos jovens em suceder seus pais.

No caso do Assentamento Piraputanga, em particular, é importante observar que os descendentes não têm demonstrado, de forma explícita, interesse no estabelecimento familiar, com o intuito de ocupar e explorar a terra para o seu sustento. Silva (2013) discorre sobre algumas das incertezas presentes entre os agricultores do Assentamento e sugere que a dificuldade desses sujeitos em realizar projeções em logo prazo, talvez, possa estar relacionada com a idade avançada de parte dos produtores ou mesmo com a questão da permanência dos jovens na terra; aspectos esses que os resultados do presente estudo também sugerem.

Uma abordagem pautada, também, na relação entre a presença de jovens no meio rural com o tamanho da propriedade é descrita por Sacco dos Anjos e Caldas (2005). Esses pesquisadores narram que localidades rurais, as quais apresentam uma concentração populacional relativamente pequena (situação que pode ser observada no assentamento aqui estudado), podem apresentar maior susceptibilidade à desertificação econômica, cultural e social.

A escassez de jovens no Assentamento se reflete na redução da força de trabalho na esfera dos lotes, que é notada em aspectos socioeconômicos e principalmente produtivos do assentamento. Isso se expressa (ao menos em partes) na limitação produtiva de gêneros destinados (também) à comercialização. Em apenas dois lotes, foi possível observar que as famílias estavam efetivamente produzindo algum produto que se destina à comercialização, ainda assim, de forma sazonal.

Apesar dos aspectos aqui destacados, segundo os moradores, o Assentamento Piraputanga se trata de um lugar bom para se viver e, talvez, essa qualidade de vida que o assentamento oferece possa representar um atrativo para os filhos retornarem algum dia, mesmo que o intuito primordial não se relacione diretamente com o cultivo da terra, mas considerando-se a perspectiva de fazer do campo sua moradia (sobretudo).

Os filhos e netos dos produtores/idosos, em sua maioria, mesmo residindo em outros locais, sempre buscam retornar ao assentamento, em feriados prolongados, férias escolares e em datas comemorativas, a fim de se reunirem com familiares e amigos para confraternizar e lembrar suas origens e a infância vivida no local. O vínculo mantido com o assentamento, neste caso, perpassa interesses alicerçados em aspectos de produção/cultivo da terra e faz ressaltar a importante condição de espaço de sociabilidade, que configura esse projeto de reforma agrária.

A análise de elementos pertinentes à questão da juventude rural, no Assentamento Piraputanga, faz ressaltar a relevância de políticas públicas, que viabilizem a permanência dos jovens no campo e a necessidade de se conceber os projetos de reforma agrária, de modo coerente (também) com as perspectivas e necessidades desse segmento, considerando-se, dentre outras questões, a sua importância para a reprodução socioeconômica desses espaços e da própria agricultura familiar. Diante do contexto visualizado no Assentamento Piraputanga, opta-se aqui por fazer mais uma referência ao trabalho de Godoy *et al.* (2010), compartilhando-se da ideia de que,

É através da revitalização dos espaços rurais e a valorização do espaço rural é que estimularemos a permanência dos jovens, não somente para os jovens, mas também para os adultos e idosos que residem no meio rural. Assim sendo, novas estratégias de atividades, políticas públicas, lazer, infra-estrutura, entre outros fatores podem propiciar a reprodução da agricultura familiar e o desenvolvimento rural. (GODOY, 2010, p. 13).

O papel da previdência social rural (psr), para os moradores do assentamento piraputanga (diamantino-mt)

Delgado e Cardoso (1999) reforçam a pertinência do recurso oriundo da previdência rural para o importante incremento da renda das famílias rurais. Na visão de tais autores, o “grau de cobertura do sistema sobre o conjunto dos domicílios rurais elevaram substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural” (DELGADO; CARDOSO, 1999, p. 225).

Ao analisar os dados da Tabela 4, nota-se o predomínio de situações, nas quais o casal de produtores é beneficiário da Previdência Social Rural, aspecto que contribui para ilustrar a expressividade dos recursos decorrentes de tal política, no contexto socioeconômico do Assentamento. Ainda com base na tabela mencionada, é possível observar a importância do benefício da aposentadoria rural para as famílias do Assentamento Piraputanga, principalmente, no que concerne à autonomia e à independência financeira do público pesquisado.

Dentre os sete casos analisados, verificou-se que, na maioria (quatro), os idosos aposentados se valem unicamente do benefício como fonte de renda, tanto para adquirir bens de consumo diversos, como bens básicos (principalmente alimentos e remédios). Salienta-se que mesmo nas situações, em que os produtores conseguem obter alguma renda agrícola, essa se mostra esporádica e incerta, além do fato desse retorno econômico ser inferior ao valor do benefício em questão.

Quando indagados sobre a importância do benefício previdenciário, o principal aspecto destacado pelos produtores diz respeito à relevância dessa política pública, como o principal fator para a viabilização de sua permanência

no assentamento. As falas predominantes dentre os participantes da pesquisa sugerem que o acesso à aposentadoria rural apresenta-se como uma estratégia de grande importância para a permanência dessas pessoas no meio rural e no assentamento.

Tabela 3 - O Papel da Previdência Social Rural para os produtores familiares do Assentamento Piraputanga, Diamantino-MT.

FAMÍLIAS	Nº DE APOSENTADOS	DEPENDEM APENAS DA PSR (%)	ADQUIRIU BENS MATERIAIS COM O BENEFÍCIO	DA MAIOR AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA
FAMÍLIA 01	02	NÃO	SIM	SIM
FAMÍLIA 02	02	SIM	SIM	SIM
FAMÍLIA 03	02	SIM	SIM	SIM
FAMÍLIA 04	02	NÃO	SIM	SIM
FAMÍLIA 05	02	SIM	SIM	SIM
FAMÍLIA 06	01	NÃO	SIM	SIM
FAMÍLIA 07	02	SIM	SIM	SIM

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Resultados oriundos da pesquisa de campo se relacionam com observações realizadas por Godoy *et al.* (2010), em estudo desenvolvido no município de Santa Rosa/RS. Os autores verificaram indícios importantes de que os benefícios da aposentadoria contribuem de forma expressiva, no que diz respeito à manutenção do segmento da agricultura familiar, com reflexos importantes no que tangem à vida das famílias e à economia local.

A renda não-agrícola, propiciada pela aposentadoria, nas pequenas propriedades rurais, destaca-se como um importante componente na conjuntura financeira familiar, ao viabilizar um relativo conforto econômico por parte das famílias e, em muitos casos, contribuir para a sua reprodução socioeconômica; atrelado a isso, acrescenta-se que muitos idosos encontram no benefício, o meio de assegurar a sua permanência na terra (quando sua força de trabalho já se mostra limitada). Esses aspectos ficaram evidentes no Assentamento Piraputanga e encontram respaldo em outros estudos (SCHWARZER; QUERINO, 2002; DELGADO, 2015; SOUZA, 2017; SOUTO *et al.*, 2018).

A grande maioria dos filhos dos produtores do Assentamento já migrou para espaços urbanos e, na suposição do não acesso ao benefício, os idosos, de forma predominante, narram que estariam fadados a fazer o mesmo, por não haver outro meio de se manterem por conta própria nos respectivos lotes e passariam a depender diretamente de recursos dos filhos. As falas do público participante

da pesquisa, nesse sentido, realçam (ainda mais) o papel da aposentadoria rural na independência financeira e na autonomia dos idosos.

Em estudo semelhante que, em partes, busca analisar a importância da Previdência Social Rural (PSR), atrelada à questão do consumo e da autonomia dos idosos, Bitencourt e Dalto (2016) descreveram que os indivíduos, os quais dependem exclusivamente da PSR, restringem o benefício à aquisição de bens básicos, principalmente, alimentos. A aposentadoria também se volta para o pagamento de contas básicas (gás, água e energia elétrica), garantindo o acesso a serviços que se revelam essenciais para o alcance de um nível satisfatório em termos de qualidade de vida. Verifica-se, portanto, a relevância da PSR para manutenção das famílias, como, também, observa Souza (2017), em seu estudo desenvolvido no Rio Grande do Norte (RN); os resultados obtidos pelo pesquisador lançam luz, ainda, para a importância da política pública em questão, no que se refere à diminuição da pobreza e à melhoria no contexto de vida das famílias do semiárido.

No Assentamento Piraputanga, o benefício se mostra primordial para que a grande maioria dos idosos tenha condições de viver com algum conforto e possam seguir honrando seus compromissos, sem que tenham de depender de terceiros para sobreviver. Os resultados observados no presente trabalho convergem para tais aspectos e corroboram os resultados obtidos por Valandro *et al.* (2011); os autores, na ocasião, constataram que as transferências sociais (representadas também pelas aposentadorias) se revelam muito importantes para as propriedades rurais familiares.

Nota-se que a relevância da aposentadoria rural, em muitas situações, está associada à própria questão do bem-estar e da qualidade de vida dos idosos que compõem o espaço rural, conforme sugere o contexto observado no Assentamento Piraputanga.

Considerações finais

Reconhecer os aspectos (principais) que caracterizam os assentamentos rurais e seus sujeitos consiste em uma das vias para o entendimento das transformações que estão ocorrendo no espaço rural, permitindo contribuições para a definição de possíveis linhas de ação, as quais possam se traduzir em novas políticas públicas (ou aperfeiçoamento das já existentes), que pretendam fortalecer o potencial produtivo, social e cultural dos espaços de reforma agrária.

A questão da sucessão familiar no Assentamento Piraputanga constitui um dos principais desafios, no que tange à reprodução social e econômica nesse espaço, haja vista a ausência de jovens, que migraram para outras localidades em busca de oportunidades de trabalho e estudo não ofertadas no Assentamento. O jovem, muitas vezes, não deseja (ou não tem condições de) permanecer no campo em face de tais dificuldades.

A redução da força de trabalho familiar, atrelada ao envelhecimento dos produtores e à evasão dos jovens, tem contribuído para a estagnação da produção e das estratégias econômicas no Assentamento.

Os desafios observados reforçam a necessidade de processos que pretendam a revitalização do meio rural, com reflexos na esfera familiar, por meio, principalmente, da promoção de espaços que permitam o acesso a uma educação de qualidade, juntamente com a criação de oportunidades que possibilitem ampliar as perspectivas de geração de renda para os jovens, tornando o campo mais atrativo (e viável) para esse público. As estratégias para o fortalecimento da agricultura familiar nos espaços de reforma agrária precisam atender-se para as demandas específicas da juventude rural; as situações analisadas neste estudo reforçam a importância disto para assegurar a própria reprodução social nos assentamentos rurais, favorecendo a resistência desses espaços ao longo do tempo.

Em relação aos aspectos concernentes ao papel da Previdência Social Rural, considerando-se o benefício da aposentadoria concedido aos idosos do assentamento, ficou evidente a sua relevância para a autonomia e independência desse público, o qual se mostra predominante no espaço estudado. O acesso a tal benefício configura-se como uma estratégia de reprodução e sobrevivência, que contribui, de forma expressiva, para a viabilização da permanência da grande maioria das famílias participantes do estudo, no assentamento analisado.

Durante a realização da pesquisa de campo, ficou evidente o assédio econômico ao qual famílias agricultoras da região estão expostas, uma vez encurraladas pela grande produção; uma das repercussões mais marcantes nesse contexto refere-se ao arrendamento parcial de terras pertencentes a unidades de produção familiares. O conjunto de questões observado no presente estudo reforça a importância de novas análises que se voltem para os efeitos desse assédio na conjunta da agricultura familiar local, com destaque para os projetos de reforma agrária. Diante das particularidades do Assentamento Piraputanga, ressalta-se aqui a relevância de novas pesquisas que permitam, ainda, analisar as repercussões da pandemia de Covid-19, no âmbito das estratégias de reprodução socioeconômica das famílias que compõem esse espaço.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (org) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, 1999.

ANTUNES JUNIOR, W. F. *et al.* Terra, trabalho e família: estratégias de reprodução

social no Assentamento Rural Araras III. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 9-28, mar. 2021. ISSN 2675-7710. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7018>. Acesso em: 02 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/raf.v14i2.7018>.

BITENCOURT, R. O. M.; DALTO, F. A. S. A internalização da Previdência Social Rural na autonomia e no consumo dos idosos: um estudo de caso. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, 2016.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Rev. latinoam. cienc. soc. niñez juv. Manizales**, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2019000200262&lng=en&nr=m=iso. Acesso: 02 Fev. 2022. <https://doi.org/10.11600/1692715x.17212>.

BRUMER, A.; PANDOLFO, C. G.; CORADINI, L. **Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil**. Fazenda Gênero 8 – Corpo, violência, poder. Florianópolis, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.996, de 24 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e o art. 13 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, para as operações contratadas sob a égide do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 2006. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 08 de set. de 2019.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. p. 22-55.

CASTRO, A. M. G. DE; LIMA, S. M. V.; SARMENTO, E. P. DE M.; VIEIRA, L. F. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

DELGADO, G. C. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 429-442, 2015.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **O idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização**. Brasília: IPEA – Texto para Discussão,

1999. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf. Acesso em: fev. 2002.

DELGADO, G.C.; CARDOSO JUNIOR, J.C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, S. (org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p. 225-250, 2001.

GALIZA, M.; VALADARES, A. **Previdência rural**: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso. Nota Técnica, 25. Brasília: IPEA, 2016.

GODOY, C. M. T.; PÉREZ, F. I. C.; WIZNIEWSKY, J. G.; GUEDES, A. C.; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** Campo Grande-MS: SOBER, p. 1-18, 2010.

GUALDA, N. L. P. Agricultura familiar versus modelo agro-exportador: o falso dilema da não coexistência. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER. 46, 2008, Rio Branco. **Anais...** Amazônia, mudanças globais e agronegócios: O desenvolvimento em questão. 2009. p. 1-15.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades e Estados: Diamantino**. Rio de Janeiro: IBGE, 20. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 04 de dez. de 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 11 de dez. de 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**, 2019. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 04 de set. de 2019.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed.

Campinas, 2012. p. 97.

PUNTEL, J. A., PAIVA, C. A. N., RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. IPEA47Code 2011, **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos 2011**. p. 1-19.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: **Atlas**, 1999.

SACHS, I. Silicon valley, as razões do sucesso. **O Estado de S. Paulo**, Caderno de economia, 2001.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para as políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, 2014. p. 227-263.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, Campinas, v. 4, n. 1, 2010. p. 85-131.

SCHWARZER, H.; QUERINO, A. C. **Benefícios sociais e pobreza**: programas não contributivos da Seguridade Social brasileira. Brasília: IPEA, 2002 (Texto para discussão). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4173. Acesso em: 23 abril de 2021.

SILVA, A. C. P. **Na cartilha de Romana e Euzébio**: as escolhas da comunidade rural Peraputanga. 2013. 110f. Dissertação (Mestrado em Cultura Contemporânea) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso PPG ECCO/UFMT, Cuiabá, 2013.

SOUZA, R.C. Efeitos da Previdência Social Rural na agricultura familiar do semiárido: Um estudo da Microrregião Serra de São Miguel – RN. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador-BA, v. 1, n. 36, p. 114 – 140, 2017.

SPANVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

SOUTO, G.D.N; BECKER, C.; TROIAN, A. Efeitos da previdência social rural em um assentamento da reforma agrária: estudo de caso em Santana do Livramento/RS. **Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 4, n. 6,p.

Andrade et al.

2876-2897, out./dez.2018.

VALANDRO, K.; PERONDI, A. M.; KIYOTA N.; VILLWOCK S. P. A.; SIMONETTI. O impacto das estratégias de diversificação na renda dos agricultores: um estudo numa comunidade rural. **Synergismus scyentifica** UTFPR, Pato Branco, v. 6, n.1, p. 1-9, 2011.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

VIEIRA, F. R; LEE, F. Valoração dos quintais rurais dos agricultores familiares de Itapuranga-GO. *In: Anais [...].* [S.l]: SOBER, CONGRESSO SOBER, 47., 2009, [s.l]. 2008, p. 1-18.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: TEDESCO, J.C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* 3. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 21-55.



A Percepção dos agricultores familiares do assentamento Itamarati-MS na aplicação de biodigestores: debate teórico e empiria sobre uma tecnologia social

Caio Luis Chiariello¹
Juliana Carrijo Mauad²
Jackeline Dublin³

Resumo: O biodigestor é uma tecnologia que viabiliza o tratamento de resíduos provenientes da produção animal, agregando valor reduzindo custos na produção de biogás e biofertilizante. A adoção de novas tecnologias, sobretudo as sociais, pelos agricultores familiares dentro das suas propriedades é um importante objeto de estudo. O presente estudo parte da identificação das percepções que os agricultores familiares do Assentamento Itamarati-MS têm em adotar ou não a tecnologia social do biodigestor. Neste sentido, foi feita uma pesquisa a campo com aplicação de questionários junto a agricultores familiares. Dentre os resultados mais relevantes, pode-se apontar a percepção dos agricultores que adotaram foi em relação ao custo benefício do biodigestor, reduzindo a necessidade de aquisição externa de gás de cozinha, bem como produção de adubo orgânico. Para os agricultores que não adotaram, reside a percepção de que a aplicação do biodigestor representa custo elevado e parte desses agricultores não possuem recurso financeiro em caixa ou linha de crédito específica para adoção.

Palavras-chave: Tecnologia Social; Meio rural; Meio ambiente.

The perception of family farmers from the Itamarati-MS settlement in the application of biodigesters: theoretical and empirical debate on a social technology

Abstract: The biodigester is a social technology on waste of animal production treatment, adding economic value and reducing costs in the production of biogas and biofertilizer. The adoption of new technologies, especially social technologies, by family farmers within their properties, is on the focus of this study. The present paper brings the perceptions of family farmers in the Itamarati-MS Settlement about the adoption or not of biodigester social technology. Among the most relevant results, one can point out the perception of the farmers who adopted it in relation to the cost-benefit of the biodigester, reducing cooking gas, as well as the production of organic fertilizer. For farmers who did not adopt, there is a perception that biodigester application represents a high cost and some of these farmers do not have financial resources or a specific line of credit for the adoption.

Keywords: Social technology; Countryside; Environment.

¹Professor Adjunto IV UFSCAR - Campus Lagoa do Sino. Autor correspondente: caio@ufscar.br

²Professora associada III da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD.

³Mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD.

Introdução

Os intensos debates contemporâneos acerca do meio ambiente em nível global, especialmente aos impactos negativos gerados por meio de práticas que contribuem para a sobrecarga de poluentes, permeiam diferentes setores e contextos. A geração de toneladas de dejetos animais e matéria orgânica residual descartadas diariamente no ambiente exige práticas mais sustentáveis de manejo. Parte desses resíduos são descartados de maneira incorreta, o que se faz necessário o uso de uma tecnologia como por exemplo os biodigestores (BULLER *et al.*, 2015). Os biodigestores são uma potencial solução técnica, sob o prisma da tecnologia social. Tal tecnologia tem como função tratar resíduos orgânicos e sólidos para a promoção de ambientes mais saudáveis das comunidades urbanas e rurais. O uso desta tecnologia também pode promover a sustentabilidade, na obtenção de gás natural e biofertilizante, preservando o meio ambiente (PROENÇA; MACHADO, 2018).

Uma tecnologia social como o biodigestor tem sido desenvolvida e aperfeiçoada com o objetivo de solucionar problemas de interesse social (RAMOS, 2017), buscando alcançar incentivos na construção do conhecimento por meio de desenvolvimento de técnicas, produtos e processos que se adequem as necessidades de comunidades locais, de forma que promova a transformação econômica e social (DUQUE VALADÃO, 2017; NASCIMENTO; BINOTTO; BENINI, 2019). Neste diapasão, a tecnologia social apresenta possibilidades de extrapolar os marcos da tecnologia convencional, uma vez que a convencional prioriza a busca por produtividade almejando exclusivamente a valorização do capital, podendo provocar exclusão social e maximizar a produtividade em relação à mão de obra ocupada (DAGNINO, 2013). Já a tecnologia social busca aproximar e integrar as comunidades na resolução de problemas de interesse social (DAGNINO, *et al.*, 2010; POZZEBON; FONTENELLE, 2018).

Em termos de viabilidade econômica, o biodigestor é considerado uma tecnologia social de baixo custo de implantação e manutenção, que permite fazer o uso correto dos dejetos e ainda proporciona a geração de biogás para uso doméstico e ou biofertilizante para fertirrigação, possibilitando a redução de custos especialmente para agricultores familiares, vindo a ser uma alternativa a ser adotada (BULLER *et al.*, 2015; RICARDO *et al.*, 2018; COSTA; MARVULLI, 2020).

Este artigo almeja apresentar um estudo acerca das percepções que agricultores familiares têm diante da adoção e utilização do biodigestor como tecnologia social, suas vantagens e desvantagens no processo de implantação e manejo. A apresentação desta tecnologia social ocorreu por meio de um curso de capacitação resultado de ação de extensão desenvolvida pela equipe do Projeto Centro de Desenvolvimento Rural: rede de soluções sustentáveis da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no estado de Mato Grosso do Sul. O projeto integra pesquisa e extensão e atua há seis anos no maior

assentamento da América Latina, o Assentamento Itamarati, localizado no Município de Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai.

A ação foi realizada após demanda dos agricultores familiares, um Curso de Construção de Biodigestor, de modelo indiano, para a produção de biogás e biofertilizante. Os participantes convidados eram oriundos de diferentes assentamentos localizados na região sul do estado do Mato Grosso do Sul. Por se tratar de uma tecnologia social, os agricultores participaram de todo o processo de construção e funcionamento do biodigestor. A etapa subsequente foi o acompanhamento periódico dos assentados para orientação técnica e verificação dos benefícios trazidos pela ação.

No contexto da adoção do biodigestor pelos agricultores familiares que realizaram o curso, foi observado pelos extensionistas em visitas técnicas as respectivas propriedades, que alguns meses após a realização do curso, dos 24 participantes apenas cinco adotaram o biodigestor em suas propriedades. A partir deste contexto, surgiu o questionamento acerca de quais fatores seriam determinantes para adoção, por parte dos agricultores familiares envolvidos, da tecnologia social de biodigestores em suas propriedades como alternativa de geração de renda. Tal questionamento é o vetor deste estudo.

Materiais e Métodos

A coleta de dados foi feita mediante entrevistas por meio de aplicação de questionário contendo questões objetivas e abertas. No primeiro grupo de perguntas, foram mensuradas características sócio demográficas; No segundo grupo de perguntas, foram identificados os agricultores que adotaram e os que não adotaram o biodigestor, com relato da experiência durante e após o curso de implantação do biodigestor e se aplicaram ou não o biodigestor e as motivações positivas e/ou negativas; No terceiro grupo de perguntas, foram avaliados apenas os agricultores que não adotaram o biodigestor e suas percepções para sua não aplicação; No quarto grupo de perguntas, foram avaliados os agricultores que adotaram o biodigestor e suas percepções acerca das vantagens e desvantagens na aplicação.

Posteriormente, os dados foram tabulados e tratados com suporte do software Iramutec, de forma a identificar as percepções dos sujeitos entrevistados. Para uma análise sobre esta percepções, foi utilizada a análise de similitude, que teve o intuito de criar a teoria de grafos, identificando ocorrência entre as palavras, indicações lógicas, o que possibilitou identificar as estruturas do corpus textual, distinguindo as funções ilustrativas dentro da análise.

O artigo está estruturado com esta seção introdutória, seguida de breve revisão sobre a temática das tecnologias sociais e dos biodigestores, sucedida por seção apresentando os dados sobre a percepção dos agricultores familiares acerca das vantagens e desvantagens da aplicação do biodigestor, e por último

as considerações finais e referências bibliográficas.

O Debate sobre tecnologias sociais

A terminologia 'tecnologia social' adentrou ao debate no Brasil em meados de 1990, ganhando força a partir dos anos 2000, sendo discutida por diferentes atores, como integrantes de governos, organizações civis, universidades, pesquisadores e trabalhadores. O debate teve e tem por objetivo compreender as respostas para entendimento das demandas da sociedade (MACIEL; FERNANDES, 2011). A partir de 2004 as discussões se adensaram, especialmente com a criação da Rede de Tecnologia Social (RTS) desenvolvida pela Fundação Banco do Brasil (RTS, 2012). Antes, disso, em 2001, foi fundado o Instituto de Tecnologias Sociais (ITS) visando promover e gerar novos conhecimento acerca das tecnologias sociais. A missão do instituto foi criar soluções a partir das demandas sociais apresentadas pela sociedade, buscando induzir condições para mobilização do conhecimento possibilitando e que os reais interesses dos agentes sejam resolvidos em harmonia para inclusão social (ITS, 2021).

Nos últimos anos a tecnologia social ganhou mais visibilidade, o que tem possibilitado que ferramentas de inclusão socioeconômica sejam alcançadas em comunidades vulneráveis (LOBO *et al.*, 2013; KODAMA; CAMPEÃO; PIFFER, 2016). Ainda há necessidade de desenvolvimento econômico para que mais pessoas em situação de vulnerabilidade principalmente as que residem no meio rural, sejam beneficiadas. Portanto, as TS surgem para tentar resolver essa demanda (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). Por ser simples e de baixo custo, busca interação comunitária de forma a encontrar melhorias no ajuste de problemas, em diferentes camadas da sociedade (REICHERT; FERREIRA, 2016).

O estudo da tecnologia social se faz importante principalmente no contexto econômico de países em desenvolvimento como os da América Latina, possibilitando aos agentes a inserção social no planejamento de estratégias e ferramentas teóricas satisfatórias. Além disso, gera subsídios para a resolução de problemas de ordem técnica, criando dinâmica local, proporcionando inovação nos contextos social e econômico, possibilitando aos usuários o desenvolvimento sustentável de comunidades (NEDER; THOMAS, 2010; ESCALANTE; BELMONTE; GEA, 2013). Vale destacar que a inserção da TS em comunidades vulneráveis possibilita o desenvolvimento local, permitindo o empoderamento dos agentes envolvidos, construindo possivelmente laços de solidariedade (DIAS, 2013).

As tecnologias sociais além de buscar interação com as comunidades, proporcionam mecanismos para resolução de problemas, gerando efetivas soluções para transformação e inclusão social (DIAS, 2013; RTS, 2005; OLIVEIRA, 2020; MAIL *et al.*, 2020). A proposta da TS é buscar aproximar as camadas mais excluídas da sociedade, apresentando artefatos simples e de

baixo custo (DAGNINO *et al.*, 2010; MOURÃO, 2017). De acordo com ENGLER e MOURÃO (2019) para que as tecnologias sociais sejam propagadas é importante que a comunidade participe do processo de construção. O envolvimento com a comunidade, apresentando soluções para problemas locais específicos é essencial para bons resultados (DOROTEU; CARVALHO, 2016; SANTOS, 2018).

No desenvolvimento da TS, se percebe que como ela é desenvolvida em meio social com conhecimento popular, pois na maioria das vezes as comunidades não possuem suporte técnico no agir, muitas vezes o processo é inviabilizado. A burocracia para a efetivação da mesma pode tornar a implantação morosa ou inviável, levando a exclusão do projeto. Logo, é necessário o apoio governamental, bem como de instituições de ensino e pesquisa, prefeituras locais, agências de assistência técnica e extensão rural e entidades de apoio para que haja a concretização das TS (ESTIVAL; TORQUATO; SANTOS, 2020). Para o presente estudo, a imbricação conceitual e sua aplicação por meio do desenvolvimento de biodigestores aponta para a possibilidade de empiria do conceito de Tecnologia Social.

A tecnologia social de biodigestores

O biodigestor é uma tecnologia convencional, um equipamento anaeróbico, cuja superfície é construída de concreto, alvenaria dentre outros materiais, no seu interior não deve ocorrer a presença de oxigênio e a entrada de ar, ou seja, tem de ser um ambiente anaeróbico (GASPAR, 2003). Os biodigestores são classificados por batelada e contínuos. Os de modelo batelada consistem no carregamento da matéria orgânica, onde será realizada substituição após a digestão de todo lote. Os de modelo contínuos como por exemplo, o indiano, seu abastecimento ocorre diariamente, fazendo com que a entrada de substrato orgânico ocorra de modo que ocorra a saída do material tratado (OLIVER *et al.*, 2008).

Para o funcionamento do biodigestor, os dejetos que são produzidos pelos animais são depositados dentro do equipamento, nesses dejetos são encontrados uma grande quantidade de bactérias que irão fermentar os resíduos orgânicos. A temperatura para essa decomposição deve ser aproximadamente de 35°C, se ocorrer a oscilação dessa temperatura a produção do biogás será reduzida de forma drástica (BARICHELLO, 2010). O biodigestor é adaptado para funcionar em lugares com temperaturas quentes de 15 °C e 45 °C, a produção da biomassa em biogás e biofertilizante ocorre no interior do equipamento, sendo alternativa viável para tratar resíduos orgânicos. A matéria orgânica depositada neste equipamento é oriunda de dejetos animais. Na maioria das vezes esterco de bovinos, aves, suínos, são necessários para o funcionamento (ARAÚJO *et al.*, 2019; FREITAS *et al.*, 2020). O biodigestor deve ser alimentado diariamente, sendo que o volume de produção de biogás pode oscilar de 30-

35%, a temperatura é o fator primordial para que o gás gerado seja de forma eficaz (GASPAR, 2003).

No processo de digestão anaeróbica a degradação de resíduos orgânicos ocorre com a presença de bactérias, esse processo gera o produto conhecido como biogás tendo em sua composição o gás metano (HASSAN; ABDULSALAM, 2020; AGPANGAN *et al.*, 2018; CHONTAL *et al.*, 2019). A temperatura ideal para que a digestão anaeróbica ocorra de forma eficiente varia de 35 e 40°C (PIN *et al.*, 2020). A câmara de fermentação é onde os dejetos são adicionados, é por meio desse processo que ocorre a fermentação, podendo ficar por um período de vinte e quatro horas, na parte superior o gasômetro armazena o biogás gerado até que seja feito o uso (MACHADO, 2011).

As quantidades de biogás geradas pelos animais se encontram distribuídas em m³ por tonelada, caprino/ovino entre 4,0m³/ton e 6,1m³/ton; bovinos de leite entre 4,01m³/ton e 4,91m³/ton; bovinos de corte aproximadamente 4,01m³/ton; suínos entre 7,51m³/ton e 8,91m³/ton; frangos de corte aproximadamente 9,01m³/ton; aves de postura aproximadamente 10,01m³/ton e codornas aproximadamente 4,91m³/ton. A produção de dejetos animais é promissora no meio rural, principalmente quando se analisa a quantidade de dejetos gerados. Além disso, a geração de biogás substitui o gás de cozinha, o que facilita a vida da agricultora familiar, sendo que sua utilização possivelmente reduz custos com a compra de botijão de gás (OLIVER *et al.*, 2008). O biogás é um componente de mistura gasosa com a existência do metano (CH₄), pelo seu alto poder energético o metano deve possuir maior quantidade, aproximadamente o equivalente a 50 a 75%, o dióxido de carbono (CO₂) possui de 25 a 40% em sua composição, já em quantidades menores encontram-se o oxigênio (O₂), monóxido de carbono (CO) e gás sulfídrico (H₂S). Ou seja, quanto maior for a quantidade de metano, melhor é a qualidade do biogás (GUSMÃO; CAMPOS, 2008). O biofertilizante é um componente com alto teor de água cuja sua natureza é orgânica, utilizado para fertilização do solo, proporcionando quantidade suficientes de nutrientes para crescimentos de plantas, sua aplicação é feita diretamente sobre o solo, dependera especificamente das condições de infraestrutura que a propriedade se dispõe (SILVA *et al.*, 2018).

Em se tratando de resíduos, sobretudo aqueles oriundos de dejetos animais, é sabido que o descarte destes materiais é um problema ambiental atual, principalmente em áreas rurais, pois os poluentes emitidos pelo descarte incorreto destes dejetos contribuem para o aquecimento global, tornando a gestão de resíduos um desafio para autoridades de países em desenvolvimento, independente do seu tamanho demográfico (SHEN *et al.*, 2017).

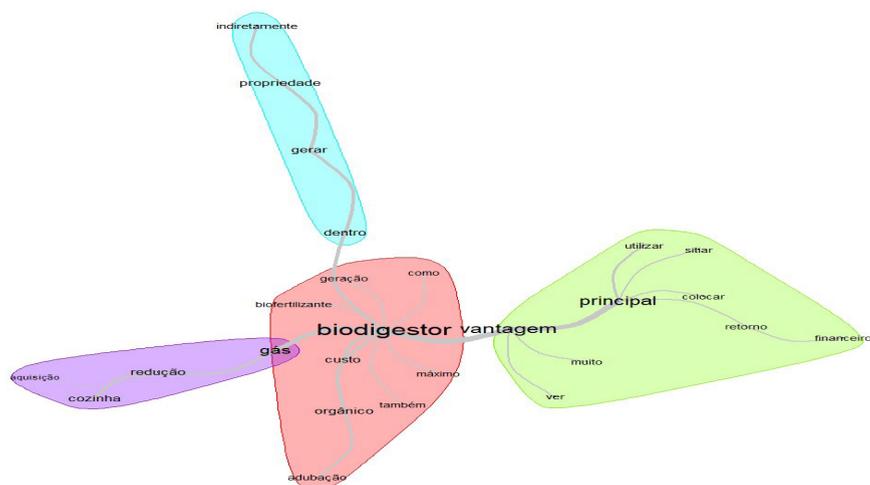
Destarte, é possível observar que os biodigestores rurais, para além de apresentar benefícios econômicos ao produtor, possibilita a geração de biogás para uso doméstico, como gera impactos positivos ao meio ambiente,

já que dejetos animais não serão mais descartados a céu aberto, o que gera contaminação do solo, dando destino apropriado a esses estrumes por meio do biodigestor os benefícios vão de encontro para o homem e natureza (CHAVES *et al.*, 2021). A percepção destas vantagens, bem como a percepção das desvantagens na adoção e aplicação do biodigestor, por agricultores familiares, será analisada na próxima seção.

A aplicação do biodigestor, percepção dos agricultores familiares e discussão de resultados

Na análise dentre os dados obtidos a partir das entrevistas, foi verificada a proporção das menções em relação as vantagens e desvantagens percebidas e descritas pelos agricultores familiares, conforme figuras 1 e 2, são apresentadas:

Figura 1 - Análise de similitude - Vantagens.



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Em suma, a análise de similitude criou quatro clusters, em uma dinâmica em que os clusters mais expressivos foram 'biodigestor' e 'vantagem' conforme já havia sido revelado pela nuvem de palavras. Por sua característica de revelar os termos e suas ligações entre si, é notável que o biodigestor é adjetivado com expressões de grandeza como 'muito' e 'máximo'. Sendo o biodigestor a figura central desses elogios.

Em relação as vantagens abordadas pelos agricultores que utilizaram o biodigestor, destacam-se: i) redução do custo na aquisição de gás; ii) redução na aquisição de adubo orgânico em relação ao biofertilizante; iii) redução das pragas na lavoura; iv) rápido retorno financeiro e v) possibilidade de colocar

energia elétrica.

A redução do custo na aquisição de gás foi constatada por todos os agricultores que aderiram o biodigestor. O biogás produzido a partir do biodigestor além de substituir o gás de cozinha pode ser utilizado como fonte de energia elétrica. Em estudo realizado por Delapria *et al.* (2017), foi mensurado que o biogás pode ser produzido em qualquer lugar, além disso é um substituto viável na utilização de combustíveis tradicionais e poluentes, além disso as formas de obtenção de biogás estão sendo utilizadas com o intuito de encontrar melhor matérias-primas para otimizar o processo de produção como um todo.

A respeito da redução na aquisição de adubo orgânico em relação ao biofertilizante, isso pode ser explicado pois o biodigestor tem por objetivo tratar resíduos ou dejetos das atividades agropecuárias o que possibilita a obtenção de biofertilizante, na qual reduz os custos operacionais das propriedades rurais. Além disso, gera uma expressiva quantidade sustentável de material orgânico para adubação de hortaliças, e redução de pragas e doenças na lavoura (AMARAL *et al.*, 2004).

Em um estudo realizado com o intuito de realizar uma abordagem descritiva sobre a tecnologia de biodigestor, analisando os benefícios na adoção como uma proposta sustentável para agricultores rurais do Maciço de Baturité no Ceará, foi demonstrado que o biodigestor favorece economicamente e positivamente as pessoas que adotam, transformando em realidade a geração de adubo orgânico e de baixo custo sustentável, sendo uma alternativa viável para agricultores rurais daquela localidade, além do promover benefícios econômico, social e sustentável (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Com a grande expressividade de pessoas que sofrem no Brasil pela falta de energia elétrica especificamente em regiões como a Amazonas, a busca por tecnologias que possam substituir as fontes de energia tem se intensificado nos dias atuais. A utilização de resíduos agrícolas; indústrias e urbanos são fontes positivas para a produção de biogás, com a projeção de biodigestor é uma alternativa viável para as comunidades, já que contribui para o desenvolvimento local, social e econômico, de famílias, sobretudo aquelas que residem no meio rural que se dispõe de recursos financeiros baixo (BARROS *et al.*, 2019).

Em um estudo realizado no maior Assentamento da América Latina o (Itamarati), no Estado de Mato Grosso do Sul, foi realizado um curso, com o intuito de demonstrar a tecnologia do biodigestor indiano para agricultores familiares. Foi constatado que se utilizados materiais de baixo custo, e com esterco dentro da própria propriedade, o biodigestor é considerado alternativa viável em todos os cenários. Os resultados demonstraram que houve um aumento na produção orgânica e melhoria na qualidade das hortaliças devido ao uso do biofertilizante e principalmente redução na aquisição de gás de cozinha (butano). Além disso os autores concluíram que a adoção pode favorecer o desenvolvimento local

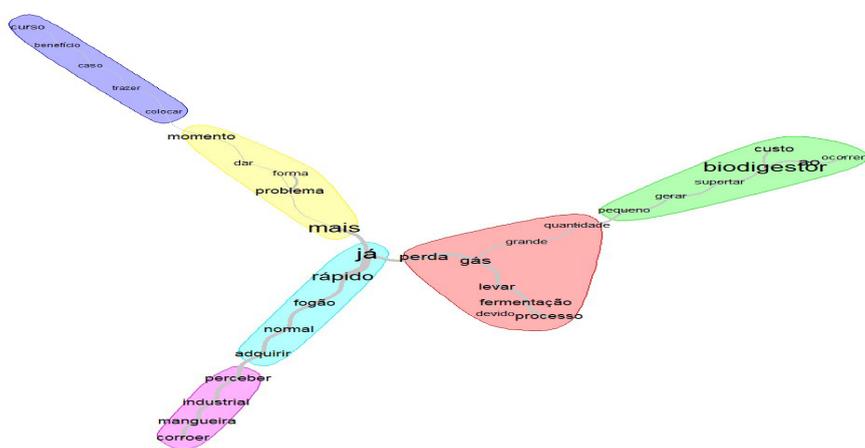
das comunidades por meio da geração de renda e fixação do homem no campo (DURÃES *et al.*, 2021).

Nesse sentido, Silva *et al.* (2012) em seu estudo intitulado “Biodigestor: fonte alternativa de gás “limpo” e adubo orgânico que contribuem para redução do efeito estufa” aborda que “existe uma real dificuldade em implantar projeto socioeconômico ambiental através de ações governamentais”.

Complementando com essa linha de raciocínio a construção do biodigestor simples elaborado com materiais de baixo custo é uma alternativa viável em termos econômicos e ambientais, e foi comprovado a sua eficácia através da sua apresentação SEPII, na Semana Nacional de Tecnologia (SNCT) na cidade Zé Doca em 2016, onde obteve resultados satisfatórios (CHAVES *et al.*, 2021).

A seguir, é apresentada a expressão gráfica das desvantagens indicadas pelos participantes na pesquisa.

Figura 2 - Análise de similitude - Desvantagens.



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Para todos os entrevistados a perda de gás foi a maior desvantagem apresentada, pois o biodigestor por ser de porte pequeno não suporta a grande quantidade gerada de gás. Diante disso Kaiber (2014) afirma que, geralmente o consumo do gás na propriedade é pequeno, em média é utilizado um botijão ao mês, motivo pelo qual não é utilizado todo o biogás gerado na propriedade, além do mais a armazenagem do biogás é difícil diante do seu volume.

Apesar dos avanços obtidos no processo de adaptação e digestão anaeróbica, a tecnologia de construção e operação dos biodigestores ainda requer uma atenção especial, principalmente por parte de agricultores familiares, já que a redução dos custos de investimento e de manutenção ainda é um problema no

manuseio e utilização dessa tecnologia (CHAVES *et al.*, 2021). No entanto ainda faltam equipamentos necessários com o propósito de intensificar a utilização do biodigestor como fonte de uso de biogás (PERDOMO *et al.*, 2003; OLIVEIRA, 2004). Foi mencionado que o modelo batelada - tipo Canadense - suporta uma maior quantidade de preservação do gás dentro da lona, que este o porte é maior em relação os de modelo contínuo (indiano) apresentado no curso, o que resultou que os agricultores familiares ao ver a perda de gás de outros que implantaram, gostariam de instalar um de porte maior, que seria inviável em uma propriedade segundo os mesmos, já que não teriam aporte financeiro pra sustentar a tecnologia social de grande porte.

Mesmo com estudos afirmando a viabilidade econômica do biodigestor Canadense (PASINI *et al.*, 2019; RÉGO *et al.*, 2021), em estudo realizado por Pasini *et al.* (2019), com intuito de analisar a viabilidade econômica de biodigestores, foi constatado que o custo de investimento é alto, em um biodigestor do tipo canadense por exemplo pode chegar em média R\$ 251.761,40. Dessa forma, Barros *et al.* (2016) recomendaram estudos aprofundados sobre a análise de viabilidade econômica, ou seja, um modelo de biodigestor que seja viável aos anseios e reais condições de pequenos agricultores familiares, com o menor custo possível. No entanto existem diferentes modelos de biodigestor, o modelo sertanejo que é uma iniciativa da tecnologia social do Projeto Dom Helder Câmara e Diaconia, na qual é fabricado a partir de materiais que são encontrados em lojas de materiais de construção além de ter uma manutenção simples seu custo é de R\$ 1.742,50 (MATTOS; FARIAS, 2011).

Para agricultores familiares é viável instalar um biodigestor de porte menor, é o caso do modelo indiano, indicado durante o curso de capacitação, suprimindo as necessidades das famílias rurais, por ser de pequeno porte, fácil manuseio e retorno acessível (FRIGO *et al.*, 2015).

O cluster também identifica o custo benefício identificado pelos agricultores, já que este seria o fator primordial dentro da propriedade, segundo os agricultores por se tratar de uma tecnologia nova, é difícil colocar algo cujo custo benefício não compensaria, sendo inviável em alguns casos, pois segundo estes é melhor continuar comprando um botijão de gás mensalmente do que investir na tecnologia que resultaria custear o equipamento aproximadamente cinco anos, então não seria vantajoso.

Considerações finais

Buscamos compreender os condicionantes para a adoção de uma tecnologia social, no caso o biodigestor, por agricultores familiares. Foram analisadas as suas percepções sobre vantagens e desvantagens em sua aplicação. As percepções identificadas na pesquisa foram determinantes para observar o comportamento dos agricultores familiares em relação a tecnologia social em

questão, assim como as vantagens e desvantagens em adotar o biodigestor. Foi constatado que os agricultores familiares têm muito conhecimento a respeito da tecnologia apresentada, porém a falta de amparo público para colocar em prática a tecnologia na propriedade familiar, tem sido um dos principais fatores limitantes para adoção. Como principal estratégia de resolução é necessário que os gestores públicos estejam alinhados com as demandas prioritárias dos agricultores familiares com poder aquisitivo menor.

Esse estudo também nos direciona a importância da continuidade de investigações acerca da efetividade das políticas públicas e ou linhas de créditos direcionadas para agricultores familiares que pretendem adotar uma tecnologia, seja ela convencional ou social para sua propriedade.

Referências

AMARAL, C. M. C. *et al.* Biodigestão anaeróbia de dejetos de bovinos leiteiros submetidos a diferentes tempos de retenção hidráulica. **Ciência Rural**, v.34, n.6, nov-dez, 2004.

AGPANGAN, R. J. *et al.* Development of a Compact-Sized Biodigester for Pig Manure and Organic Wastes with Raspberry Pi-Based Temperature, Pressure, and pH Level Monitoring. **IEEE Region 10 Symposium, Tensymp**, p. 169–173, 2018.

AJZEN, I.. The theory of planned behavior. **Organizational behavior and human decision processes**, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.

ARAÚJO, A. R. A. *et al.* Dimensioning And Localization Of A Rural Biodigester For The Settlement Trangola. **Brazilian Journal of Sustainability**, v. 1, n. 2, p. 137-143, 2019.

BARBOSA, G. LANGER, M. Uso de biodigestores em propriedades rurais: uma alternativa á sustentabilidade ambiental. **Revista Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 2, n. 1, p.87-96, 2011.

BARICHELLO, R. **O uso de biodigestores em pequenas e médias propriedades rurais com ênfase na agregação de valor**: Um estudo de caso da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)-Universidade Federal de Santa Maria, p. 139, 2010.

BARROS, L. S. S. . Mapeamento sanitário rural do Recôncavo da Bahia. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, 10(4), 604 – 652. 2016.

BARROS, T. *et al.* Projeto E Implantação De Um Sistema Biodigestor Para Fornecimento Alternativo De Gás E Energia Nas Comunidades Da Região

Amazônica. **Revista Engenho** – Am. v. 11, p. 80–101, 2019.

BULLER, L. S. *et al.* Soil improvement and mitigation of greenhouse gas emissions for integrated crop-livestock systems: Case study assessment in the Pantanal savanna highland, Brazil. **Agricultural Systems**, v. 137, p. 206–219, 2015.

CHAVES, C. D. *et al.* Sistemas de biodigestão: Um modelo de economia e sustentabilidade para comunidade rural. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 3, p. 26143-26168, 2021.

COSTA, G. S. DA; MARVULLI, M. V. N. Soluções alternativas para o tratamento, disposição ou reutilização de dejetos animais provenientes de atividade suínica no Brasil. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 3, n. 3, p. 1471–1479, 2020.

CHONTAL, M. A. H. *et al.* Nutrient content of fermented fertilizers and its efficacy in combination with hydrogel in Zea mays L. **International Journal of Recycling of Organic Waste in Agriculture**, v. 8, n. 3, p. 309–315, 2019.

DAGNINO, R. O envolvimento da FBB com políticas públicas em tecnologia social: mais um momento de viragem. In: COSTA, A. B. **Tecnologia social e políticas públicas**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil. 2013.

DAGNINO, R. *et al.* Tecnologia social. **Ferramenta para construir outra sociedade**, v. 2, 2010.

DELAPRIA, A.; RODRIGUES, D.; VEIGA; M.O; TUPAN, L; FELIPE; D. SILVA. Estudo da Viabilidade de Geração do biogás a partir de dejetos animais em pequenas propriedades rurais. **Uningá Review Journal**, v. 29, n. 1, 2017.

DIAS, B. R. Tecnologia Social e desenvolvimento local: reflexões a partir da análise do Programa Um Milhão de Cisternas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v.1, n. 2, p. 173-189, 2013.

DOROTEU, C. S. CARVALHO. Comparativo do fomento dedicado á ciência, tecnologia e inovação no Brasil em 2016, por duas agências, a proporcionalidade entre tecnologias tradicionais e sociais. **Revista GEINTEC**, v. 8, n. 2, p. 4403-4418, 2018.

DUQUE, T. O.; VALADÃO, J. DE A. DIAS. T. O. D.. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 5, p. 1–19, 2017.

DURÃES, H. *et al.* Utilização do Biodigestor no Assentamento Rural Itamarati visando ao aproveitamento do Biofertilizante e do Biogás. In: MAUAD, J., R. C; MUSSURY, R., M. (org). **Centro de Desenvolvimento Rural do Itamarati: relatos e**

vivências. Dourados: Seriema, 2021. p. 85-96.

ENGLER, R. DE C.; MOURÃO, N. M. Estudos para incentivar soluções sociocriativas por meio de tecnologias sociais na América Latina. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 5, p. 1–11, 2019.

ESTIVAL, K. G., NASCIMENTO, K.; GOMES E.. Políticas Públicas e Tecnologias Sociais no Brasil – Oportunidades e ameaças. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (junio, 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/06/tecnologias-sociais-brasil.html>. Acesso em 21 março.2022.

ESCALANTE, K. N.; BELMONTE, S.; GEA, M. D. Determining factors in process of socio-technical adequacy of renewable energy in Andean Communities of Salta, Argentina. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 22, p. 275– 288, 2013.

FBB. Fundação Banco do Brasil. **Tecnologia Social**. Disponível em: <http://fbb.org.br/tecnologiasocial/tecnologia-social/>. Acesso em: 10 mar 2021, 2006.

FREITAS, L. R. *et al.* Construção de experimento de baixo custo e de alto interesse social: montagem de biodigestor caseiro. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 30099–30106, 2020.

FRIGO, K. D. D. A. *et al.* **Biodigestores: Seus Modelos E Aplicações**. **Acta Iguazu**, v. 4, n. 1, p. 57–65, 2015.

GASPAR, R. M. B. L. **Propriedades Rurais Com Ênfase Na Agregação De Valor : Um Estudo De Caso Na Região De Toledo-Pr Propriedades Rurais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, p. 106, 2003.

GUSMÃO, M. M. F., CAMPOS, C. **Produção de biogás em diferentes sistemas de criação de suínos em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental)- Universidade Federal de Santa Catarina, p. 170, 2008.

HASSAN, D. U.; ABDULSALAM, S. Assesment of Bio-fertilizer Quality of Anaerobic Digestion of Watermelon Peels and Cow Dung. **Prime Archives in Chemical Engineering**, n. April, 2020.

ITS Brasil. **Instituto de Tecnologia Social. Missão do ITS Brasil**. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca-o-its-brasil/conheca-o-its-brasil> Acesso>13 de mar 2021.

KAIBER, I. R. **A viabilidade da implantação de um biodigestor para produção de energia e biofertilizante através dos dejetos de suínos em uma propriedade rural**

do município de Concórdia-SC. 2014.

KODAMA, A. K.; CAMPEÃO, P.; PIFFER, M. O Envolvimento dos Extensionistas Rurais com as Tecnologias Sociais no Estado de Mato Grosso do Sul. **Desafio Online**, v. 4, n. 1, p. 64-83, 2016.

LIMA, M. T.; DAGNINO, R. P. Economia solidária e tecnologia social: utopias concretas e convergentes. **Otra Economía**, v. 7, n. 12, p. 3–13, 2013.

LOBO, M. A. A. *et al.* Avaliação econômica de tecnologias sociais aplicadas à promoção de saúde: abastecimento de água por sistema Sodis em comunidades ribeirinhas da mazônia. **RevistaCiência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 7, p. 2119-2127, 2013.

MACHADO, C. R. **Biodigestão Anaeróbica de Dejetos de Bovinos Leiteiros submetidos a diferentes tempos de exposição ao ar**. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP campus Botucatu, p. 53, 2011.

MACIEL, A. L. S.; FERNANDES, R. M. C.. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, p. 146-165, 2011.

MAIL, W. V. *et al.* Tecnologia social educacional para idosos, inovação e extensão universitária. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 11, p. 85419-85433, 2020.

MATTOS, L. C., & FARIAS, M. j. Manual do Biodigestor Sertanejo. Projeto Dom Helder Camara. 55p. 2011. **Sustentabilidade em Debate**, v. 10, n. 2, p. 54–68, 2019.

MOURÃO, N. M.. Tecnologias sociais e empreendimentos criativos na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 1, p. 053-067, 2017.

NASCIMENTO, D. T.; BINOTTO, E.; BENINI, E. G. O Movimento da Tecnologia Social: uma Revisão Sistemática de seus Elementos Estruturantes entre 2007 e 2017. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 8, n. 3, p. 93, 2019.

NEDER, R.; THOMAS, H. The movement for social technology in Latin-America (its meaning for the research about degrowth and ecological sustainability). **Brasilia. Universidade de Brasília**. p. 1–14, 2010.

OLIVEIRA, E. F. *et al.* Promovendo saúde em comunidades vulneráveis: tecnologias sociais na redução da pobreza e desenvolvimento sustentável.

Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 36, n. SPE, p. 200-206, 2015.

OLIVEIRA, D.; PINTO, O. R. *et al.* Uso do biodigestor: Uma proposta sustentável na zona rural do Maciço de Baturité, Ceará. **Educação Ambiental em Ação**, v. 17, n. 65, 2018.

OLIVEIRA, S. L. B.. Educação do campo e tecnologias sociais: uma discussão eminente. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 28991-28996, 2020.

OLIVEIRA, P. A. V.. Produção e aproveitamento do biogás. *In: Tecnologia para o manejo de resíduos na produção de suínos: manual de boas práticas*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2004.

PASINI, F. *et al.* Viabilidade de implantação de um biodigestor em uma granja de suínos. **Holos Environment**, v. 19, n. 1, p. 60-69, 2019.

PERDOMO, C. C.; OLIVEIRA, P. A. V. O; KUNZ, A. **Sistema de Tratamento de Dejetos de Suínos: Inventário Tecnológico**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2003.

PIN, B. V. DA R. *et al.* Energetic use of biogas from the anaerobic digestion of coffee wastewater in southern Minas Gerais, Brazil. **Renewable Energy**, v. 146, p. 2084–2094, 2020.

POZZEBON, M.; FONTENELLE, I. A. Fostering the post-development debate: the Latin American concept of tecnologia social. **Third World Quarterly**, v. 39, n. 9, p. 1750–1769, 2018.

PROENÇA, C.; MACHADO, G. Biodigestores como tecnologia social para promoção da saúde: Estudo de caso para saneamento residencial em áreas periféricas. **Saúde em Redes**, v. 4, n. 3, p. 87–99, 2018.

RÊGO, J. O. *et al.* Análise da viabilidade de geração de energia e produção de biofertilizantes a partir de dejetos de animais em uma fazenda no Sul da Bahia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 75312-75329, 2021.

RAMOS, M. F. **Tecnologia Social como facilitadora para tratamento de esgoto em área rural**. p. 151, 2017. v. 5. 2012.

REICHERT, L.; FERREIRA, T. G.. A prescrição de tecnologias assistivas a partir dos

princípios da tecnologia social: a visão dos estudantes de Terapia Ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 3, 2016.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

RTS. Histórico e elementos conceituais. **Rede de Tecnologia Social**. 2005. Disponível em: <http://rts.org.br/a-rts/historico/historico.pdf> Acesso em: 13 de mar 2021, 2012. **Renewable Energy**, v. 129, p. 457–472, 2018.

SHEN, Y. *et al.* An environmental friendly animal waste disposal process with ammonia recovery and energy production: Experimental study and economic analysis. **Waste Management**, v. 68, p. 636–645, 2017.

SILVA, V. L *et al.* Biodigestor: Fonte alternativa de gás “limpo” e adubo orgânico que contribuem para redução do efeito estufa. *In: Gestão Ambiental*. Goiânia/GO–19 a. 2012.

SILVA, M. L. DA *et al.* Anaerobic Biodigester As a Technology for the Use of Swine Draws : Sustainable Alternative in the Municipality of Barreira, Ceará. **Interdisciplinary Scientific Journal**, v. 5, n. 3, p. 1–14, 2018.

VALADÃO, J. de A. D.; DE ANDRADE, J. A.; NETO, J. R. C. *et al.* Abordagens sociotécnicas e os estudos em tecnologia social. **Revista Pretexto**, v. 15, n. 1, p. 44-61, 2017.

WAUTERS, E., BIELDERS, C., POESEN, J., GOVERS, G., MATHIJS, E.. **Adoption of soil conservation practices in Belgium: an examination of the theory of planned behaviour in the agri-environmental domain**. **Land use policy**, v. 27, n. 1, p. 86-94, 2010.



Agricultura Familiar: um estudo de caso dos aspectos sociais e de produção do Assentamento Ipê Amarelo - Wanderlândia - Tocantins/Brasil

Marcelo Barbosa César¹
José Francisco Mendanha²
Raissa Mariano César³

Resumo: Este estudo procurou compreender as trajetórias e concepções próprias dos agricultores familiares do Assentamento Ipê Amarelo em Wanderlândia – TO, sobre suas experiências e práticas com a gestão de produção e as formas de interação com o mercado. A presente pesquisa teve como objetivo identificar quais são os fatores de produção e de organização social que contribuem para a produção e distribuição de alimentos, bem como, o aumento da renda dos produtores. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem de pesquisa qualitativa e utilizou-se do instrumento entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados do estudo apontam dificuldades no processo de distribuição dos produtos devido à precariedade da via de acesso ao assentamento e a indisponibilidade de maquinários para os serviços de manutenção da via. Mesmo nesse cenário de dificuldades o estudo apresentou que a segurança alimentar, a cultura local, a organização associativa no assentamento, a qualidade dos alimentos, a forma de trabalho entre os membros do núcleo familiar e as políticas públicas para o meio rural do município resultaram na melhoria da qualidade de vida dos produtores e no aumento da renda familiar.

Palavras-chave: Segurança alimentar; Produção rural; Trabalhador rural; Programa de Aquisição de Alimentos..

Family Agriculture: A Case Study of Social Aspects and Production of the Ipê Amarelo Settlement - Wanderlândia - Tocantins – Brazil

Abstract: This study sought to understand the trajectories and conceptions of family farmers from the Ipê Amarelo settlement in Wanderlândia - TO, about their experiences and practices with production management and ways of interacting with the market. The present research aimed to identify which are the factors of production and social organization that contribute to the production and distribution of food, as well as the increase in the income of producers. This is a case study, with a qualitative research approach and semi-structured interviews and direct observation were used. The results of the study point to difficulties in the product distribution process due to the precariousness of the access road to the settlement and the unavailability of machinery for the maintenance services of the road. Even in this difficult scenario, the study showed that the food security, the local culture, the associative organization in the settlement, the quality of the food, the way of working among the members of the family nucleus and the public policies for the rural environment of the municipality resulted in the improvement of the quality of life of the producers and in the increase of family income.

Keywords: Food safety; Rural production; Rural worker; Food Acquisition Program.

¹ Professor adjunto II do curso de Engenharia de Transportes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás - FCT/UFG. Autor Correspondente: professormarcelocesar@gmail.com

² Professor Adjunto do curso de Logística da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

³ Doutoranda em Administração pelo Centro Universitário da FEI - São Paulo.

Introdução

Observa-se em Bittencourt (2018) que a situação socioeconômica da agricultura familiar tem se modificado em decorrência das novas formas de manejo da produção, e que estas mudanças podem ser observadas nas operações de produção, na gestão e na inovação nas unidades produtivas e nos novos modelos de assentamentos rurais instituídos a partir do último quartil do século vinte no Brasil.

No que se refere ao incremento financeiro na renda dos membros da agricultura familiar, nota-se que há ainda problemas estruturais que comprometem a viabilidade financeira dos pequenos estabelecimentos rurais familiares e que embora se observe o fortalecimento do desenvolvimento regional, a permanência do homem no campo, a ampliação da sustentabilidade agrícola, a profissionalização rural e a redução da extrema pobreza no campo, os agricultores familiares têm dificuldades de acesso às inovações para o setor e de promoção da economia de escala na produção para além da sobrevivência (BITTENCOURT, 2018).

Tedesco (2001), Pelinski *et al.* (2006), Abramovay (2007), Noda *et al.* (2013), Moreira *et al.* (2017), em seus estudos apontam que há a predominância do modelo da agricultura familiar no meio rural produtivo e que no Brasil cerca de 3,9 milhões de propriedades rurais se caracterizam como agricultura familiar. Estas representam cerca de 76,8% dos estabelecimentos rurais, 23% das terras já agricultáveis, 67,0% do pessoal no campo brasileiro e 33% do PIB (Produto Interno Bruto) do setor do agronegócio, de acordo com uma série de dados dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – de 2017. Essa afirmação se confirma pelo número de unidades produtivas com pequenas áreas existentes no ambiente rural brasileiro e que são geridas por núcleos familiares.

Quanto à diversidade de produção, encontra-se na agricultura familiar a representação de cerca de 70% dos itens da cesta de alimentos produzidos no Brasil, ou seja, a maioria dos produtos que fazem parte da dieta diária do povo brasileiro são produzidos nos moldes da agricultura familiar. Essa diversificação de produção é marcada pela existência de agricultores que utilizam seus recursos de forma eficiente e pela grande variedade de produtos cultivados. Há ainda os aspectos sociais e técnicos que possibilita a soberania alimentar, o incremento de renda, a qualidade ambiental, a ocupação de mão de obra no meio rural, e a geração de aproximadamente R\$ 54 bilhões ao ano para as famílias em todo o país, conforme Tabela 1 (IBGE/2019).

No ambiente da agricultura familiar a diversificação da produção é marcada pela utilização dos recursos disponíveis (materiais, humanos e financeiro) de forma eficiente na produção de uma grande variedade de produtos cultivados. Já quanto aos aspectos sociais e técnicos pode ser observado a manutenção da soberania alimentar, a busca do incremento de renda, a manutenção da

qualidade ambiental e a ocupação da mão de obra familiar no meio rural, fatores que contribuíram para a geração de aproximadamente R\$ 106,5 milhões ao ano para as famílias em todo o país (IBGE, 2019).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários com quantidade produzida e valor da produção.

Agricultura familiar		Brasil	Tocantins	Wanderlândia
Sim	Nº de estabelecimentos	3.897.408	44.955	352
	Quantidade Produzida	5.577.465	62.054	410
	Valor da produção	106.472.475,00	1.136.965,00	8.357,00
Não	Nº de estabelecimentos	1.175.916	18.853	132
	Quantidade Produzida	1.506.450	23.601	154
	Valor da produção	355.889.076,00	5.575.498,00	8.493,00
Total	Nº de estabelecimentos	5.073.324	63.808	484
	Quantidade Produzida	7.084.396	85.655	564
	Valor da produção	462.361.551,00	6.712.463,00	16.850,00

Nota: Elaborado com base em IBGE - Censo Agropecuário 2017/SIDRA

Fonte: Autores, 2023.

Ao considerar que as áreas produtivas no ambiente rural do Brasil se caracterizam predominantemente pelas organizações familiares, buscou-se por meio desse estudo a investigação do seguinte objetivo: Identificar quais são os fatores de produção e de organização social que contribuem para a produção e distribuição de alimentos, bem como, o aumento da renda dos produtores do Assentamento IPÊ Amarelo em Wanderlândia -TO.

A fim de alcançar o objetivo exposto foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa/quantitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso, com entrevistas orientadas por roteiros semiestruturados e observação não participante. Por fim a análise descritiva e interpretativa dos dados produzidos (CRESWELL, 2014; YIN, 2015).

A escolha do tema desse estudo se justifica na medida em que há a necessidade de apontar fatores sociais, organizacionais, econômicos e ambientais passíveis de serem indutores do desenvolvimento das propriedades, das pessoas, e do meio ambiente no contexto da agricultura familiar.

Agricultura Familiar

Chayanov (1974), Lamarche (1998), Tedesco (2001), Wanderley (2004), Noda *et al.* (2013) e Ploeg (2016) direcionam estudos no sentido de que a agricultura

familiar é composta por uma cultura própria de proteção a biodiversidade e se organiza, conforme seus costumes, para a produção em suas unidades produtoras de acordo com suas lógicas de funcionamento e a observância de fatores externos para manterem competitivos nos mercados.

Brumer *et al.* (1993), Abramovay (2007), Noda *et al.* (2013) e Ploeg (2016) apontam que no Brasil as condições sociais, culturais, políticas e econômicas prevalecem no ambiente rural e que são carregadas de inúmeras desigualdades. Os autores registram ainda que estas são advindas da colonização do território físico e do poder político e que ao longo da história de colonização brasileira se observou a disparidade em relação a quantidade de território nas mãos de poucos e o grande volume de plantações de monoculturas, as quais eventualmente são destinadas aos mercados internacionais e trazem como consequências: o não enriquecem da região local, o desmatamento, a degradação do solo, e gera renda para um aglomerado empresarial e econômico.

Quanto as formas de manejo da terra e da produção presentes no mundo rural, Wanderley (2004), Noda *et al.* (2013) apresentam que estas formas estão carregadas tradições que não foram rompidas ao longo do tempo, isso porque são passadas de gerações em gerações e ainda predominam no processo produtivo empregado nas áreas da agricultura familiar. Por certo, estas práticas de manejo da terra também podem ser encontradas como estratégias de produção, uma vez que auxiliam nas instâncias imediatas de decisão e servem como forma de avaliação de desempenho do trabalho agrícola e ao mesmo tempo orienta os agricultores a manterem a configuração do modelo de trabalho familiar, ainda que em um novo contexto. Estas tradições que compõem as formas de manejo, cultivo e o trabalho, se encontram, hoje, com as capacitações disponibilizadas por meio de políticas públicas e, também, são percebidas no ambiente da agricultura familiar como essenciais no processo de produção, já que auxiliam o agricultor na forma correta de manejo da terra e contribuem para a gestão financeira dos recursos, insumos, e dos resultados da produção.

Quanto o aspecto jurídico, encontra-se que a propriedade de agricultura familiar é determinada pelo tamanho da terra, e conforme posto na Lei 11.326/2006, artigo 3º, o agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural e que simultaneamente não detenha, a qualquer título, uma área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. Também utilize predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas em seu estabelecimento ou empreendimento, da mesma forma que tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, e por fim que dirija seu estabelecimento ou empreendimento juntamente com a sua família (BRASIL, 2006).

Pelinski *et al.* (2006), Abramovay (2007), Alves (2011), Guanziroli (2013), Noda

et al., 2013, Ploeg (2016), Moreira et al. (2017) afirmam que a agricultura familiar pode ser idealizada em diversas formas: pelo tamanho da terra; característica de produção; quantidade de trabalhadores empregados na unidade de produção em relação à mão de obra familiar; pelos mecanismos de financiamento da produção; e pelas diretrizes dos órgãos de planejamento e desenvolvimento rural no Brasil. Mesmo com todos esses parâmetros, os autores destacam que estes itens não são suficientes para emergir toda o aparato que está ligada a agricultura familiar, uma vez que não abrange os aspectos fundantes da organização familiar, os traços culturais percebidos no ambiente do campo onde se instalam essas unidades produtivas, e a forma de trabalho empregada no processo de produção. Nesse sentido a relevância da família, como unidade de análise, justifica-se como um importante agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção agrícola.

Para Bruno (2016), Aquino et al. (2018), Paiva et al. (2019) a reprodução do trabalho, especialmente nas unidades produtivas da agricultura familiar se configuram pela presença de homens e mulheres e crianças como forma de vínculos de união familiar e de uma visão ampliada da relação com a comunidade, a cidade e os mercados. Verifica-se que a vivência e a convivência no mesmo local por várias gerações permitem a construção de valores e costumes locais que são produzidos e reproduzidos ao longo do tempo, estabelecendo reciprocidade na identidade homem à natureza, do homem com a sociedade rural.

No que se refere a divisão e organização do trabalho no ambiente da agricultura familiar, Woortmann e Woortmann (1997), Alves (2011), Ploeg (2016), Bittencourt (2018) destacam que unidade de produção possuem definições próprias e são organizadas pelos diferentes membros da família. Essa divisão do trabalho atende as delimitações de gênero e ao mesmo tempo depende da posição que cada um exerce na estrutura do grupo familiar, mas que variam de acordo com as atividades que realizam no âmbito do roçado ou da casa, inclusive no cuidado com os animais.

Em organizações mais tradicionais a coordenação do trabalho é moderada pela figura paterna que define como será distribuída as funções para cada integrante familiar. Este processo de administração considera a força de trabalho, o gênero, e a idade de cada membro, contudo, na maioria dos casos, as tarefas domésticas são predominantemente executadas por mulheres, e para os homens destinam-se os trabalhos de roçado, derruba, limpeza, aplicação de produtos fitossanitários e plantio.

O amplo volume de atividades envolvidas na roça pode ajustar o modelo de distribuição de tarefas, todavia haverá sempre a predominância dos membros da família. Brumer et al. (1993) e Noda et al. (2013) registram que os jovens, crianças e idosos executam as atividades de limpeza da terra, colheita, processamento e embalagem dos produtos, trabalhos da horta, e os cuidados com os animais no

que se diz respeito à alimentação, higiene e ordenha. Os alimentos decorrentes de todo o trabalho são destinados para o consumo da própria família, o mercado local e regional.

Heredia (1979) e Bittencourt (2018) ponderam que a idade e a dominância masculina seguem como modo provedor da casa, e que as crenças tradicionais, que se perpetuam ao longo do tempo, distanciam a participação das mulheres nas decisões de unidade rural. Quanto situação socioeconômica da agricultura familiar, pode ser observado que a renda média familiar aumentou, e que isso foi em decorrência da organização da produção rural e de algumas ações de inovação. Contudo, mesmo com o incremento financeiro na renda dos membros da agricultura familiar, há ainda problemas estruturais que comprometem a viabilidade financeira desses estabelecimentos.

Estratégia Metodológica

A estratégia metodológica deste estudo se organiza pela delimitação do lócus da pesquisa e forma de construção dos dados.

Do Lócus da Pesquisa

A área territorial desse estudo é o Assentamento Ipê Amarelo, que foi criado em 1989 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e atualmente possui 37 famílias e o total de 175 pessoas. O assentamento está localizado no meio rural do município de Wanderlândia, na microrregião Araguaína, no norte do estado do Tocantins, e acessos pelas rodovias BR-153, BR-226 e TO-010. A população estimada do município em 2019 é de 11.683 habitantes, sendo que 5.868 residem no meio rural e desse número 2.955 são mulheres, ou seja, cerca de 50,4% (IBGE, 2019).

Os municípios de Wanderlândia - TO ocupam uma área de 1.373,1 km², que está posicionada nas seguintes coordenadas geográficas: 253 metros de altitude, latitude de 6°50'57" Sul, longitude 47°57'48" Oeste, entre os paralelos 6° e 8°. O solo do município é composto na sua maioria por areia quartzosas, mas há registro de outras variedades de solos, porém com incidência menores, como exemplo: ao norte há podzólicos/argissolos vermelho-amarelo e litólicos; ao leste o latossolo vermelho-amarelo e litólicos; e a oeste o latossolo vermelho-escuro. O clima preeminente é o quente e úmido, com temperaturas variando entre 26°C a 30°C, isso em dois períodos distintos durante o ano, o chuvoso e o seco. A média anual de chuva é de 1.263mm/ano, e a vegetação predominante é o cerrado composta de matas ciliares nas margens dos rios, campos úmidos e rupestres, e veredas de buritis (IBGE, 2019).

O censo agropecuário de 2017 de Wanderlândia - TO, registra que o município possui 484 estabelecimentos rurais com variação de 0,1 a 10.000 hectares, e que desse número total 352 propriedades são caracterizadas como agricultura familiar e 255 dessas propriedades possuem até 50 hectares, conforme Tabela 2 (IBGE, 2019). Já o módulo fiscal do município de Wanderlândia é de 80 (oitenta) hectares (BRASIL, 2012).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos rurais.

	Total geral				Agricultura familiar			
	Total	Proprietário	Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	Ocupante	Total	Proprietário	Concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva	Ocupante
Brasil	5.073.324	4.108.639	258.309	104.281	3.897.408 (76,82%)	3.156.701 (76,83%)	219.478 (84,97%)	83.433 (80,01%)
Tocantins	63.808	53.090	7.533	999	44.955 (70,45%)	36.417 (68,59%)	6.453 (85,66%)	769 (76,98%)
Wanderlândia – TO	484	371	99	2	352 (72,72%)	257 (96,27%)	83 (83,83%)	1 (50,00%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6	5	-	-	4	3	-	-
De 0,1 a < 0,2 ha	1	1	-	-	1	1	-	-
De 0,2 a < 0,5 ha	3	2	-	-	3	2	-	-
De 0,5 a < 1 ha	1	1	-	-	1	1	-	-
De 1 a < 2 ha	4	4	-	-	4	4	-	-
De 2 a < 3 ha	9	8	-	-	7	6	-	-
De 3 a < 4 ha	1	1	-	-	1	1	-	-
De 4 a < 5 ha	10	8	-	1	9	7	-	1
De 5 a < 10 ha	39	36	-	1	22	20	-	-
De 10 a < 20 ha	38	34	2	-	27	24	2	-
De 20 a < 50 ha	211	124	86	-	175	102	72	-
De 50 a < 100 ha	68	57	10	-	56	47	8	-
De 100 a < 200 ha	28	27	1	-	25	24	1	-
De 200 a < 500 ha	31	30	-	-	16	15	-	-
De 500 a < 1.000 ha	13	13	-	-	-	-	-	-
De 1.000 a < 2.500 ha	16	16	-	-	-	-	-	-
De 2.500 a < 10.000 ha	4	4	-	-	-	-	-	-
De 10.000 a > 10.000 ha	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	1	-	-	-	1	-	-	-

Nota: Elaborada com base em IBGE/SIDRA- Censo Agropecuário - 2017.

Fonte: Autores, 2023.

Na ocupação territorial rural de Wanderlândia – TO se observa uma maioria de unidades rurais que possuem áreas menores se comparadas com às lavouras de monoculturas existentes no município. Encontra-se, também, nos empreendimentos da agricultura familiar a produção de alimentos com foco na soberania e segurança alimentar e dentro dos pilares sustentabilidade socioeconômica e socioambiental (IBGE, 2019).

Da Construção dos Dados

Para atingir o objetivo desta pesquisa utilizou-se estudo de caso e foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa/quantitativa, sendo que a investigação qualitativa se deu por meio de 10 entrevistas semiestruturadas realizadas nos meses agosto a novembro de 2019. A escolha das pessoas entrevistadas foi de forma aleatória. Identificou-se que o volume de entrevistas atendeu às possibilidades de limites de geração de dados e a ordenação de possíveis relacionamentos entre os atores, por conseguinte, a amostra teórica. Para a pesquisa quantitativa foram utilizados dados secundários extraídos dos bancos de dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE/SIDRA, 2019; BERNARD, 2005; FLICK, 2013; YIN, 2015).

Para resguardar a identidade dos entrevistados os fragmentos das entrevistas estão apresentados pela sequência numérica de 1 a 10. Houve também a produção de dados por meio de entrevista realizada na secretaria da Agricultura da cidade de Wanderlândia – TO. Esta entrevista buscou conhecer as políticas públicas referentes a produção, distribuição e venda dos produtos pelos agricultores do Assentamento Ipê Amarelo.

As entrevistas semiestruturadas procuraram compreender as trajetórias e as concepções próprias dos agricultores familiares sobre as suas experiências na gestão da produção e nas formas de interação com o mercado, por meio das declarações e as percepções dos entrevistados sobre as relações socioeconômicas e o envolvimento no Ipê Amarelo.

As entrevistas com membros do assentamento ocorreram nas diversas unidades de produção. Por decorrência disso houve a proximidade dos pesquisadores com ambiente da pesquisa, permitindo, consecutivamente, a realização da observação não participante (GIL, 2012) que buscou identificar os seguintes pontos: recursos técnicos empregados na atividade de campo; as condições das moradias dos associados/produtores rurais; os recursos tecnológicos utilizados pelos produtores rurais para comunicação; itens de produção e comercialização; as relações familiares entre moradores do assentamento; e as expressões culturais da localidade.

Resultados e Discussão

Os resultados produzidos por meio da pesquisa apresentam as condições sociais e econômicas das Unidades Familiares e estão organizados nos

seguintes itens: as condições sociais e econômicas das unidades familiares; a produção e a distribuição dos produtos; a forma de manejo, cultivo e mão de obra.

Para Bittencourt (2020), Schneider (2016) a agricultura familiar está culturalmente vinculada a soberania e a segurança alimentar em suas formas de manejo da terra e a diversidade de cultivares que são produzidos, tanto para o uso interno, bem como o seu excedente que é levado ao mercado para troca em outros itens não produzidos em seu território.

Neste sentido, observa-se que a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento local, bem como para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação intrínseca com a terra e a preservação e conservação da agrobiodiversidade e seus ecossistemas produtivos (BITTENCOURT, 2020).

Em concordância com os fundamentos apresentados por Bittencourt (2020), Schneider (2016), entende-se que os agricultores do Assentamento Ipê Amarelo e suas propriedades enquadram dentro do escopo dos conceitos de agricultura familiar utilizados em todo o território nacional brasileiro.

Observa-se, também, em Nascimento, Aquino, Delgrossi (2022) que a discussão sobre o território rural brasileiro está estruturada por uma diversidade socioeconômica e sociocultural. Ainda segundo os autores esta estruturação se relaciona com a agrobiodiversidade e seus ecossistemas produtivos de cada território, seja ele local, regional e nacional.

Nesta perspectiva os resultados da pesquisa apontam que todas as propriedades do Assentamento Ipê Amarelo possuem o documento de Concessão de Uso expedido pelo Incra - Tocantins. Quanto as características das propriedades verificaram-se que: o tamanho das propriedades não são iguais e possuem uma variação entre 24,2 e 58,08 hectares; a maioria dos lotes são de 33,88 hectares; as áreas cultivadas medem de 30m² a 9,68 hectares; a área de pastagem tem uma variação de 9,68 a 19,36 hectares; e o tamanho da reserva legal tem uma variação de 4,84 a 24,2 hectares, conforme dados do IBGE/SIDRA (2017).

Os achados deste estudo apontam que idade média dos produtores fundadores do assentamento é de 45 anos, e que entre os pesquisados há várias queixas de problemas de saúde e de dificuldades para cuidar da terra. O entrevistado 4 registrou que *“nós estamos ficando velhos e cansados com a lida da terra [...] hoje precisamos muito mais da ajuda dos nossos familiares para continuar o nosso trabalho”*.

Mesmo com o descontentamento em relação a saúde e a idade, identificou-se entre os entrevistados o amor-próprio pelo trabalho e a satisfação em relação a situação atual. Esse sentimento de honra do trabalho no campo se apresenta pela descontinuidade do termo “assentado” entre os pesquisados, que para os entrevistados/membros do assentamento o correto é chamá-los de Produtor Rural ou Agricultor. O entrevistado 6 afirma que o termo *“assentado dá uma*

impressão de dependente de tudo e de não ser o dono da terra [...] já produtor rural representa mais o que hoje somos, os donos da terra [...], pois dependemos só de nós”.

Para os entrevistados a atividade de produção com o trabalho coletivo dos membros familiares representa menor custos. Contudo a redução continuada do número de componentes no núcleo familiar poderá trazer um problema para o futuro. Atualmente a quantidade média de membros nas famílias dos produtores é de 4 residentes em uma unidade de produção, e dentre estes residentes, frequentemente, se verifica a presença de netos do patriarca da família com idade menor ou igual a 15 anos. Um dos motivos apresentados para essa realidade é que as filhas e os filhos, em idade adulta, buscam outras oportunidades de estudo e trabalho em ambientes distantes do meio rural.

Os agricultores, os representantes do núcleo familiar, em sua maioria possuem origem no meio rural das cidades do norte e nordeste do Brasil. Constatou-se, também, a existência de 2 agricultores que declaram possuir origem no meio urbano das cidades do norte do Tocantins. Esses ressaltaram que iniciaram suas atividades no assentamento por relações de parentela com os demais assentados e pela procura de outros meios para a seguridade alimentar e qualidade de vida.

O acesso à educação e a saúde foram apontados pelos entrevistados também como motivos para ingressarem no assentamento, isso porque, segundo os pesquisados, mesmo estando no ambiente rural do município de Wanderlândia - TO os serviços públicos ofertados são melhores do que os encontrados nas localidades onde anteriormente residiam. Para o entrevistado 1, *“lá nós não tínhamos escola perto e o postinho não tinha médico, era tudo muito ruim [...] não tinha nada lá [...] aqui mesmo longe da cidade tá melhor”.*

No que se refere a renda familiar, segundo os entrevistados a média do rendimento familiar é de R\$ 2.500,00 por mês, ou 2,505 de salários-mínimos da época da pesquisa. Uma quantia que segundo o entrevistado 7 é *“suficiente [...] pois nós gastamos pouco aqui [...] pois temos as verduras e a carne que tiramos daqui mesmo [...] e não precisamos comprar [...] isso ajuda muito a diminuir os gastos do mês”.*

Os dados da pesquisa registram prioritariamente o consumo dos produtos de origem do assentamento, e que estes se apresentam como um dos fatores da segurança alimentar dos pesquisados, além de contribuir para a qualidade de vida e o aumento de renda. O entrevistado 3 destacou que: *“as experiências vividas no meio rural são muito prazerosas [...] eu não trocaria por nada [...], mas ainda falta o apoio do governo”.* Já o entrevistado 6 evidenciou que: *“vou na cidade apenas porque é necessário”*, e o entrevistado 2 que: *“trabalhar e morar na roça é o céu”.*

Há entre os entrevistados aqueles que sustentam a posição de melhoras

no assentamento se comparado com anos anteriores, mas afirmam que falta o auxílio do governo para a permanência dos produtores no meio rural. O produtor 9, destacou que: *“colocaram a gente aqui e esqueceram de nós [...] o governo tem que dar mais auxílio e ajudar a gente sempre”.*

Na construção dos dados dessa pesquisa, identificou-se a existência de uma associação criada pelos assentados com a finalidade de orientar e ajudar os produtores na produção e comercialização dos produtos. Contudo, segundo os entrevistados, a associação necessita de mudanças, uma vez que diversos problemas de gestão são observados. O entrevistado 4 relatou que: *“de vez em quando tem reunião [...] e eu participo, mas a associação é muito desorganizada”.* O produtor 6 apresentou a sua posição em relação a associação dizendo que: *“acontecia as reuniões da associação [...] eu percebia que não funcionava corretamente, apenas tinha muita falação e promessas, por esta razão desisti de ficar lá”.* Para o entrevistado 3: *“o INCRA deveria disponibilizar aos agricultores as coisas nas formas que devem ser feitas [...] nós produtores não temos tempo”.*

Próximo ao assentamento está instalada a Escola Municipal Duas Barras que atende os filhos dos produtores e a população da região. Para os estudantes terem acesso à escola é oferecido o serviço de transporte escolar pela prefeitura. Os filhos matriculados no ensino médio realizam seus estudos nas escolas localizadas na sede do município, para estes também são ofertados o serviço de transporte escolar. Todavia, alguns assentados advertem que no período chuvoso há problemas de trafegabilidade nas estradas, e que o ônibus escolar não consegue chegar no assentamento e, em função disso, as crianças passam dias sem ir à escola.

O processo de assentamento dos produtores se deu pela entrega dos lotes e das casas com energia elétrica. Com o passar do tempo os agricultores realizaram investimentos nas suas residências, como exemplos: reformas; e ampliação das instalações. Em decorrência dessas melhorias verificou-se que atualmente as casas são edificadas em alvenaria, possuem banheiro interno, mobiliários e eletrodomésticos modernos.

O processo de produção e distribuição de produtos estão apresentados no item a seguir, nele constam as percepções dos entrevistados sobre os obstáculos na produção de alimentos no Assentamento Ipê Amarelo.

A Produção e a Distribuição dos Produtos

O estudo identificou que o plantio das culturas é realizado individualmente em cada área, mas há a frequência das práticas de parceria e mutirão, ou seja, a ajuda de outros produtores do assentamento no plantio e na colheita de uma determinada área. Não se verificou no Assentamento Ipê Amarelo a existência de plantios irrigados.

Os entrevistados declararam que na safra anual há uma grande variedade de produtos. No entanto verificou-se a predominância de grãos, como: milho,

feijão e arroz. De plantas tuberosas e convolvulácea, encontrou-se a produção de: mandioca, e batata-doce. No grupo de verduras e hortaliças, foram relatadas a produção de: abobora, quiabo, jiló, berinjela, alface, rúcula, pimenta e couve. Nos quintais, as áreas próximas às residências dos produtores, concentram a produção de frutas, como: banana, cupuaçu, laranja, tangerina, limão, abacate, coco, mamão, acerola, jambu, caju, goiaba, café, tomate, melancia e maracujá. Na lista de produtos ofertados ao mercado foi encontrada a existência de itens processados/industrializados, como: farinha de milho, fubá, farinha de mandioca, fécula de mandioca, doces e compotas.

No Assentamento Ipê Amarelo há ainda produtores, em menor quantidade, que além da atividade agrícola se dedicam a criação de gado, porcos e galinhas. Os produtos derivados dessa atividade e que são comercializados são: frangos, galinhas, ovos, leite in natura, e bezerros. Os processados são: queijos, carne suína, e linguiça. Os entrevistados registraram que estes itens são comercializados basicamente no próprio assentamento e nas cidades de Wanderlândia, Xambioá e Araguaína, todas situadas no norte do estado do Tocantins.

Todos os produtores entrevistados possuem aparelho de telefonia móvel, e declararam que pelo “celular” realizam a oferta e venda de vários produtos. A destinação dos produtos do assentamento é para o consumo das famílias e, a maior parte, ao mercado local ou regional. Os produtos consumidos pelas famílias e comercializados em cada tipo mercado estão apresentados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Destinação dos produtos do Assentamento Ipê Amarelo.

Mercado	Produtos comercializados
Local	Feijão; Arroz; Café; Frangos; Ovos; Bananas; Milho verde; Milho e derivados; Mandioca e derivados; Leite e derivados; Carne suína e derivados.
Regional	Feijão; Arroz; Café; Banana; Milho e derivados; Mandioca e derivados.

Fonte: Autores, 2023.

O mercado local é formado pelos municípios próximos ao assentamento, ou seja, Wanderlândia, Araguaína e Xambioá, todas cidades localizadas na região norte do estado do Tocantins. Já o mercado regional se estende para as cidades do sul do estado do Maranhão - Estreito e Imperatriz, e ao leste do Pará - São Geraldo do Araguaia, Piçarra e Marabá.

Ainda em relação a distribuição dos produtos, verificou-se que a acessibilidade ao assentamento contribui significativamente para o escoamento dos produtos.

Os entrevistados divergem quanto a qualidade da via de acesso ao assentamento, mas a maioria ressalta a insatisfação quanto a qualidade da via. O entrevistado 10, afirma que: *“a estrada não é boa [...] tem lugares com muitos buracos e areia [...] as vezes não dá para passar de carro e nem de moto”*. O entrevistado 8, ressalta que: *“a estrada é muito ruim, o material utilizado para a reforma foi de péssima qualidade [...] a prefeitura colocou barro ao invés de cascalho, isto fez com que a estrada ficasse cheia de atoleiros [...] é difícil de passar nos períodos de chuva”*.

Estes relatos dos agricultores em relação indicam insatisfação com as políticas públicas de apoio aos empreendedores da agricultura familiar, e da mesma forma advertem que os serviços ofertados deveriam funcionar mais assertivamente aos interesses dos agricultores, quer seja para a melhoria da produção e da comercialização. Na percepção do agricultor 5: *“ainda temos que desenvolver (saber) novas formas para produzir melhor [...] aproveitando toda a terra, e também temos que ter mais facilidades em distribuir nossos produtos”*.

As afirmações dos agricultores sobre as políticas públicas direcionadas aos assentamentos por parte do governo como linhas de crédito via PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e a construção de estrada e pontes que dão acesso ao Projeto, são alguma das políticas públicas direcionadas ao PA IPÊ Amarelo. A maioria dos pesquisados afirmou que o poder público deveria se interessar mais pelos assentados/produtores, e conforme o entrevistado 4: *“nada foi feito para melhorar a qualidade de vida dos produtores”*. Mas, em outro sentido, há os pesquisados, em minoria, que entendem que houve sim ajuda e o que poderia ser feito pelo governo já foi feito, esses, conforme o pesquisado 5 ressaltam que: *“os produtores devem arregaçar as mangas e trabalharem [...] e fazer cada vez mais e esperar menos do governo”*.

Observou-se pelos relatos dos entrevistados que os sentimentos de conformidade e inconformidade com a situação atual do assentamento e com a realidade da agricultura familiar estão correlacionados ao tempo de moradia no assentamento. Os entrevistados com mais tempo no assentamento são os mais complacentes aos problemas de infraestrutura do assentamento, de produção e de comercialização dos produtos. Já os entrevistados com menor tempo no assentamento são os mais inconformados com a realidade atual.

Silva *et al.* (2022), avaliando as ofertas de produtos pelos agricultores em torno da estratégia de mercado e suas perspectivas de vantagens para a comercialização, apontam que o mercado público local é escolhido pelos produtores da agricultura familiar como alternativa para a comercialização dos produtos e de geração de emprego e renda para a família. Os autores destacam que há ainda a distribuição de produtos para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea - CDS.

Dados deste estudo apontam que os produtos/alimentos entregues pelos

produtores ao PAA de Wanderlândia se destinam a 9 instituições, sendo oito escolas municipais e um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Já o ingresso dos produtores do Assentamento Ipê Amarelo a essa modalidade de comercialização, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, se deu pela parceria do governo municipal com a Associação dos Apicultores de Wanderlândia - APIWA, por meio da secretaria municipal da agricultura. Esse projeto possui duração 2 anos e está vigente, com a possibilidade de renovado pelo mesmo período.

O pagamento dos produtores desse programa (PAA) é realizado governo local e ocorre em média 30 dias após a entrega dos itens. O preço pago aos produtos é o de mercado, contudo em função dos mecanismos legais do programa o valor de todas as entregas se limita a R\$ 8.000,00 (oito mil reais) ao ano para cada agricultor.

Os dados da pesquisa apontam que esse valor limitante do PAA se tornou uma barreira para a venda dos alimentos e da produção dos assentados/produtores. O entrevistado 3, que faz parte do programa, argumenta que: *“a falta de políticas públicas para auxílio dos agricultores é um dos maiores entraves existentes [...] e que o limite de oito mil ao ano prejudica não só a venda dos agricultores, mas também a produção [...] gerando inclusive a diminuição da produção devido à instabilidade da distribuição dos alimentos”*.

Observou-se nos resultados dessa pesquisa que a produção no assentamento é inferior ou pequena quando comparada com a agricultura patronal. Os motivos dessa realidade são consequências do tamanho das áreas, da pouca utilização de tecnológica no processo de plantio e colheita, e da descapitalização dos agricultores. Produtores entrevistados relatam que a falta de recursos para melhorar e ampliar a produção, diminui as chances de obter um o lucro melhor.

O secretário de agricultura do município de Wanderlândia, afirmou em entrevista que: *“é difícil atender as demandas dos produtores dos assentamentos, uma vez que a secretaria não tem recursos suficientes de maquinários e de pessoal que atendam todos [...] e que as necessidades vão desde o plantio, a colheita e a comercialização [...], mesmo assim a secretaria tem buscado atender a todos que os procuram”*.

Segundo o representante do órgão de gestão da agricultura em Wanderlândia, para atender toda demanda: *“temos que ingressar em fatores que implicam nas vendas dos produtos [...] e no lucro dos agricultores, e esse último assunto muitos não querem falar sobre [...], mas [...]mesmo assim ajudamos todos os assentados*. Uma destas ajudas refere-se ao ingresso no Programa de Aquisição de Alimentos com Doação Simultânea da CONAB. Entretanto, cabe ao próprio agricultor entregar os seus produtos: *“já que a nossa responsabilidade é apenas em receber os produtos, pagar e entregar os mesmos nas nove instituições que os recebem, assim todo o manejo em produzir e as práticas em distribuir e*

comercializar é de responsabilidade do produtor”.

As formas de manejo, cultivo e a mão de obra, nas percepções dos entrevistados e as análises dos dados contam no item a seguir.

As Formas de Manejo, Cultivo e a Mão de Obra

Paes e Zappes (2016) em suas análises afirmam que as formas de manejo da terra, pelos agricultores familiares, são marcadas pela utilização de técnicas e de conhecimento tradicional que são transmitidos de forma geracional.

As análises apresentadas por Paes e Zappes (2016) podem ser observadas na forma de manejo e cultivo que predomina dentro no assentamento rural em estudo, já que os produtores utilizam no manejo da terra algumas ferramentas tradicionais, como: foice, enxada, enxada, machado e coité, e buscam por meio da utilização destes instrumentos e mão de obra familiar a diminuição dos custos com a produção.

Relatos dos entrevistados apontam que a utilização de tratores ocorre somente quando da necessidade de arar a terra e de colher determinadas tipos de lavoura, e, também, que esse serviço é realizado por terceiros e possui um valor elevado se comparado com a renda média mensal dos agricultores. O entrevistado 3 destaca que: *“em alguns períodos [...] nós conseguimos mais facilmente a ajuda da prefeitura”*, e que essa ajuda significa *“horas do trator no assentamento [...] inclui a máquina e o tratorista”*, mas que o combustível utilizado no período, a estadia do tratorista, e a alimentação fornecida ao funcionário da prefeitura são de responsabilidade do agricultor.

A maior queixa dos produtores em relação à oferta dos equipamentos pela prefeitura é em relação à qualidade dos próprios equipamentos. O entrevistado 8 afirmou que: *“os tratores quebram inúmeras vezes [...] e o serviço demora para ser realizado [...]e enquanto isso o profissional fica por conta do produtor, [...] um vai e vem [...] é da cidade para o assentamento gastando petróleo [...] ficam até 15 dias [...] as desculpas são de que a peça ainda não chegou ou não está pronta [...] gerando ainda mais despesas”*. Além das despesas com os serviços, há também o atraso no plantio, estas condições são vistas com frequência no assentamento, segundo os entrevistados, e alguns já perderam o tempo adequado para o plantio.

As formas de cultivos realizadas pelos agricultores seguem uma tradição cultural do meio rural do norte do Tocantins. Estas práticas são relatadas pelos entrevistados como às que herdaram ou aprenderam ao longo do tempo e pouco aperfeiçoaram durante suas experiências. Os entrevistados ressaltam que no manejo da terra (da plantação até a colheita) é utilizado o mínimo de agrotóxicos possível. Para o agricultor 2, o *“uso de agrotóxico não faz parte da cultura dos produtores do assentamento [...] a utilização não justifica até mesmo pela produção ser pequena [...] e não é necessário o uso intensivo de veneno”*.

O entrevistado 5 destacou que: *“o manejo da terra sem agrotóxico [...] ajuda a manter a terra sempre boa”*.

Observa-se em Kunzler e Badalotti (2017) que a mão de obra necessária para as atividades produtivas advém, em sua maioria, dos membros da própria família. Dados deste estudo que na condição da mão de obra utilizada nas propriedades há predominância de membros da família do empreendedor rural. Os assentados/produtores, em sua minoria, contratam operários externos por meio de diárias de trabalho e empreitadas de serviços quando a força de trabalho dos familiares não é suficiente.

Na análise dos relatos dos entrevistados, verificou-se que entre os prestadores de serviço há assentados/produtores que além de exercer o trabalho em sua propriedade presta serviços para outros produtores, uma prática segundo os entrevistados para aumentar sua renda familiar.

Pelos dados apresentados pelos entrevistados foi possível identificar problemas na produção e na distribuição, bem como suas consequências. Considerando o cenário exposto, os problemas de produção, as dificuldades de comercialização, a forma de manejo da terra e os demais fatores socioeconômicos é admissível perceber as seguintes análises apresentadas na Tabela 4, a seguir.

Pelos aspectos observados nesta pesquisa, e que integram as percepções dos entrevistados, é possível apontar as seguintes inferências apresentadas nas considerações finais.

Tabela 4 - Os problemas na produção e distribuição de alimentos do Assentamento Ipê Amarelo e suas consequências.

Problemas identificados	Consequências
Redução do número de membros no núcleo familiar.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento no custo de produção pela contratação de trabalhadores em regime de diária ou empreita. . Desinteresse dos familiares em continuar com as atividades agrícolas. . Ausência frequente de membros da família para a sucessão do comando da propriedade / empreendimento rural.
Dificuldade de acesso às inovações para a produção rural.	<ul style="list-style-type: none"> . Perda de competitividade no ambiente de produção e de comercialização dos produtos dos empreendimentos rurais. . Diminuição da lucratividade quando da comercialização dos produtos. . Familiares mais jovens desinteressados com a forma de produção e comercialização atual observada nos empreendimentos rurais.
Baixa qualidade da via de acesso ao assentamento.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento no custo de transporte de insumos e produtos. . Perda da competitividade em preço de comercialização com os outros produtores.
O limite do valor anual do PAA.	<ul style="list-style-type: none"> . Dificuldade do produtor rural em aumentar a sua renda mensal. . Aumenta o desinteresse dos produtores em associar ao programa.
A baixa produtividade na produção de produtos em decorrência da falta de economia de escala.	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento no preço de custo dos produtos. . O preço de venda praticado não gera lucro suficiente para o aumento da produção.
O modelo atual de gestão da associação dos produtores.	<ul style="list-style-type: none"> . Distanciamento dos produtores da associação e dos objetivos associativos. . Perda de credibilidade da organização junto os sócios e parceiros.
Ausência dos maquinários necessários para a preparação da terra para o plantio e para a colheita.	<ul style="list-style-type: none"> . A contratação de horas de maquinário para a preparação da terra aumenta o custo de produção.
Baixa qualidade dos maquinários agrícolas – tratores.	<ul style="list-style-type: none"> . Demora na preparação da terra. . Aumento do custo de produção. . Atraso no plantio.

Fonte: Autores, 2023.

Considerações Finais

A pesquisa possibilitou identificar que os fatores de produção, como: tradicionalidade no manejo da terra, presença de mão de obra familiar durante as operações de produção rural, apoio da prefeitura municipal em algumas etapas da produção, existência do programa de aquisição de alimentos e a organização socioeconômica dos membros favoreceram o aumento da renda dos produtores rurais do Assentamento IPÊ Amarelo em Wanderlândia - TO.

Já os fatores de: segurança alimentar, cultura local, políticas públicas para o meio rural do município de Wanderlândia - TO, organização associativa no assentamento, qualidade dos alimentos e forma de representação do núcleo familiar, contribuíram para a melhoria na qualidade de vida dos produtores e, também, no aumento da renda familiar.

A estudo possibilitou ainda verificar que a capacidade associativa entre os membros do assentamento, o trabalho rural, o trabalho familiar nas propriedades e os tradicionais festejos realizados durante o ano, auxiliam na manutenção da cultura do povo do Assentamento Ipê Amarelo.

Por fim, ao analisar o modelo de produção no Assentamento Ipê Amarelo, identificou-se que a produção no ambiente estudado é pequena e com baixo volume de defensivos químicos e/ou agrotóxicos. Que não há economia de escala na produção e que o manejo da terra é baseado na utilização intensiva de mão de obra e com poucos recursos tecnológicos.

Pelos dados analisados, tem-se as seguintes constatações: a diversificação e sustentabilidade na produção; a evolução social dos assentados que agora se intitulam produtores rurais; a geração de trabalho no campo; a segurança alimentar no ambiente local; o aumento da renda dos produtores; e a melhoria da qualidade de vida dos produtores.

Referências

ABRAMOVAY, R., **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALVES, S. **Organização do trabalho de famílias agricultoras na comunidade nossa senhora de Lourdes, microrregião do Guamá no Nordeste Paraense**. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental Programa de Pós-Graduação Em Agriculturas Amazônicas, Pará, Belém, p.25. 2011.

AQUINO J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 56, n. 1, p. 123-142, 2018.

BITTENCOURT, D. **Estratégias para a Agricultura Familiar Visão de futuro rumo à inovação**. Editora Técnica: Embrapa, Brasília. 2020.

BITTENCOURT, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Embrapa, Brasília, 2018.

BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: Alta Mira Press, 2005.

BRUMER, A. *et al.* **A exploração familiar no Brasil**. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, p. 179-234. 1993.

BRUNO, R. **Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil**. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro - RJ, v. 24, n.1. p. 142-160, 2016.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Londres: Sege, 2014.

FLICK, U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre - RS: Penso, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUANZIROLI, C. *et al.* Family farming in Brazil: evolution between the 1996 and 2006 agricultural censuses. **The Journal of Peasant Studies**, London – UK, v. 40, n. 5, p. 817-843, 2013.

GUZMÁN, E. S. **Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América**. 2009.

HEREDIA, B. M. A. **A Morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – Sidra - **Censo 2006 e 2017**. Acesso em 2019.

KUNZLER, L.L.; BADALOTTI, R. M. Cooperação alternativa como estratégia de viabilização da agricultura familiar: o caso da Cooperativa Central Sabor Colonial. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí - RS, v. 15, n. 39, p. 320-352, 2017.

LAMARCHE, H. (coord). **A agricultura familiar: Comparação Internacional: do mito à realidade**/Tradução: Frédéric Bazin. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MOREIRA, E. C. P. *et al.*, (ORG). **A “nova” Lei n.º 13.123/2015 marco legal da biodiversidade: Entre Retrocessos e Violações de Direitos Socioambientais.** - São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R.; DELGROSSI, M. E. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília-DF**, v. 60, n. 13, p. 1-21, 2022.

NODA, H. *et al.* **Socioeconomia das unidades de agricultura familiar no Alto Solimões: formas de produção e governança ambiental.** *In*: NODA, H. *et al.* Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar na Amazônia. Manaus, AM: Weg, 2013.

PAES, R. S.; ZAPPES, C. A. Agricultura Familiar no Norte do Estado do Rio de Janeiro: Identificação de Manejo Tradicional. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia – MG, v. 28, n. 3, p. 385-395, 2016.

PAIVA, D. M.; ALVES, C. B.; GOMES, S. P., A Agricultura Familiar como Alternativa Sustentável: para um Aprimoramento Conceitual. **Revista Gestão em Foco**, Amparo – SP, v.11, p. 11 -24, 2019.

PELINSKI, A. *et al.* A diversificação no incremento da renda da propriedade familiar agroecológica. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 4. 2006. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Brasileira de Agroecologia/EMATER-MG, p.2. 2006.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a Arte da Agricultura: um manifesto Chayanoviano.** Tradução Claudia Freire. 1ª edição – Ed. Unesp/ UFRGS, São Paulo, 2016

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

SILVA, T.E.S. *et al.* Desenvolvimento de estratégias de comercialização na agricultura familiar agroecológica em Gravatá-PE na pandemia da Covid-19. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia - MG, v. 21, n. 1, p. 318-330, jan.-abr. 2022.

TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Universidade de Passo Fundo. Faculdade de Economia e Administração – Centro Regional de

Economia e Administração, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro - RJ, v. 21, p. 42-61, 2004.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora UNB, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura

Gabriela de Menezes Freitas¹
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante²
Flávia Cristina Sossae³
Alexandra Filipak⁴

Resumo: O artigo aborda a participação das mulheres em quintais produtivos de assentamentos na Região Central de São Paulo, ressaltando sua importância como áreas de resistência à monocultura. Esses quintais não apenas simbolizam liberdade, mas também contribuem para a segurança alimentar e a transição agroecológica. Utilizando metodologia de Bola de Neve e diário de campo, o estudo evidencia o impacto positivo dos quintais no convívio familiar e na qualidade de vida dos assentados, com ênfase no trabalho das mulheres. Revela-se que os quintais oferecem variedade de alimentos, promovendo práticas locais e culturais. As mulheres também têm papel crucial na comercialização dos produtos do quintal, contribuindo para a renda familiar e a soberania alimentar. Além disso, a preferência por remédios naturais cultivados nos quintais fortalece os laços comunitários e melhora a qualidade de vida. Em suma, os quintais são espaços de empoderamento feminino, valorização de práticas tradicionais e fortalecimento da identidade rural. Esses espaços são essenciais para uma vida saudável e equilibrada, tanto para as famílias quanto para o meio ambiente.

Palavras-chave: Assentamento rural; Quintais Produtivos; Mulheres; Agroecologia.

Productive backyards: expressions of resistance of women settled in monoculture territories

Abstract: The article addresses women's participation in productive backyards in settlements in the Central Region of São Paulo, highlighting their importance as areas of resistance to monoculture. These backyards not only symbolize freedom, but also reduced to food security and agroecological transition. Using Snowball methodology and field diary, the study highlights the positive effects of backyards on family life and the quality of life of the settlers, with an emphasis on women's work. It turns out that backyards offer a variety of foods, promoting local and cultural practices. Women also play a crucial role in selling backyard products, contributing to family income and food sovereignty. Furthermore, the preference for natural medicines grown on farms strengthens community ties and improves quality of life. In short, backyards are spaces for female empowerment, appreciation of traditional practices and strengthening of rural areas. These spaces are essential for a healthy and balanced life, both for families and the environment.

Keywords: Rural settlement; Productive Backyards; Women; Agroecology.

¹ Bióloga, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA. E-mail: gdmfreitas@uniara.edu.br

² Coordenadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA.

³ Docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado Stricto Sensu) em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara – UNIARA.

⁴ Docente e Pesquisadora do Instituto Federal de São Paulo -IFSP.

Introdução

Os quintais produtivos estão presentes quando trata-se dos estudos envolvendo mulheres assentadas, mas são relatados nos trabalhos acadêmicos de forma acessória à temática envolvendo questões de gênero. Por este motivo, buscou-se olhar para o ambiente dos quintais, na perspectiva de contribuir com as análises sobre gênero e a comunidade rural por meio de estudos complementares e aprofundados, que demonstram a importância da manutenção e dos benefícios dos quintais produtivos em uma ampla dimensão que envolve os efeitos do empoderamento da mulher e de seu pertencimento.

Esses quintais apresentam uma estreita relação com o processo de transição agroecológica por se tratarem de locais de manutenção dos saberes tradicionais e de resistências à crescente prática da monocultura nos assentamentos rurais. Exibem ainda, uma considerável diversidade de espécies vegetais os quais expressam a liberdade pela opção de escolha sobre o cultivo do alimento de acordo com a preferência de consumo da família, contrapondo-se aos princípios da produção de monoculturas. Por meio dessa diversidade de espécies vegetais e animais de pequeno porte, muitas vezes presentes nesses espaços, é possível contribuir para a segurança alimentar com produtos nutritivos e, em grande parte, cultivados sem agrotóxicos.

A importância do quintal se alia ao protagonismo da mulher expressado nestes dois assentamentos estudados, pois são elas as responsáveis pela manutenção e cuidados, fato observado na trajetória de pesquisa das autoras.

Além da produção de alimentos que são destinados ao consumo próprio da família, também está presente a prática diária de conhecimentos tradicionais, no cultivo de ervas medicinais muito utilizadas na cura e prevenção de doenças. Por meio da diversidade das espécies presentes nos quintais utilizadas com finalidade medicinal, chegam a ser reconhecidos em muitas literaturas como “farmácias vivas”. Também são encontradas variedades de plantas ornamentais que embelezam e ressignificam o ambiente, assim como plantas alimentícias não convencionais (PANCs), as quais vêm garantindo espaços inclusive na comercialização, podendo favorecer a geração de renda da família.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar e analisar, de forma qualitativa, os quintais produtivos de dois assentamentos da Região Central do Estado de São Paulo: Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro. Pretendeu-se observar e analisar o papel das mulheres na produção dos quintais, assim como caracterizar sua participação no trabalho das unidades produtivas, podendo identificar invisibilidades na divisão sexual do trabalho.

Saberes tradicionais, divisão sexual do trabalho e quintais produtivos

Os quintais produtivos se originam do trabalho advindo da unidade de produção familiar. A divisão sexual do trabalho refere-se às configurações

familiares envoltas em diferentes significações. O homem adquire uma posição de ser responsável por um trabalho “pesado”, cuidando da lavoura, criações e da produção que é destinada à comercialização. Paulilo (1987), menciona que a classificação feita entre o que é considerado um trabalho “leve” e “pesado” são categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. De fato, há a convicção de que o trabalho feminino é considerado leve e mais barato.

A divisão sexual do trabalho tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Ao passo em que a mulher se destina aos cuidados dos filhos e do lar, assim como ao quintal produtivo, torna esses locais, um ambiente de pertencimento e acolhimento, possibilitando emancipação e empoderamento dessas mulheres. Dessa forma, os quintais adquirem relevância no cotidiano dessas assentadas e, como consequência, da família. Mas é necessário entender que no princípio, os quintais que hoje adquirem essa importância, foram antes considerados pelas figuras patriarcais como a “sobra”, um local que não poderia agregar geração de renda, e, por esse motivo, permitiram que a mulher exercesse outras funções neles.

Para Filipak (2017, p. 21),

“Os quintais produtivos são experiências criadas socialmente pelas próprias mulheres do campo na busca por um espaço de trabalho produtivo que se mistura com os trabalhos de reprodução, doméstico e de cuidados que historicamente e socialmente são delegados a elas”.

Esses locais estão atrelados ao cotidiano das mulheres assentadas, neles, a prática dos conhecimentos tradicionais é exercida de forma involuntária, além de serem reconhecidos pelas mulheres como um espaço de pertencimento e liberdade.

Nos assentamentos rurais, os quintais produtivos também são ligados aos sentimentos afetivos e à prática de tradições e saberes tradicionais ancestrais, por estarem relacionados à sobrevivência por meio do alimento produzido e conseqüentemente às vivências, que são exercidas em cada atividade diária transmitidas às novas gerações. Esses locais são de convivência familiar, de realização de momentos de lazer e das brincadeiras das crianças, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e psíquico.

As mulheres assumem diversas funções diárias além de realizarem as atividades da agricultura familiar, recebem uma sobrecarga de trabalho, não

sendo reconhecidas perante as figuras patriarcais, as horas destinadas a esses cuidados, ainda vistos por um status de inferioridade, muitas vezes definido pela não remuneração.

Piscitelli (2009), afirma que essas desigualdades são naturalizadas devido às distribuições de poder entre homens e mulheres. Segundo a autora, as mulheres têm mais anos de estudos, em média, do que os homens, além de trabalharem mais horas do que eles e mesmo assim, ganham menos. Não há uma divisão equitativa do trabalho doméstico, e quando há, normalmente é compartilhada com outra mulher, sejam elas, mães ou filhas. Ainda a autora coloca que a perspectiva dos papéis sexuais permite contestar pressupostos biológicos sobre os comportamentos de homens e mulheres e isso contribui para situar as mulheres em posições inferiores. Dessa forma, “Alterando-se as maneiras como as mulheres são percebidas, seria possível mudar o espaço social por elas ocupados” (PISCITELLI, p. 9, 2009).

Paulilo (1987, p. 2) constatou o mesmo fato sobre a desvalorização do trabalho feminino: “Apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos.” Para ela, o descaso com a realidade vivenciada por essas mulheres, principalmente tratando-se do meio rural, é justamente devido à carência de estudos sobre a mulher no campo.

Segundo Siliprandi (2015, p. 103), “[...] para reverter a situação de invisibilidade e enfrentar a questão do poder, seria necessário, entre outras questões, oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que as mulheres tivessem acesso a recursos produtivos, para que pudessem desenvolver suas capacidades”. A autora também constata que no campo agroecológico persiste uma invisibilidade sobre as questões das mulheres, tal como ocorre na agricultura familiar em geral, em que a participação da mulher não é valorizada, e as suas reivindicações específicas acabam ocupando um espaço marginal, ou mesmo não sendo contempladas nas pautas políticas dessas organizações.

Na perspectiva dessas invisibilidades, há uma importante frente que tem recebido grandes considerações e é pautada pelo feminismo. Uma das formas de enfrentamento à invisibilidade do trabalho da mulher rural, trazida pela perspectiva feminista, perpassa a introdução de uma produção de base agroecológica que implica na transição da retirada de veneno, optando por uma produção consciente e responsável por meio de um planejamento e de alternativas mais sustentáveis. Essa mudança é observada como iniciativa da mulher, principalmente através do seu papel de cuidados com o alimento disponível para a família, despertando, assim, uma consciência e necessidade de consumir produtos nutritivos e livres de agrotóxicos. Por meio dessa iniciativa, observa-se que a mulher garante uma nova perspectiva, onde transmite seus conhecimentos aos membros da família, diluindo a invisibilidade e promovendo menor desigualdade no campo, com relação ao gênero (LEAL *et al.*, 2020).

As mobilizações e os movimentos em torno da agroecologia e do feminismo, transformam significativamente as relações de gênero no campo. A Marcha Mundial das Mulheres, é exemplo de um dos mais influentes movimentos, onde há a construção de pautas e estratégias comuns entre mulheres com culturas e políticas diversas, de relações de respeito e ação conjunta entre mulheres trabalhadoras da cidade e do campo (MARQUES *et al.*, 2018).

Esses movimentos propõem mudanças na sociedade, principalmente no meio rural, onde as mulheres que sempre foram subordinadas com desvalorização monetária, mostram que para existir mais igualdade de gênero, é preciso considerar aspectos que vão desde a classe social até a raça e orientações sexuais (MOREIRA; TELLES, 2020).

A articulação entre o feminismo e a agroecologia fortalece a luta pela autonomia das mulheres e com o passar dos anos mesmo que lentamente, podem mudar-se as perspectivas ultrapassadas.

Quintais no contraste da produção de monocultura

Com relação às formas de cultivo, é notável a diversificação entre as práticas e os manejos. Por um lado, tem-se o uso de agrotóxicos sendo incentivados e facilitados no governo anterior, com mais de 13.300 registros de agrotóxicos em 2019, que são ofertados em forma de pacotes atrativos para os produtores utilizarem nos ciclos das plantações (MORAES, 2019). Por outro, vê-se a crescente conscientização, principalmente por parte da agricultura familiar com relação à saúde dos sistemas naturais, tanto dos solos como das águas, e também da saúde do alimento que é cultivado em específico nos ambientes destinados ao consumo da família.

Nas atuais circunstâncias em que vivemos, mais do que nunca se faz necessário a busca por alternativas de enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas globais, sendo evidente a necessidade de potencializar as experiências orgânicas e agroecológicas, de gestão das diferentes fontes de água existentes, além de incentivar novas iniciativas. A Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) define agroecologia como uma forma de agricultura sustentável que retoma as concepções agrônomicas anteriores à chamada Revolução Verde. São chamadas de agroecologia as práticas de agricultura que incorporam as questões sociais, políticas, culturais, energéticas, ambientais e éticas, incluindo a agricultura familiar, ou seja, pode ser considerada uma ciência, uma prática e um movimento (ANA, 2006).

A agroecologia se faz presente nos quintais produtivos, pois tratam-se de ambientes ricos em experiências, dinâmicos e resistentes, que ampliam e fortalecem a agricultura familiar, seja na forma orgânica de cultivo, na obtenção dos meios necessários para a sobrevivência e nas práticas dos saberes tradicionais, como também na percepção ambiental, a qual permite consciência e planejamento quanto ao cultivo, respeitando a sazonalidade dos alimentos

e exaltando a biodiversidade. A Agroecologia não é um sistema de produção, mas um enfoque teórico- metodológico, uma ciência de síntese entre várias outras ciências, não apenas entre agronomia e ecologia como a palavra sugere (GLIESSMAN, 2000; GUZMÁN, 2002).

Desta forma, o enfoque agroecológico traz consigo ferramentas teóricas e metodológicas que auxiliam se considerar, de forma holística e sistêmica, as seis dimensões da sustentabilidade, ou seja: Ecológica, Econômica, Social, Cultural, Política e Ética (CAPORAL; COSTABEBER, 2009). O conceito é amplo, pois pretende compreender toda a complexidade de processos biológicos e tecnológicos, socioeconômicos e políticos, abrangendo a produção e a circulação dos bens produzidos, até sua chegada aos consumidores (GUZMÁN, 2002).

A extensão do cultivo de monocultura nos assentamentos rurais se ampliou ao longo dos anos, principalmente na região estudada, sendo ainda mais evidente o contraste do quintal produtivo, que engloba árvores nativas, frutíferas, hortas, plantas medicinais, ornamentais, PANCs, animais de pequeno e médio porte, que contribuem para a segurança alimentar, através da disponibilidade da proteína animal e dos seus derivados, como o leite e ovos.

Logo, considera-se o quintal produtivo um local de resistência aos modos de produção da agroindústria canavieira e de outras monoculturas também presentes, como soja e sorgo. O quintal apresenta uma alta diversidade de espécies em um pequeno espaço de terra, permitindo contemplar em sua paisagem as estratificações das árvores e comparar com as estruturas pariformes da monocultura. Um fato relatado nos assentamentos é o aumento da presença de pássaros e outros seres vivos que buscam alimentos também nesses locais, devido ao desmatamento ocasionado pela monocultura, enfatizando os mais diversos problemas ambientais.

É possível verificar alternativas mais sustentáveis e conscientes, muitas vezes sinais de uma diferenciação no manejo do solo, outras são expressões evidentes de que as práticas convencionais não são as únicas existentes nos assentamentos. Nestes sinais e nestas expressões, contam os conhecimentos tradicionais, a troca de experiências entre os próprios assentados e o acúmulo de toda uma existência enquanto grupo familiar rural (LOPES, 2014).

Seguindo essa linha, Ferrante *et al.* (2018) constatou a seguinte questão:

A agricultura familiar encontra-se em uma situação deveras preocupante, face ao padrão tecnológico da agroquímica e ao teor das políticas agrícolas vigentes. A excessiva especialização dos sistemas produtivos e as monoculturas, em uma realidade ecológica caracterizada como de elevada biodiversidade, os leva a uma dependência crescente de agroquímicos, pesticidas e fertilizantes sintéticos, que causam impacto negativo sobre o ambiente, os trabalhadores rurais e os alimentos assim produzidos. (FERRANTE *et al.*, 2018, p. 6).

A agrobiodiversidade presente no quintal produtivo torna-se uma estratégia de preservação de espécies, contribuindo para a sociobiodiversidade e também na segurança alimentar gerada para a família. O quintal traz em sua trajetória forma mais primitiva de produção e manejo da terra, demonstrando seu bom uso na sustentabilidade alimentar (AMARAL; NETO GUARIM, 2008). Pode ser considerado, ainda, um embrião da agroecologia pelo fato da priorização de um cultivo livre de agrotóxicos, o que proporciona uma maior qualidade dos alimentos produzidos.

Wanderley (2003), traz uma importante discussão com relação à modernização da agricultura e as problemáticas que são decorrentes deste fato:

O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica.(WANDERLEY, 2003, p. 46).

Essa modernização implica na diluição da cultura popular, impondo outros recursos como princípios básicos e necessários, tornando o conhecimento adquirido e até então suficientes para a produção, desvalorizado. Assumindo a posição de “ultrapassados”, os quintais produtivos são locais que tornam-se refúgio para essa realidade, onde neles, bastam os saberes tradicionais para funcionar e fluir, de forma leve.

Metodologia

A metodologia utilizada foi a “Bola de Neve”, a qual implica em uma seleção de populações iniciais para o estudo, estas, no caso, sendo as famílias assentadas conhecidas através de outros projetos em parceria com o NUPEDOR⁵. Além disso, “O método de amostragem em bola de neve permite ao pesquisador encontrar populações que ele não conseguiria através de outros métodos” (DEWES, 2019, p.12).

A população inicial é composta por indivíduos que normalmente se tem algum primeiro contato ou uma relação de proximidade. No caso do estudo, foram duas mulheres que já participaram de outros projetos junto ao NUPEDOR

⁵ Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural que há mais de 30 anos estuda a problemática da agricultura familiar e de assentamentos rurais, questões de reforma agrária, políticas públicas voltadas a essa temática e às diferenciadas e integradas pesquisas realizadas na região.

e aceitaram participar do presente trabalho. Com isso, essas mulheres acabaram indicando outras, e essas outras, também fizeram novas indicações, criando um circuito de mulheres que apresentassem um perfil coerente com a pesquisa. Esta metodologia é portanto, baseada nas indicações de cada pessoa e conforme são aceitos os convites para participar, se consolida a amostra.

A pesquisa contou também com a observação direta, técnica derivada da Antropologia, bem como a montagem de diários de campo, o que permite ao pesquisador a liberdade de captar essências, pelo fato de evitar os constrangimentos que um gravador possa causar ao entrevistado (WHITAKER, 2002).

Esse registro deve ser preciso, demandando atenção e respeito quanto às falas da pessoa entrevistada, evitando-se interrupções mesmo quando as conversas se distanciam do proposto. Dessa forma, garante-se conforto e segurança, permitindo relações confiáveis com diálogos verdadeiros e completos, onde observa-se, inclusive, pequenos gestos e impressões que ganham significados importantes para os diários. Essa forma de registro possibilita um material empírico, ao captar histórias de vida, o dia a dia das famílias assentadas e os contextos vivenciados por elas, principalmente quanto à questão de gênero, além de uma descrição do ambiente dos quintais, permitindo uma análise de todos os processos priorizados nesse trabalho.

Os dados qualitativos foram obtidos com a utilização de um roteiro de perguntas semiestruturadas para os atores envolvidos com a utilização de questões abertas e fechadas. O intuito das entrevistas foi a busca de dados individuais e coletivos, inclusive levando em consideração os princípios da etnobotânica, a qual permite um estudo detalhado sobre a relação do indivíduo com a planta e o modo como são utilizadas, possibilitando adicionar novas questões e soluções no decorrer da pesquisa. Progressivamente destaca-se o protagonismo e as invisibilidades das mulheres, as práticas agroecológicas e a importância da manutenção dos conhecimentos tradicionais exercidos nesses ambientes.

Igualmente reuniões foram realizadas após o início da rede Ramas Girassóis, constituída por mulheres assentadas do Monte Alegre que há dois anos se uniram para se apoiar e organizar no processo de produção e renda, comercialização e agroecologia, o que foi fundamental para estreitar laços e inserir duas mulheres na construção metodológica da discussão de quintais produtivos.

Membros da referida rede indicaram outras duas mulheres do assentamento Monte Alegre. Já no assentamento Bela Vista do Chibarro, o primeiro contato foi estabelecido por meio de indicação de uma pesquisadora do NUPEDOR, e outras duas assentadas foram nomeadas em sequência. Dessa forma, se constituiu o grupo de 7 mulheres assentadas, protagonistas de suas histórias e da relação privilegiadas neste artigo com os quintais produtivos.

Assentamentos rurais: caracterização da região a ser estudada

A Região Administrativa Central de São Paulo (RAC) é composta por 26 municípios, e nesses, se concentram cerca de um milhão de habitantes. Os mais populosos sendo São Carlos, com 254.484, Araraquara com 238.339 habitantes, seguidos de Matão, com 83.170 habitantes, sendo os dois primeiros considerados sedes da região. O município que apresenta a maior área é São Carlos, abrangendo mais de 1.130 km² e, em seguida, Araraquara, totalizando uma área de 1.004 km². Porém, muitos trabalhadores rurais vivem no perímetro urbano, bem como os trabalhadores rurais temporários de origem externa aos municípios, que são considerados como população urbana, o que leva a uma subestimação da população rural de tais municípios (SEADE, 2020).

A região também possui uma série de assentamentos rurais. Em Araraquara, há três assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) (vários núcleos), e um do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Bela Vista do Chibarro), sendo advindos de diferentes políticas públicas implementadas ao longo dos últimos 30 anos. A partir da década de 2000 novos assentamentos surgiram, inclusive com outros modelos, como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), do Santa Helena e do 21 de dezembro, nos municípios de São Carlos e Descalvado, respectivamente (LOPES *et al.*, 2017).

É relevante destacar que a maior parte das áreas agricultáveis dessa região é ocupada por monoculturas, sendo notável uma paisagem tomada por grandes extensões de terra que são ocupadas pela cana-de-açúcar, laranja, café e eucalipto. A região de Araraquara caracteriza-se ainda pelo alto dinamismo do agronegócio, com empresas sucroalcooleiras e madeireiras cobrindo uma vasta extensão territorial. Evidenciando o contraste com estes tons de riqueza, a região apresenta um histórico de exploração e precarização dos trabalhadores e do uso da terra, com um tipo de agricultura convencional extremamente nociva em termos da utilização dos recursos naturais, voltada às *commodities* e à agroexportação (FERRANTE *et al.*, 2012).

Conforme a Tabela 1, atualmente, os assentamentos da região de Araraquara abrangem um universo de 612 famílias assentadas. A pesquisa foi realizada empiricamente neste universo, que contempla diferenciações entre assentamentos de gestão federal e estadual e foram criados em diferentes conjunturas.

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias – um retrato das contradições dessa modernização agrícola – ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária. Inegavelmente, a expansão da cana põe em

questão a gestão do trabalho no interior dos assentamentos. Entretanto, a produção para o autoconsumo e a recuperação de um possível *ethos* camponês continuam tendo peso significativo no viver dos assentados, assim como as perspectivas de diversificação e os papéis das mulheres que em nenhum momento foram dissolvidos com a integração nas parcerias (FERRANTE, 2021).

As famílias assentadas encontram durante todo o período de vida nos assentamentos um forte assédio para que se tornem fornecedores de matéria prima para usinas da região. Esta condição estruturante do modo de vida das famílias coloca em perspectiva sua análise enquanto sistema produtivo hegemônico – a integração agroindustrial – e suas consequências econômicas, sociais e ambientais. No presente, novas formas contratuais vêm sendo impostas na relação entre assentamentos e agroindústrias do setor sucroalcooleiro.

Tabela 1 – Projetos de assentamentos rurais da microrregião de Araraquara-SP.

Nome do Projeto	Município Sede	Área (ha)	Nº de famílias (capacidade)	Famílias Assentadas	Ano de criação
PA Bela Vista do Chibarro	Araraquara	3.842,3219	210	201	1990
PE Horto Sylvania	Matão	405,4000	19	19	2000
PE Monte Alegre I	Motuca	726,0000	49	48	1985
PE Monte Alegre II	Motuca	857,7000	62	62	1985
PE Monte Alegre III	Araraquara	1.099,5600	81	78	1986
PE Monte Alegre IV	Motuca	679,3500	49	48	1986
PE Monte Alegre V	Motuca	483,7600	34	34	1991/1992
PE Monte Alegre VI	Araraquara	1.253,9400	96	92	1996
PE Bueno de Andrade	Araraquara	472,4100	31	30	1998
Total		9.820,44	631	612	

Fonte: NUPEDOR, 2018.

Porém, em contrapartida, há vários outros aspectos a serem analisados neste universo empírico que envolve o campo social dos assentamentos e seus modos de vida. Em meio ao mar de monocultura de cana, emergem situações como práticas e organizações agroecológicas, potenciais diferenciados dos assentamentos no abastecimento urbano e o reconhecimento dos protagonismos

femininos. Novas organizações focadas na transição agroecológica surgiram nos últimos cinco anos e vêm desafiando as estruturas produtivas hegemônicas da região com uma produção diversificada, comercializada em cadeias curtas de comercialização como as feiras municipais.

Resultados e discussões

A história de protagonismo das mulheres assentadas

Dentro do assentamento pode se tornar um desafio encontrar um determinado lote, pois o cenário é de muitas estradas de terra, rodeadas pela cana e que não possuem placas de identificação. Nessa busca, é possível vivenciar o contraste dos quintais que são os pequenos pontos de diversidade em meio à monocultura que contorna os lotes. No Assentamento Monte Alegre, foram entrevistadas quatro mulheres que apresentam em suas histórias, o quintal produtivo, como um local de pertencimento.

Elza, 55 anos, casada e sem filhos, vive no assentamento há 7 anos, nesse tempo procurou fazer melhorias no local através de um planejamento para tornar o seu lote um ponto de turismo rural. A idéia surgiu devido a sua criatividade e dedicação diária no quintal, fazendo diversos espaços paisagísticos, que englobam árvores nativas, frutíferas, hortaliças, Plantas Alimentícias Não-convencionais e muitas ervas medicinais. O uso das ervas medicinais é parte do seu cotidiano, sendo compartilhado com vizinhos e parentes a sua experiência:

Faço muito uso principalmente da Erva Cidreira e do Capim Santo. Faço chás que ajudam muito com a ansiedade e para a digestão. A Cidreira de folha, eu uso muito ela para o intestino, é ótima para infecção intestinal e serve para a pressão alta também. E resolve viu? Me ajudam bastante! Vivo preparando esse chá (Elza, 2021).

Uma das plantas medicinais encontradas em seu lote foi a Colonia, a qual é conhecida na Bahia e pela Elza como Levante, disse ter descoberto recentemente através de sua própria vivência e necessidade, ser uma espécie anti-inflamatória: *“Ela é muito boa viu, eu estava com o dente meio dolorido na gengiva, ai tomei um chá dela e não é que eu fiquei boa do dente? Daí eu falei: Ah, ela é anti-inflamatória também. E eu amo o chá, daí que eu abuso!”*, demonstrando toda a sua empolgação em fala por ter encontrado uma nova propriedade medicinal da planta já existente em seu quintal.

As “farmácias vivas” estão presentes na maioria dos quintais produtivos e cumprem importantes funções na saúde dos indivíduos como também na experiência de vida, no conhecimento adquirido no cotidiano e nas relações com o meio ambiente.

Enquanto o marido trabalha fora do lote, colhendo laranjas para a Empresa Cutrale, Elza garante a manutenção do quintal e da casa sozinha, diariamente.

Realiza uma jornada com cerca de 20 horas de atividades que vão desde o preparo dos alimentos, garantindo as refeições dela e do marido, os afazeres da casa, a manutenção do lote que possui uma pequena horta, e os manejos necessários como podas, plantio de mudas e colheitas.

Jusefa, 72 anos, aposentada, viúva e mãe de um filho, vive no assentamento há 20 anos, sozinha durante os dias de semana, mantém o quintal e sua casa. O grande amor é pelas ornamentais, mais especificamente por Rosas-do-deserto e Orquídeas. Apesar da idade, a assentada faz questão de exercer diversas atividades necessárias para a manutenção do local, enfrentando as dificuldades que lhe são exigidas. O cultivo de hortaliças é realizado por meio de um sistema de hidroponia, destinado principalmente ao autoconsumo, ainda que existam desperdícios pela incapacidade de comercialização do excedente, já que recebe apenas ajudas esporádicas dos vizinhos para comercializar alguns produtos, ainda assim, agregando com a renda.

Recentemente, realizou um sonho antigo de conseguir a habilitação de trânsito, aos 70 anos, e provou que sempre há tempo, coragem e persistência diante das necessidades aumentadas com a idade, trazendo mais autonomia e segurança para alguém que vive sozinha no assentamento.

Jiseli, tem 58 anos, é casada e mãe de três filhos, reside no assentamento há 17 anos. Em seu lote, abriu uma padaria que faz parte da Rota dos Ciclistas – um movimento popular, impulsionado durante a pandemia do COVID-19, que contempla diversos ciclistas da região de Araraquara-SP e tem como destino o Assentamento Monte Alegre e alguns pontos específicos, como o lote da Jiseli, incentivando o turismo rural – onde produz e comercializa produtos artesanais utilizando a maior parte da matéria-prima existente em seu lote, além disso, participa de feiras semanais e eventos científicos, oferecendo um serviço de “coffee break”.

Ela é quem realiza sozinha toda a confecção dos produtos, mas recebe apoio do marido que à acompanha na comercialização. Hoje, o sustento da Jiseli é totalmente advindo do seu trabalho. A definição de plantio de algumas áreas é realizado conforme a necessidade da matéria-prima das receitas e do respeito com a sazonalidade das espécies.

A sua receita mais famosa e muito apreciada pelos vegetarianos, é o pão de Ora-Pro-Nóbis, uma criação original e que atrai uma clientela fiel todas as semanas. Esse pão, além de saboroso e diferente, é feito com produtos naturais, orgânicos garantindo uma receita com maior percentual proteico, característica específica da planta. A idéia surgiu através do seu cotidiano, após ter lido em uma matéria sobre os nutrientes e benefícios presentes na planta, começou a cultivar uma muda que se desenvolveu muito bem no local e com isso, realizou diversos testes até chegar nessa receita especial, que faz o seu sucesso.

Léa, 39 anos, casada e mãe de dois filhos com 5 e 7 anos, mora no assentamento há 12 anos. Léa contou sobre uma forte vontade em transformar

sua casa numa espécie de hospedaria, de forma que pudesse oferecer almoço e refeições. Para isso, é necessário algumas modificações e reformas, que estão no planejamento, num “caderninho dos sonhos”, como disse. De fato, em poucas palavras de uma conversa, é possível notar o empreendedorismo e a iniciativa por parte dela. Conforme seus gostos, “de tudo um pouco”, ela realiza diversos cursos, acreditando que todos agregam e podem contribuir em algum momento. Fez cursos de artesanato, apicultura, paisagismo, produção de tomates, empreendedorismo, e até de hidroponia.

Léa passa boas horas do dia cuidando do seu quintal. Depois de um certo tempo e algumas tentativas mal sucedidas, hoje, aprendeu a cuidar de todos os tipos de plantas. O amor por paisagismo começou logo no início em que se mudaram para o lote, após ganhar as primeiras mudas de seus vizinhos. Vendo a diferença que essas plantas poderiam fazer, permitindo ótimas sombras e ainda embelezando a sua casa, o interesse aumentou. Além disso, comentou sobre fazer muito uso das ervas medicinais, onde muitas mudas são advindas também de doações. Ela visa as necessidades dos filhos preparando chás alternados com essas ervas diariamente: *“Prefiro já prevenir os problemas com esses chás, do que ter de dar remédio. Graças a Deus eles quase nunca ficam doentes!”*. (Léa, 2021).

A assentada demonstra-se interessada na produção de base agroecológica e já aderiu ao hábito de composteiras e adubos orgânicos na área de cosumo da família e no jardim. Mas, diante desses problemas que enfrentam devido à monocultura – inclusive bem próxima da residência – e ciente do veneno que invade até mesmo o lençol freático, ela disse que acaba sendo uma ilusão acreditar que consome um alimento orgânico diante dessas circunstâncias.

As três mulheres entrevistadas que residem no Assentamento Bela Vista do Chibarro, são pioneiras e também possuem histórias de protagonismo com relação ao cultivo do quintal produtivo e do lote como um todo.

Maria Rezadeira, como é popularmente conhecida, tem 78 anos, viúva, é agricultora e residente no assentamento há mais de 30 anos. É mãe de nove filhos, mas apenas três residem no assentamento. Explicou que sendo hoje viúva, ainda pode ser difícil a vida de agricultora, mas que naquela época, com um marido trinta anos mais velho, era pior, já que o mesmo oprimia a sua opinião e a participação nas decisões do lote. Um dos filhos, é o atual responsável pelas negociações da produção familiar, mas tudo recebe a supervisão e aval da Dona Maria, garantindo atualmente a sua autonomia e liberdade.

D. Maria Rezadeira diversificou a produção, incluindo diversas espécies frutíferas, uma pequena horta, eucalipto e a cana de açúcar, destinada ao trato da criação de gado, galinhas caipiras e suínos. Em sua fala há uma notável relação de gratidão com a terra e por permitir o cultivo, a obtenção de temperos e ervas medicinais, as quais, são diariamente utilizadas por ela. Ainda enfatiza

a importância do cultivo sem veneno, mesmo que nunca tenha realizado um curso sobre agroecologia, demonstra um bom conhecimento adquirido por suas próprias vivências, explicou que o uso de herbicidas na lavoura acarretou sérios problemas na produção do feijão. Hoje, aproveita os recursos do próprio lote para combater pragas e doenças, evitando assim o uso de agrotóxicos e insumos externos.

Atualmente a sua principal fonte de renda é a aposentadoria, sendo a produção do lote um complemento e, principalmente, contribuindo para o autoconsumo. Os produtos também acabam sendo comercializados no lote, pois segundo ela, existe bastante procura pelas frutas, e, de modo geral, o valor oferecido pelas caixas é muito inferior ao preço encontrado no mercado.

O que também impressiona em sua história, é a idade avançada e o esforço que muito lhe exigem para a manutenção da produção do lote, mesmo que receba a participação e ajuda dos filhos; diversas de suas falas demonstram que aos 78 anos, D. Maria Rezadeira cozinha, limpa a casa, retira as folhas do quintal, cuida do galinheiro e das frutíferas próximas à residência.

Com sua história de vida, é possível verificar pontos importantes como a valorização do trabalho da mulher agricultora a partir do orgulho que ela apresenta de sua profissão e de sua trajetória no meio rural, como também a produção de quintal e os conhecimentos tradicionais relacionados aos sistemas agroecológicos, considerando todas as práticas realizadas por ela nos seus espaços produtivos.

Zulmira, 61 anos, é casada e mãe de quatro filhos, vive no assentamento há 32 anos. Foi em 2011 que construíram a casa que hoje residem, fizeram antes, três barracos, e a água, vinda de uma represa ao fundo do lote, era o que possibilitava a construção para a moradia. Tempos depois, construíram um poço cacimba, permitindo que ficassem mais perto da estrada. Em tom de empolgação, Zulmira desabafou: *“Porque meu sonho era ter poço artesiano, ver tudo eletrificado, escola, então cheguei sonhando mesmo. A terra boa a gente já tinha, então ficamos.”* (Zulmira, 2021).

Ela relatou sobre como é ser mulher agricultora, ter perfil de liderança e a visão dos homens, principalmente de alguns anos atrás e que até hoje permanece. Além de seus sonhos para o futuro do assentamento:

Chegou o pessoal da Comissão Pastoral da Terra (CPT) pra me procurar. E eu comecei meu trabalho aí. Fui indo e comecei a sonhar com 29 mulheres. Os maridos “machões” não deixavam, né? O meu falava: reunião pra quê? Aí elas foram saindo e eu fui ficando sozinha porque nenhum marido queria e elas não resistiram. Eu bati e pé e permaneci porque eu não estava buscando só pra mim, era para todos. Porque aqui é o paraíso, e cada benfeitoria que pudesse trazer pra cá era um ganho a mais. A grande preocupação minha sempre foi segurar os jovens na terra. Não adianta só

eu sonhar, hoje eu estou com 67 anos, e os jovens, como ficam? Tem que fazer alguma coisa de lazer, produção voltada para eles. Mesmo que eles vão estudar lá fora, mas que busquem conhecimento para voltar para a terra. Porque é uma herança que a gente vai deixar pra eles. Eu não podia para ali. Eu já sabia o suficiente para eu produzir, mas os meus filhos não sabem e precisam aprender. Eles precisam valorizar o lugar onde eles estão morando e a riqueza que isso aqui tem, da terra, da localização, das benfeitorias que isso aqui tem. Eu sempre falei para meus filhos que vou deixar um legado que nenhum ladrão vai tirar, são os maiores projetos que vão beneficiar várias gerações que é a eletrificação, os poços artesianos, o posto de saúde, a escola, estruturada (Zulmira, 2021).

Ainda com relação à questão de gênero no assentamento, Zulmira contou já ter sofrido muito preconceito por ser mulher e principalmente por assumir um lugar de luta pelos direitos da mulher e da comunidade. Concluiu com uma fala expressiva: “Pra eles lugar de mulher é em casa, mulher não tem que ficar enfiando a cara onde não é para mulher. Não tive dificuldade para me comunicar com a comunidade e nem com o poder público. Não digo a agressão física, mas a verbal sim. Sempre teve muita violência”. (Zulmira, 2021).

Disse sobre nunca ter deixado de produzir no lote e por este motivo, não era possível ser somente dona de casa, com isso, nem sempre esteve em dia com relação à organização do lar, mas de certa forma, não deixou de fazer o necessário. Inclusive, a manutenção do quintal é ela quem faz. Recebe ajuda dos meninos vez ou outra, mas na maior parte, diz resolver sozinha e até mais rápido. A criação de galinhas também está crescendo e ela pretende construir um galinheiro. Zulmira, enfatizou: “Nunca teve divisão das tarefas domésticas. As minhas crianças desde pequenas sempre me ajudaram, mas o marido nunca participou. Minhas meninas desde muito cedo empre ensinei a fazer as coisas da casa, mas nunca tive ajuda da parte dele.”(Zulmira, 2021).

Ainda sobre o quintal, disse possuir o necessário para o consumo da família, mas que almeja melhorar com uma área de horta:

Meu filho cortou o pé de jaca pra gente fazer a horta. Quero um canteiro de cebola, temperos. Eu tinha uma horta pequena, mas a gente foi plantando os pés de banana, de manga, e foi tomando conta do espaço da horta. A gente usa bastante as ervas e os chás. Mas eu quero reorganizar esse espaço, pelo menos pra consumo. A mandioca a gente sempre tem. O consumo aqui em casa é grande. Café até pouco tempo era só o produzido aqui. Frango a gente sempre tem também, não tem gasto com essas coisas. Quando a gente chegou aqui não tinha nada de árvores, era só capim colômbio.(Zulmira, 2021)

O lote possui algumas espécies nativas e frutíferas principalmente ao redor da casa, proporcionando sombra. O restante é todo preenchido pelo sorgo, uma

quantidade que chega a parecer um mar, daqueles horizontes que até aonde os olhos enchem, só veem a mesma coisa.

Maria, 66 anos, viúva, mãe de três filhos, mora há mais de 20 anos no assentamento, hoje, sozinha em seu lote, é conhecida como a “dona das pimentas”, devido ao cultivo de pimentas dedo-de-moça, onde a sua produção é inteiramente destinada para um frigorífico que a utiliza em uma receita de linguixas, garante uma renda extra para a assentada.

A sua história de vida passa por períodos de muito sofrimento com o ex-marido, que a agredia fisicamente, verbalmente, ocasionando dois abortos por espancamento. Quando decidiu fugir deste relacionamento, enfrentou mais dificuldades, com três filhos e sozinha, chegou a passar fome. Ela contou que diante de tantos traumas, nunca mais quis saber de conhecer outra pessoa e casar novamente.

Conquistou o lote através de seu pai, que começou a produzir sozinho e quando adoeceu, ela foi prestar ajuda e cuidados, fazendo com o pai passasse o lote para ela quando se foi. Entendeu como uma oportunidade para fazer o melhor possível daquele local: “Na agroflorestas eu quero plantar frutas, agora que tenho aposentaria, consigo ajuda de tratonista, ai tenho ajuda do meu sobrinho e do meu filho nesses dois hauqueres, e no restante eu trabalho sozinha”. (Dona Maria, 2021). Desde então, ela contou nunca mais ter passado fome na vida, através de seu quintal produtivo.

Diante de todas essas histórias de protagonismos e de resistência dos quintais produtivos, é importante ressaltar que em todos os sete casos estudados, o lote era cercado por monoculturas de cana-de-açúcar, soja ou sorgo. Portanto, os pontos de biodiversidade e agroecologia são advindos dos quintais produtivos, que contornam as casas dos lotes e permitem contribuir com a Segurança Alimentar dessas famílias.

Levantamento Etnobotânico: expressão da diversidade dos quintais produtivos

Foram levantadas um total de 92 espécies vegetais, sendo 18 espécies de ervas aromáticas, dentre elas, 14 podem ser classificadas também como medicinais através de seus usos relatados nas entrevistas. Totalizando 29 espécies medicinais presentes em apenas 7 lotes analisados. Quanto às frutíferas, contabilizou-se 25 diferentes espécies, dentre elas, ainda há variedades não contabilizadas que foram “generalizadas” na tabela, como as espécies de limão, laranjas, mangas, entre outras. Com relação às plantas ornamentais, também apresentam características distintas que englobam paisagismo e podem ainda ser comestíveis, foram levantadas 30 espécies. Muitas espécies aparecem de forma significativa em todos os quintais produtivos, como por exemplo, o boldo, hortelã e alecrim.

Com relação às Ornamentais, as variedades de rosas foram encontradas nos sete quintais, apresentando diferentes significados entre as mulheres. Algumas

utilizam as flores em banhos, outras relacionam com memórias afetivas, sobre as mães, avós e parentes que cultivavam a espécie, e ainda, por questões de gosto, explorando o paisagismo com as flores coloridas. E as frutíferas, muitas espécies também estão presentes em unanimidade nos quintais analisados, sendo elas: banana, mamão, goiaba, laranja, limão, amora e jaboticaba.

Foram relatados através dos diários de campo que a maior parte dessas espécies encontradas nos quintais, foram presentes de vizinhos, amigos e familiares. Algumas também apresentam características de serem espontâneas, como é o caso das PANC's.

Considerações finais

Os quintais produtivos são dinâmicos, contribuindo para a qualidade de vida das pessoas que os cultivam. No presente trabalho, quintais foram analisados e constatou-se que em todos é realizado o plantio de hortas destinadas ao autoconsumo. Em todos os lotes há criação de galinhas e em metade deles há a presença de suínos, bovinos e um caso de apicultura. Portanto, constata-se que, em todos os casos, os quintais produtivos podem contribuir para a Segurança Alimentar dessas famílias, tendo em vista que os alimentos produzidos nesses ambientes são cultivados de forma orgânica, mantidos pela mão de obra familiar, o que estimula práticas e culturas locais, perpetuação dos conhecimentos tradicionais e uma grande variedade de alimentos. Considera-se ainda, o respeito com relação à sazonalidade das espécies, permitindo frutas e outros alimentos em todas as estações do ano.

É válido colocar que esses quintais contribuem com a Segurança Alimentar, na forma em que complementam a dieta alimentar das famílias, mas também, na maioria dos casos, há a necessidade de compra de mantimentos externos ao lote. Existem diversos enfrentamentos e dificuldades a ser considerados no modo de vida dos assentamentos. Tais fatores não anulam a importância do quintal produtivo, mesmo diante dos desafios e empecilhos da monocultura.

Além disso, notou-se que a presença da mulher nos quintais interfere na diversidade e qualidade desses locais. Mesmo que protagonistas, algumas mulheres têm menos tempo hábil para dedicar-se nos cuidados, por exercerem um trabalho ou outras atividades fora do lote, implicando em uma biodiversidade menor do que àqueles cultivados por assentadas que trabalham e dedicam-se de maneira intensa ao quintal produtivo. Um caso que expressa essa relação foi o da Zulmira, que há muitos anos trabalha no Posto de Saúde, fato que determinou uma menor diversidade de espécies em seu quintal. Há lotes em que a renda familiar é complementada com a aposentadoria. E em outros, o homem traz a principal fonte de renda através do trabalho externo.

A relação das mulheres participantes deste estudo com os seus quintais é diversa. Jiseli, utiliza produtos do quintal como matéria prima para os pães e

bolos que são destinados à comercialização e agregam na renda familiar. Léa, garante uma renda extra através da comercialização do mel, o qual possui um valor de mercado elevado. D. Maria e Maria Rezadeira cultivam o quintal para o autoconsumo, e comercializam o excedente quando há procura. Jusefa depende da ajuda de outras pessoas para comercializar a produção de horta, no momento tem sido destinado para o próprio consumo, ocasionando determinado prejuízo devido à perda do excedente. Elza e Zulmira, são mulheres que não dependem de uma renda advinda do lote, portanto, não comercializam os produtos dos quintais, mas estes garantem a soberania alimentar de suas famílias.

O levantamento de 29 espécies de ervas medicinais, constata uma relevância expressiva às preferências das mulheres do estudo em utilizar remédios caseiros e naturais do que os industrializados comercializados em farmácias. Essas ervas são compartilhadas entre os familiares e vizinhos, incentivando o conhecimentos empírico e adquirido pelas mulheres em prol da sociedade em que vivem. Quando há uma diversidade em ervas medicinais no lote, pode ser considerado que existe uma "farmácia viva" no local, pois a prevalência no uso de alternativas que são naturais e que auxiliam na luta e na prevenção de doenças, são comprovadas cientificamente e inclusive, adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo uma melhor qualidade de vida dessas pessoas.

Os quintais produtivos expressam resistência com relação às monoculturas, por serem extremamente ricos em diversidade, como pôde ser constatado através do levantamento de 92 espécies vegetais nos lotes analisados. Enquanto grande parte da área desses lotes, mais da metade ou até mesmo a totalidade, são arrendados ou destinados ao cultivo da cana ou soja, o quintal produtivo, que recebe apenas a área ao redor da casa, consegue apresentar uma enorme variedade de espécies vegetais e animais.

Deste modo, os quintais nos assentamentos rurais são pequenos e poucos espaços quando comparados com os hectares do lote e conseqüentemente, da monocultura, mas permitem a expressão de autonomia e liberdade com relação à opção de escolha do que plantar e produzir, conforme os gostos pessoais e as memórias afetivas. É fato que eles não têm poder de enfrentamento ao agronegócio, mas expressam essa resistência através da permanência de uma tradição, simbolizam uma resistência humana, visto que pessoas se mantêm no campo, criam laços e raízes com a terra, vivendo uma vida mais saudável e equilibrada. Os quintais permitem não haver uma vida de privação, e, ao mesmo tempo, reproduzem valores próprios da comunidade rural.

Esses espaços servem ainda de refúgio para os seres vivos que perdem a garantia do habitat e como conseqüência, há a diminuição do alimento disponível na natureza devido ao modo de cultivo em massa dessas monoculturas e ao uso excessivo de venenos, o que gera desequilíbrio no meio ambiente. Como observado no lote da Jiseli, há um aumento de tucanos que buscam se alimentar

através das frutas disponíveis no quintal.

Em todos os casos analisados, as mulheres são protagonistas no cultivo dos quintais, exercendo os conhecimentos tradicionais constantemente em prol de uma melhor qualidade de vida que beneficia a si próprias e seus familiares, através da priorização de uma produção livre de veneno, da diversificação dos alimentos que permitem contribuir na dieta nutritiva. O artigo demonstrou o papel das mulheres como figuras fundamentais para a manutenção da tradição dos quintais produtivos.

As mulheres, no trabalho dos quintais, redefinem as relações desiguais de gênero. Elas se tornam protagonistas, valorizadas e seu trabalho deixa de ser invisível. Elas redefinem a relação com o homem, ocupando um espaço de construção de igualdades. Redefinem a divisão sexual do trabalho pois o seu trabalho começa a ser importante e central para a família, produtivo, ambientalmente seguro e promove a igualdade de gênero.

O espaço do quintal é como demonstrado, um meio de socialização e trocas de experiências entre os membros de uma família, destinação de um tempo de qualidade que estreita os laços afetivos. Local que permite atender diversas necessidades humanas, sejam elas fisiológicas, sociais, de estima e auto realização. Expressão da identidade das assentadas, os quintais produtivos têm que ser valorizados nas análises sobre os modos de vida no campo e sobre gênero.

Referências

AMARAL, Cleomara Nunes; NETO GUARIM, Germano. Os quintais como espaço de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém/PA. v. 3, n. 3, p. 329-341. 2008.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/09/carta-politica-iiena-pdf.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo e da complexidade**. Brasília, DF: 2009.

DEWES, João Osvaldo. **Amostragem em Bola de Neve e Respondent-Driven Sampling: uma descrição dos métodos**. UFRGS, Porto Alegre, 2013.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* Um retrato das regiões da pesquisa. **Retratos de Assentamentos**, v.15, n.1, 2012.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* **Construindo eles entre Agroecologia**

e Comunidades rurais: desafios da relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2018.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **O presente e o futuro dos assentamentos rurais: dilemas e ressignificações**. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2021.

FILIPAK, Alexandra. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Informações dos municípios paulistas**. 2020. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/>. Acesso em 07 ago 2022.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica. *In: Agroecología: El camino hacia una agricultura sustentable* (Sarandón S, ed.). Buenos Aires-LaPlata: Ediciones Científicas Americanas, p. 57-81. 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

LEAL, Larissa *et al.* Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas em Diálogo, Naviraí**, v. 7, n. 14, p. 31-54, jan./jun. 2020.

LOPES, Antônio Wagner Pereira *et al.* Práticas e Estratégias em Diferentes modalidades de Assentamento Rural. **Retratos de Assentamentos**, v. 17, n. 2, p. 171-196, 2014.

LOPES, Antônio Wagner Pereira *et al.* **Pesquisa-ação e construção de proposta agroecológica para a agricultura familiar da região central do estado de São Paulo**. (Relatório Técnico). Araraquara: Universidade de Araraquara, 2017.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. **Agrotóxicos no Brasil: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2019. Rio de Janeiro: Ipea, 1990. ISSN 1415-4765.

MARQUES, Glaucia dos Santos *Et al.* Feminismo e agroecologia: aproximando campo e cidades. **Cadernos de Agroecologia**. ISSN 2236-7934. **Anais... VI CLAA**,

Freitas et al.

X CBA e V SEMDF, Vol. 13, N° 1, Julho, 2018.

MOREIRA, Sarah Luiza Souza. TELLES, Liliam. Aproximações entre feminismo e agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**. ISSN 2236-7934. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, no 2, 2020.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. Departamento de ciências sociais, UFSC. **Revista Ciência Hoje**, nº 28/1987.

PISTICELLI, Adriana. **Gênero**: a história de um conceito. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlandis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003.

WHITAKER, Dulce. **Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Editora Letras à Margem/CNPQ, 2002.



Os jovens assentados e suas perspectivas atuais e de futuro mais remoto: estudo no Assentamento Caprisa, em Assunção do Piauí

Amanda Ferreira da Silva¹
Antonia Vanessa Silva Freire Moraes Ximenes²

Resumo: Com o intuito de compreender as razões que levam os jovens a deixarem o campo, este estudo tem como área de estudo o Assentamento Caprisa, localizado no Município de Assunção do Piauí. Foram incluídas na pesquisa pessoas com idades entre 18 e 30 anos, faixa etária considerada ativa profissionalmente, priorizando este critério em detrimento de outros. Para sua elaboração, foram realizadas pesquisas bibliográficas de materiais relacionados ao tema, além de visitas ao local selecionado e aos assentados, onde ocorreram conversas informais, observações e aplicação de questionários, resultando em uma compilação documental. Todas as informações coletadas foram selecionadas e organizadas neste texto. Os questionários foram administrados via WhatsApp, sendo aplicados aos egressos do Assentamento. Com base na análise realizada, conclui-se que, embora nem todos os jovens assentados tenham a intenção de deixar o local, muitos são obrigados a fazê-lo devido à necessidade de buscar melhores condições de vida. No entanto, quando possível, eles expressam o desejo de retornar.

Palavras-chave: Assentamento; Jovens; Condições de vida.

Young settlers and their current and more remote future perspectives: study at the Caprisa Settlement, in Assunção do Piauí

Abstract: With the aim of understanding the reasons that lead young people to leave the countryside, this writing appears, which has as its study area the Caprisa Settlement, located in the Municipality of Assunção do Piauí. People aged between 18 and 30 were included in the research, an age group considered professionally active, prioritizing this criterion over others. For its preparation, bibliographical research of materials related to the topic was carried out, in addition to visits to the selected location and to the settlers, where informal conversations, observations and questionnaires were administered, resulting in a documentary compilation. All information collected was selected and organized in this text. The questionnaires were administered via WhatsApp, being applied to former residents of the Settlement. Based on the analysis carried out, it is concluded that, although not all young settlers have the intention of leaving the place, many are forced to do so due to the need to seek better living conditions. However, when possible, they express a desire to return.

Keywords: Settlement; Young; Life conditions.

¹Mestranda do programa de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú-MAG-UVA, bolsista CAPES. Autora correspondente: amandaferrerasilva030@gmail.com

²Professora colaboradora no Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Introdução

Reforma Agrária representa mais do que assegurar o acesso a terras, bem como afixar, nelas, a manutenção das pessoas, com pelo menos o básico para a sobrevivência, educação, saúde, alimentação e oportunidades para melhorar de vida, principalmente investimentos. Até hoje, no entanto, após muitas lutas de movimentos socio territoriais, ela ainda está distante de ser praticada, porquanto o máximo que se conseguiu foi a criação de assentamentos.

Há certo tempo, contudo, são constituídos assentamentos, mas desprovidos até do mínimo para garantir qualidade de vida às famílias e oportunidade para as próximas gerações. Por oportuno, se exprime o fato de isto ser assinalado por Galindo (2014, p.40), ao mencionar que, “[...] sendo a reforma agrária tão limitada e tão restrita, acaba-se tendo que construir uma fila de pessoas desprovidas que estão lutando por terra e, dentro dessa priorização, alguns ficam no final e esses são os jovens”.

Ser jovem é uma categoria complexa, pois são muitos aspectos a se contabilizar na definição do conceito, alguns dos quais são ressaltados por Trindade (2015, p. 106), ao expressar a ideia de que:

[...] os limites de idade não são fixos, portanto, ser jovem tem ligação com as condições econômicas da família, com as questões de gênero e raça, com o local de moradia, a discriminação por endereço; ser acampado, assentado, o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência, a disparidade regional e as relações entre campo-cidade. Todos esses aspectos e, certamente, outros que não foram elencados devem ser considerados para caracterizar matizes da condição juvenil.

Galindo (2014) acentua, em relação à impermanência dos jovens, que é esta configuração culpa das famílias, no entanto, é notório o fato de deixar de ser restrita responsabilidade delas, sendo necessárias políticas que ofereçam oportunidades efetivas aos jovens, a fim de eles permanecerem no campo, com a chance de escolher, possuindo direitos plenos ao lazer, à cultura, ao esporte, à saúde e à educação.

A juventude – isto é consabido – constitui fase marcante na vida de uma pessoa, momento de descobertas, de formulação da identidade, quando o ser humano precisa tomar decisões e lutar pela própria vida, motivo por que é uma etapa tão importante, como salientado por Trindade (2016, p.295): “[...] a Juventude é um momento complexo da vida humana, carregado de significação social, de profundas definições de identidade na esfera pessoal, social, profissional, o que requer intensa experimentação em diferentes esferas”.

Vivemos em um mundo globalizado, moderno, onde tudo está conectado. E não é diferente no que concerne aos espaços rurais, que estão se integrando, quando afloram no campo influências em diversos setores e, do jeito que é

assinado por Paulo (2011), também, na vida dos jovens assentados. Estes estabelecem relações com outras comunidades rurais e com os centros urbanos, influenciando diretamente na formulação de sua identidade.

Estado, movimentos sócio territoriais e instituições precisam, assim como os assentados, mourejar juntos na formação das gerações que devem dar continuidade aos assentamentos. A educação é um dos caminhos para isso, mas ela precisa contribuir na evolução do movimento de pertença, abranger o estabelecimento da identidade, atribuir significado real ao ensinado em sala, mais do que repassar o que exigido no currículo comum. Impõe-se, ainda, trabalhar na valorização do assentamento e de seu povo, para que os jovens se identifiquem com sua comunidade.

É crucial despertar o interesse dos jovens assentados por lutarem, não apenas, pela melhoria de suas vidas, mas, também, pelo assentamento, certificando melhores condições, também, às próximas gerações. Os jovens acreditam que apenas saindo dos assentamentos vão melhorar suas vidas, destarte não divisam perspectivas, no campo, de um futuro mais aproximado, tampouco remoto.

Essa míngua de esperança, por parte da juventude, de alcançar meios para sobreviver, perseverando no ambiente rural, acarreta a saída para as cidades, tornando-se mão de obra desqualificada e barata nas indústrias e demais empresas urbanas, servindo, assim, aos detentores do capital, contribuindo no agravamento dos já complexos problemas citadinos, por exemplo, ocupando áreas impróprias, intensificando a favelização, a perda da dignidade, com procedência na precarização habitacional e empregatícia.

Os jovens carecem de autonomia, precisam conquistar independência e espaços. Acreditam, porém, que isso não é possível vivendo nos assentamentos, onde veem suas famílias trabalhando e mal conseguindo se manter sendo ainda mais difícil para os solteiros o acesso a políticas públicas e a investimentos financeiros para começarem as próprias vidas e aportarem à independência.

Com amparo na conjunção de problemas ora expressa, bem assim na preocupação com o futuro dos assentamentos, com o êxodo jovem, percebe-se a necessidade de uma discussão orientada para essa temática, demandando aspectos que contribuem para tal ocorrência e com vistas a apontar fatores habilitados a mudar essa realidade.

Nesse intento, escolheu-se o Assentamento Caprisa, localizado no Município de Assunção do Piauí como área de estudo.

Desde a observação no assentamento aqui exibido feito objeto de investigação, bem como em tantos outros, ao se ouvir falas em eventos e proceder a leituras concernentes, percebe-se que a população jovem não encontra perspectivas para continuar nos assentamentos. Mesmo tendo nascido e sendo criada realizando atividades rurais com a família, a mocidade não quer

continuar a exercê-las na maioria. Tal sucede por diversos fatores, entre os quais está aquele exprimido por Trindade (2015), para quem a ruralidade, principalmente em relação aos assentamentos, é desqualificada como *locus* de produção e de vida, acentuando que os lugares onde têm curso a civilização e o progresso são somente as cidades.

Residente no Assentamento Caprisa por 17 anos e continuando a fazer visitas frequentes, observou-se que a população jovem local está cada vez menor, fato comprovável ao se examinar a diferença na quantidade de matrículas realizadas no Município de Assunção do Piauí em dez anos, 2011 a 2021 enquanto, durante os correntes anos, os matriculados no Ensino Fundamental ultrapassam os mil, sendo o maior índice em 2012, com 1834, de acordo com dados disponíveis no sítio do IBGE (2021). O maior índice de matriculados no Ensino Médio ocorreu em 2021, no Município sob exame, com apenas 387 alunos.

Nota-se, ainda, que, de acordo com o Censo Agrícola realizado pelo IBGE em 2017, dos 1.254 estabelecimentos agropecuários do Município, apenas 50 têm produtores jovens com idade menor do que 25 anos, ou seja, menos de 4% do total.

Com procedência, então, nos indicadores agora mencionados, surgem os seguintes questionamentos: – por que *os filhos dos assentados não continuam no Assentamento?* - *Que motivos conduzem os jovens a migrarem para zonas urbanas tão cedo?* - *Qual será o futuro do Assentamento, se isso continuar a ocorrer?*

Para conceder resposta aos questionamentos retrocitados, foram considerados os objetivos expressos na sequência. Objetivo geral: Compreender os motivos da saída dos jovens assentados de seus assentamentos. Objetivos específicos: a) Identificar os principais motivos que causam a evasão dos jovens assentados; e b) apontar as razões de migração dos jovens do Assentamento Caprisa.

Percebeu-se, assim, a relevância desta discussão, considerando que esta configura a realidade de muitos assentamentos do Piauí e até do País. Atentou-se para a noção de que, no ano de 2017, de acordo com o IBGE, menos de 3% dos estabelecimentos agropecuários desse Estado tinham como produtores jovens de menos de 25 anos, e, no Brasil, menos de 2% desses estabelecimentos registravam, como produtores, jovens nessa faixa etária; e, ainda, de acordo com o Censo, verificou-se que há índices bem maiores de estabelecimentos com produtores em idades dos 45 até os 65 anos.

De tal modo expresso, certifica-se o fato de que os produtores do Brasil, Piauí e Assunção estão envelhecendo, o que justifica a relevância de uma inquirição científica debatendo esta matéria, com vistas a compreender as razões a fazerem com que os jovens filhos dos assentados não permaneçam nos assentamentos e não realizem trabalhos no campo, mesmo tendo sido criados, desde cedo,

executando essas atividades.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, levou-se a efeito uma demanda bibliográfica, fez-se a leitura de materiais sobre o conteúdo - artigos, monografias, dissertações, teses, entre outros – visando a efetivar a fundamentação teórica, bem assim, executou-se um embasamento consistente para ordenar este experimento acadêmico.

Para a pesquisa de campo, segundo adiantado, foi escolhido o Assentamento Caprisa, por ser um local com história e aspectos comuns a muitos outros do Estado, suscetível de possibilitar uma visão da realidade dos demais. Feito local de vivência da autora deste escrito, sobraram despertados, então, os questionamentos sobre a realidade atual e futura dele e dos demais *locis* de habitação e vida interioranas.

Foram consideradas como fontes para a realização do estudo ora sob relato a observação, desde a convivência no Assentamento, conversas em visitas aos assentados e coleta de informações com o atual agente comunitário de saúde que atende as famílias habitantes nessa parte. Como partícipes desta investigação, foram tomados os jovens com idade de 18 a 30 anos que ali moram, bem como os egressos.

Aplicou-se questionário junto a 11 jovens com idades de 18 a 30 anos, que eram crianças ou nasceram após a ocupação do Assentamento, filhos de assentados que residem fora, para melhor compreender os principais motivos da intensiva migração encontrada entre as pessoas dessa faixa etária no lugar escolhido como área de estudo.

Os questionários foram realizados por meio da rede social *WhatsApp*, por terem sido feitos com jovens que moram em outras cidades do País, pois o meio de acesso mais fácil é essa ferramenta. Os instrumentos foram enviados para as pessoas pinçadas para o trabalho e que aceitaram participar da pesquisa, respondidos e remetidos pela mesma via.

Demandou-se indicar quais os meios de sobrevivência encontrados por eles, dentro e fora do sítio da pesquisa, conhecer os principais motivos que transportaram à sua saída, quais suas perspectivas dentro do assentamento, se acreditam na possibilidade de retorno.

O questionário envolveu estes pontos: idade com a qual saíram do assentamento; há quantos anos isso aconteceu; quais os motivos da saída; o nível de escolaridade; e se possuem intenção de retornar, para entender suas perspectivas em relação ao Assentamento. As indagações constantes do instrumento foram fechadas e abertas, possibilitando mais detalhadas explicações.

Contextualização do êxodo jovem do campo

A sociedade tem capacidade de se adaptar e reproduzir o meio em que está inserida, adquirindo características dos que convivem, e os jovens, por

encontrarem-se em decurso de elaboração da sua identidade, fazem isso com ainda mais facilidade, mesmo sem perceber, o que se confirma na citação de Lopes e Carvalho (2015 p.573), quando exprimem que “[...] a juventude é uma categoria social e historicamente construída em que as características variam de acordo com o contexto em que se encontram inseridas”, o que transporta ao entendimento de que os jovens do meio rural guardam aspectos de vida distintos dos que vivem nos centros urbanos, necessitando de uma visão específica para as particularidades e necessidades suas.

Paulo (2011) comenta as diferenças encontradas, mesmo dentro da juventude campestre, quando se contabilizam alguns contextos. Ele faz menção à heterogeneidade, às condições socioeconômicas e culturais da família, à distancia dos centros urbanos e às distinções etárias.

Segundo, também, está no entendimento de Lopes e Carvalho (2015, p.572) “[...] a permanência dos jovens nos assentamentos seria o elo de ligação entre passado e o futuro”. No ensejo em que, entretanto, eles não encontram modalidades de constituir seu futuro, sentem-se obrigados a sair à cata de oportunidades, principalmente na direção das metrópoles ou das médias urbes.

Lopes e Carvalho (2015) assinalam, ainda, que está em crescimento o quantitativo de residências nos assentamentos onde só se encontra o casal, pois os filhos migram para as cidades, sendo atraídos pelo estilo de vida urbano, mas também pelas possibilidades de acesso a saúde, educação, emprego e independência.

Um dos problemas que Lopes e Carvalho (2015) citam - e se concorda plenamente - está nas políticas públicas descontextualizadas da realidade dos jovens, ou mesmo pensadas para eles, porquanto, ao chegarem aos assentamentos, são muito gerais e existem muitas especificidades que precisam ser levadas em linha de conta como, localização, potencialidades e necessidades da região, extensão da área, entre outras, razão por que impende se perceber e ofertar possibilidades para que os jovens se aproveitem do que seus assentamentos dispõem, desenhando ali seus devires.

Outros fatores também devem ser considerados, no que concerne à migração desses jovens para as cidades, o que Guindani (2015, p.51) se aloca nas “[...] dificuldades de acesso à escola, ao lazer e à cultura, associadas à curiosidade e interesse pelo trabalho remunerado”, acreditando que lá irão encontrar melhores condições de vida.

Guindani (2015) relata, ainda, fatores como desvalorização cultural, o preconceito de que o camponês é atrasado, influência da escola e dos meios de comunicação, a imaginação de que a cidade é sinônimo de viver melhor, a procura por autonomia - alguns dos motivos que ensejam a saída dos jovens dos assentamentos.

Malgrado nascerem e crescerem desenvolvendo atividades agrícolas junto às

próprias famílias, como frisado por Diniz (2008, p.189), “[...] no mundo camponês, as crianças, desde cedo, passam a ser aprendizes das atividades desenvolvidas no processo de produção agrícola, através de um conhecimento passado de pai para filho”, pois eles não querem continuar na mesma vida, trabalhando em serviços havidos como (ou na realidade) pesados e obtendo apenas o suficiente para sobreviver. Mais do que isso, eles creem que somente o meio urbano está habilitado a lhes proporcionar.

As dificuldades de acesso a bens e serviços também conformam um fator que determina a retirada do concerto rural, uma vez que, quando o lugar não propicia melhorias de vida, a consequência é o êxodo rural, segundo frisa Paulo (2011, p.95)

Se, em algumas regiões, o meio rural já possibilita aos seus habitantes o acesso a muitos dos bens e serviços que facilitam a vida, diminuindo assim as distâncias sociais e econômicas entre rural e urbano, em outras regiões, o rural continua sendo o espaço da precariedade, da dificuldade e muitas vezes, da impossibilidade, o que determina, na maioria dos casos, o êxodo rural.

Silva e Santos (2022) ressaltam a visibilidade concedida à cidade em relação a emprego e acesso a outras atividades, como cultura e lazer. Entrementes, no espaço camponês ocorre o inverso, relacionando-se com atraso, no âmbito do qual só existem roceiros e peões, com imagens pejorativas, o que desestimula os jovens.

Estes são atraídos pelas imagens exibidas das cidades, com muitos empregos, dinheiro, lazer, tudo o que o campo não tem para oferecer, mas chegam sem capacitação, com baixa escolaridade, ficando com as piores e mal remuneradas vagas de emprego, tendo que morar em barracos para economizar, sem tempo de estudar e ficando à margem na força do capitalismo, como se confirma na citação de Stedile (2005, p.31), pois, “[...] mesmo precária, a situação do trabalhador rural ainda é incomparavelmente melhor do que a do operário das cidades. Sem dúvida se nota que as desilusões pululam entre os que se deixam seduzir pela miragem dos grandes centros urbanos”.

Seben (2021), de outra vertente, expressa que existem, sim, muitas políticas públicas direcionadas para os pequenos produtores e os assentados investirem na produção ou desenvolverem atividades agrícolas, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que possibilita acesso a créditos e tecnologias, no entanto, não é o suficiente para atender todas as necessidades da população, principalmente dos mais novos, necessitando de ampliação de políticas públicas e de incentivos para a permanência dos agricultores no campo.

Ainda para Seben (2021), são fatores como falta de identificação com o

trabalho, carga horaria intensa, incluindo finais de semana e feriados, sem férias e, ainda, sendo atividades consideradas pesadas, juntamente à falta de recursos da propriedade e de investimentos externos, causas de grande desmotivação nos jovens.

Os grandes índices de partida dos jovens do meio rural motivam preocupação, por causa do envelhecimento dos produtores. Com assento na análise dos resultados do último Censo Agrícola realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2017, a maioria dos produtores registra idades de 45 a 54 e de 55 a 64 anos, ao passo que esse número diminui significativamente quando as idades são menores do que 30 anos.

Na perspectiva de Zótziz (2011), o envelhecimento dos produtores é ocorrente, em particular, porque os jovens não projetam seguir as atividades realizadas pelos pais, por não assegurarem uma boa circunstância, nem mesmo os próprios pais incentivam que os filhos permaneçam no campo, por acreditarem que irão conseguir melhores condições de vida apenas se saírem e estiverem trabalhando nos centros urbanos.

Esta, nem sempre, configura a realidade, atentando-se para todas as dificuldades encontradas no meio citadino, um ambiente totalmente diferente daquele onde os jovens estavam acostumados, um mercado sobradamente concorrido. Em muitos dos casos, esses jovens têm apenas ensino médio, quando o têm, sem condições financeiras, passando a aceitar quaisquer oportunidades que lhes forem oferecidas, além de estarem à mercê de drogas, tráfico, trabalhos desumanos em péssimas condições e vida em locais de risco.

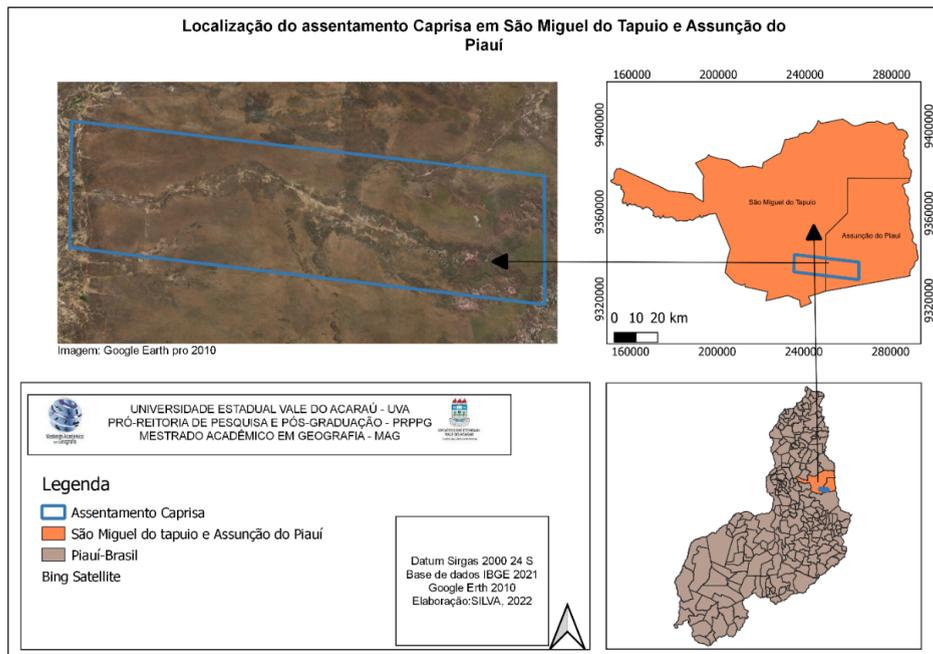
Migram, todavia, para as cidades por não conseguirem encontrar um jeito de continuarem no campo, faltando oportunidade para o estabelecimento de suas vidas, com o escopo de encontrarem a independência, mormente financeira, como é frisado por Santos e Silva (2022, p.112) que entenderem que os jovens migram para os centros urbanos porque “[...] veem no campo a falta de políticas públicas que favoreçam viver com mais dignidade neste espaço, o que contribui para a falta de motivação para viver no território camponês”, ou seja, parte deles sai por imposição, não por intento.

Portanto, a ausência de políticas públicas orientadas para iniciar a vida do jovem do campo, de investimentos ou linhas de crédito para essa parcela da população, de orientações, de uma educação que incentive e provoque o interesse pelo desenvolvimento de atividades agrícolas, de cursos de formação pensados para eles e acessíveis aos jovens que vivem nesse locais, exprimindo possibilidades de viver e trabalhar com arrimo no que o campo tem a oferecer, são elementos suscetíveis de reverter essa intensa migração, mas, que ainda não são disseminados pelos assentamentos brasileiros.

O assentamento caprisa e a população jovem local

O Assentamento Caprisa localiza-se nos territórios de dois municípios piauienses - Assunção do Piauí e São Miguel do Tapuio - a 278 quilômetros da Capital, Teresina, como se observar na imagem abaixo. Possui 349 famílias assentadas e, segundo registro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA (2022), foi reconhecido como área de assentamento em 1998, inserido na área de pesquisa da dissertação que se sustentou há bem pouco tempo, junto ao Programa de Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – MAG-UVA (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Assentamento Caprisa, São Miguel do Tapuio e Assunção do Piauí.



Fonte: SILVA (2022). Base de Dados do IBGE (2021).

Para a discussão aqui situada, considerou-se apenas a porção do assentamento que se encontra no Município de Assunção do Piauí, que contabiliza 62 famílias, correspondente a 196 pessoas, segundo relatório do agente comunitário de saúde que atende essa área.

O início do Assentamento aconteceu após descoberta das terras por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e representantes do INCRA. Estas glebas encontravam-se sem cumprir com sua função social, estando praticamente abandonadas, com pequenas áreas onde eram criadas

algumas cabeças de caprinos e da necessidade de famílias que residiam em locais que não dispunham de espaço, tampouco de condições financeiras para a prática da agricultura e da pecuária.

As terras foram compradas pela União e passaram a ser de responsabilidade do INCRA. Foi, então, instituída a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores do Assentamento Caprisa (ACOMPAC), com o objetivo de comercializar os produtos dos associados, criar mecanismos de promoção no âmbito da produção, comercialização, saúde, educação e melhoria de vida, com vistas a fortalecer a organização econômica, social e popular dos associados e apoiar as lutas dos pequenos produtores e demais trabalhadores para reivindicar e conquistar direitos, segundo é citado no seu estatuto, benefícios paulatinamente recebidos – aos poucos - pelos agora assentados.

Conforme relato dos próprios moradores, as primeiras famílias chegaram ao local em 1996, passando a residir nos apriscos³ das cabras. Construíram barracos de lona e embaixo de cajueiros, e, após o reconhecimento da área como assentamento, receberam diversos benefícios dirigidos para o incentivo ao trabalho e melhoria na qualidade de vida, como projetos com valores em dinheiro para investimento, materiais de trabalho para a apicultura e agricultura, construção de casas de tijolos, de alvenaria, para morada, estradas, escola, energia, elétrica e internet.

As famílias passaram a explorar e utilizar as terras para morar e trabalhar, fazendo as conhecidas roças, plantando feijão, mandioca, milho e outros produtos típicos da região, criando animais - caprinos, bovinos, galinhas, entre outros - e novas famílias foram constituídas, até chegar ao total registrado no momento.

Um dos primeiros projetos contemplado pelo Assentamento foi o de apicultura, criação de abelhas. Um grupo de jovens assentados recebeu uma verba no Banco do Nordeste do Brasil, do Governo federal, por intermédio do INCRA, para compra das caixas e equipamentos para que o mel fosse uma fonte de renda, projeto que já não existe.

No que é pertinente à Educação, o Assentamento conta com uma escola que oferta toda a Educação básica, da creche ao 3º ano do Ensino médio, o que possibilita aos filhos dos assentados realizarem esse curso sem terem que se mudar para as cidades, como acontecia há muitos anos.

Os casais mais antigos do Assentamento têm famílias grandes, geralmente mais de cinco filhos por casal, no entanto, atualmente, poucos desses rebentos ainda vivem ali, pois a maioria já migrou para cidades à cata de oportunidades de trabalho. Atualmente, as famílias são constituídas por três ou quatro pessoas por casa, no máximo, e praticamente em todas as residências há relatos de um

³ Local usado para abrigar animais, gado, ovelhas, cabras.

parente próximo morando fora, em razão do trabalho.

De acordo com o mencionado por Paulo (2011), o fato de sair, mesmo pretextando trabalho, causa a perda da identidade, havendo a inibição pelo “moderno” a se assumirem como trabalhadores rurais, isto é, sentem vergonha perante os colegas urbanos de dizerem que realizam tais atividades, internalizando um sentimento elaborado pela sociedade moderna, na tentativa de ser aceito como “igual”.

Os primeiros moradores que realizaram a ocupação do Assentamento, hoje, estão idosos e aposentados, parte deles não tendo mais força nem saúde para o trabalho no campo. Os filhos que chegaram jovens e que continuaram no Assentamento já possuem filhos adultos, que já estão constituindo as próprias famílias, considerando que se perpetua a cultura de os jovens homens e mulheres contraírem o casamento muito cedo, com 15/16 anos, e já precisarem trabalhar para manter uma família, vendo-se obrigados a fazer isso fora do Assentamento.

Somente observando a população local, é notório o fato de que jovens de menos de 30 anos, que ainda ali residem, em sua maioria, já casados, pais de famílias, tanto homens como mulheres, vivem principalmente de programas sociais e com os(as) companheiros (as) indo e voltando para trabalhos informais em São Paulo e outras cidades, praticando no Assentamento apenas a agricultura sazonal e criando alguns animais.

Atualmente, no local, não há projetos coletivos que envolvam os assentados. A associação encontra-se praticamente extinta, sem uma participação efetiva dos membros, muitos da nova geração não possuem conhecimento sobre sua importância, o que dificulta o acesso a direitos.

O *locus* sob exame está situado no semiárido nordestino, com um clima quente e vegetação de caatinga, passando por muitos meses de estiagem, o que dificulta atividades agrícolas. A agricultura é realizada apenas no período chuvoso, de dezembro a abril ou maio, e somente envolve espécies típicas, feijão, milho e mandioca. Os produtores não contam com projetos de irrigação ou meios outros de acesso a água para consumo, apenas das chuvas e de poços tubulares.

No momento é possível contar nominalmente a quantidade de jovens de 18 a 30 anos que ali vivem - exatamente 21 pessoas, das quais quatro ficam indo e voltando, pois saem para ganhar dinheiro e voltam para passar um tempo com a família. Os demais estão tentando sobreviver, recebendo o agora novamente *bolsa família* ou fazendo pequenos serviços para a Prefeitura ou para outras pessoas, relacionando o jovem a mais aspectos do que a idade, como faz Trindade (2015, p.109): “[...] é necessário sublinhar que o processo de construção da categoria juventude rural está intrinsecamente ligado aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que permeiam a sociedade”.

Os filhos dos assentados, em geral, esperam, quando isso acontece, apenas completar 18 anos e migram para outros estados à demanda de trabalho. Praticamente todos constituem família antes dos 20 anos e precisam lutar pelo sustento dela, deixando muito cedo a escola, principalmente as meninas que, no máximo, com 16 anos, casam-se e, na maioria dos casos, abandonam os estudos. São contadas no Assentamento pessoas com ensino superior completo, sendo todos licenciados, pois as oportunidades de emprego que surgem no lugar advêm da escola mantida pela Prefeitura.

Grande parte dos jovens locais não possui a perspectiva de realizar um curso superior após a conclusão do Ensino médio, por precisarem trabalhar para ajudar na renda familiar, ou já têm as próprias famílias para manter, ou por não contarem com a oportunidade, como ressaltava Trindade (2016). Em razão da inexistência de políticas públicas de continuidade nos estudos, os jovens assentados são obrigados a encerrar os estudos no Ensino médio, haja vista o fato de que, dentre os 21 jovens que residem no assentamento Caprisa com idade de 18 e 30 anos, apenas três estão cursando o Ensino superior e 13 são casados ou pais.

Nota-se o quanto é desproporcional, em um local com 196 pessoas, haver apenas 21 com a faixa etária aqui considerada. Somente 10,7% das pessoas que hoje moram no Assentamento estão nessa faixa etária. Praticamente, todos os outros são crianças ou idosos, e as crianças são tão poucas que, para manter a escola funcionando nos anos iniciais do Ensino fundamental, é necessário colocá-las em multisseriado, o que gera uma quantidade de dez alunos por turma, em média. A população do Assentamento está envelhecendo e os jovens não estão continuando para garantir o futuro do seu *locus* de vida, o que propicia diminuir seu tamanho ainda mais e, como consequência, reduzir as políticas públicas e os investimentos.

Os primeiros a chegar ao Assentamento durante a sistematização possuem como principal fonte de renda as aposentarias, enquanto os demais sobrevivem da agricultura e criação de animais, agricultura de subsistência, pois é praticada pelos membros da família e é essencialmente para consumo próprio. O produto mais cultivado é o feijão, pois para o solo e clima do local, é o mais propício, é comercializada o excedente, quando tem. A apicultura também, ainda, é desenvolvida mais de modo individual e a venda é realizada no mesmo formato, para atravessadores que compram mais barato. Existe, ainda, a carnaúba, com extração do pó, no entanto, são rendas sazonais.

Quando termina cada período, para não passarem fome, muitos, principalmente os homens, saem para passar temporadas exercendo outras atividades nos centros urbanos e só retornam quando começa o novo período, sobretudo os que realizam apenas a agricultura.

Os produtores não contam com orientação de especialistas para ajudar a nortear quais as melhores modalidades de cuidar das melgueiras, qual o melhor

lugar para deixá-las, as maneiras de cuidado e manutenção. Não têm ajuda financeira para o desenvolvimento da produção, nem na comercialização, o mesmo ocorrendo na agricultura e pecuária. Os assentados estão por conta própria e a falta de informações e conhecimento sobre potencialidades e manejo da terra é um dos fatores que influencia na falta de desenvolvimento dessas atividades e na renda que elas poderiam fornecer aos assentados.

A falta de perspectiva de melhores condições de vida por meio do trabalho no campo é ainda maior com relação às pessoas do sexo feminino, quando se vê que praticamente todas as jovens do assentamento são casadas e têm filhos, antes mesmo da conclusão do Ensino médio, pois ainda é muito robusta a hierarquia masculina. Uma menina sai dos cuidados dos pais e vai para os do marido, pois elas não conseguem encontrar outros meios de vida ou acreditar que é possível estudar e obter uma carreira.

Dentre os 21 jovens de 18 a 30 anos, que ainda residem no Assentamento, nove são mulheres e apenas duas ainda não são mães. Isso também é observado nas meninas das faixas etárias menores, pois, com 14 anos, elas estão indo morar com os namorados e tendo filhos. Em sua maioria, desistem da escola e tornam-se donas de casa, muitas vezes não pelo sonho, mas pela falta de opção. Lopes e Carvalho (2015) relatam que o fato de os jovens rurais casarem e constituírem famílias cedo contribui para sua invisibilidade, deixam de ser jovens que necessitam de políticas para tal categoria e tornam-se mais uma família lutando para sua sobrevivência.

Visivelmente acontece no Assentamento Caprisa é que, muito cedo, os jovens tornam-se donos e donas de casa, pais e mães de família e precisam procurar sobreviver, não existindo grupos de jovens, ou alguma modalidade de organização, onde sejam capazes de melhorar suas condições e oportunidade, não encontram perspectivas para conquistar autonomia e realizar seus sonhos enquanto jovens assentados. Existe, ainda, problema abordado por Trindade (2015), ao exprimir que os jovens não têm protagonismo, não são vistos como sujeitos que possuem direitos, não existe uma vista d'olhos para essa categoria na constituição de políticas públicas e na garantia de acesso a bens materiais e culturais.

O Assentamento possui terras o suficiente para residência e trabalho dos assentados e seus filhos, que já constituíram famílias ou pretendem. O que falta é oportunidade ou visão para continuar as vidas, perceber e aproveitar as potencialidades que o Assentamento tem a oferecer. Para isso, é necessário que tenham acesso a informações, orientações, ou que a escola ofereça uma educação que abranja tais aspectos, que trabalhe as necessidades dos jovens que atendem, contextualizando os conteúdos e a realidade comunitária.

O Assentamento não possui posto de saúde, tem atendimento médico uma vez por mês, quando o médico pode ir tendo meses que vai apenas um en-

fermeiro para tratar quaisquer tipos de problemas que possam ter, possuindo apenas um agente comunitário de saúde, um assentado, que faz visitas mensais, atualizando a situação de saúde das famílias e orientando com cuidados básicos.

O local, também, não possui modalidades de lazer, sendo o futebol e juntar-se para beber as diversões, o que também afasta os jovens, que têm mais esse motivo para sair do Assentamento, a procura por diversão. Isto sucede, também, em outros assentamentos, como na citação de Trindade (2016, p.290), se referindo a outro assentamento do Piauí e a um da Bahia, "Os/as jovens dos assentamentos Marrecas e Nova Esperança vivem em condições de precariedade em dimensões múltiplas, culturais, educacionais, lazer, trabalho, saúde, dentre outras"

Sobra clara a noção de que um jovem filho de assentado não deve ser obrigado ou ter como responsabilidade passar toda a sua vida no assentamento, mas que seja garantido que ele tenha a opção, que seja sua decisão continuar, ou sair, em busca de outras oportunidades, mas, se ele quiser ficar, que tenha a possibilidade de sobreviver no próprio assentamento, mas, para isso ocorrer, tem que acontecer como é citado por Trindade (2015, p.184): "[...] os/as jovens precisam ser estimulados a ficarem no campo, ter condição de trabalho remunerado, algo que possa gerar renda dentro dos assentamentos".

Em uma das visitas realizadas, encontrou-se o filho de um morador que hoje reside na cidade de São Miguel do Tapuio, e ele relatou ser apaixonado pelo lugar, no entanto, é obrigado a morar fora por não ter como manter a família vivendo no Assentamento.

Há muito tempo, o assentamento Caprisa não é contemplado com políticas de incentivo aos assentados, com projetos para o desenvolvimento de atividades agropecuárias que incentivem o trabalho no campo e a continuação dos jovens ali.

Isso vem ocorrendo por fatores como falta de organização dos assentados, a cada ano perdendo a identidade de assentamento, principalmente por causa da quase extinção da Associação e do afastamento dos órgãos que ajudaram no início, MST e INCRA, falta de conhecimento de seus direitos, especialmente as novas gerações, as políticas neoliberais de desmanche de comunidades que aconteceram nos últimos anos e tudo se agravou com os anos de pandemia da covid 19.

Os últimos anos foram marcados pela negligência à população mais pobre do País, sobretudo os pequenos trabalhadores do campo, e aos assentamentos, falta de políticas orientadas para incentivos dessa população e muito investimento nos setores industriais, com um governo que trabalhava em prol dos detentores do capital, e com a pandemia, que tudo precisou ser parado no mundo. Com isso, a situação dos jovens assentados se agravou e diminuíram ainda mais as oportunidades nesses territórios, e o Assentamento Caprisa também foi atingido.

Com uma saída ainda maior de moradores, observou-se que, nos últimos

anos, houve casos de saída de famílias inteiras, que não encontraram mais meios de continuar percebendo-se que não são somente clima, vegetação e seca que acarretam a saída dos trabalhadores rurais, mas, principalmente, a falta de políticas públicas, incentivos e investimentos.

Assim como os demais trabalhadores do campo no Brasil, os moradores do assentamento Caprisa precisam ter acesso a políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento de projetos agrícolas, linhas de crédito para investimentos no campo, formação e orientação adequada, uma educação do campo na escola - que já é no campo - oportunidades e possibilidades para continuar vivendo e sobrevivendo do trabalho no Assentamento.

Jovens egressos do assentamento

Alguns fatores são apontados como causas da falta de identidade dos jovens com relação ao trabalho no campo. Além da falta de políticas de apoio, menciona-se a educação, pois, malgrado haver escola no assentamento sob estudo, ela não utiliza metodologias, conteúdos, ou didáticas contextualizadas com a realidade local.

A escola segue o sistema educacional geral, sem alinhar as necessidades da população que atende, negligenciando a formação da identidade como alguém que vive no campo e apresenta necessidades relacionadas a sua região. A escola precisa fazer sentido para os estudantes, possuir atividades que atuem na constituição do vínculo dos alunos com a terra, o que não acontece, causando até a desistência por não possuírem motivação para concluírem, pelo menos, o Ensino médio, pois, como ressaltado por Paulo (2011, p.237), “[...] as identidades dependem da construção das diferenças. A Escola é, por assim dizer, um espaço propício para tais construções”.

A falta de participação e conhecimento na construção e luta do Assentamento, também, é um fator importante, porquanto as novas gerações o encontraram com basicamente tudo o que tem hoje, não precisaram ir à luta à procura de melhorias, e a maioria nem conhece a história do processo de fundação, não sabe as dificuldades que pais e avós enfrentaram para chegar ao que existe hoje, não se identificando com o Assentamento, com o ser assentado, considerando que, de acordo com Paulo (2011, p.95), “[...] essa identidade é definida por um sentimento de pertencimento orientado por uma rede de significados e conteúdos vividos por esse grupo”.

Culturalmente, o lugar não adotou tradições comuns em muitas comunidades, como comemorações nos aniversários, festejos, Santos Reis, ou quaisquer outras, o que poderia servir como atração local para as novas gerações em determinados períodos do ano.

Não possuindo meios de lazer, o que os jovens encontram com facilidade nos centros urbanos é outro fator bem determinante para a migração jovem, que

veem nos meios de comunicação televisão e internet outras possibilidades e ficam seduzidos a experimentarem o que o Assentamento não oferta. Trindade (2015) confirma essa ideia, ao ressaltar que os meios de comunicação constituem os principais difusores da cultura e levam os jovens do campo a incorporarem elementos culturais não típicos do meio rural.

É principalmente a questão financeira, todavia, que mais tem força em relação a essa saída dos assentados, o que é citado por Paulo (2011), ao dizer que as condições familiares, econômicas e socioculturais são as mais determinantes na permanência ou não dos jovens no campo. Mesmo possuindo terras, os jovens não veem um futuro ou mesmo não possuem condições de iniciar algum projeto com suporte no que o Assentamento possui, como agricultura irrigada, construção de áreas de pastos para criação de animais de corte, ou leiteiro, ou fontes outras de renda que sejam desenvolvidas no campo.

Sem informações, orientações ou investimentos, sem acesso a políticas públicas que contribuam na criação de oportunidades para sobreviver do próprio Assentamento, os jovens migram muito cedo para as cidades atrás de melhores condições de vida, o que é algo muito comum no Caprisa, onde praticamente todos os jovens saem para trabalhar fora.

Foi realizado questionário com 11 desses jovens, com idades de 18 a 30 anos. São filhos de assentados, mas estão estabelecidos em centros urbanos, e essa quantidade foi apenas uma amostra, mas existem muitos outros, sendo mais velhos e mais jovens, possuindo também os que não se estabeleceram fora, mais passam temporadas e retornam.

Com relação à idade de saída, pergunta realizada aos jovens que responderam ao questionário, apenas duas meninas saíram ainda adolescentes com 13 e 14 anos, pois casaram com pessoas de fora e mudaram-se, enquanto os demais saíram logo depois de completar 18 anos, por variados motivos.

Dos 11 jovens que participaram da pesquisa, só dois ainda não são casados nem tem filhos, ao passo que os demais todos já possuem famílias e todos já saíram casados do Assentamento, na perspectiva de trabalhar para mantê-las. Somente os dois que ainda não têm famílias estão cursando o Ensino superior, enquanto os demais estão apenas trabalhando. Dentre eles, cinco têm Ensino médio completo, dois apenas o Ensino fundamental e um nem o fundamental.

Dos 11, dez saíram do assentamento para trabalhar, pois, segundo relatado pelos próprios, não encontravam oportunidade de se manter e manter suas famílias vivendo no Assentamento. Sentindo-se obrigados a migrar para cidades à procura de trabalhos remunerados, só um saiu para realizar curso superior. Os dez estão trabalhando.

Quando questionados se sustentam o desejo de retornarem ao Assentamento, três partícipes disseram que não, por considerarem a vida mais difícil do que a que têm atualmente, em particular, pelas questões financeiras. Os demais

assinalam esta intenção, alguns frisando que estão apenas tentando conquistar alguns bens para voltar, enquanto outros dizem possuir o desejo, mas não acreditam que isso venha a acontecer por causa da dificuldade de sobreviver com as possibilidades que exhibe o Assentamento.

Todos que demonstraram possuir vontade de retorno explicam isso com base na tranquilidade, segurança e saudades das famílias, por sentirem que seu lugar de pertencimento é o Assentamento e que a cidade é algo obrigatório e provisório, e que, quando conseguirem algum modo de sobreviver, irão retornar.

Com suporte nas respostas colhidas com os questionários, remata-se que os jovens do Caprisa migram muito cedo, principalmente por causa da necessidade de trabalhar, pois ali não encontram oportunidade para constituir e manter as famílias, mas, percebe-se que gostam muito do Assentamento e que, se fosse possível, estariam vivendo lá.

Resulta evidente, portanto, que o problema do êxodo dos jovens assentados é a falta de oportunidade e de perspectivas de estabelecerem suas vidas, conquistarem independência e autonomia no próprio Assentamento, mas, baseada nas respostas oferecidas, vê-se que a maioria acredita que isso é capaz de mudar um dia, e que, quando acontecer, eles retornaram com suas famílias.

Considerações finais

Os jovens, atualmente, já têm muito mais acesso a políticas públicas, ao se comparar ao que ocorria há muitos anos, no entanto, ainda não são suficientes para abarcar todas suas necessidades, considerando que muitos são obrigados a abandonar seus locais de origem, os assentamentos, à caça de melhores condições de vida, pois não encontram meios para manutenção na área rural.

O Assentamento Caprisa, quando cotejado com muitos outros, inclusive dentro do Estado do Piauí, ainda tem muito para se desenvolver, pois, apesar da grande quantidade e da boa qualidade das terras, que propiciam a agricultura, não se vê, dentro do Assentamento, uma produção que supra, pelo menos, as necessidades dos moradores, como hortas com frutas e verduras.

São muitas, contudo, as transformações ocorridas, da época da ocupação até agora. Os próprios moradores relataram que houve grandes mudanças no Assentamento, sendo as mais importantes a escola e a água encanada, pois os poços tubulares que foram encontrados nas terras, hoje, são equipados, e todos os moradores dispõem de água nas torneiras de casa. Dessa maneira, é tangível o fato de que o Assentamento, embora pequeno e pouco aproveitado, ou usufruído de maneira incorreta, avança, mesmo que seja a passos lentos. Nos seus 27 anos de história, percebe-se que muito já foi feito, mas há bastante a ser melhorado.

Principalmente em relação a oportunidades para as novas gerações, observa-se que, quanto a produzir e gerar renda, ele parou no tempo, nunca deixou de

praticar apenas a agricultura sazonal, necessitando de ajuda externa, de políticas, orientações e incentivos financeiros, para que ocorram mudanças efetivas, e os jovens tenham a possibilidade de ali permanecer, constituir e criar suas famílias.

Vê-se, após a pesquisa realizada, que os jovens não moradores, hoje, do Assentamento, não saíram por vontade própria, mais por falta de opção, e a maioria conserva um grande carinho, detendo enorme vontade de retorno, mas tal não é possível, em razão das condições financeiras, pela falta de oportunidade de conquistar independência de renda, mas eles continuam alimentando a esperança de retorno.

Para que os assentamentos tenham no futuro mudanças rápidas e efetivas com relação a oportunidades e garantia de melhores condições de vida aos jovens e às próximas gerações, faz-se urgente o acesso desses camponeses às políticas públicas de incentivo, créditos, investimentos financeiros, educação e informações direcionadas para a valorização do trabalho no campo e obtenção de sua identidade como assentado e trabalhador rural.

Referências

Censo agro 2017, resultados definitivos. **IBGE**, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html. Acesso em: 23 de mar. de 2023.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2008, 228 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

GALINDO, Erika. Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e Sustentabilidade. In: MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org.) **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014, cap. 1, p. 39 – 64.

GUINDANI, Carla Tatiane. **Jovens de assentamentos de reforma agrária: uma análise sobre o êxodo de jovens do assentamento conquista na fronteira**. 2015. 122 p. Dissertação (mestrado em agroecossistema) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LOPES, L. G. R. CARVALHO, D. B. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, N° 04, p. 571-588, Out/Dez. 2015.

Silva & Ximenes

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. 2011, 326 p. Tese (Doutorado em sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SEBEN, Jéssica Zulian. **Êxodo rural: fatores determinantes para a saída do jovem agricultor familiar do meio rural de Tapejara-RS**. 2021. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade e Escola Curso de Administração, Tapejara – RS.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 240 p.

TRINDADE, Domingos Rodrigues de. Perspectiva de futuro [sic] dos/das jovens de assentamentos rurais microrregião Guanambi - Bahia. **Retratos de assentamentos**, .19, n.1, 2016.

TRINDADE, Domingos Rodrigues de. **Constituição social do ser jovem camponês no contexto de assentamentos da Reforma Agrária na microrregião Guanambi, Bahia**. 2015, 357 p. Tese (Doutorado em educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, Município de Camargo/RS**. 2011. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo.

SANTOS, Josimario Marques dos; SILVA, Janaine Zdebski da. Desafios da juventude do campo na comunidade do Riachão. In: CARVALHO, Franklin Plessmann; REIS, Ricardo Pacheco. (org.). **Educação do campo em perspectiva**. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2022, parte 2, p. 107- 126.

Censo agro 2017, resultados definitivos. **IBGE**, 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html. Acesso em: 05 de jun. de 2023.



Ruralidades no espaço urbano: o modo de vida rural nas práticas espaciais urbanas em Martinópolis (SP)

Daiara Batista Mendes¹
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol²

Resumo: Este artigo tem o objetivo de compreender como as práticas socioespaciais tipicamente rurais perpetuam - se no espaço urbano de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo, dando enfoque, para a produção agrícola e para outras ruralidades encontradas no cotidiano da população citadina, que refletem na produção do espaço na referida cidade. A partir de metodologias como a aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e observação participante, notou-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, seja por meio da produção de alimentos em pequenos espaços dispostos no interior da cidade, seja pela manutenção de costumes e tradições rurais no cotidiano da população urbana. Diante dessa constatação, destaca-se o papel do processo de formação desse município na permanência dessas ruralidades, uma vez que ele se encontra intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

Palavras-chave: Ruralidades; Agricultura urbana; Rural; Espaço Urbano; Martinópolis.

Ruralities in urban space: the rural way of life in urban spatial practices in Martinópolis (SP)

Abstract: This article aims to understand how typically rural socio-spatial practices are perpetuated in the urban space of Martinópolis, located in the extreme west of the State of São Paulo, focusing on agricultural production and other ruralities found in the daily life of the city population, that reflect on the production of space in that city. From methodologies such as the application of questionnaires, semi-structured interviews and participant observation, it was noted that the city of Martinópolis carries strong identity remnants of the rural way of life in its urban socio-spatial conformation, whether through the production of food in small spaces arranged in the interior of the city, or by maintaining rural customs and traditions in the daily life of the urban population. In view of this finding, the role of the formation process of this municipality in the permanence of these ruralities is highlighted, since it is intrinsically linked to the development of agriculture, where the implementation of these activities took place in the local rural neighborhoods.

Keywords: Ruralities; Urban Agriculture; Rural; Urban space; Martinópolis.

¹Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Pres. Prudente. Autora correspondente: daiaramendes@outlook.com.

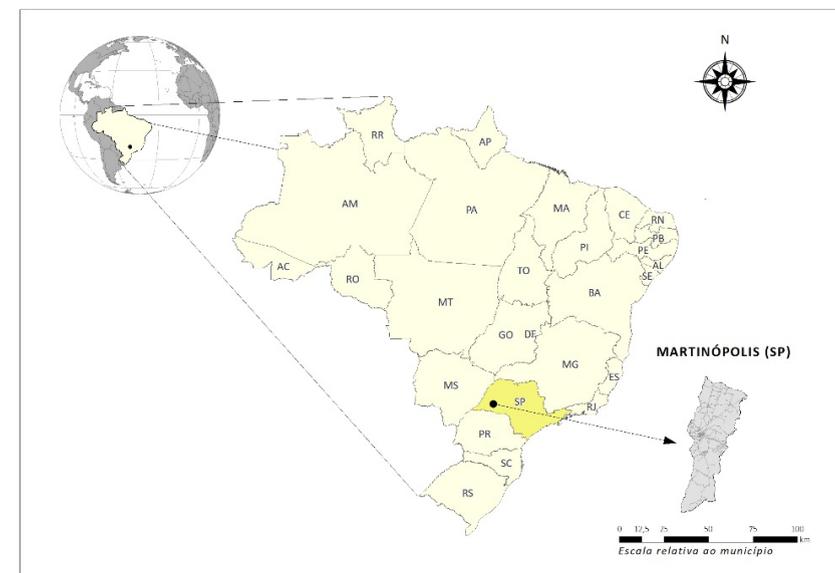
²Professora assistente doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP de Pres. Prudente.

Introdução

O período atual marcado pelo advento do meio técnico-científico-informacional, tal como indicou Milton Santos (1997), tem como palco principal do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da informação as cidades. No entanto, é importante destacar a ocorrência de práticas contra hegemônicas que coexistem em meio a uma sociedade cada vez mais urbanizada. Entre elas destacam-se aquelas que permitem um resgate do campo no cotidiano dos cidadãos, denominadas como ruralidades no espaço urbano.

O objetivo desse artigo é compreender como as práticas socioespaciais tipicamente rurais se perpetuam no espaço urbano de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo (Mapa 1), dando enfoque, para a produção agrícola e para outras ruralidades encontradas no cotidiano da população citadina, que refletem na produção do espaço na referida cidade.

Mapa 1 - Localização do município de Martinópolis no Estado de São Paulo e no Brasil.



Fonte: Rodolfo Finatti (2022).

Nesta área de estudos, o seu processo de formação esteve intimamente ligado à ferrovia, motor de desenvolvimento para as pequenas cidades do Oeste paulista, e ao desenvolvimento da agricultura, carregando resquícios desses elementos em sua configuração atual, sobretudo a partir do desenvolvimento de práticas essencialmente rurais em seu espaço urbano.

Este estudo é resultado de análises realizadas no âmbito do desenvolvimento de uma pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP – que buscou compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades na pequena cidade de Martinópolis.

As metodologias selecionadas para a execução desta pesquisa foram a revisão bibliográfica sobre temáticas abordadas ao longo da elaboração do artigo (ruralidades, ruralidades urbanas e relação urbano - rural) e a coleta de dados e de informações a partir de fontes secundárias sobre aspectos históricos, demográficos e econômicos do município.

Quanto às pesquisas de campo, partiu-se, inicialmente, de uma sondagem inicial via contato telefônico e nas redes sociais, a fim de identificar as iniciativas de produção agrícola urbana abrangidas no universo da pesquisa, seguida pela elaboração de roteiros de entrevistas e execução de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos ligados às atividades agrárias no município, da aplicação de questionários com os praticantes de agricultura urbana, do mapeamento das áreas de produção agrícola na cidade com auxílio de *GPS* e das observações participantes, realizadas concomitantemente às demais metodologias.

Além de questões referentes à dinâmica produtiva da agricultura urbana e do perfil de seus praticantes, a pesquisa pautou-se também em compreender as manifestações de outras ruralidades na pequena cidade, ligadas às formas de sociabilidade da população urbana e à produção do espaço urbano local.

Quanto à estrutura do artigo, além dessa introdução e das considerações finais, na primeira parte será apresentada uma revisão bibliográfica sobre as ruralidades urbanas, destacando as ideias dos principais teóricos que se debruçam nessa temática.

O papel da relação entre cidade e campo no processo de formação de Martinópolis é destacado na segunda parte, considerando a estreita ligação entre ambos os espaços na cidade que, em sua gênese, teve os seus papéis urbanos voltados estritamente às funções administrativas e às demandas do campo. Por fim, demonstra-se, a partir de evidências empíricas, a manutenção das ruralidades nos costumes e nas práticas espaciais da população urbana de Martinópolis.

As ruralidades urbanas a partir de uma perspectiva teórica

A perspectiva que será adotada neste estudo, no que tange às ruralidades, tem sido analisada por diferentes teóricos como Carneiro (1997), Maia (1999), Candiottto e Corrêa (2008), Locatel e Azevedo (2010), Lindner (2012), dentre

outros autores que englobam esse fenômeno em suas análises.

Em cidades de pequeno ou grande porte, verifica-se cada vez mais os resquícios do rural que vem se expandindo sobre o seu perímetro urbano, considerando que “o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou das vias que a cortam” (MAIA, 1999, p.215). Desta forma, segundo Locatel e Azevedo (2010), “[...] dentro da malha urbana existem ilhas de ruralidade ‘pura’” (p.06).

Diante desta constatação, nota-se que as ruralidades sofrem mutação nesse processo, num contexto (embora contraditório) em que aqueles espaços onde a natureza tem destaque, se ressalta a qualidade de vida e o lazer, e, por essa razão, nota-se esse interesse crescente por um retorno àquilo tido antes como “primitivo”, “atrasado”. Nesse sentido,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração dos mundos urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1997, p. 59).

Essas ruralidades no espaço urbano têm sua gênese a partir das “vivências passadas dos cidadãos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 238), onde o rural tem sido entendido como mercadoria em face das alterações no espaço decorrentes da tecnificação do campo.

Embora se configurando como parte importante das grandes cidades e das metrópoles, são nas pequenas cidades do interior do país que essas ruralidades se apresentam com maior força. Isso decorre do fato de que “nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia” (LINDNER, 2012, p. 21).

Nestas áreas, as influências do rural “configuram toda a dinâmica espacial, social e cultural desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e influenciando na organização de seus espaços” (LINDNER, 2012, p. 24), uma vez que se tornam parte constituinte da sua dinâmica socioeconômica.

Embora o presente estudo paute-se na análise da manutenção das ruralidades em pequenas cidades sob a perspectiva da agricultura urbana, não se pode reduzi-las a essas localidades, ao passo que o modo de vida rural também se manifesta em outros centros de diferentes portes, ainda que com uma menor carga identitária, apresentando outras motivações geralmente de

cunho econômico, as quais serão percorridas posteriormente. Dessa forma, Silva (2015) pontua que “[...] a presença de ruralidades em cidades pequenas não é uma regra e que pode estar ainda presente nos grandes centros como expressão da contradição de vida e/ou mesmo de especulação imobiliária” (p.277).

Nota-se que, especificamente nessas áreas onde não há uma estreita relação entre o campo e a cidade, “[...] o rural nos mundos urbanos é minoritário e fragmentário, e pode geralmente constituir realidades invisíveis, mas elas surgem de formas diferenciadas seja espontânea, ou mesmo de maneira oficializada” (PANIAGUA, 2018, p. 15), se materializando através de práticas que derivam do desejo utópico de uma pequena parcela dos indivíduos urbanos de um “retorno ao natural” e até mesmo de ações em âmbito governamental que buscam aproximar tais espaços nas políticas públicas de planejamento urbano.

Essas “ações e objetos técnicos característicos do rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 230) que vêm se incorporando ao modo de vida urbano, ao longo da história, são materializadas também a partir do estilo *country*, das músicas (sobretudo, das sertanejas), das festas como rodeios e quermesses, e, principalmente, pelas práticas agrícolas, sejam elas a criação de animais, o cultivo de alimentos e a exploração de recursos naturais, as quais têm sido frequentes não apenas no espaço, mas também na economia urbana, no caso da comercialização dos produtos gerados por essas atividades.

Essa conservação de elementos do campo nas cidades leva à constatação de que “toda paisagem/espaço considerado urbano, ou seja, toda cidade sempre se sobrepõe ao rural ou ao “natural”. Assim, todo urbano já foi rural, mas nem todo rural será urbano” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 216). Nesse sentido, analisa-se que, em alguns casos, dependendo das particularidades da urbanização, essa permanência continua nítida nas cidades; em contraponto, nem todas as áreas rurais experimentarão as transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura devido às disparidades regionais. Endlich (2006) chama atenção para o fato de que a persistência das chamadas “ilhas de ruralidade” nas cidades brasileiras também revela o caráter contraditório do processo de urbanização no país.

Partindo das reflexões de Woods (2011), Angel Paniagua, em seu estudo sobre as ruralidades urbanas sob a perspectiva geográfica, delimita *cinco aspectos* diferentes que ajudam a explicar a manutenção do modo de vida rural no ambiente urbano. Em *primeiro* lugar, o autor aponta a presença de migrantes rurais nas cidades como a razão central da existência de ruralidades no espaço urbano, considerando que, ao saírem de seus locais de origem, esses moradores transferem suas tradições para as cidades (PANIAGUA, 2018).

Esse aspecto trata do principal argumento utilizado nesse estudo, podendo ser justificado, sobretudo, pelo contexto apresentado anteriormente, marcado pela inserção de novos objetos técnicos de caráter urbano-industrial no campo,

ocasionando uma inversão no perfil demográfico da sociedade brasileira: de essencialmente rural, em meados dos anos 1950, para predominantemente urbana atualmente (HESPANHOL, 2013). Conforme a autora,

Essa mudança do perfil demográfico brasileiro foi o resultado do intenso processo de migração campo-cidade que levou parcela expressiva da população para os centros urbanos e provocou a redução significativa da população rural. Como resultado desse intenso processo de migração campo-cidade, houve o crescimento desordenado das grandes cidades e a formação de extensas periferias urbanas (HESPANHOL, 2013, p. 105).

Diante deste cenário, essas ruralidades justificam-se pela tentativa desse segmento social da população advindo do campo em “[...] manter o seu modo de vida, por meio do cultivo de hortas e da criação de pequenos animais nos quintais, bem como pelas manifestações culturais e religiosas” (HESPANHOL, 2013, p.109). Nesse sentido, “haveria uma idealização do mundo rural, a partir da própria experiência biográfica” (PANIAGUA, 2018, p.17, tradução nossa), pois, ainda que tenham incorporado progressivamente os hábitos do novo espaço que ocupam, essas práticas se configuram como uma alternativa para conservar suas vivências anteriores no campo, tratando-se, assim, de uma “ruralidade nostálgica”.

No entanto, além desses indivíduos que adentram as cidades via processo migratório, nota-se um outro perfil de moradores que conservam essas ruralidades no espaço urbano, o qual compreende os sujeitos “engolidos” via processo de expansão da lógica urbana, conforme destaca Bagli (2006), o que remete ao *segundo* aspecto levantado pelo autor que seria “a incorporação da paisagem rural na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa). Essas ruralidades também podem resultar de processos que ocasionaram o fenômeno de expansão urbana, uma das dinâmicas que são próprias das formas capitalistas de produção do espaço urbano no período contemporâneo.

A expansão urbana é expressa através de duas formas distintas, dependendo das particularidades da urbanização da área pesquisada, sendo elas: a expansão territorial horizontal, visando, sobretudo, a ampliação da base territorial da cidade a partir da abertura de loteamentos, implantação de conjuntos habitacionais, de atividades industriais, comerciais e de serviços e a instalação de equipamentos de lazer; e, a expansão territorial vertical, que consiste na multiplicação da base territorial da cidade, através da verticalização (SPOSITO, 2020). Nesse caso específico, destaca-se a expansão territorial horizontal, onde o tecido

urbano se expande para áreas de transição rural-urbanas, ocasionando a superposição de formas e práticas espaciais entre ambos os espaços.

Sobre esse aspecto, Bagli discorre que:

Simplificando seria entender tal realidade sem considerar a contradição que se expressa nesse processo de expansão urbana, concomitante à manutenção de enclaves rurais em seu interior. Numa linguagem figurada, pode-se dizer que o urbano engole os espaços rurais. Todavia, a digestão de tais espaços nem sempre se consuma. Embora estando “dentro” daquilo que é considerado urbano, em alguns casos, funções e hábitos permanecem rurais. É comum encontrar em tais espaços atividades agropecuárias (BAGLI, 2006, p.99).

Assim, ainda que haja a transformação de áreas rurais em urbanas, essas podem manter parte de sua configuração original, denominados aí como ‘enclaves rurais’, sobretudo quanto às atividades econômicas que desempenham, permanecendo “atreladas à lógica rural” (BAGLI, 2006, p.100).

Para a referida autora, “a própria lógica urbana, ao atrair pessoas e não incorporá-las à lógica produtiva, possibilita que elas anseiem o retorno aos espaços de origem ou resistam construindo maneiras de subsistir” (BAGLI, 2006, p.101), evidenciando o fato de que a expansão do tecido urbano, quase sempre, não vem acompanhada de ações que visem a inserção integral (ou mesmo parcial) desses indivíduos ao mercado de trabalho urbano.

Diante disso, as práticas agrícolas urbanas, enquanto objeto central desse estudo, tornam-se, em muitos casos, uma das principais alternativas diante da realidade que lhes nega o acesso a outros meios de subsistência, utilizando-se dos espaços reduzidos que dispõem, como “[...] terrenos baldios, fundos de vale ou parte do lote para cultivo de produtos agrícolas” (BAGLI, 2006, p.101).

Nesse cenário, essas atividades podem ser consideradas como formas de resistência, uma vez que “as perversidades do modo de produção excluem e promovem, contraditoriamente, formas de inserção desconectadas da lógica produtiva” (BAGLI, 2006, p.84), podendo ser consideradas como práticas contra hegemônicas que subvertem a dinâmica econômica imposta pelo avanço do capitalismo.

As ruralidades urbanas também podem se manifestar, em *terceiro* lugar, pela “criação de espaços agrários na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa), por meio de projetos de hortas comunitárias, escolares e terapêuticas; da constituição de espaços voltados à reabilitação e ao tratamento de pessoas com deficiência, entre os quais se destaca a prática da equoterapia; e outros locais que remetem à paisagem rural criados para fins específicos, derivando, sobretudo, de iniciativas institucionais, seja em âmbito público ou privado.

Um *quarto* elemento explicitado por Paniagua (2018) seria a “geração de uma

iconografia rural para o consumo urbano” (p.16), através da criação de áreas verdes, espaços abertos para a prática de esportes individuais e/ou coletivos e de outros espaços com características habituais do campo para o consumo urbano, em uma tentativa de resgatar a tranquilidade com a qual são retratados os espaços rurais.

Neste aspecto, as ruralidades surgem como “uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica” (MEDEIROS, 2017, p.186), na qual destaca-se a agricultura urbana, que se caracteriza pela prática de atividades agrícolas (cultivo de alimentos e criação de animais) no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

Sob esta ótica, entende-se por ruralidades a “transformação de objetos e ações característicos do rural em mercadoria” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.234), sendo idealizadas pela *mídia* e demais agentes produtores do espaço que atuam na promoção dos seus atributos e potencialidades visando ao lucro. Entre esses costumes e atividades promovidas por atores urbanos incumbidos na “mercantilização” das ruralidades, destacam-se “o estilo *country*, os rodeios, a música “sertaneja”, a busca de lazer e diversão no meio rural (cavalgadas, hotéis-fazenda, esportes radicais)” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p.238).

Por fim, no *quinto* aspecto o autor (PANIAGUA, 2018) revela que essas ruralidades também podem se manifestar nos espaços citadinos devido ao fato de que “o atual processo de urbanização seria um duplo processo de urbanização do campo e ruralização da cidade” (p.16, tradução nossa). Nessa perspectiva, é unânime a discussão sobre a penetração de hábitos urbanos no campo, considerando que “os investimentos urbanos, o modo de vida urbano que extrapola as cidades, demonstram que, historicamente, o urbano atinge o rural. Há predomínio da mentalidade econômica e domínio monetário, imposição dos interesses urbanos” (ENDLICH, 2006, p.20).

No entanto, como foi evidenciado em toda essa revisão, embora se trate de realidades menos corriqueiras, dependendo das particularidades de cada localidade pesquisada, o contrário também tem ganhado destaque nos espaços intraurbanos, a partir de inúmeras manifestações econômicas, sociais e culturais características do espaço rural que permanecem postas no cotidiano dos citadinos, sendo estes oriundos do campo ou não.

Nesta concepção, nota-se que “a urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade. A relação urbanidade-ruralidade ao invés de desaparecer, intensifica-se” (ENDLICH, 2006, p.22), em vista da superposição de formas espaciais entre ambos, conforme foi evidenciado no item anterior, e/ou das representações sociais,

que se disseminam para além do espaço físico ao qual estão intrinsecamente associadas.

Através desses cinco aspectos percorridos por Paniagua (2018), que auxiliam na compreensão dos elementos que atuam na manutenção do modo de vida rural no ambiente urbano, observa-se que as ruralidades podem se manifestar, sobretudo, nas práticas cotidianas como nas relações de vizinhança, na busca por áreas verdes para a contemplação da natureza e de outras atividades de lazer, nas quermesses e, principalmente, no cultivo de alimentos e de criação de animais em espaços urbanos através da agricultura urbana, propiciando aos indivíduos originalmente rurais “um retorno contínuo ao local de origem, ao seu ambiente” (PANIAGUA, 2018, p. 16, tradução nossa).

Os elementos enfatizados mostram-se de grande valia para as observações através de evidências empíricas propiciadas pelas pesquisas de campo na área delimitada para o presente estudo, o qual se pauta na identificação das manifestações das ruralidades na configuração espacial da pequena cidade de Martinópolis.

A relação cidade – campo no município de Martinópolis (SP)

Para compreender a manifestação dessas práticas tradicionalmente rurais no espaço urbano de Martinópolis, é importante remontar às relações estabelecidas entre tais espaços nos primórdios do seu processo de formação, considerando que os fenômenos pretéritos deixaram indícios e marcas na organização espacial da cidade.

Para Daltozo (2006), “podemos dizer que Martinópolis tem como mãe a ferrovia e como pai o café” (p.203), ou seja, foi por meio do “binômio café-ferrovia” que o município se constituiu. O café era considerado a lavoura mais importante do Estado de São Paulo em meados do século XIX e início do século XX, ocasionando uma intensa procura por terras na região Oeste Paulista para o cultivo de novas lavouras. A ferrovia era a Estrada de Ferro Sorocabana, que propiciava o escoamento da produção cafeeira, a vinda de migrantes e a circulação de outros produtos.

O marco de seu surgimento deu-se em 1917, com a instalação da Estação Ferroviária João Teodoro no território que hoje abriga o município, servindo como ponto de apoio à Estrada de Ferro Sorocabana, com o principal objetivo de “facilitar os serviços de água e de lenha para as locomotivas a vapor” (DALTOZO, 2006, p.204). Esta se tornou, assim, o “principal fator de desenvolvimento econômico e social da cidade” (ALBANO; SÁ; HONDA, 2015, p.221), propiciando o embarque e desembarque de pessoas e de mercadorias.

No ano de 1924, iniciou-se o povoamento da área e entre os primeiros habitantes do território, até então denominado como Núcleo Colonial Boa Ventura, estavam imigrantes europeus (sobretudo italianos) e japoneses, que

marcaram o povoamento da área até a década de 1960, muitos deles “vindos das antigas regiões produtoras de café do Estado de São Paulo” (SOUZA; HESPANHOL, 2010, p.174), além daqueles de origem nacional, como mineiros e nordestinos. Estabelecidos na área rural, a economia tinha como base as atividades agrícolas, entre as quais destacam-se os cultivos de café, de algodão e de amendoim.

No ano de 1929, o Núcleo tornou-se Distrito de Paz, tendo como nome Distrito de João Teodoro, “pertencendo ao município e comarca de Presidente Prudente” (DALTOZO, 2006, p.206). Em 1939, o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Martinópolis, em homenagem à figura de João Gomes Martins.

Com um núcleo urbano em consolidação, de acordo com Souza e Hespanhol (2002),

[...] entre meados da década de 1950 e o final da década de 1960, as culturas de algodão e amendoim se constituíram na base da economia local. A maioria da população do município residia na zona rural e encontrava-se diretamente vinculada à agricultura (p. 100).

A área urbana era marcada pela presença do setor de comércio e de serviços, desempenhando função comercial e administrativa. Entre essas atividades destacam-se as olarias (local destinado à produção de tijolos, telhas e outros utensílios de barro e de cerâmica) e armazém de secos e molhados (típicas mercearias especializadas na venda de produtos de gênero alimentícios e de utensílios domésticos, sobretudo de origem artesanal). Contava ainda com a instalação de pequenas indústrias como serrarias e máquinas de beneficiamento de café e cereais (DALTOZO, 1999).

Nesse contexto, verifica-se a importância dos bairros rurais que vão se fortalecendo na história do município, muitos deles situados atualmente nos Distritos pertencentes à Martinópolis. Na perspectiva de Souza e Hespanhol (2002), a constituição desses bairros “promoveu o povoamento, a evolução e o desenvolvimento de diversas regiões, assim como foi responsável pela concretização da rede urbana e da força de trabalho” (p.108).

Os bairros rurais, que se caracterizavam como a expressão máxima da relação entre o rural e o urbano no município, também carregavam a função de intermediadores nas trocas comerciais que ocorriam entre os dois os espaços, “por meio da venda do excedente da produção agrícola e da compra de uma quantidade reduzida de bens na cidade” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.102).

A partir de 1960, “o êxodo rural, provocado pelo desestímulo à agricultura e pela industrialização desordenada e concentrada nos grandes centros urbanos, fez com que a população entrasse em declínio” (DALTOZO, 1999). Além disso,

a substituição das lavouras pelas pastagens fez com que proprietários menos capitalizados não conseguissem manter a subsistência no meio rural, instalando-se na área urbana, seja de Martinópolis ou de outras cidades da região.

Um dos fatores que também atuaram na redução acentuada da população total de Martinópolis no referido período está relacionado a uma característica peculiar que marca o processo de migração campo-cidade na realidade local: parte de sua população rural não migrou diretamente para o perímetro urbano do município, mas sim para os grandes centros urbanos do Estado de São Paulo, uma vez que “a cidade de Martinópolis não apresentou dinamismo suficiente para gerar empregos aos trabalhadores expulsos do campo” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103), culminando no deslocamento “para a capital do Estado, bem como para outras regiões do Estado, localidades para quais as pessoas se dirigiam em busca de melhores condições de vida” (SANTOS, 2004, p.33).

Em contraponto, Souza e Hespanhol (2006, p.154) verificaram também a permanência de parte dessa população no meio rural, vivendo da exploração da terra, além daqueles que se especializaram em novos nichos de mercado a partir da pluriatividade, ou seja, da combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas.

Embora existam os distritos e bairros rurais (Guachos, Teçaindá, Cristal e Vila Martins), que desempenham um importante papel na relação entre campo e cidade, apresentando uma sociabilidade inerente ao espaço rural, essas ruralidades também podem ser notadas na configuração espacial e social da sede municipal.

Nesse sentido, verifica-se que os processos históricos que atuaram na constituição de Martinópolis, sejam no espaço rural ou no urbano, ao serem analisados em conjunto, dão pistas para a compreensão da manutenção dessas atividades tipicamente rurais na cidade, sendo o principal deles a migração campo-cidade, acentuada na década de 1960, a qual levou parte do contingente migratório rural para a área urbana de Martinópolis, que trouxe consigo os saberes da lida com a terra para o cultivo em espaços diversos na cidade que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala.

É importante destacar o papel das comunidades rurais no processo de formação do município, uma vez que os modos de vida rural frequentemente refletem nas práticas espaciais da população urbana, visto que uma parte expressiva de seus moradores é advinda do campo, sobretudo na tentativa de resgatar e perpetuar tradições e hábitos da vivência rural.

O campo na cidade: as ruralidades no espaço urbano de Martinópolis

Em consonância com o seu histórico essencialmente agrário, nota-se atualmente a presença das ruralidades materializadas em diversas práticas tipicamente rurais espalhadas pelo espaço urbano de Martinópolis. A mais expressiva delas é a agricultura urbana, ou seja, as atividades agrícolas, tais como o cultivo e a criação de animais, desenvolvidas no interior das cidades ou em seus arredores, seja para a comercialização ou para o autoconsumo.

A partir da pesquisa empírica, foram realizadas visitas a dez produtores e

cinco instituições públicas e privadas, que desenvolvem práticas agrícolas no espaço urbano, além da Horta Municipal.

Em âmbito institucional, a área de estudos conta com vários projetos desenvolvidos por entidades assistenciais e órgãos públicos municipais e estaduais visando a produção agrícola em área urbana, os quais serão arrolados neste artigo, entre eles: 1) o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad); 2) a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; 3) a Creche Municipal “Liamar Jóia de Carvalho”; 4) a Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”; 5) a Vila Vicentina “Frederico Ozanam”; e, 6) a Horta Municipal, gerida pelo Departamento de Agricultura do município.

Um dos projetos institucionais de agricultura urbana em Martinópolis foi desenvolvido em 2011 pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad), através da implantação de uma horta terapêutica visando a inclusão e a reinserção social dos assistidos pela entidade. Essa ação surgiu com o objetivo de auxiliar no tratamento de pessoas em situações de vulnerabilidades, devido ao uso de álcool e de drogas.

Outro exemplo a ser destacado, com o mesmo viés terapêutico, é o da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Martinópolis, que desenvolve duas atividades incluindo o plantio e o manejo agrícola na entidade: o Projeto Horta e o Projeto Horta Suspensa, nos quais os atendidos acima de 30 anos são estimulados ao contato com o meio ambiente, plantando, cultivando e colhendo as diversas hortaliças (Figura 1).

Figura 1 – Atendidos pela APAE realizando o manejo da horta na entidade.



Fonte: Reprodução/Facebook (2020).

Uma das iniciativas de horta urbana no âmbito educacional desenvolvido

em Martinópolis, surgiu através do projeto Meio Ambiente na Sala de Aula, implantado no ano de 2017, na Creche Municipal “Liamar Jóia de Carvalho”. O manejo da área de cultivo era executado pelas docentes da instituição pública de ensino, com a participação dos alunos nas diferentes etapas do projeto, desde a escolha da área até a colheita das hortaliças, utilizadas para a complementação da merenda escolar.

Outra horta urbana em espaço escolar é desenvolvida na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”, enquanto uma atividade pedagógica em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Uso de Agrotóxicos, celebrado no dia 3 de dezembro. Nessa ocasião, um docente e demais funcionários iniciaram o cultivo de alimentos em uma horta orgânica (Figura 2), concomitantemente à volta às aulas presenciais obrigatórias na rede estadual paulista, no contexto pandêmico.

Figura 2 – Estudante auxiliando no plantio da alface na Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins”.



Fonte: Escola Estadual “Coronel João Gomes Martins” (2021).

Evidencia-se também a horta de canteiros elevados instalada na Vila Vicentina “Frederico Ozanam” (Figura 3), que atende a idosos em situação de vulnerabilidade de Martinópolis. Trata-se de uma ação que visa, além do incremento da alimentação da instituição, o resgate às tradições rurais por parte desses idosos.

Figura 3 – Horta na Vila Vicentina.



Fonte: Os autores (2021).

Em âmbito governamental, desde 2009, o município conta com uma Horta Municipal, na qual o cultivo ocorre em uma estufa agrícola instalada em um terreno público municipal (Figura 4), através da mão-de-obra de duas funcionárias públicas e de dois voluntários sentenciados à prestação de serviços à comunidade.

Figura 4 – Produção da Horta Municipal de Martinópolis.



Fonte: Prefeitura Municipal de Martinópolis (2021).

Essa horta surgiu enquanto uma ação do Projeto Estadual Hortalimento (Decreto nº 50.233/2005), que tinha como objetivo central “promover e melhorar o abastecimento local de hortaliças, gerando trabalho e renda por meio da potencialização de canais de escoamento da produção” (SÃO PAULO, 2005, p.1), por meio de convênio entre o Estado, os municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

Além dos projetos desenvolvidos por entidades e escolas, durante a pesquisa de campo observou-se também os produtores individuais, ou seja, aqueles que cultivam alimentos em lotes privados, cedidos ou ocupados, como é o caso da linha férrea. Dentre os produtores individuais (Figura 5), foram identificadas dez áreas de cultivo, mantidas, sobretudo, através de mão-de-obra familiar e voltadas à comercialização dos produtos e autoconsumo do excedente gerado.

Figura 5 – Produtor durante a colheita da alface.



Fonte: Os autores (2021).

Como grande parte da produção da agricultura urbana, essas iniciativas individuais dedicam-se ao cultivo de hortaliças (alface, rúcula, espinafre, couve, cebolinha, salsinha, almeirão e chicória), além legumes, como o jiló, e de tubérculos, como a mandioca.

Os produtos alimentícios gerados pela agricultura urbana em Martinópolis, geralmente, são acessados pela população por meios de comercialização informal, tais como na própria área de cultivo, através de entregas a domicílio e/ou em banca de produtos (“feirinha”). No entanto, nos casos identificados, destaca-se também a venda desses produtos no comércio formal, como em açougues, em quitandas e em restaurantes locais, localizados tanto nos bairros quanto na

área central da cidade, demonstrando a relevância dessa produção na economia urbana.

No caráter individual, destaca-se também o cultivo de alimentos e a criação de animais ao longo da linha férrea que corta a cidade (Figura 6). A ação é desencadeada por parte de alguns moradores do entorno dessa área ociosa da antiga Fepasa (Ferrovia Paulista S.A) - hoje pertencente a empresa Rumo Logística, visando torná-la um espaço de produção agrícola na cidade, em face à sua degradação pelo descarte irregular de lixo desde o encerramento das atividades do transporte ferroviário em Martinópolis.

Figura 6 – Cultivo de alimentos nas margens da linha férrea em um trecho na área central de Martinópolis.



Fonte: Os autores (2021).

Conforme o exposto, a prática da agricultura urbana configura-se como a expressão máxima das ruralidades na cidade de Martinópolis. No entanto, encontram-se presentes no cotidiano da cidade outras representações materiais e imateriais dessas ruralidades, evidenciadas tanto pelas práticas dos cidadãos (Figura 7), quanto pelos saberes e os modos de fazer característicos do campo.

Figura 7- Carroceiro próximo à antiga Estação Ferroviária de Martinópolis.



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis/Facebook (2015).

Dentre os praticantes de agricultura urbana entrevistados, a maioria deles revela não terem contato com outras práticas tradicionalmente rurais além da atividade agrícola, tais como festas religiosas, rodeios, quermesses e cavalgadas, nem têm conhecimento da ocorrência desses eventos na cidade. Entretanto, a partir das apurações nas instituições, constatou-se que duas delas promovem quermesses (Vila Vicentina e APAE) (Figura 8), uma das festividades típicas das comunidades rurais.

Figura 8 – Costelão de chão na APAE de Martinópolis.



Fonte: Museu Virtual de Martinópolis/Facebook (2013).

Segundo Oliveira, Ferrante e Barone (2016, p.330), “as festas juninas e as quermesses representam uma das maiores manifestações da cultura popular brasileira, tendo em vista que abarcam conhecimentos tradicionais do universo rural ligado ao cultivo e colheita do alimento, além de rituais sobre a fertilidade do solo”. Notam-se que essas ocorrem, geralmente, por motivações religiosas nos distritos e bairros rurais, entretanto, na realidade citadina, estas carregam um caráter filantrópico, considerando os casos das entidades citadas (Figura 9).

Figura 9 – Quermesse beneficente em Martinópolis.



Fonte: Reprodução/Facebook (2017).

No que tange às ruralidades imateriais, destacam-se os vínculos de vizinhança, a partir do comércio com moradores do entorno das áreas de produção, marcando, assim, uma sociabilidade inerente à população do campo e das pequenas cidades, fortemente, atreladas à dinâmica rural.

Essas ruralidades também se manifestam pelos saberes que vão se perpetuando e sendo transmitidos entre gerações, enquanto elementos da memória afetiva, que permitem a manutenção do sentimento de pertencimento e da herança cultural desses povos.

O modo de falar também é uma característica marcante, sobretudo o dialeto caipira e as expressões referentes ao cultivo, analisados durante as entrevistas com os praticantes de agricultura urbana locais. Como exemplos, destacam-se gírias e expressões como “fofá”, “prantá”, “aguá”, “mei”, “cê”, “cabeça de gado”, “dêndicasa”, “vorta”, “hômî” e “moiô”.

É importante pontuar que são diversas as motivações dos diferentes cidadãos

na busca por manter essas práticas originalmente rurais no espaço urbano de Martinópolis, fato que não inclui apenas a população de origem rural, mas os moradores originalmente urbanos que convivem com objetos e com ações característicos do campo em suas práticas espaciais.

Um exemplo são as práticas institucionais, considerando que muitos desses não possuem necessariamente a origem rural, mas são levados a essas práticas como estratégias de reprodução social ou por necessidades terapêuticas. Nesses casos, as ruralidades urbanas estão materializadas a partir da “criação de espaços agrários na cidade” (PANIAGUA, 2018, p.16, tradução nossa) para fins específicos a partir da intencionalidade dos sujeitos.

Para Méndez, Ramírez e Alzate (2005), há que se considerar também a ocorrência de ruralidades indiretas no ambiente urbano, especificamente no que se refere às lojas especializadas na comercialização de produtos agropecuários na área de estudos. Nesse caso, “cierto número de residentes urbanos participan indirectamente de la actividad agropecuaria como vendedores de insumos, transportadores, intermediarios, procesadores, comerciantes mayoristas y minoristas, entre otros” (p. 57).

De um modo geral, observa-se que a cidade de Martinópolis carrega fortes resquícios identitários do modo de vida rural na sua conformação socioespacial urbana, sobretudo ao considerar o processo de formação desse município, intrinsecamente ligado ao desenvolvimento da agropecuária, onde a concretização dessas atividades se dava nos bairros rurais locais.

Considerações finais

Conforme exposto, a manifestação das ruralidades em meio a vida urbana em Martinópolis, com destaque à agricultura urbana, encontra-se intimamente ligada ao seu processo de formação, onde as atividades agrícolas se consolidaram como a base da economia local, propiciadas, sobretudo, pelos ciclos produtivos do café, do algodão e do amendoim. Nesse cenário, os bairros rurais fortaleceram a organização socioespacial do município, repercutindo na sua configuração atual.

Destes bairros advém parte expressiva dos martinopolenses originários do campo e, conseqüentemente, dos produtores urbanos locais e suas famílias, que perpetuam essas práticas tradicionalmente rurais em espaços diversos da cidade, seja a partir da produção agrícola em pequena escala, pela participação nas festas típicas ou, até mesmo, por meio das chamadas “ruralidades imateriais”.

Embora existam outros tipos de ruralidades materializadas no espaço urbano de Martinópolis, estas não são acessadas pela maioria dos praticantes da agricultura urbana, conforme os resultados das entrevistas, no entanto nota-se que esses objetos e ações característicos do campo estão imbuídos nas tradições e práticas cotidianas dos cidadãos, se incorporando à vida urbana,

sem que haja uma separação aparente em suas vivências entre aquilo que é do campo e o que é da cidade

Esse estudo demonstra que as ruralidades coexistem em meio a uma sociedade majoritariamente urbanizada, ou seja, o Brasil urbano e o Brasil agrário encontram-se em dadas realidades, sobretudo onde há uma estreita relação entre campo e cidade em sua conformação socioespacial, desde os primórdios do seu processo de formação, como no município de Martinópolis.

Referências

ALBANO, M. P.; SÁ, N. de S.; HONDA, S. C. de Â. L. Complexo Ferroviário de Martinópolis – SP – Um patrimônio no centro da cidade. **Colloquium Humanarum**, v. 12, n. esp., p. 221-229, 2015.

BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. *In*: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 81-111.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-65, out. 1998.

DALTOZO, J.C. Martinópolis: fruto do café e da ferrovia. *In*: SILVA, J. L. da (org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 203-212.

HESPANHOL, R.A.M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v.12, n. esp. (2)., p. 103-112, set. 2013.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 19-36, set. /dez. 2012.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.

MAIA, D. S. Hábitos rurais em vidas urbanas. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São

Mendes & Hespanhol

Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MENDES, D. B. As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MENDES, D. B. Ruralidades na cidade: análise das práticas de agricultura urbana desenvolvidas em Martinópolis - São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022.

MÉNDEZ, M.; RAMÍREZ, L.; ALZATE, A. La práctica de la agricultura urbana como expresión de emergencia de nuevas ruralidades: reflexiones en torno a la evidencia empírica. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, n. 55, p. 51-70, abr. 2005.

PANIAGUA, A. Urban Ruralities. A Geographical Perspective. **Journal of Geographical Research**, v.2, p.15-18, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Decreto nº 50.233, de 10 de novembro de 2005. **Projeto Estadual HORTALIMENTO**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-50233-10.11.2005.html> Acesso em: 06 set. 2021.

SANTOS, J. C. dos. O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, P.F.J. da. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, ES., org. **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 265-301.

SOUZA, P. C. de. A Resistência dos Bairros Rurais no Município de Martinópolis/ SP. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, M.E.B. Urbanização e produção do espaço. Urbanização contemporânea. 12 de maio de 2020. 23p. Universidade Estadual Paulista. Campus de Presidente Prudente. Programa de Pós-Graduação em Geografia: Presidente Prudente. Notas de Aula. Documento eletrônico.

WOODS, M. **Rural.** London: Routledge, 2011.